

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

**“A HISTÓRIA NÃO É SÓ MINHA, A HISTÓRIA É DE TODOS NÓS, DE TODA A
HUMANIDADE”:** A DISPUTA DE CONHECIMENTOS NO ACERVO JOSUÉ
PEREIRA CRISPIM (PONTA GROSSA, ICAPUÍ-CEARÁ)

Recife

2018

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

“A HISTÓRIA NÃO É SÓ MINHA, A HISTÓRIA É DE TODOS NÓS, DE TODA A HUMANIDADE”: A DISPUTA DE CONHECIMENTOS NO ACERVO JOSUÉ PEREIRA CRISPIM (PONTA GROSSA, ICAPUÍ-CEARÁ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laure Marie-Louise Clémence Garrabé.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

F383h Ferreira, Gilvanildo Klebson Mendes.

“A história não é só minha, a história é de todos nós, de toda a humanidade” : a disputa de conhecimentos no acervo Josué Pereira Crispim (Ponta Grossa, Icapuí-Ceará) / Gilvanildo Klebson Mendes Ferreira. – 2018. 279 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Laure Marie-Louise Clémence Garrabé
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Museus e coleções arqueológicas. 3. Produção do conhecimento. 4. Autodidatismo. 5. Inclusão social. I. Garrabé, Laure Marie-Louise Clémence (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-232)

GILVANILDO KLEBSON MENDES FERREIRA

“A HISTÓRIA NÃO É SÓ MINHA, A HISTÓRIA É DE TODOS NÓS, DE TODA A HUMANIDADE”: A DISPUTA DE CONHECIMENTOS NO ACERVO JOSUÉ PEREIRA CIRSPIM (PONTA GROSSA, ICAPUÍ-CEARÁ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 09/03/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Laure Marie-Louise Clémence Garrabé (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a. Ana Cláudia Rodrigues da Silva (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira (Examinador Externo)

Universidade Federal do Ceará

A Josué Pereira Crispim

À Maria Mendes de Souza

A Horácio dos Santos (*in memoriam*)

A Francisco Sobrinho Crispim (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Num momento em que nosso país vive um dos períodos políticos mais assombrosos da sua história, e a nossa recente democracia encontra-se demasiadamente fragilizada – sobrepondo ainda, assim como a maioria dos que fazem as ciências sociais, no campo da antropologia, a incerteza profissional no mercado de trabalho, fruto, claro, de um contexto político neoliberal –, a força que encontramos em pessoas que compartilhamos nossas vidas se torne ainda mais indispensável. O texto desta dissertação não se resume somente aos pouco mais de dois anos de mestrado, ele translada esse período. As pessoas citadas abaixo são, em suas proporções, todas protagonistas deste trabalho. Sou um coadjuvante que foi auxiliado por cada uma delas. Sinto-me um privilegiado por estar cercado por tantas pessoas do bem e tão generosas, e por ter estreitado laços que já existiam e construído novos durante esta pesquisa. Portanto, fica aqui registrada a minha insuficiente gratidão.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família. A minha vó, Maria Mendes de Souza – uma das pessoas a quem dedico este trabalho –, aos meus pais, Edjane Mendes de Souza Ferreira e Gilvanildo de Barros Ferreira, por todo amor e força que sempre me fizeram presentes. A vocês devo todos os incentivos que me fizeram superar os obstáculos e barreiras que surgiram, e todas as oportunidades que me ofereceram, por tudo que me propiciaram, mesmo com todas as enormes e tantas dificuldades financeiras que passamos, sempre estiveram presentes. Obrigado por me oferecerem aquilo que não usufruíram: oportunidade de estudar. Amo vocês. Ao meu tio, Germano de Barros Ferreira, que sempre tem um pensamento à frente, um ideologista da nossa querida terra Glória do Goitá. Agradeço por ser continuamente uma mão onde busquei segurança.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). Sobretudo ao professor Renato Monteiro Athias, meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Museologia da UFPE), e também quem me auxiliou a estruturar o pré-projeto desta dissertação no processo de seleção em 2015. Muito obrigado pela continua formação acadêmica, professor.

A todos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Em especial a Carla Neres – enquanto estive lá – e a Selton de Paula, por sempre estarem dispostos a ajudar e resolver as pendências que surgiram durante o período do mestrado. Obrigado. A

Nikolas Nascimento, técnico em informática do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da UFPE, meu obrigado por todo o apoio.

A professora Emanuela Sousa Riberio, minha professora no curso de graduação em Museologia do DAM da UFPE, e minha orientadora nos dois estágios de docência que paguei durante o mestrado. A quem pude sempre recorrer quanto a diversas dúvidas profissionais e também no desenvolvimento deste trabalho.

A Alexandre Oliveira Gomes, um agradecimento especial, por participar de muitos momentos da minha formação acadêmica e de militância na museologia social e agora na antropologia, seja como professor ou amigo. Meu muito obrigado.

As/aos colegas arqueólogas e arqueólogos que ajudaram no enriquecimento arqueológico deste trabalho: Igor Pedroza, doutorando em arqueologia na UFPE e técnico do IPHAN/CE; Nathalia Nogueira, doutoranda em arqueologia na UFPE; Vanessa Rodrigues, mestra em arqueologia pela UFPE; e Raoni Valle, professor do Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A Paula Jussara, graduanda em geologia na UFPE, pelas dúvidas tiradas sobre rochas sedimentares. A Viviane Gomes, doutoranda em geografia na UFPE, pela confecção do mapa em escalas municipal, estadual e nacional que se encontra em anexo. A Philipi Bandeira, amigo, cientista social e comunicador, pela ajuda no *abstract*.

A Maurício Souza Júnior (Souza), meu amigo e parceiro de calorosas e enriquecedoras discussões antropológicas, com quem aprendi muito nesses últimos anos.

A minha amiga Fabiana Leite, pela torcida e boas energias. Ao meu amigo e primo, Leonardo Moura (Novinho), aquele com quem tenho amadurecido desde minha infância, pela amizade e cumplicidade.

As/os colegas de turma do mestrado que se tornaram amigas e amigos. Marisa Rodrigues, Flávia Guimarães, Danielly Amorim e Walter Andrade.

A professora Cláudia Alves de Oliveira, do Departamento de Arqueologia da UFPE, que compôs a minha banca de qualificação do projeto de mestrado em dezembro de 2016. Cedeu entrevista, sanou dúvidas sobre a arqueologia e indicou referências bibliográficas importantes para a discussão. Muito obrigado.

A Prefeitura Municipal de Icapuí, pela aproximação que facilitou, consideravelmente, a pesquisa de campo em Ponta Grossa. Em especial, ao prefeito, Lacerda Filho, e ao Secretário de Cultura e Juventude do município, Manoel de Freitas Filho (Freitas), historiador que detém rico conhecimento da história de Icapuí, uma figura de muita importância política e também na articulação local deste trabalho.

A professora Ana Cláudia Rodrigues da Silva, do PPGA da UFPE, que esteve na minha banca de qualificação do projeto de dissertação e na banca examinadora da defesa da dissertação. Muito obrigado por colaborar de forma ativa na melhoria deste trabalho. Minha gratidão.

Ao professor Almir Leal de Oliveira, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Por compor a banca examinadora de defesa da dissertação, por ter participado ativamente na indicação de referências bibliográficas da história e esclarecido dados históricos de fundamental importância para este trabalho. Obrigado pelo auxílio.

Em Icapuí, a toda comunidade da praia de Ponta Grossa, pela acolhida, pelo clima de luz e tranquilidade, e, acima de tudo, por aceitar, compartilhar e construir junto comigo este trabalho. Em especial, à Elisângela Crispim, Lindines Silva, Carol Crispim, Jair Crispim, Nayane Crispim, Oséias Crispim, Sr. João Crispim, Marcos Junqueira, Agabo Crispim, Sr. Oliveira Crispim, Antônio Carlos Crispim (Bodó) e Dan Crispim. Muito obrigado a cada um de vocês.

A toda família do Sr. Josué Crispim. A sua esposa, Sr^a. Neci Crispim, pelas informações compartilhadas e cuidados com minha hospedagem. A seus filhos Talyta Crispim, pela ajuda na articulação local e na disponibilização de informações em diversos momentos da pesquisa; a Isaú Crispim, nos deslocamentos de Ponta Grossa a Aracati; e a Raquel Crispim. A Azarias Crispim, irmão do Sr. Josué, pelos tantos momentos de conversas, risadas e confiança que me fizeram ter certeza que a pesquisa de campo está para além de relações profissionais e imparciais. Meu muito obrigado a todos vocês.

Aos meus amigos e interlocutores locais de Ponta Grossa, Ricardo Arruda (parceiro de pesquisa do Sr. Josué nos últimos 13 anos), Eliabe Crispim e Adaias Crispim, detentores de informações fundamentais para este trabalho. Pessoas que facilitaram o desenvolvimento da pesquisa de campo, seja com informações, materiais de pesquisa, enfim, com quem pude contar diretamente no que foi preciso. Muito obrigado pela ajuda importantíssima de vocês.

Ao Sr. Francisco Sobrinho Crispim, pai do Sr. Josué, que, infelizmente, não cheguei a conhecer, a quem dedico este trabalho. Agradeço por ter criado, educado e por acreditar nos sonhos de seu filho, que assim como o senhor se tornou um grande homem.

A professora Laure Marie-Louise Clémence Garrabé. Por orientar esse trabalho e transmitir seus conhecimentos de forma brilhante. Pela extrema paciência, liberdade, compreensão, incentivo e por sempre me fazer confiante. Por acreditar e me mostrar que a ciência acadêmica pode, sim, lutar por justiça e igualdade e por um mundo melhor. E, acima de tudo, por me mostrar o lado humano da antropologia. Muito obrigado pela dedicação nas diversas fases do trabalho. Você é parte fundamental dessa dissertação. Mais que uma orientadora, foi uma aliada.

A Maria Lílian Alves de Albuquerque, minha companheira, outro agradecimento especial. Por sempre está ao meu lado, independente do momento e de onde eu esteja. Pela paciência nos momentos de exclusiva dedicação a este trabalho e às viagens que realizo a Ponta Grossa desde 2014. Por acreditar e me incentivar desde quando esta dissertação, há alguns anos, era apenas desejo e sonho. Com amor.

Um agradecimento saudosos ao meu avô, Horário dos Santos (Pedro de Horácio) (*in memoriam*), a grande saudade que carrego, a quem também dedico este trabalho. Ao senhor dedico não apenas esta dissertação, mas tudo aquilo que conquisto e que merece ser comemorado, pois são esses momentos que me fazem parecer com aquele que é o meu maior espelho: o senhor. “Difícil não lembrar do que nunca se esqueceu”.

E, principalmente, ao Sr. Josué Pereira Crispim. Pescador, colecionador e um pesquisador autodidata da museologia, história, antropologia, arqueologia, geografia e, sobretudo, da vida. Gratidão pelo exemplo de persistência naquilo que acredita, mesmo em momentos de total injustiça, nunca deixou de sonhar e lutar. Por me fazer perceber quanta vida e memória há nos artefatos arqueológicos, testemunhos materiais de nossos antepassados, como o senhor tanto gosta de falar. Obrigado por compartilhar o conhecimento inestimável que detém, pelas aventuras, ensinamentos, risadas e conversas, que, certamente, me fizeram crescer como profissional e também como pessoa. O senhor é parte imprescindível desse trabalho, é o grande protagonista dele. Sem sua existência, nada disto poderia ser possível, nada do que esta dissertação trata poderia ser real. Ao senhor, minha eterna admiração e agradecimento, por hoje poder considerá-lo, além de tudo, minha família. Muito obrigado, professor.

A sonhar eu venci mundos
Minha vida um sonho foi.
Cerra teus olhos profundos
Para a verdade que dói
A ilusão é a mãe da vida:
Fui doido, e tudo por Deus.
Só a loucura incompreendida
Vai avante para os céus.

Do fundo da inconsciência
Da alma sobriamente louca
Tirei poesia e ciência
E não pouca
Maravilha do inconsciente!
E sonho, sonhos criei.
E o mundo atônito sente
Como é belo o que lhe dei

Só a loucura é grande!
E só ela é que é feliz!
[...]

(PESSOA, 1972, n.p)

RESUMO

Esta pesquisa de dissertação foi desenvolvida a partir de uma análise etnográfica da relação de poder entre a produção de conhecimento autodidata do ex-pescador, hoje colecionador e pesquisador, Sr. Josué Crispim, e o conhecimento acadêmico. O trabalho de campo situou-se na comunidade praiana de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí, litoral leste do Estado do Ceará. O Sr. Josué, natural de Ponta Grossa, montou seu acervo arqueológico por mais de três décadas, a partir de doações, compras e, principalmente, por meio de coletas espontâneas, consideradas inadequadas, de acordo com as normas e procedimentos da arqueologia. Pois, segundo ele próprio, por falta de providências dos órgãos de proteção do patrimônio arqueológico, essa foi sua única alternativa encontrada para salvaguardá-lo, visto que muitos sítios arqueológicos em Ponta Grossa são localizados em áreas de trilhas de *buggy*, sujeitos a constante destruição. Por conta de suas iniciativas, foi impedido, em 1998, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará (IPHAN/CE), de continuar as coletas arqueológicas. Em 2013, com abertura de uma licitação financiada pelo IPHAN/CE para o tratamento desse acervo, o referido Sr. Josué Crispim perdeu, oficialmente, a sua tutela. Esses episódios narram a luta travada há décadas por esse autodidata, em busca de reconhecimento e do direito de continuar a executar o trabalho que, até hoje, só ele concretizou, mas que, por não ter uma formação convencional na arqueologia, é legalmente impossibilitado de fazê-lo. Dito isto, o objetivo deste estudo é analisar esta relação de poder a partir das concepções metodológicas de diferentes atores (detentores de conhecimentos acadêmicos e não-acadêmicos), que impedem tanto o reconhecimento das iniciativas autodidatas do Sr. Josué quanto a sua prática, por considerá-las desordenadas (sem metodologia) e incapazes de produzir conhecimento. E, para isso, demonstrou-se como a produção de conhecimento na academia pode ser opressora caso não leve em consideração outras formas de conhecimento e suas responsabilidades sociais. O conhecimento deixa de ser libertador quando pretende normatizar os modos de produção, não considerando as preocupações sociais como também determinantes para o “desenvolvimento” e o “progresso” do campo científico.

Palavras-chave: Acervo Josué Pereira Crispim (Ponta Grossa, Icapuí-Ceará). Conhecimentos normativo e autodidata. Produção de conhecimento. Museologia. Arqueologia. Inclusão social.

ABSTRACT

This research results from an ethnographic analysis of power relations between academic knowledge and autodidact knowledge, as evolved by a former fisherman who is now a collector and a researcher, Josué Crispim. The fieldwork sits in the seaside community of Ponta Grossa, located in Icapui, on the east litoral of Ceará state. Sir Josué, born in Ponta Grossa, built his collection for more than three decades, from donations, purchases and mainly from spontaneous collects, considered inadequate according to archaeology's norms and procedures. But according to him, because of the lack of provides from the archaeological heritage protection policies, his collects were the only alternative to save it, since a lot of sites in Ponta Grossa are located on buggy trails, prone to constant destruction. Because of that kind of initiatives, in 1998, the National Institute for Artistic and Historical Heritage of Ceará (IPHAN/CE), prohibited him to proceed his archaeological collects. In 2013, Josué Crispim lost officially their tutelage, with the opening of a bidding financed by the IPHAN/CE for the care of that collection. These are episodes relating to this self-taught's long struggle for recognition and the rights to maintain the fulfilment of a work which, until today, he is the only one having realized. But for not having any conventional formation in archaeology, he is legally forbidden to do so. Thereupon, the objective of this study is to analyse this power relations among methodological conceptions sustained by different social actors (with their academic or non-academic knowledge), that prevent both recognition and practice of Josué's selftaught initiatives, for being considered disorganized, lacking methodology, and consequently, unable to produce any "scientific" knowledge. This study aims to demonstrate how the academic knowledge can lead to its own impoverishment when it does not consider other forms of knowledge (i.e., non academic ones) or its own social responsibilities.

Keywords: Josué Pereira Crispim Collection (Ponta Grossa, Icapuí-Ceará). Normative and self-taught knowledge. Knowledge production; Museology. Archeology. Social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Duna sobre parte do paredão de falésias em Ponta Grossa, considerado seu cartão-postal. Detalhe para a grande saliência que inspirou o termo “Ponta Grossa”.....	49
Figura 2 – Parte do sítio Morro dos Ventos. Ao fundo, a enseada da praia da Redonda.....	54
Figura 3 – As duas partes da comunidade (praia e “serra”) de Ponta Grossa vistas por satélite.....	56
Figura 4 – Vista mais ampla de Ponta Grossa, por satélite, integrando a comunidade e suas dunas.....	56
Figura 5 – Vista panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa na praia. Ao fundo, o paredão das falésias da praia do Retiro Grande.....	58
Figura 6 – Vista de uma das casas na “serra” da praia de Ponta Grossa.....	59
Figura 7 – Igreja Assembleia de Deus, na “serra” da Praia de Ponta Grossa.....	61
Figura 8 – Casa típica da “serra” de Ponta Grossa.....	68
Figura 9 – Trecho do bioma mangue na praia de Ponta Grossa.....	70
Figura 10 – Uma das lagoas costeiras de água doce que se formam na praia de Ponta Grossa.....	71
Figura 11 – Na parte esquerda, a “Pedra do Cachorro”, onde a comunidade de Ponta Grossa utilizava um antigo “olho d’água” para retirar água potável.....	72
Figura 12 – Capim-açu sobre as dunas móveis de Ponta Grossa.....	73
Figura 13 – Nível da maré alta, “quebrando” no paredão das falésias.....	75
Figura 14 – Caminho de piçarra sobre a areia da praia de Ponta Grossa.....	75
Figura 15 – Futebol realizado na praia todos os dias no fim da tarde.....	76
Figura 16 – Pôr do sol na praia de Ponta Grossa.....	77
Figura 17 – Rampa de acesso à praia de Ponta Grossa.....	78
Figura 18 – Localização geográfica de Icapuí e a distribuição dos seus distritos, comunidades e praias.....	85
Figura 19 – A presença de manzuás na praia de Ponta Grossa é bastante comum.....	86
Figura 20 – Sr. Josué Crispim segurando uma das garrafas de grés do acervo montado por ele.....	90
Figura 21 – Garrafa de cerâmica vitrificada, do tipo grés, utilizada para transporte de bebidas destiladas nos séculos XVII a XIX, com a inscrição “Amsterdam”.....	93
Figura 22 – Rastros deixados nas dunas pelos <i>buggys</i> . Risco imane de destruição dos possíveis artefatos arqueológicos ali presentes.....	98

Figura 23 – Sr. Josué Crispim e Ricardo Arruda expondo a bugueiro sobre a proibição da circulação em sítio arqueológico nas dunas de Ponta Grossa.....	100
Figura 24 – Sr. Josué Crispim mostrando os artefatos arqueológicos em superfície e o risco de destruição potencializado pelos <i>buggys</i>	107
Figura 25 – Âncora encontrada nas águas de Ponta Grossa e pertencente ao acervo.....	111
Figura 26 – Sr. Josué na porta de entrada do antigo quarto de guarda do acervo.....	116
Figura 27 – Sr. Josué Crispim transportando, para a antiga igreja, parte do acervo localizado na sua atual residência.....	117
Figura 28 – Fachada da antiga igreja e hoje laboratório de análises e espaço de guarda do acervo.....	119
Figura 29 – Laboratório onde eram realizadas as análises do inventário.....	120
Figura 30 – Sr. Josué no “museuzinho” onde realizava a exposição de parte do acervo.....	122
Figura 31 – O Sr. Josué Crispim e algumas crianças da comunidade de Ponta Grossa no laboratório de análise do acervo.....	125
Figura 32 – Instrumento indígena (raspador de calcedônia).....	127
Figura 33 – Pilão (mó) em granulito.....	128
Figura 34 – Cachimbo cerâmico indígena. Detalhe para os motivos antropomorfos.....	129
Figura 35 – Fornilho de cachimbo cerâmico europeu (português). Detalhe para a ornamentação complexa.....	130
Figura 36 – Garrafa de grés, detalhe para a inscrição “Amsterdam”.....	131
Figura 37 – Malacológico fossilizado.....	132
Figura 38 – Peixe fossilizado.....	133
Figura 39 – Aglomerado de material sedimentar.....	134
Figura 40 – Moedas coloniais cunhadas no século XVIII. Uma da época de D. João V e outra de D. José I, reis de Portugal e do Brasil.....	136
Figura 41 – Fragmentos de louças decoradas policromadas com motivos florais. Detalhe para as inscrições.....	138
Figura 42 – Relógio de bolso russo da Segunda Guerra Mundial.....	140
Figura 43 – Cachimbos holandeses feitos de conchas (malacológico).....	141
Figura 44 – Lâmina de machado de pedra polida (lítico polido), em arenito silicificado.....	141
Figura 45 – Sr. Josué Crispim analisando um lítico (raspador) com evidências de lascamentos antrópicos.....	148
Figura 46 – Sr. Josué Crispim observando os artefatos arqueológicos presentes na superfície de sítios em Ponta Grossa.....	163

Figura 47 – Coleção bibliográfica (livros, publicações, revistas, catálogos) que o Sr. Josué decidiu acoplar ao acervo arqueológico.....	177
Figura 48 – Sr. Josué Crispim indicando a representantes do IPHAN/CE área com presença de artefatos arqueológicos.....	182
Figura 49 – Sr. Josué Crispim no antigo espaço de guarda do acervo. Detalhe para os artefatos líticos e cerâmicos distribuídos em pequenos nichos.....	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPG	Associação Comunitária de Ponta Grossa
AMPG	Associação de Moradores de Ponta Grossa
APA	Área de Proteção Ambiental
APIC	Associação dos Apicultores do Município de Icapuí
APPG	Associação Pesqueira de Ponta Grossa
ASTUMAC	Associação de Turismo, Ambiente e Cultura de Ponta Grossa
CDPG	Conselho Deliberativo de Ponta Grossa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICOM	Conselho Internacional de Museus (<i>International Council of Museums</i>)
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN/CE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará
IPHAN/RN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio Grande do Norte
GDTUR	Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí
MINC	Ministério da Cultura
MIS	Museu da Imagem e do Som
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Antropologia e Arqueologia
REDE TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	METODOLOGIA DE PESQUISA: DOS PERCALÇOS AO TEXTO.....	27
2.1	Apresentando as teorias e os métodos.....	27
2.2	Percorrendo caminhos: do “eu” museólogo ao “eu” etnógrafo.....	38
3	PONTA GROSSA, UMA PRAIA ARQUEOLÓGICA ONDE A HISTÓRIA “COMEÇA”, E SUA DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	48
3.1	Constituição histórica: do antigo Cabo de Jabarana a Ponta Grossa.....	48
3.2	A atual organização social de Ponta Grossa.....	55
3.3	Características ambientais da comunidade praiana.....	68
3.4	Trabalho e renda: da pesca artesanal ao turismo comunitário de Ponta Grossa.....	77
4	JOSUÉ CRISPIM E OS ARTEFATOS, TRAJETÓRIAS QUE SE UNEM: O HOMEM QUE PESCA NA TERRA E O ACERVO ARQUEOLÓGICO.....	90
4.1	Josué Crispim, o pescador de “caco velho”.....	90
4.2	O acervo arqueológico da praia de Ponta Grossa.....	107
4.2.1	A constituição do acervo.....	108
4.2.2	Promessas para a construção do Museu de Ponta Grossa e o valor local dos artefatos arqueológicos.....	123
5	“DUBLÊ” DE ARQUEO-HISTORIADOR? O AUTODIDATISMO DO SR. JOSUÉ CRISPIM ENQUANTO CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EMANCIPADO...144	144
5.1	De onde surge o autodidatismo? O contexto do Sr. Josué Crispim.....	144
5.2	O reconhecimento autodidata a partir do capital científico.....	156
5.3	Aprender no olhar, escutar e tocar: construindo o conhecimento autodidata.....	168
6	PODER E POLÍTICA: A TENSÃO ENTRE O CONHECIMENTO ACADÊMICO (IDEOLÓGICO) E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ARQUEOLOGIA.....	184
6.1	Quando o conhecimento não é libertador: a hegemonia da visão científica na construção do conhecimento normativo.....	184
6.2	É possível uma ciência social da produção da ciência?.....	193
6.3.	Quando a inclusão é social: a urgência do protagonismo comunitário na arqueologia.....	202
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
	APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS.....	240

APÊNDICE B - CONVENÇÕES UTILIZADAS NA TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO.....	242
ANEXO A - MAPA EM ESCALAS MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ.....	243
ANEXO B - MATÉRIA SOBRE A “HERANÇA” LOIRA DE PONTA GROSS.....	244
ANEXO C - MATÉRIA SOBRE A SUPOSTA DESCENDÊNCIA HOLANDESA E SUA HERANÇA NO FENÓTIPO LOCAL.....	245
ANEXO D - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO DA CONTRATAÇÃO DO SR. JOSUÉ CRISPIM PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ.....	246
ANEXO E - OFICIALIZAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO SR. JOSUÉ CRISPIM PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ.....	247
ANEXO F - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO AO MPF PARA ORIENTAR A ASSOCIAÇÃO DE BUGUEIROS DE CANOA QUEBRADA SOBRE AS LEIS DE PROTEÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	248
ANEXO G - OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ EM RESPOSTA A COBRANÇA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO QUE SE REFERE A PROTEÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....	249
ANEXO H - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ A SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO PARA VISTORIA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO MORRO DOS VENTOS, NA PRAIA DE PONTA GROSSA, ACATANDO O OFÍCIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA.....	252
ANEXO I - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO.....	253
ANEXO J - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO.....	254
ANEXO K - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO.....	255
ANEXO L - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO.....	256

ANEXO M - CAPA DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS.....	257
ANEXO N - CONTEÚDO DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS.....	258
ANEXO O - OFÍCIO DO IPHAN/CE SOLICITANDO AO SR. JOSUÉ CRISPIM A SUSPENSÃO IMEDIATA DE SUAS COLETAS ARQUEOLÓGICAS E PROMETENDO A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA.....	259
ANEXO P - ESQUEMA CLASSIFICATÓRIO DO ACERVO JOSUÉ PEREIRA CRISPIM.....	260
ANEXO Q - TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ E IPHAN/CE PARA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA ROSSA.....	267
ANEXO R - OFÍCIO DO IPHAN/CE AO GRUPO EDSON QUEIROZ SOLICITANDO A DOAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA.....	268
ANEXO S - REUNIÃO EM PONTA GROSSA DOS INTEGRANTES DO PROJETO RESGATE.....	269
ANEXO T - LEI N.º 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.....	270
ANEXO U - PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	272
ANEXO V - LEI N.º 453/2005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005.....	273
ANEXO W - MATÉRIA JORNALÍSTICA QUE DENOMINA O SR. JOSUÉ CRISPIM COMO PESCADOR E HISTORIADOR.....	279

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é analisar, etnograficamente, a relação de poder entre o conhecimento acadêmico (normativo¹) e o conhecimento autodidata² no procedimento de coleta de artefatos arqueológicos³ e sua gestão no processo de musealização⁴ do acervo constituído pelo pescador e autodidata Sr. Josué Crispim, na praia de Ponta Grossa, em Icapuí, Ceará. Esta disputa de saberes é reflexo dos empreendimentos não-normativos executados pelo Sr. Josué, já que, mesmo não sendo arqueólogo e nem museólogo, traduziu e se apropriou de instrumentos técnicos e conceituais da museologia⁵ e arqueologia⁶, utilizando-os nos sistemas de coleta, pesquisa e salvaguarda sobre o acervo, com o intuito de preservá-lo, apesar da dissonância com a legislação e métodos processuais estabelecidos.

É nesse sentido que percebemos que essas disputas de saberes geram uma multiplicidade de significação e interpretação sobre o acervo e também do próprio Sr. Josué, fomentando, no mínimo, quatro perspectivas de conhecimentos e metodologias: 1) as normativas da arqueologia, da museologia, das políticas legais de proteção do patrimônio arqueológico e das instituições como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); 2) as dos profissionais dessas áreas que percebem as iniciativas não-acadêmicas como importantes produções de conhecimentos; 3) os saberes autodidatas instituídos pela

¹ Conhecimento que se afirma como verdade absoluta (CUNHA, 2009, p. 301), que dita regras e normas.

² Consideramos conhecimento autodidata a atividade de aprendizagem situada nas relações entre pessoas, contextos e práticas não “convencionais” (LAVE, 2015), ou seja, resultado das mediações, práticas, pessoas, lugares etc. (VERRIER, 2002).

³ Para Pedroza, “Os artefatos, também conhecidos como cultura material, são geralmente associados aos testemunhos arqueológicos que possuem natureza móvel, como um instrumento lítico, um adorno ou um utensílio cerâmico. Apesar disso, sua gênese é a de qualquer objeto produzido, modificado ou utilizado de forma intencional pelo homem. Assim, tanto esses vestígios citados, como uma fogueira, um painel rupestre ou as manchas húmicas de uma aldeia poderiam ser agregados como tal” (2011, p. 49). Já Funari (2003) define por artefato arqueológico a porção da totalidade material que vai além da restrição ao produto do trabalho humano. Para além dos artefatos, os ecofatos e biofatos também são aqui considerados objetos arqueológicos, pois são associados e apropriados pelos seres humanos (FUNARI, 2003).

⁴ Duarte Cândido define que a musealização é “entendida como a aplicação de procedimentos da cadeia operatória museológica, ou seja, de salvaguarda e comunicação patrimoniais” (2013, p. 16).

⁵ “Disciplina que tem por objetivo o estudo de uma relação específica do homem com a realidade. Ou seja, do homem/sujeito que conhece os objetos/testemunhos da realidade, no espaço/cenário museu, que pode ser institucionalizado ou não” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 47).

⁶ “A Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003, p. 15). Ainda segundo Funari, a palavra arqueologia tem origem grega, e significa “conhecimento dos primórdios”, ou “o relato das coisas antigas” (2003, p. 13).

prática e experiência do Sr. Josué e; 4) além, também, das traduções e apropriações dessas disciplinas para dentro da realidade local da comunidade de Ponta Grossa executadas pelo Sr. Josué, pois, assim como dispõe Verrier (2002), apesar da existência de diversas vias para o aprendizado autodidata, a educação formal e os livros – o livro é entendido aqui como material que proporciona o conhecimento “padronizado” - são importantes veículos de conhecimentos para os autodidatas, uma vez que essas apropriações e traduções são valiosas táticas tanto simbólicas como estratégicas.

O local/campo da pesquisa é a comunidade praiana de Ponta Grossa, pertencente ao município de Icapuí, localizado no Estado do Ceará, região nordeste do país. O município de Icapuí faz divisa com o Estado do Rio Grande do Norte, e, no Ceará, com o município de Aracati, área de histórica importância para a região no período de colonização europeia, com distância de 201,9 km de Fortaleza, capital do Estado.

O acervo é constituído por objetos de diversas tipologias e cronologias, porém a composição quase total das coleções é concebida por artefatos arqueológicos – cerca de 90% -, numa gama de mais de 4.500 objetos. Nele há presença de artefatos líticos, material em vidro e metal, cerâmicas - entre elas: faiança fina e portuguesa; cerâmica neobrasileira; indígena; olaria; cachimbo português e holandês; grés; e porcelana -, minerais e rochas, fósseis, moedas, documentos; e artefatos não arqueológicos, como livros, fotografias, entre outros. A maioria dos artefatos arqueológicos foi coletada pelo próprio Sr. Josué, e alguns desses foram provenientes de compras e doações, sejam por amigos, familiares ou até mesmo por desconhecidos.

Contextualizando um pouco a história desse acervo, o Sr. Josué coletou e o formou por mais de três décadas, porém, suas coletas foram feitas de modo inadequado – segundo as normas e procedimentos da arqueologia -, e também sem permissão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁷, já que se tratava de artefatos arqueológicos, logo, pertencentes à União⁸. O mesmo foi “denunciado” ao IPHAN/CE por uma reportagem

⁷ De acordo com a Constituição Federal de 1988, na Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a respeito da disposição sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Artigo 8º afirma que: “O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual IPHAN], ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo”.

⁸ Conforme a legislação de Bens Arqueológicos de 1961, o Artigo 1º dispõe que: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que

jornalística. Essa denúncia ocorreu há mais de 20 anos, por isso, foi levado ao Ministério Público Federal da comarca de Limoeiro do Norte, Ceará, um pedido de denúncia, feito por moradores de Ponta Grossa, contra o próprio IPHAN/CE por não estar tomando as devidas providências, que foi logicamente acatada pelo procurador encarregado. Em consequência desse episódio, no ano de 2013 foi aberta uma licitação, na qual algumas empresas concorreram para a execução dos trabalhos exigidos pelo órgão responsável. Com o advento do programa de resgate do IPHAN/CE, executado pela empresa privada ArqueoSocio⁹, o Sr. Josué perdeu a guarda de todo o acervo e foi proibido de efetuar qualquer coleta de artefatos arqueológicos, correndo risco de prisão, caso ele não cumpra esse mandato.

A minha aproximação com Ponta Grossa e com o Sr. Josué se deu em 2014, no qual passei cerca de um ano na comunidade, participando do projeto de tratamento do acervo arqueológico montado pelo Sr. Josué, executado pela empresa ArqueoSocio. A ação se constituiu como parte de uma oportunidade de trabalho gerada pelo “Programa de Resgate Arqueológico na Área do Sítio Morro dos Ventos, Objeto de um Plano de Ação da Superintendência do IPHAN no Ceará – Icapuí – Ceará”. Esse projeto tinha como objetivo executar duas linhas de ações: um diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico no sítio Morro dos Ventos, localizado na praia de Ponta Grossa; e a execução do inventário museológico¹⁰ do acervo formado pelo Sr. Josué. Fui convidado para compor o quadro de funcionários para a realização do projeto, ocupando a função de coordenador de inventariação museológica do acervo. Ou seja, constituí o quadro técnico voltado para o segundo eixo do projeto. Esse último tinha como objetivo fazer a inventariação do acervo, como dito anteriormente, visando à otimização dos objetos, assim como a construção de medidas que criassem e indicassem ações para a salvaguarda desses objetos, utilizando-se de princípios museológicos. Foi uma empreitada desenvolvida na condição de estudante de museologia, onde a utilizei também como objeto de estudo para meu trabalho de conclusão de curso, já que me encontrava na reta final da graduação. A monografia teve como título “A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué

neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Artigo 180 da Constituição Federal”.

⁹ “Empresa especializada na prestação de serviços em arqueologia, sociologia, economia, meio ambiente, arquitetura, restauração, e áreas afins, desenvolve projetos, estudos e pesquisas direcionados a empreendimentos públicos e privados, organizações governamentais e não governamentais. Com sede em Fortaleza” (Definição encontrada no site da empresa).

¹⁰ “Denomina-se inventário [museológico] o levantamento individualizado e completo dos bens relativos a uma instituição ou pessoa, abrangendo registro, identificação e classificação” (CAMARGO-MORO, p. 41, 1986).

Pereira Crispim (Icapuí-Ceará)”, defendida em 2015, na Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar e descrever os passos técnicos que produziram a documentação museológica sobre o acervo, e analisar as representações e ressignificações construídas sobre os artefatos musealizados pelo formador do acervo.

Na monografia, percebemos que o que estávamos chamando de “representação social” da comunidade a partir do acervo, era pouco presente, ou mesmo inexistente durante muito tempo. Essa conclusão se deu pelo fato do Sr. Josué não ser reconhecido como um ator realmente contribuinte para/pelos órgãos encarregados da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, já que não possui formação convencional. Consequentemente, os moradores da comunidade o enxergavam como uma pessoa incapaz de realizar aquilo que ele tanto dizia concretizar: salvaguardar os bens arqueológicos e desenvolver pesquisas para o entendimento da ocupação humana naquela região a partir dos artefatos arqueológicos. Mas essa tensão foi apenas citada ligeiramente durante a monografia, não passou de um dado secundário para a reflexão proposta. E nem podia ser também o problema central, pois o objeto de reflexão não era fundamentalmente esse. Foi então que surgiu a oportunidade de realizar essa análise num trabalho ainda maior: desenvolvê-la numa dissertação.

Dessa forma, o intuito da pesquisa é perceber/entender como se constrói a relação de poder - que impede, em grande parte, a validação das coletas realizadas pelo Sr. Josué e sua autogestão (pesquisa e salvaguarda) - a partir das disputas dos saberes autodidata e acadêmico (normativo). Ou seja, tendo o Sr. Josué como uma figura detentora de conhecimentos autodidatas, em contraste com os conhecimentos normativos da academia, é objetivo nosso analisar a influência que essa relação de poder exerceu sobre o reconhecimento coletivo, tanto do acervo e das metodologias usadas como do próprio Sr. Josué.

Uma das necessidades que justificariam esta pesquisa poderia ser, além da carência de trabalhos sobre o acervo organizado por mais de três décadas, sem nenhum incentivo financeiro e/ou institucional, e de publicações sobre a presença de sítios arqueológicos na comunidade - com fósseis e artefatos de diversas origens (testemunhos da presença humana que ali formaram comunidades originais da memória e história local) -, a ausência de pesquisa que analise a produção de conhecimento autodidata sobre arqueologia e museologia realizada pelo Sr. Josué. Isto nos alerta para a necessidade e importância de conceber um trabalho acadêmico que dê conta de investigar esse rico conjunto de problemas inseridos na praia de Ponta Grossa. Mas ela repousa também em outras justificativas.

A justificativa do estudo se funda aqui, além da carência e ausência de pesquisas, numa tentativa de análise e reflexão sobre a apropriação positiva da produção do conhecimento autodidata – ou conhecimento tradicional, ou mesmo a bricolagem e o pensamento selvagem/mágico (LÉVI-STRAUSS, 1989) - apontando para a sua valorização e aproveitamento, desmistificando o monopólio que regulamenta a propriedade e a difusão do conhecimento normativo acadêmico¹¹. Ao tomar a antropologia como área de estudo para analisar as relações de poder numa perspectiva etnográfica, essa pesquisa contribuirá para evidenciar as estratégias de produção de conhecimento que ultrapassa os muros das universidades. Já como justificativa voltada para a contribuição social desta pesquisa, tem-se o reconhecimento das iniciativas realizadas pelo autodidata, Sr. Josué Crispim, como um importante intérprete e classificador da cultura material arqueológica da região da praia de Ponta Grossa. A pesquisa se fundamenta em nível local, mas pretende se ampliar num horizonte mais amplo, pois, assim como Pires (2008a), também parto do pressuposto – talvez limitante – que as generalizações teóricas têm por obrigação o acesso “global”, que translada a descrição e explicação aplicadas exclusivamente ao universo empírico da pesquisa. Ou seja, deve ultrapassar o universo de análise (no caso a comunidade de Ponta Grossa) ao universo geral (universo ao qual a teoria se aplica; a outros casos).

Para satisfazer esses interesses, o texto desta dissertação foi organizado em cinco capítulos, divididos da seguinte forma, respectivamente: 1) revisão da literatura sobre a metodologia da pesquisa antropológica e os referentes métodos usados nos campos de estudo; 2) como área geográfica da pesquisa, a contextualização histórica e atual de Ponta Grossa; 3) apresentação do Sr. Josué Crispim e o acervo constituído por ele; 4) exposição do autodidatismo como uma produção de conhecimento autêntica e sistematizada (fundamentada em metodologias) e; 5) sobre como o conhecimento acadêmico pode ser normatizador e a consequente necessidade que essa propriedade divergente impõe aos campos científicos de cumprirem, cada vez mais, a sua função social.

O primeiro capítulo, intitulado “Metodologia de pesquisa: dos percalços ao texto”, é dividido em dois subcapítulos: “Apresentando as teorias e os métodos” e “Percorrendo caminhos: do ‘eu’ museólogo ao ‘eu’ etnógrafo”. Durante o capítulo será realizada uma

¹¹ Um bom exemplo para elucidar essa apropriação positiva da produção de conhecimento fora da universidade é o Projeto “Encontro dos Saberes”, promovido, desde 2002, organizado pelo antropólogo José Jorge de Carvalho. O projeto consiste, de forma geral, em convidar Mestres detentores de saberes populares a terem acesso às universidades na mesma equidade que professores universitários.

revisão da literatura sobre a metodologia usada para a realização da pesquisa de campo, bibliográfica e documental que este estudo necessitou. Definições e reflexões sobre os métodos usados na pesquisa, como observação participante, entrevistas semi-estruturadas, narrativas e grupais, além da escrita e autoridade etnográficas, são alguns pontos deste capítulo. Apresentarei os atores/colaboradores desta pesquisa, desde o Sr. Josué Crispim, passando pelos moradores de Ponta Grossa, até chegar aos profissionais da academia e aos órgãos públicos. A abordagem também presa pelo relato dos fatos reais do campo, inclusive suas dificuldades e mudanças de estratégias, muito comuns nesse tipo de análise não tão previsível que é o estudo de campo. Essa direção foi tomada por achar que esses são dados tão relevantes quanto os que supostamente são tomados como realizados com sucesso. O capítulo mostra a necessidade de uma metodologia bem planejada e a importância da honestidade na relação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa.

O segundo capítulo, que tem como título “Ponta Grossa, uma praia arqueológica onde a ‘História’ começa, e sua diversidade socioambiental”, é organizado em quatro partes: “Constituição histórica: do antigo Cabo de Jabarana a Ponta Grossa”, “A atual organização social de Ponta Grossa”, “Características ambientais da comunidade praiana” e “Trabalho e renda: da pesca artesanal ao turismo comunitário de Ponta Grossa”. Trata de uma análise histórica e a constituição atual de Ponta Grossa. As ocupações pré-coloniais e coloniais da região, a ocupação do território pelas famílias Pindú e Crispim, as enchentes da alta maré que forçaram uma reorganização da ocupação no território, as denominações anteriores ao topônimo “Ponta Grossa” são alguns pontos analisados na primeira parte do capítulo. Na conjuntura atual, aborda o desenvolvimento de Ponta Grossa, a importância da religião para a unidade comunitária entre os moradores, as relações familiares, a pesca artesanal e o alargamento do turismo comunitário. A narrativa etnográfica, presente em toda a dissertação, é ainda mais marcante e relevante neste capítulo.

O terceiro capítulo, “Josué Crispim e os artefatos, trajetórias que se unem: O homem que pesca na terra e o acervo arqueológico”, também é organizado em quatro partes: “Josué Crispim, o pescador de ‘caco velho’”, “O acervo arqueológico da praia de Ponta Grossa”, “A constituição do acervo” e “Promessas para a construção do Museu de Ponta Grossa e o valor local dos artefatos arqueológicos”. Neste capítulo é apresentada a etnografia sobre a vida do pescador e colecionador Sr. Josué Crispim, desde seu nascimento, passando pela formação, constituição da família, sua troca gradativa da pesca no mar pela “pesca” nas dunas, sobre sua

atração pelos artefatos arqueológicos, até chegar na sua condição atual; também é realizada a etnografia da constituição do acervo, como se deu, por quais motivos, as procedências dos artefatos; ainda é averiguada a epopeia da tão desejada e lutada construção de um museu para abrigar este acervo; as atribuições de significado que o Sr. Josué, os moradores de Ponta Grossa e os profissionais da academia atribuem ao acervo também serão analisadas.

No quarto capítulo, o penúltimo, que tem como título “‘*Dublê*’ de arqueo-historiador? O autodidatismo do Sr. Josué Crispim enquanto construção de conhecimento emancipado”, é composto por três partes: “De onde surge o autodidatismo? O contexto do Sr. Josué Crispim”, “O reconhecimento autodidata a partir do capital científico” e “Aprender no olhar, escutar e tocar: construindo o conhecimento autodidata”. É neste capítulo que começa de fato a análise sobre a relação de poder nas produções de conhecimentos, percebidas na comparação sobre os múltiplos pontos de vista e nas diferentes metodologias dos atores, detentores de conhecimentos acadêmicos e não-acadêmicos. Na primeira parte, apresento o trajeto que o Sr. Josué percorreu para construir o seu conhecimento autodidata. Já na segunda parte, reflito que o conhecimento autodidata é tido, pela ciência normativa, destoante das regras e métodos estabelecidos, e somente o capital científico (BOURDIEU, 1997), nesse sentido, seria capaz de estabelecer o reconhecimento necessário para um campo de conhecimento ser considerado científico ou mesmo contribuinte, mas abordagens como a bricolagem de Lévi-Strauss (1987), o senso comum considerado sistematizado por Geertz (2001), a experiência e prática de Merleau-Ponty (2006), a aprendizagem a partir do olhar, ouvir e tocar de Ingold (2010), com o auxílio dos aportes da teoria pós-colonial, são o embasamento geral para questionar e romper essa autoridade normativa na relação entre esses saberes.

Finalmente, o quinto e último capítulo, “Poder e política: A tensão entre o conhecimento acadêmico (ideológico) e a responsabilidade social da arqueologia”, é composto por três divisões: “Quando o conhecimento não é libertador: A hegemonia da visão científica na construção do conhecimento normativo”, “É possível uma ciência social da produção da ciência?” e “Quando a inclusão é social: a urgência do protagonismo comunitário na arqueologia”. O embate de poder continua neste capítulo, que tem como intuito perceber e demonstrar como a produção de conhecimento na academia pode ser opressora caso não leve em consideração outras formas de conhecimento e suas responsabilidades sociais. O conhecimento deixa de ser libertador quando pretende normatizar os modos de produção, como veremos em autores como Morin (2005), Stengers (2002) e Feyerabend (2011). Ao

considerar as preocupações sociais como também determinantes para a ciência, não está abandonando o “desenvolvimento” e o “progresso” do campo científico, como as análises comparativas da museologia social (MOUTINHO, 1993) (DUARTE CÂNDIDO, 2013), (BRULON SOARES, 2012) e a antropologia simétrica (LATOUR, 1994, 2015), (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), (STENGERS, 2002) poderão demonstrar em relação ao campo da arqueologia. A última parte do capítulo irá abarcar as chamadas “arqueologias alternativas” (SILVA, 2012) e mostrar como são, na maioria dos casos, insuficientes ao pretenderem construir uma disciplina social sem se comprometer, de fato, com a inclusão dita popular.

Nas “Considerações Finais”, apresentamos alguns dos principais resultados desenvolvidos pelo trabalho, abrimos outras pistas de reflexão podendo ser analisadas em futuros trabalhos/pesquisas.

Já os elementos pós-textuais, especificamente os anexos, trazem um rico material composto de documentos, leis municipais, matérias de revistas e jornais referentes ao acervo, ao Sr. Josué Crispim e a Ponta Grossa. Todo esse conjunto de registros, em sua grande parcela, foi zelosamente reunido e conservado pelo Sr. Josué, por isso tratamos esse conjunto de material pertencente a ele como um verdadeiro tesouro composto de informações muito valiosas.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA: DOS PERCALÇOS AO TEXTO

2.1 Apresentando as teorias e os métodos

[aqui, o que apresentamos são os] [...] problemas das relações de poder e de dominação que tradicionalmente caracterizaram o trabalho de campo entre pesquisador e pesquisados. Empenhados na autocrítica dessas relações e na legitimidade da pesquisa tradicional em um mundo que se acredita pós-colonial, propõem que o resultado da pesquisa não seja fruto de observação pura e simples, mas de um diálogo e de uma negociação de pontos de vista [questionável]. Daí para a crítica dos estilos etnográficos, para o questionamento da autoridade do texto, para a descrença em macroteorias, para a ênfase na fragmentação da experiência, a distância é curta (PEIRANO, 1995, p. 25).

Algo que já há muito me inquieta, ao ler trabalhos de antropologia, é a não disponibilização minuciosa das metodologias de campo e pesquisa. Não estou ponderando sobre a qualidade ou não dos respectivos métodos usados, mas sim sobre o quanto essa não disponibilização das metodologias prejudica a análise do leitor, sobre o modo como foram aplicados, de como aconteceu, de fato, a construção da pesquisa etc. Dessa forma, este capítulo preza pela descrição de acontecimentos relacionados à metodologia pensada antes, durante e após realização da pesquisa de campo em Ponta Grossa. Procurei não esconder as dificuldades sentidas durante o processo, justamente por entendê-las também como importantes dados, já que o “ir a campo” e a posterior construção etnográfica não são momentos lineares, como se fossem perfeitas simetrias. Faço uma revisão da literatura embasada em alguns clássicos e reflexões contemporâneas sobre o trabalho de campo e a etnografia, de modo geral. O objetivo desse ponto é descrever como foi construída teórica e empiricamente a metodologia e o conseqüente refinamento da discussão entre os autores citados. Também analiso a importância do antropólogo refletir sobre sua “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 2002) e a relação de poder imbricada entre o pesquisador e os atores sociais/colaboradores¹² locais.

Os discursos etnográficos não são, em nenhuma circunstância, falas de personagens inventados. Os informantes são indivíduos específicos com nomes próprios reais - nomes que podem ser citados de forma modificada quando necessário. As intenções dos informantes são sobredeterminadas, suas palavras, política e metaforicamente complexas (CLIFFORD, 2002, p. 54-55).

Pelo fato do constituidor do acervo, o Sr. Josué Crispim, ser o meu principal interlocutor¹³ e figura central da pesquisa, sendo detentor de informações específicas e

¹² O termo “colaborador” usado aqui não faz referência a “antropologia colaborativa”, que exige a co-autoria. A palavra é usada no sentido de “auxiliador” local.

¹³ Consideramos que o termo não é adequado, mas os usaremos por limitação conceitual. O termo mais próximo do que achamos apropriado é “colaborador”, desambiguado logo acima.

essenciais para o desenvolvimento do estudo, não o tomei como amostra da investigação. Contudo, tomei algumas pessoas da comunidade, com perfis socioeconômicos diversificados, que demonstraram interesse “espontâneo” em participar, além de outras convidadas por mim. As escolhas foram feitas, de início, às pessoas que eu já tinha mantido algum contato anteriormente. Posteriormente, com a aproximação, os convites começaram a ser efetivados realmente. Algumas das estratégias desta proximidade foi a apresentação da pesquisa em encontros formais e informais com os moradores da comunidade, uma forma viável de aproximar a pesquisa à comunidade, relacionando o meu interesse de estudo ao interesse da comunidade em contribuir com a pesquisa, e o contrário também, relacionar o interesse de estudo da comunidade ao meu.

O Sr. Josué Crispim não foi o único interlocutor desta pesquisa em Ponta Grossa, pela necessidade e importância de variar esses colaboradores, outros acabaram por se tornarem fundamentais na articulação local para o desenvolvimento do estudo. Foram eles todos de Ponta Grossa: Ricardo Arruda, produtor de audiovisual e parceiro do Sr. Josué Crispim, desde 2005, no que tange assuntos burocráticos e de pesquisas; Eliabe Crispim, presidente da GDTUR (Grupo de Desenvolvimento do Turismo em Icapuí), coordenador executivo da Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário), presidente da ASTUMAC (Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa), diretor de desenvolvimento de turismo na Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Icapuí, e proprietário da Barraca Macura; Adaias Crispim, proprietário da Barraca Pantanal e um dos presbíteros da comunidade de Ponta Grossa.

O número de pessoas retido desse universo, pelo menos para as entrevistas, foi entorno de 15 a 20 voluntários. Preliminarmente, havia pensado num número maior de entrevistados, mas como os conteúdos das informações, em muitas entrevistas, estavam de certa forma se repetindo, a escolha foi por não prolongar esse método. Apesar de já ter vivência anterior nessa localidade (ver introdução), a estimativa pôde mudar, diminuindo ou aumentando, graças a uma ainda maior adentrada ao campo, pois usei o método de pesquisa qualitativa, flexivo ao objeto na medida em que a investigação avançava. A reflexão e liberdade são características deste procedimento para a construção do objeto de estudo. Assim como Pires (2008) dispõe, a amostra pode modificar no transcorrer da análise, em relação ao esboço da pesquisa. Na maioria das vezes, o campo profere quais caminhos se deve seguir, e foi isso que ocorreu em Ponta Grossa. Tivemos a preocupação, como já exposto, em variar os perfis das

peessoas que cederam entrevista. Mais ou menos dos 18 anos até quase 80; pescadores, donos de estabelecimentos turísticos e alimentícios, hoteleiros, turismólogos, professores, estudantes de níveis técnico e superior, entre outros colaboraram. A maior dificuldade foi entrevistar as mulheres de Ponta Grossa, isso muito se dá por conta da religião, que segundo Adaias Crispim, impede, por exemplo, que uma mulher se torne pastora ou ocupe algum cargo de gestão, gerando, conseqüentemente, pouca mobilização feminina nas questões políticas da comunidade. Obviamente há participação de mulheres em muitas decisões que afetam Ponta Grossa, mas a realidade é que essa mobilização é acanhada, não passando de alguns casos isolados.

A história oral também é instrumento importante de pesquisa e fonte documental, por isso a utilizamos como um método propício na construção das análises aspiradas. Ela possibilita apreender as problemáticas inseridas nos locais. A partir da abordagem oral podemos evidenciar algumas das memórias que subsidiaram o entendimento sobre fatos propostos (THOMPSON, 1998). Nesse contexto, a abordagem oral pode dar ampla contribuição para a reunião das memórias individuais e coletivas – pois a memória de um pode ser a memória de muitos. Assim, de acordo com Thompson (1998), a experiência de vida das pessoas de todo o “tipo” pode ser utilizada como matéria-prima, atribuindo à história uma nova dimensão. Nessa concepção, entende-se que as evidências históricas não devem ser exclusivamente restritas a líderes políticos, intelectuais ou sociais, é necessário que se permita a criação de uma multiplicidade original de pontos de vista. Assim como o Sr. Josué Crispim sempre afirma em suas falas, a história é construída não só por uma pessoa, mas por toda humanidade, sendo ele apenas um sujeito que traz consigo mais um conhecimento específico, por exemplo.

A estratégia de contatos com arqueólogos ou pessoas que trabalham com arqueologia (que não necessariamente são arqueólogos), de modo geral, também foi tomada como de grande valor contribuinte para a pesquisa. Mas, o que anteriormente tinha sido planejado no projeto de dissertação foi mudado novamente. O objetivo era que especialmente as arqueólogas e arqueólogos que participaram do projeto de tratamento do acervo constituído pelo Sr. Josué e as arqueólogas e arqueólogos do IPHAN/CE fossem consultados durante a pesquisa. A mudança ocorreu por uma tentativa frustrada de entrevista com uma pessoa ligada ao IPHAN/CE, que justificou sua negativa. Talvez o fato da pesquisa problematizar um tema polêmico e delicado para a arqueologia, e conseqüentemente para órgãos de gestão como

IPHAN, tenha sido o principal influenciador, por isso, dependendo do ponto de vista, essa justificativa pode ser plausível. Então, possivelmente, essa também seria a recepção “oficial” de muitos daqueles do IPHAN/CE que pudessem ser convidados por mim a realizar uma entrevista, e para evitar qualquer tipo de confronto nesse momento de articulação da comunidade, Prefeitura Municipal de Icapuí e do próprio IPHAN/CE para a construção do Museu Comunitário de Ponta Grossa, refletimos sobre a desistência desse universo de possíveis entrevistados ser o melhor a se fazer. Contudo, as entrevistas com arqueólogos e profissionais que trabalham com a arqueologia ocorreram mesmo assim, o foco foi tentar entender o ponto de vista individual. Também uma arqueóloga que trabalhou no projeto de tratamento do acervo em Ponta Grossa foi entrevistada com sucesso. Entre esses profissionais, alguns trabalham na área ou são professores, outros eram pesquisadores pós-graduados ou pós-graduandos. Por questões de distâncias que impossibilitaram o contato “olho-no-olho”, alguns desses foram realizados apenas via *e-mail*. Embora esta não venha a ser a melhor forma de efetivar um contato para pesquisa, foi a solução mais admissível no momento. E, para nós, foi essencial trazer e buscar entender os relatos desses profissionais. Inspirados em Latour e Woolgar (1997), procuramos abrir um caminho diferente do costumeiro, que é excluir aqueles que compõem os campos científicos nos quais construímos nossa crítica, nesse caso, a arqueologia:

[...] aproximar-se da ciência, *contornar* discurso dos cientistas, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois voltar-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma metalinguagem que *não deixe nada a dever* a linguagem que se quer analisar. Em resumo, trata-se de fazer o que fazem todos os etnógrafos, e de aplicar à ciência a deontologia habitual as ciências humanas: familiariza-se com um campo, permanecendo independente dele e à distância (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 26, grifos dos autores).

Foram realizados quatro questionários diferentes com perguntas semiestruturadas. Um específico para o Sr. Josué; outro para os moradores de Ponta Grossa; e dois para os arqueólogos e profissionais que trabalham com arqueologia, diferenciando-se entre aqueles que conhecem o acervo em Ponta Grossa e os que ainda não tiveram a oportunidade de conhecê-lo (ver próximo parágrafo sobre os métodos das entrevistas). Para não seguir a frequente tendência de apresentar somente um único interlocutor do etnógrafo como o representante de sua cultura através do qual os processos sociais gerais são revelados (CLIFFORD, 2002), não construímos uma análise fundamentada na história de vida do Sr. Josué, entendida como uma reflexão que perpassa todo o texto. O intuito foi variar os discursos, ouvir e perceber as diferentes formas de pensar desses sujeitos; entender, dentre tantos outros temas, por exemplo, qual a metodologia usada pelo Sr. Josué durante as coletas

dos artefatos e no processo de musealização, e quais as metodologias adotadas pelos arqueólogos e profissionais que trabalham com arqueologia, sobre esses artefatos arqueológicos que compõem o acervo; ou também o que os moradores de Ponta Grossa acham sobre o acervo. É necessário tratar a metodologia, no campo da pesquisa, de forma heurística, para que assim se possa fazer soar as vozes dos diferentes indivíduos sobre o embate e o poder dos díspares conhecimentos envolvidos. E, como dito, na metodologia devem ser expostas as dificuldades e mudanças que fazem parte da pesquisa de campo. Tentar esconder e omiti-las não parece ser justo e ético. Essas “mudanças” são consideradas normais para Strathern (2014). Segunda ela, “Aquilo que em casa fazia sentido como projeto de pesquisa em campo pode perder força motivadora; assumem o comando as preocupações das pessoas aqui e agora” (2014, p. 346). Peirano corrobora:

Se a pesquisa de campo traz a insegurança intrínseca do desnudamento, refugiar-se nas entrevistas, nas pesquisas-relâmpago, nos questionários aplicados por auxiliares, na metodologia como camisa-de-força enfim, pode apenas reforçar nossa tendência já naturalizada para a especulação introspectiva, criativa por certo, mas que deixa de lado o choque mais aterrador e, no entanto, mais rico do encontro com a alteridade (1995, p. 131).

Sobre as técnicas de reunião de dados, foi utilizada uma combinação de métodos. Além do uso de referenciais bibliográficos e documentais (livro, revistas, cartas referentes ao Sr. Josué e o acervo), também foram aplicadas entrevistas, como dito. O Sr. Josué possui uma pasta onde reuniu matérias jornalísticas, artigos em revistas, fotografias antigas do acervo, entre outros tantos materiais de grande importância para a pesquisa. As entrevistas empregadas constituíram-se do tipo semiestruturada, (GASKELL, 2005), com combinação de entrevistas individuais e algumas com mais de uma pessoa (grupais). O objetivo da entrevista grupal foi estimular os participantes a falarem e reagirem à interação social; é um ambiente mais “natural” e holístico. Já a entrevista individual se preocupou mais com a análise profunda sobre as opiniões e memórias de cada indivíduo. A ideia da entrevista semiestruturada se fundamenta não em fazer um conjunto de perguntas padronizadas, dando pouca flexibilidade ao entrevistado, mas que seja vista como uma espécie de convite ao informante para falar com suas próprias palavras e experiências. Também foi empregada, especificamente com o Sr. Josué, a entrevista narrativa (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2005) como método de reunião de dados, que tem como objetivo encorajar o entrevistado a contar histórias sobre algum acontecimento relacionado ao objeto de estudo da pesquisa. Há toda uma perspectiva etnográfica voltada para as narrativas de vida, e principalmente em campos que trabalham com a tradição oral (dita como conhecimento não “científico”), e esse estudo

não foge desse viés, pois através da pesquisa, fazemos, de certa forma, uma etnografia da trajetória de vida (não história de vida) do Sr. Josué. Suas narrativas contém toda uma parte do imaginário que foi analisada durante a comparação entre os diferentes conhecimentos e suas perspectivas metodológicas que estão em jogo. A princípio foi pensado em realizar mais de uma entrevista com cada indivíduo, assim também com as entrevistas grupais, mas como já foi apresentado, a repetição de informações nas entrevistas nos orientou que a diminuição desse método era necessário naquele momento. A maioria das entrevistas foi gravada, duas pessoas em Ponta Grossa pediram para que não fossem gravadas por se sentirem intimidadas (timidez) com esse método.

Houve observação participante nas entrevistas, mas, seguindo os conceitos de Gaskell (2005), existem algumas limitações em relação às entrevistas. O entrevistador se apoia nas informações passadas pelo informante; em alguns casos o entrevistador não consegue absorver a “linguagem local”; como também o entrevistado pode omitir detalhes que são importantes, seja isso feito por diversos motivos; além do fato do informante expor situações e informações diferentes daquelas da realidade. Ou seja, as entrevistas tornam acessíveis os relatos das práticas e não as práticas em si. A observação pode habilitar descobrir como algo “realmente” acontece (ou pelo menos próximo da realidade). Esses fatos podem levar o pesquisador a realizar falsas conclusões. Para fugir dessas armadilhas, o trabalho de campo, em sua totalidade, constitui a maior parte das fontes que esta pesquisa parte. De modo efetivo, é pertinente salientar que as limitações das entrevistas não invalidam o método.

Todavia, acreditar que a observação participante pode submergir e capacitar o pesquisador a descobrir o que de real sobrevém dos grupos pesquisados, pode ser outra armadilha metodológica.

A meu ver, o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o ‘com que’, ou ‘por meios de que’, ou ‘através de que’ (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem” (GEERTZ, 2001, p. 89).

Para Geertz (2001), em vez de buscar um “tipo de constituição psíquica”, o importante é que os pesquisadores vejam as coisas do ponto de vista dos nativos. Mas não devemos olhar por cima dos ombros dos nativos, como sugere Geertz (2001), devemos ver pelos olhos do etnógrafo, ou seja, pelos “ombros” da etnografia (PEIRANO, 1995). Ainda assim, Geertz (2001) expõe que essa técnica não faz com que as questões se tornem mais fáceis de responder, estratégias assim possibilitam a captura de conceitos que podem permitir a

conexão esclarecedora sobre elementos gerais da vida social. “O truque é não se deixar envolver por nenhum tipo de empatia espiritual interna com seus informantes” (GEERTZ, 2001, p. 88). Entretanto, estabelecer uma convivência, uma cumplicidade, uma intimidade com os nativos, é sempre importante para o trabalho, assim como também é ético. Tendo sempre em mente que chegar à noção de profundidade íntima não significa ser “um deles”.

[...] não imaginando ser uma outra pessoa – um camponês no arrozal, ou um sheik tribal – para depois descobrir o que este pensaria, mas sim procurando, e depois analisando, as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, em cada um desses lugares (GEERTZ, 2001, p. 89-90).

Dito isso, assim como dispõe Ingold (2011), a etnografia é a descrição das vidas de outras pessoas, com “precisão” e uma aguçada sensibilidade através da observação minuciosamente detalhada e da experiência em primeira mão. A meu ver, pesquisa de campo sem imersão intensiva (de longo prazo ou de vários curtos prazos que permitam uma “cumplicidade”) não deve ser considerada uma “verdadeira” pesquisa de campo - estudo de campo referenciado aqui no método da observação participante -, apesar de haver aqueles pesquisadores menos atraídos pela pesquisa de campo, como também “Nem todo bom antropólogo é necessariamente um etnógrafo” (PEIRANO, 1995, p. 45). Na observação participante, o pesquisador está aberto a uma ampla gama de informação, sendo capaz de perceber diferentes observações e impressões. O método da observação participante foi utilizado nas participações em palestras, rodas de conversa, reuniões comunitárias, em apreciações cotidianas da dinâmica social da comunidade e em visitas às casas das pessoas, e também nas próprias entrevistas há estimulação da observação participante, como já exposto. A intenção foi abranger e se inserir o mais profundo possível na malha organizacional da comunidade de Ponta Grossa, para que tivéssemos um possível “acesso” aos significados (ou, como prefere Geertz (2001), as interpretações dos significados) que guiam os comportamentos coletivos. Mas o perigo da etnografia é olhar para o campo com uma visão excessivamente influenciada pelas conversões antropológicas herdadas, o que não é tarefa nada fácil – ou impossível - deixar de ir ao campo sem concepções antropológicas preestabelecidas e perder a mania de suprimir os sinais de incoerência e multiculturalismo (diversidade sociocultural interna) (BARTH, 2000). A partir daí - com o auxílio do diário de campo -, fizemos uma etnografia, a qual é um dos principais pilares da pesquisa.

As escritas no diário de campo aconteciam no meio do dia e/ou antes de dormir, ou só durante a noite. Confesso que foi um trabalho cansativo, que por vezes se tornava um

marasmo a “obrigação” de transcrever tudo aquilo que considerava importante. Cada linha escrita valeu a pena, não há imersão fora do campo mais rica do que no diário de campo. No texto, daremos ênfase à etnografia, e apesar de estarmos “cada vez mais familiarizados com o relato do trabalho de campo feito em separado (um subgênero que ainda tende a ser classificado como subjetivo, ‘leve’, ou não-científico) [...]” (CLIFFORD, 2002, p. 42), a etnografia é entendida aqui, assim também como na visão de Hammer, Martyn e Mayer (2008), como uma investigação social, que trabalha com uma grande gama de fontes direcionada à estruturação da pesquisa em questão.

Há aqueles mais inclinados e os menos atraídos para a pesquisa de campo. Mas todo bom antropólogo aprende e reconhece que é na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia. Tal confronto, que teve sua gênese na pesquisa de campo entre povos primitivos, encontra-se hoje domesticado e incorporado como ‘visão’ da antropologia, e é atualizado no campo ou entre quatro paredes de uma biblioteca (PEIRANO, 1995, p. 45).

Geertz afirma que a etnografia bem executada não está relacionada a uma questão de métodos, que “a opinião dos livros-textos, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (1989, p. 4), não é tão relevante como se julga, pois não são esses procedimentos que definem o bom empreendimento etnográfico, mas sim “o tipo de esforço intelectual que representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1989, p. 4). Para Peirano (1995), também não há como ensinar a realizar pesquisa de campo, pois, a experiência de campo está relacionada, dentre alguns pontos, à biografia daquele que pesquisa, das escolhas teóricas da antropologia, do contexto socio-histórico extenso e, não menos importante, às imprevisíveis circunstâncias do cotidiano no local de estudo entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Por isso acreditamos na importância de usarmos e algumas técnicas e processos predeterminados, como, por exemplo, o enfoque na etnografia como descrição densa (GEERTZ, 2001), considerada como um estudo que descreve as mais diversas particularidades, todos os pequenos eventos que fazem parte do grupo social estudado, que não está à procura de leis universais, “mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2001, p. 4). Assim fala Kuper sobre as concepções de Geertz:

O etnógrafo se preocupa, portanto, não tanto com o que as pessoas fazem, mas com o significado do que eles fazem e com as interpretações que fazem das ações uma das outras. Seu negócio é ‘explicar explicações’, seus instrumentos, ‘interpretações de interpretações’ (2002, p. 138).

A ideia de que a intervenção do observador deve ser a mínima possível, para evitar com a sua presença a quebra da dinâmica social da comunidade, é irreal. “O mito do

pesquisador de campo semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia, um milagre ambiente em empatia, tato, paciência e cosmopolitismo” (GEERTZ, 2001, p. 85) não é possível. Ou seja, a tentativa de distanciamento e exclusão das particularidades socioculturais do pesquisador como uma estratégia importante para o acesso às informações interiores do grupo, permitindo a compreensão da realidade estudada, ganhando a confiança dos interessados (atores sociais), é ilusória. Pois, como sabemos, não há neutralidade total do pesquisador dentro do seu campo de estudo, e, além disso, como afirma Wagner, “A cultura é tornada visível pelo choque cultural, pelo ato de submeter-se a situações que excedem a competência interpessoal ordinária e de objetificar a discrepância como uma entidade após a experiência inicial [...]” (2010, p. 37). Em resumo, a cultura do outro só é acessível no estranhamento. O antropólogo, para Wagner (2010), é obrigado a auto-incluir seu próprio modo de vida no seu objeto de estudo, investigando a si mesmo. O que o autor afirma é que para estudar qualquer sociedade, o antropólogo usa a sua cultura para estudar outras.

Desse modo, a consciência da cultura gera uma importante qualificação dos objetivos e do ponto de vista do antropólogo como cientista: ele precisa renunciar à clássica pretensão racionalista de objetividade absoluta em favor de uma objetividade relativa, baseadas nas características de sua própria cultura. É evidente que um pesquisador deve ser tão imparcial quanto possível, na medida em que esteja consciente de seus pressupostos. Mas frequentemente assumimos os pressupostos mais básicos de nossa cultura como tão certos que nem nos apercebemos deles. A objetividade relativa¹⁴ pode ser alcançada descobrindo quais são essas tendências, as maneiras pelas quais nossa cultura nos permite compreender uma outra e as limitações que isso impõe a tal compreensão. A objetividade ‘absoluta’ exigiria que o antropólogo não tivesse nenhum viés e portanto nenhuma cultura (WAGNER, 2010, p. 28).

Para Wagner (2010), da mesma forma que o antropólogo não pode simplesmente aprender uma nova cultura e colocá-la ao lado da sua, deve, antes de tudo, assumi-la, experimentar a transformação de seu próprio universo: “É ingênuo sugerir que virar um nativo é a única maneira de alguém ‘aprender’ efetivamente outra cultura, pois isso exigiria abrir mão da sua própria cultura” (WAGNER, 2010, p. 37). Para Geertz (2001), há outras formas de escrever sobre subjetividades alheias sem recorrer a superpoderes para entender os sentimentos de outrem. Ele afirma que é preciso que deixemos de lado nossa concepção para que assim “busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do ‘eu’” (GEERTZ, 2001, p. 90). Ou seja, não defende que viremos um nativo, mas que aprendamos a percebê-lo, interpretá-lo. Nesse sentido, a estratégia de pesquisa foi a da observação aberta (JACCOUD; MAYER, 2008), na qual a minha identidade de pesquisador foi claramente situada no processo de observação (ora, como se pudesse não assumi-la).

¹⁴ Segundo Wagner (2010), relatividade cultural é considerar cada cultura como equivalente a qualquer outra.

Uma preocupação que comumente temos, desnecessária para Barth (2000), é a apreensão que o pesquisador tem de que está desarticulando a dinâmica cotidiana da comunidade em estudo pela sua presença. Para esse autor isso não é verdade, já que a “experiência de estrangeiro entre eles não é tão importante quanto a diversidade existente entre eles” (BARTH, 2000, p. 212). Esse caso se aplica especialmente em Ponta Grossa por ser um ponto turístico, a presença de forasteiros é sempre presente e “naturalizada” pelos moradores. A experiência estrangeira já existia antes da minha chegada, continuou durante minha permanência e seguirá existindo após minha partida. O curioso era que, durante a semana, pela pouca quantidade de turistas na praia, eu me sentia como se estivesse sendo visto pelos moradores como um turista; já nos finais de semana e feriados, me sentia como um morador de Ponta Grossa, principalmente aos olhos dos turistas. Na verdade, eu era um personagem que não se enquadrava em nenhuma dessas duas definições, não era nem morador e nem turista. Por isso o “lavar roupa” se tornou uma espécie de ritual, pois os turistas, geralmente, não lavariam suas roupas na comunidade, o estar de “passagem” torna desnecessário esse evento. Quando eu lavava minhas roupas, mostrava aos moradores que estava ali não só à passeio, tinha me estabelecido, principalmente na primeira estadia, na qual passei mais tempo. Cabe lembrar um acontecimento curioso que pode elucidar o que narrei: certo dia em Ponta Grossa, enquanto estava conversando com alguns moradores, fomos chamados para ajudar a “desatolar” um carro no mangue. As pessoas do carro, turistas, supuseram que eu fosse um morador de Ponta Grossa, já outras pessoas de Ponta Grossa que chegaram depois e que ainda não me conheciam, achavam que eu fazia parte do grupo de turistas.

Como se sabe, pesquisa de campo teve como objetivo produzir dados a partir das observações, incluindo também a reunião e análise de fontes documentais e entrevistas. Para Strathern (2014), esse momento é extremamente desafiador, ou em outro termo da autora, “complexo”, porque a construção do texto se torna muito mais do que uma questão de escrever simplesmente: “pois, como descobre o pesquisador, a escrita só funciona se ela for uma recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo” (STRATHERN, 2014, p. 346). Isso acontece porque o campo da escrita geralmente não é o campo de pesquisa, ou seja, o pesquisador nesse momento não está mais realizando a pesquisa de campo, se encontra agora em “casa”, e cada um desses campos, para Strathern (2014), gira em sua própria órbita. Ainda segundo ela, “o sentido de perda ou de incompletude que acompanha isso, a compreensão de que nenhum deles jamais estará em conformidade com o

outro, é uma experiência antropológica comum” (STRATHERN, 2014, p. 346). Portanto, para a autora, existem dois campos da etnografia, o “lá” e o “aqui”, que se criam um ao outro. Podemos chamar esse fenômeno de “momento etnográfico”¹⁵ (STRATHERN, 2014).

A intenção foi que, a partir da observação participante, se construísse uma descrição geral da dinâmica sociocultural da comunidade, atentando para o enfoque mais específico sobre a questão da relação entre os diversos conhecimentos presentes na constituição do acervo e sua gestão. Variar lugares e momentos de observação foi uma estratégia adotada na pesquisa, como forma de garantir a diversificação dos dados que foram reunidos. Por isso a presença relativamente prolongada no campo, para que se possa reunir dados suficientes e para ter condições de elaborar interpretações fundamentadas e válidas é fundamental. O objetivo não foi fazer só uma estadia, mas algumas, especificamente três, com duração de tempo considerada, no momento, suficiente, de acordo com a necessidade que o campo impusera. A primeira estadia foi realizada entre os meses de abril e maio (época da Quaresma), passei cerca de trinta dias em Ponta Grossa; a segunda estadia ocorreu no mês de julho, fiquei por cerca de 15 dias; a última, mais pontual, foi mais rápida, pouco mais de uma semana. (Permaneci em certa “imersão”, dedicando todo o tempo que lá passei à pesquisa, além de totalmente “isolado” do meu ambiente familiar). Juntam-se a esses períodos os meses de trabalho no acervo em 2014 (ver introdução).

Na minha primeira ida durante a pesquisa de campo da dissertação, me tornei demasiadamente dependente do Sr. Josué, considerava os dias produtivos de acordo com o tempo que ele passava conversando comigo, ou me levando aos lugares e me apresentando as pessoas. Essa dependência foi indo embora ao passar dos dias, a ponto dele próprio me cobrar porque não nos víamos mais com tanta frequência. O contato cada vez maior com os moradores me deu confiança para me “libertar” das “correntes” que impediam a minha circulação tranquila pela comunidade.

Os principais locais para a observação foram as barracas (restaurantes) – principalmente a Barraca Pantanal, onde almocei todos os dias que estive em Ponta Grossa -, lanchonetes – especialmente a da Dona Mirian, onde geralmente tomava café-da-manhã -, as casas dos moradores e a enseada da praia, que detém os maiores fluxos de pessoas, bem como

¹⁵ “Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)” (STRATHERN, 2014, p. 350).

outras atividades cotidianas presentes em Ponta Grossa, como refeições feitas juntas à comunidade, além dos passeios pelas dunas acompanhado do Sr. Josué. Como a comunidade é dividida em duas partes (ver capítulo 3), na praia e na “serra”, e o chalé onde passei praticamente todos os dias se localiza na parte baixa (praia) da comunidade, passei mais tempo nessa parte mais baixa. Por diversas vezes caminhava na “serra”, visitava a casa do Sr. Josué e a casa de Ricardo Arruda, com o intuito de observar a dinâmica dessa parte da comunidade, mas pela questão do calor e sol sempre fortes – principalmente entre 10:00h e 16:00h -, as pessoas costumam ficar nos terraços das casas ou mesmo dentro, se ventilando, o que prejudicou bastante a observação. Também era objetivo realizar observação no local onde o acervo se encontra acondicionado, mas não houve nenhuma visita esporádica de turistas, escolas e, com menos frequência, dos moradores da localidade (muito se deu porque o Sr. Josué decidiu manter o espaço de portas fechadas, para evitar algum problema com divulgação de informações não verídicas, já que o IPHAN/CE teve que paralisar o projeto por não finalização em tempo hábil da empresa licitatória). A ida à antiga igreja onde o acervo se encontra aconteceu quando o Sr. Josué queria falar e mostrar algum artefato, o que ocorreu algumas vezes durante minhas estadias. É importante salientar que, pela enorme gama de objetos pertencente a este acervo – mais de 4.500 ao todo -, alguns artefatos, considerados importantes pelo próprio Sr. Josué e por algumas pessoas da comunidade, foram selecionados para exemplificar o acervo, assim também para serem analisados na pesquisa. Ou seja, a seleção de objetos considerados importantes não foi executada por mim. Porém, nada nos impediu de discorrer sobre outros artefatos que nos pareceu relevantes durante as análises.

2.2 Percorrendo caminhos: do “eu” museólogo ao “eu” etnógrafo

A estratégia de inserção na comunidade não foi um dos principais problemas da pesquisa, apesar da aproximação ser bem difícil no início, já que as pessoas em Ponta Grossa geralmente se reúnem em grandes grupos de oito, dez indivíduos, o que dificultou algumas vezes minhas tentativas. De forma geral, a certa facilidade que posteriormente houve ao contatar as pessoas se deu pela minha estadia, em 2014, por cerca de um ano na comunidade, participando do projeto de inventariação do acervo arqueológico montado pelo Sr. Josué Crispim. O desafio, dessa vez, foi estabelecer a confiança no campo, pois, como é comum em alguns campos de estudo, o terreno foi “queimado” por outros pesquisadores – no caso de Ponta Grossa, foram os jornalistas na maioria dos casos -, que não beberam das dimensões

éticas, não retornando com os resultados das pesquisas realizadas ou utilizando os dados disponibilizados para outros objetivos que não aqueles acordados, por exemplo. E apesar de nenhum trabalho acadêmico ter sido realizado sobre este acervo, exceto o trabalho de Oliveira (2012), mas que funciona como um livro-catálogo – e outros não passando de algumas matérias jornalísticas, catalogação de alguns artefatos do acervo e algumas pesquisas que tomava o acervo não como objeto principal de estudo, mas como informação que embasaria outros objetos -, o não retorno da maioria desses trabalhos terminou por gerar uma onda de descontentamento e desconfiança tanto no constituidor do acervo como nos moradores da comunidade.

Mas esse contato prévio não garantiu dias fáceis em Ponta Grossa, diferentemente do que eu havia imaginado. Solidão e desamparo foram tudo que senti nos primeiros dias de campo, mesmo já tendo me estabelecido por considerável tempo em Ponta Grossa em outro momento. Os meses de trabalho que passei na comunidade, em 2014, foram praticamente integrais dentro da antiga igreja que serviu como nosso laboratório do processo de inventário do acervo. Vivi numa espécie de bolha, com noção sociocultural do lugar demasiadamente rasa. Momentos de total isolamento estiveram muito presentes em todas as minhas estadias em campo, principalmente nos primeiros dias da primeira estadia. Em algumas ocasiões, as casas de Azarias Crispim, pescador de Ponta Grossa e irmão do Sr. Josué, e Marcos Junqueira, agricultor, nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, mas que mora há 32 anos na comunidade praiana, sendo o único forasteiro de Ponta Grossa, funcionavam como porto-seguros onde buscava inspiração e força para vencer essas dificuldades. O mar e o pôr do sol também foram companheiros diários em Ponta Grossa. Contemplar as belezas da praia, que é considerada uma das mais belas do litoral cearense, foi de um privilégio único. Paradoxalmente, havia dias em que os contatos eram tão intensos que ficava sobrecarregado a ponto de adiar algumas atividades de observação ou entrevista para posterior momento. Para muitos, essa sensação de afastamento funciona como um rito de passagem obrigatório na etnografia. Mas, pelo contrário, achar que senti-lo é o suficiente para construir um bom trabalho, não é estar trilhando o caminho da certeza:

[...] se, na antropologia, a criatividade nasce da relação entre pesquisa empírica e fundamentos da disciplina, então a pesquisa de campo surge como algo mais que um mero ritual de iniciação no qual o antropólogo prova que ‘sofreu, mas resistiu’. A solidão, embora boa companheira nas descobertas da alteridade, não é o caminho virtuoso e mágico que, por si só, produz boa antropologia. À parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, de etnia ou outra, mas será sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos

próprios conceitos da disciplina e à tradição teórico-etnográfica acumulada (PEIRANO, 1995, p. 20).

E assim foi praticamente todo o tempo que passei em Ponta Grossa, dentro desse contraste de períodos isolados e de convivência integrada. Nos momentos extremos, a desmotivação era tamanha que achava que não iria conseguir realizar um bom trabalho, que estava a incomodar as pessoas com minhas perguntas e curiosidades. E a cada volta minha, tinha a impressão que todo o esforço de contato tinha se perdido, que era necessário começar tudo novamente. E por que, mesmo no intervalo de tempo relativamente curto da ida e volta, a sensação de isolamento continuava? A resposta é simples: porque eu não sou um morador de Ponta Grossa. Mesmo com minha presença estabelecida na comunidade, o fato de voltar para minha cidade, lembrava de maneira ainda mais forte em mim e nos moradores, que eu não pertencia àquele lugar, que sou um personagem que, possivelmente, sempre irá “ir embora”. Como afirma Wagner (2010), não importou muito se eu já conhecia algumas pessoas, como indivíduo, eu tive que começar do zero. “Os problemas que o pesquisador iniciante enfrenta em campo não tendem a ser acadêmicos ou intelectuais: são práticos e têm causas evidentes” (WAGNER, 2010, p. 31). Nas últimas duas estadias, percebi que pessoas que eu jamais havia conversado me cumprimentavam, algumas me chamavam até pelo nome, ou perguntavam o que eu estava estudando, curiosidades de quem reconhecia minha permanência na comunidade de forma positiva. Mantive contato com pessoas de fora da praia de Ponta Grossa também, especialmente da praia vizinha, chamada Redonda, e da cidade de Icapuí. Por fim, o planejamento de fortalecer os contatos que já havia estabelecido e me aproximar daqueles que ainda não tinha realizado, foi possível. Hoje, muitos dos contatos que mantenho transladam a relação pesquisador-sujeitos de pesquisa. São contatos mantidos mesmo longe nesse momento, contatos estruturados na afeição entre pessoas.

Um episódio foi de extrema importância para a minha relação com os moradores de Ponta Grossa se potencializar. Na minha primeira estadia de campo, especificamente no meu primeiro dia, a Prefeitura Municipal de Icapuí, representado pelo secretário de Cultura e Juventude, Manuel de Freitas Filhos (historiador), me procurou - já com a ciência de eu ter participado do projeto de inventário e construído minha monografia sobre esse tema. O objetivo da conversa foi o de me propor a realizar uma espécie de exposição com o acervo, que estava, e ainda está, acondicionado na antiga igreja de Ponta Grossa. Pelo fato da empresa licitatória não ter dado continuação ao projeto, que segundo IPHAN/CE se deu pelo motivo já citado, julguei inviável essa proposta. Sugeri algo mais concreto e efetivo: lançar uma

proposta de parceria entre a Prefeitura Municipal de Icapuí e o IPHAN/CE para a construção do Museu Comunitário em Ponta Grossa; que foi aceita prontamente pelo secretário. Comprometi-me em auxiliar em tudo que fosse tocante a esse assunto, de forma voluntária, pela militância da construção do Museu, mas em troca a Prefeitura arcaria com despesas minhas enquanto estivesse realizando o trabalho de campo; de princípio essa condição foi aceita, posteriormente houve uma negociação, por parte da Prefeitura, para o custeio não-integral. Como o Sr. Josué Crispim havia me estabelecido no seu chalé na praia de Ponta Grossa, sem nenhum custo para mim, juntando a isso o fato de que ocuparia por um mês esse espaço, impossibilitando o aluguel para os clientes, resolvemos que a minha hospedagem ficaria por conta da Prefeitura, como moeda de troca pela prestação dos meus serviços enquanto museólogo. Nas duas primeiras estadias, fiquei hospedado no chalé do Sr. Josué, e os custos foram assumidos pela Prefeitura Municipal. Já na última estadia, pelo chalé estar ocupado com turistas, me alojei na antiga casa do Sr. Josué (onde era acondicionado o acervo outrora), localizada bem atrás do chalé, não sendo necessário que a Prefeitura arcasse com essa despesa, pois não havia.

Uma das minhas primeiras condições nesse trabalho foi envolver a comunidade de forma imediata no projeto da construção do Museu. Havia um receio da comunidade no que se referia à construção desse espaço, pois já há mais de doze anos que promessas são feitas sobre um possível Museu. Também tinha-se uma tese de que esse espaço beneficiaria somente o Sr. Josué. Além disso, havia uma confusão entre dois eixos de ação: para a comunidade, a construção do Museu imbricaria, conseqüentemente, a proteção das dunas, impedindo que os *buggys*, responsáveis por deslocar a maioria dos turistas de “passagem” para Ponta Grossa, o que afetaria o comércio local (ver subcapítulo 2.2), o que não era bem assim. Fizemos uma primeira reunião em Ponta Grossa, logo na primeira semana que estava lá, com a presença da Secretária de Cultura e Juventude do município. Aproveitei a oportunidade para apresentar, ao pequeno público que ali se encontrava, a minha monografia defendida em 2015, mas que por questões financeiras não pude retornar a Ponta Grossa antes para apresentá-la. Também expus o motivo da minha volta – algumas pessoas me perguntaram nos primeiros dias se eu havia voltado para finalizar o trabalho interrompido no acervo -, assim falei sobre a minha proposta de pesquisa da dissertação. O que ficou encaminhado nesta reunião foi a confecção de uma carta-recomendação feita de forma coletiva, para encaminhamento ao Prefeito do município. Fiquei encarregado de montar um esqueleto da carta-recomendação, listando possíveis pontos justificando a importância da construção do Museu em Ponta Grossa, para

apreensão e acréscimo na reunião seguinte, que aconteceu alguns dias depois. Nessa nova reunião, o quantitativo de pessoas aumentou consideravelmente, e esse documento foi finalizado. A comunidade se percebeu protagonista desse projeto, se viu inserida dentro dele, e a expectativa aumentou porque a última reunião que tivemos nessa minha primeira estadia foi com a presença do Prefeito do município, realizada na própria comunidade de Ponta Grossa. O encaminhamento desta reunião foi a apresentação da proposta, feita pela Prefeitura do município junto com uma comissão local de Ponta Grossa, ao IPHAN/CE, em Fortaleza. Foi o que aconteceu semanas depois, tendo o IPHAN/CE acatado o pedido de parceria (cooperação técnica). Mais algumas reuniões entre comunidade e Prefeitura aconteceram durante todo o resto do ano de 2017, com a presença do IPHAN/CE em algumas delas. A última reunião que houve foi entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, em Fortaleza, para solicitar uma proposta de capitação de renda estadual para financiamento da construção do Museu Comunitário de Ponta Grossa, mas que ainda está em estudo pelo Governo Estadual do Ceará. Atualmente, a fase de estudo técnica do terreno onde o Museu será construído foi aprovada pelo IPHAN/CE, agora o que está sendo trabalhado é a confecção do projeto arquitetônico do espaço, que será realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Icapuí e o IPHAN/CE, com a participação da comunidade e as ações museológicas realizadas por mim.

Em resumo, uma das justificativas para a construção do Museu, segundo a Prefeitura e a própria comunidade, é a contribuição para o desenvolvimento do turismo e da economia local. Para isso, haverá ações de investimentos públicos e também de iniciativas privadas, possibilitando a maior visibilidade e valorização do espaço. O objetivo é que com a construção do Museu, haja um aumento do fluxo de turistas, além de atrair outro público alvo, que está interessado em conhecer não apenas as belezas naturais da região, a história e memória registradas nos sítios arqueológicos¹⁶ e no acervo constituído pelo Sr. Josué. Por um lado, é a partir dessa visitação turística que o espaço museal¹⁷ trará melhorias como ampliação da fonte de renda dos moradores e também para o cuidado do próprio espaço; por outro, é

¹⁶ Na definição simples e objetiva de Eremites de Oliveira, “sítios arqueológicos são comumente entendidos como quaisquer lugares, em ambientes terrestres e aquáticos, onde ocorrem evidências materiais da presença humana pretérita” (2015a, p. 219).

¹⁷ Tudo aquilo que tem relação com o museu. Por derivação semântica, temos a tendência a substituir impropriamente o termo “museal” por “museográfico” – referente à museografia – ou “museológico” – referente à museologia. Museografia é a área que “abrange toda a práxis da instituição museu, compreendendo administração, avaliação e parte do processo curatorial (aquisição, salvaguarda e comunicação)” (CURY, 2009, p. 30).

uma forma de incrementar as receitas para sua sustentabilidade, aumentando o poder de investimento na preservação da memória e história de Ponta Grossa e região, pelos próprios moradores, para assegurar, assim como afirma Jeudy (2005), a conservação do “depósito das memórias”. Além disso, outro objetivo do projeto da construção do Museu é que o espaço auxilie no empoderamento da comunidade em para com suas próprias identidades. Dessa mesma forma, segundo seus idealizadores, a construção do Museu Comunitário de Ponta Grossa pode ser considerada também como um instrumento de análise da memória, para que assim se possa (re)interpretar o passado e valorizar as práticas de experiências anteriores. Portanto, este espaço será utilizado para recuperar e manter a posse do patrimônio, permitindo uma interpretação simbólica do que a comunidade chama de “seu”, (re)elaborando-a em sua própria linguagem.

Mas o que isso contribuiu para o desenvolvimento da minha pesquisa de campo em Ponta Grossa? Exatamente em tudo! A atuação como ator de articulação junto à comunidade com a Prefeitura Municipal fez com que os moradores de Ponta Grossa enxergassem na minha pesquisa mais uma justificativa para o embasamento da construção do Museu Comunitário e o reconhecimento de conhecimentos tidos como nativos como importantes. É claro que o interesse não partiu somente desse fato, foi a partir da condição positiva que esse episódio me propiciou que pude fazer as pessoas se interessarem mais pela pesquisa que estava realizando. As oportunidades de apresentação e aproximação eram bem maiores durante essas reuniões. Estava trabalhando em dois eixos ao mesmo tempo: pesquisa de campo e prestação de serviços como museólogo. Não tenho dúvidas que esses acontecimentos potencializaram a minha condição de pesquisador. Acho importante também expor que o problema da pesquisa foi gratificadamente muito aceito pelos moradores de Ponta Grossa. Além dessa ação, outras portas foram abertas, não relacionadas à pesquisa em Ponta Grossa, mas por reconhecimento dela. Realizei também um breve diagnóstico de atividades museais para a Casa Museu Maria da Conceição Rebouças, localizada no distrito de Ibicuitaba, em Icapuí, solicitado pela Prefeitura Municipal. Na última ida a Ponta Grossa, por intermédio de Ricardo Arruda, marcamos uma reunião de proposta para a Prefeitura Municipal de Baturité, cerca de 200 km de Icapuí, para assessorar os museus do município. Talvez por isso, grande parte de Ponta Grossa me considerava, antes de tudo, como museólogo, e nem tanto como antropólogo em formação.

Tive a preocupação em tentar controlar o choque cultural, lidar com a frustração e o desamparo da situação inicial (WAGNER, 2020). Além disso, juntei a essa inquietação o longo e árduo caminho de respeito mútuo, ética e empatia para com os moradores. Esses episódios me trouxeram até esse momento posterior da pesquisa. Demonstrar interesse e curiosidade sobre as técnicas de pesca da lagosta, as espécies de peixes mais comuns na região, o entendimento da religião na comunidade, lembrar e partilhar as dificuldades financeiras bem parecidas que passei durante a infância, “esquecer” às vezes a pesquisa e me mostrar, acima de tudo, como pessoa, foi fundamental. “Assim, são as ocasiões as mais triviais e ridículas, como procurar um lugar para aliviar-se, tentar fazer um fogão funcionar ou lidar com o senhorio, que no mais das vezes constituem o grosso das relações sociais do principiante” (WAGNER, 2010, p. 32). Procurei fugir do artifício mesquinho que é considerar as pessoas do campo de pesquisa somente como objetos, fontes de informações. Como afirma Augé, pesquisadores que não agem assim “excluem qualquer verdadeiro diálogo com eles (no sentido de que um diálogo implica contemporaneidade e igualdade dos atores sociais) e instituem, ao mesmo tempo, uma situação de ‘alocronismo’” (1997, p. 77), nosso objetivo foi considerar as palavras e respostas dos indivíduos não como uma simples fonte de informações, mas como participação na construção do “conhecimento comum” (AUGÉ, 1997). Para Viveiros de Castro (2002), o essencial nessa conexão é que o discurso daquele que observa (o antropólogo) institua certa relação com o discurso daquele que é observado (o nativo). Essa vinculação, segundo o autor, é uma relação de conhecimento.

Essa (meta)relação não é de identidade: o antropólogo sempre diz, e portanto faz, outra coisa que o nativo, mesmo que pretenda não fazer mais que redizer ‘textualmente’ o discurso deste, ou que tente dialogar — noção duvidosa — com ele. Tal diferença é o efeito de conhecimento do discurso do antropólogo, a relação entre o sentido de seu discurso e o sentido do discurso do nativo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 113).

É preciso enfatizar que não está sendo implicado que os moradores de Ponta Grossa advogaram para a co-autoria deste trabalho – por isso não utilizamos as técnicas da antropologia colaborativa. Já que a co-autoria “oficial” não foi requisitada, assim como afirma Peirano, devemos ser realistas e perceber que esse processo “não ocorre entre indivíduos empíricos concretos, mas teoricamente na produção etnográfica” (1995, p. 37). Pois:

Em última análise, o etnógrafo sempre vai embora, levando com ele textos para posterior interpretação (e entre estes ‘textos’ que são levados podemos incluir as memórias - eventos padronizados, simplificados, retirados do contexto imediato para serem interpretados numa reconstrução e num retrato posteriores). O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados

constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos (CLIFFORD, 2002, p. 40-41).

Sobre a possibilidade da autoridade etnográfica dos sujeitos de pesquisa, Clifford (2002) descredita pelo texto não ser escrito por eles, e quando se usa seus nomes, apenas está confirmando as ilustrações do antropólogo. “O ‘antropólogo’ é alguém que discorre sobre o discurso de um ‘nativo’” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 113). Sendo corretas essas afirmativas, devemos primeiro assumir nossa autoridade e procurar novas formas de representar de modo adequado os colaboradores de pesquisa na escrita etnográfica. Apesar da consciência de que a “Modernidade”¹⁸ produziu uma hierarquia dos saberes, tento tomar os cuidados possíveis (ou acredito tomar) para não reproduzir essa hierarquia entre o conhecimento que, enquanto pesquisador acadêmico, produzo, e a produção de conhecimento, autoidata, do Sr. Josué. Apesar da hegemonia, podemos negar a hierarquia. Claro que os conhecimentos não são iguais, mas isso não quer dizer que eles devam ser melhores ou maiores que os outros. Desromantizando algumas concepções, Clifford (2002) sugere que apesar das boas intenções, o etnógrafo às vezes pode estar engessando formas de dominação:

Uma maneira cada vez mais comum de realizar a produção colaborativa do conhecimento etnográfico é citar os informantes extensa e regularmente. [...] Mas esta tática apenas começa a romper a autoridade monofônica. As citações são sempre colocadas pelo citador, e tendem a servir meramente como exemplos ou testemunhos confirmadores. Indo-se além da citação, pode-se imaginar uma polifonia mais radical que ‘representaria os nativos e o etnógrafo com vozes diferentes’; mas isso também apenas deslocaria a autoridade etnográfica, confirmando uma vez mais a orquestração final virtuosística feita por um só autor de todos os discursos presentes no texto (CLIFFORD, 2002, p. 54).

Talvez Latour e Woolgar estejam mesmo certos quando afirmam que os etnógrafos ao estudar o periférico das nossas sociedades (as sociedades dos próprios etnógrafos), o fazem porque são mais parecidas “com os campos que acabavam de deixar: as artes e tradições populares, a bruxaria, as representações simbólicas, os camponeses, os marginais de todos os tipos, os guetos” (1997, p. 18). Eles ainda asseguram que esse é o motivo que leva a maioria a não estudar as coisas feitas pelos urbanistas, pelos engenheiros do metrô ou pela câmara municipal; e quando realizam, dão prioridades àqueles indivíduos e esferas “que ainda se parecem um pouco com os pobres exóticos e mudos que os etnólogos têm o hábito de sufocar sob seus comentários, mas não os engenheiros e os patrões” (LATOUR; WOOLGAR, 1997,

¹⁸ Segundo Latour (1994), o conceito “Moderno” é duas vezes assimétrico: sugere um contraste entre um passado arcaico e um presente moderno; e se coloca um combate onde há os vencidos e os vencedores. Por isso afirmamos sobre a produção de hierarquias na “Modernidade”.

p. 18). Apesar da grande relevância dos fatos expostos pelos autores – e mais uma vez sentimos necessidade de frisar a fundamental seriedade de darmos cada vez mais importância a essa discussão –, acreditamos que a grande dificuldade da antropologia contemporânea não é somente essa. Soma-se também a ela, e talvez de modo ainda mais importante, o fato de continuarmos tratando os sujeitos de pesquisa como objetos; como pessoas que precisam de mediação para serem ouvidas; a construção de textos que visam falar por elas. Ora, então o desafio não simplesmente não estudar a classe média, por exemplo.

Por mais que as hegemonias entre pesquisador e sujeitos de pesquisa existam, esse discurso não se difere daquele de séculos atrás, nos quais o antropólogo era o salvador das culturas em processo de extinção. O papel do antropólogo não é salvar as culturas a partir dos seus textos, até porque isso não é possível de realizar. Com essa postura, apenas se mantém a estrutura da autoridade científica acadêmica, processo que estou chamando de antropologia (neo)colonial¹⁹. Como afirma Foucault:

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade (1979, p. 11).

A contribuição desse campo, nas palavras de Viveiros de Castro, é: “Se há algo que cabe de direito à antropologia, não é certamente a tarefa de *explicar o mundo de outrem*, mas a de *multiplicar nosso mundo*, ‘povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões’” (2002, p. 132, grifos do autor). Ou seja, a contribuição do pesquisador é refletir, aproveitando a notoriedade que sua posição oferece, a partir do seu ponto de vista sobre os pontos de vistas dos nativos, o respectivo assunto em debate. “A ‘arte da antropologia’ (Gell, 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 117).

Depois de estabelecer a metodologia da coleta dos dados, exponho que foi reunido e analisado os dados obtidos a partir de gravação (áudio) dos encontros, conversas e entrevistas

¹⁹ Assim como a arqueologia colonial, a antropologia (neo)colonial, além dessa definição citada, pode ser entendida também “de duas maneiras indissociáveis e complementares entre si: *primeira*, como sistema estruturante de relações sociais de poder, exploração e dominação que não está circunscrito a temporalidades do período colonial; *segunda*, como conjunto de problemas inerente à conformação, prática e produção de saberes nesses campos do conhecimento, originalmente constituídos no Ocidente” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015b, p. 358, grifos do autor).

(semiestruturada e narrativas) com suas devidas transcrições; na confecção de diário de campo e; na etapa de revisão do material teórico, bibliográfico e etnográfico. Sobre as transcrições, elas foram feitas respeitando as variações linguísticas de cada entrevistado. Para evitar uma artificialidade, não foi feita qualquer correção gramatical, método que qualquer transcrição deveria seguir. Também é importante expor que, em algumas ocasiões, foram criados nomes fictícios de pessoas que foram citadas nas entrevistas, para preservar as imagens. O nome fictício só foi utilizado quando as citações foram consideradas delicadas pelo tema, então, a maioria das pessoas citadas tiveram seus nomes verdadeiros mantidos, já que não estavam sendo comprometidas. Também usamos alguns elementos de convenções durante a transcrição (as convenções estão disponíveis no Apêndice B).

Nossa finalidade é, antes de tudo, pelo menos termos a noção da necessidade de produzir um texto que procure ir mais além do que “auto-reflexões pessoais ou relatos mais ou menos bem-sucedidos dos discursos dos informantes”, e também que, “ao darmos ênfase à dupla ‘nós-outro’ (mas sempre em textos nossos), em lugar do que foi predominantemente a ‘pura alteridade’, paradoxalmente não estaremos deixando de registrar a diferença fundamental” (PEIRANO, 1995, p. 106). Não objetivamos “a idealização moral de pesquisadores de campo” que pretendem realizar um texto “sentimentalista, quando não uma forma de autoparabenizar-se ou uma pretensão exagerada” (GEERTZ, 2001, p. 86).

O que este capítulo descreveu, além das técnicas usadas na metodologia de pesquisa de campo e bibliográfica, foi demonstrar, cientes das dificuldades e armadilhas dessa afirmação, a relação não-hierárquica entre os conhecimentos com que trabalhamos. O objetivo, ademais dos métodos, foi discutir a tensão central do problema desse trabalho: analisar a relação de poderes entre conhecimentos acadêmicos e não-acadêmicos, e desmistificar a concepção normalizadora que prega a superioridade entre os saberes. Da mesma forma como pregamos uma reflexão ética sobre o ponto de vista dos nativos descritos por nós, também advogamos a necessidade de insistir numa mudança das fundações epistemológicas, institucionais e das políticas de produção e consumo dos conhecimentos diversos. Objetivamos usar a “sensibilidade” do confronto e/ou diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os autodidatas (nativos) propostos e aceitos pela antropologia como um importante incentivo para a construção do texto, seja analisando a aplicação dos métodos, teorias e questionamentos.

3 PONTA GROSSA, UMA PRAIA ARQUEOLÓGICA ONDE A HISTÓRIA “COMEÇA”, E SUA DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL

3.1 Constituição histórica: do antigo Cabo de Jabarana a Ponta Grossa

No extremo Norte do município de Icapuí, a exótica praia de Ponta Grossa tivera a saga de deslumbrar, surgidos das tempereis do revolto Atlântico, os prenunciadores de já esperados tempos vindouros para os habitantes da nova terra. Eventos curiosos, apenas concebidos pela consciência nativa na mítica ideia que tinham do mundo (FREITAS FILHO, 2003, p. 44).

A praia de Ponta Grossa, composta por cerca de 300 moradores, é situada no município de Icapuí – que possui uma área de 428,69 km², com população de 18.381 habitantes (IBGE, 2010) -, localizada no extremo leste do Estado do Ceará, fazendo divisa com o estado do Rio Grande do Norte, e no Ceará, com a cidade de Aracati – município de onde Icapuí foi desmembrado em 15 de janeiro de 1985 (Decreto Lei 11.003) -, zona litorânea, a 201, 9 km de Fortaleza, capital do Estado (ver Anexo A, com as escalas municipal, estadual e nacional). Estabelecida numa área onde há uma forte presença de vegetação densa em sua faixa praiana, além de pequenas formações de mangue, conta com grandes paredões de falésias multicoloridas e dunas fixas e móveis com formas sempre alteradas graças ao trabalho do intemperismo, e, por se localizarem próximas ao mar, sofrem transformações diárias por conta das ações das marés (FERREIRA, 2015). Sua enseada é composta por trechos sempre irregulares, dando à praia características ainda mais singulares. Também nessa região são encontrados diversos sítios arqueológicos em praticamente todo território, podendo Ponta Grossa ser considerada um “mega” sítio arqueológico. Ponta Grossa, assim como Icapuí, não é apenas conhecida por suas belas paisagens, praia²⁰ e pelos artefatos arqueológicos, a pesca de lagosta realizada na região também lhe atribui certa importância. Pois, de acordo com Eduardo Brasil, o Estado do “Ceará é o maior produtor de lagostas do Brasil [...], e Icapuí é um dos grandes produtores do Estado” (2013, p. 31).

O topônimo “Ponta Grossa” se deu, de acordo com os conterrâneos, pela saliência das dunas que existe em cima de uma parte do paredão das falésias. Os navegadores - e ainda hoje os pescadores da região - usaram essa duna como principal ponto de localização, já que é um dos pontos de maior visibilidade chegando à costa daquela região. Antes, Ponta Grossa foi denominada de Cabo de Jabarana. Para a história oral de Ponta Grossa, seguindo as afirmações de Oliveira (2012), Jabarana era o etnônimo de uma antiga etnia indígena que ali

²⁰ Ponta Grossa é considerada a mais bela praia do litoral nordestino e uma das mais belas do Brasil, é o que afirmam diversas revistas de turismo e mídias jornalistas.

habitava. Um homem “branco” apareceu na costa do litoral procurando água potável e um local para se abrigar, encontrando assim tal etnia indígena na região que hoje leva o nome de Ponta Grossa. Depois de alguns dias, procurou contato com uma indígena, que costumeiramente vinha pegar água nos “olhos d’água” que jorravam do sopé das falésias. Era o início de uma grande paixão entre a índia denominada Macura e o homem “branco” europeu. A relação era mantida em segredo, contudo, acometido de uma enfermidade, foi descoberto por todo grupo indígena, que decidiu matá-lo. Macura estava à espera de um filho do homem “branco”. “No ano de 1630, aconteceu a invasão Holandesa. Ao desembarcarem nessa costa os invasores chegaram até a tribo Jabarana onde encontraram entre os índios um loiro branco que falava somente a língua nativa tupi-guarani” (OLIVEIRA, 2012, p. 19). Macura é, para os moradores de Ponta Grossa, a fundadora primeira da comunidade. Posteriormente, a região foi denominada de *Santa Maria de La Consolación*, pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón – segundo a própria comunidade e alguns historiadores (entre eles; Freitas (2003); Oliveira (2012) e; Pompeu Sobrinho (1980)).

Figura 1 - Duna sobre parte do paredão de falésias em Ponta Grossa, considerado seu cartão-postal. Detalhe para a grande saliência que inspirou o topônimo “Ponta Grossa”.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

De acordo com Abreu, “Desde o século XVI os espanhóis reclamaram como seu o descobrimento do Brasil [...]” (2014, p. 17). A tese é que os navegadores espanhóis aportaram na costa brasileira meses antes – em dezembro de 1499 ou janeiro de 1500 - do também navegador, o português Pedro Alves Cabral, desembarcar em Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 1500. Mas da mesma forma que afirma Abreu (2014), dúvidas e pontos não esclarecidos são muito, presentes, e não se pode negá-los. “A viagem de Pinzón é de autenticidade inconcussa [...]” (ABREU, 2014, p. 18).

A localidade onde Pinzón aportou foi denominada de *Santa Maria de La Consolación*. Apesar da certeza da autenticidade da viagem liderada por Pinzón, de acordo com Abreu (2014), as dúvidas meditam sobre dois pontos, especialmente: o ponto exato de partida da viagem e o ponto exato de chegada da viagem. Além disso, outros historiadores defendem a tese de que Pinzón, na verdade, aportou em terras pernambucanas, mais especificamente no Cabo de Santo Agostinho – hoje região metropolitana do Recife, capital do Estado. Já outros historiadores afirmam que a “descoberta” foi realmente no que hoje se entende por Ceará, mas não em Ponta Grossa, e sim no porto de Mucuripe, em Fortaleza (ABREU, 2014). Assim como se questiona Abreu, “Quem pode decidir no meio de tantas afirmações contraditórias?” (2014, p. 20). Contudo, embora de certa forma relegado no contexto da literatura histórica oficial, as missões marítimas pré-cabralinas podem ser constituídas, de acordo com Freitas Filho (2003), como ponto pacífico na historiografia do que ele chama de “descobrimientos”, mas considerada aqui como invasão ou conquista.

Durante os séculos XV, XVI e XVII estes locais foram visitados por corsários franceses e espanhóis que navegavam em direção ao Caribe. Se observarmos as recorrentes notícias da presença francesa, espanhola e holandesa nesta costa, encontraremos as referências dessas áreas desde 1500, quando teria passado Vicente Yanes Pizon e seu irmão Afonso Pizon pela Ponta Grossa (Jabarana ou Retiro Grande) e Mucuripe (OLIVEIRA, 2012, p. 46).

Segundo Freitas Filhos, ao avistar e tocar pela primeira vez os solos que mais tarde seriam o Brasil, Pinzón avistou “uma ponta alta e verdejante, que entrava mar adentro, cercada de dunas de areias muito clara” (BUENO, 1998, p. 12 apud 2003, p. 30). Sendo a praia de Ponta Grossa o local que mais se aproxima dessa descrição. Da mesma forma como dispõe Pompeu Sobrinho, ao afirmar que a enseada avistada por Pinzón e sua tropa corresponde

... ao antigo Cabo Corso²¹, agora denominado Ponta Grossa ou Jabarana... no litoral do município de – Icapuí – neste Estado [do Ceará]. Tanto mais quanto para confirmar a identificação, um pouco mais a leste, está representada uma praia relativamente uniforme, onde se lê: Motas arenosas, justamente no lugar onde se eleva uma série de morros agora conhecidos pelos nomes de Cajuaz, Manibu, Tibau²², etc (POMPEU SOBRINHO apud FREITAS FILHOS, 2003, p. 31).

Além disso, se desprezarmos as correntes marinhas e considerarmos uma viagem correta em linha reta, o litoral cearense é, de fato, o ponto geográfico mais próximo do continente europeu. E, como dito, Ponta Grossa é uma das saliências mais acentuadas da costa do Ceará. O que aumentaria exponencialmente a probabilidade de atracação dos navegadores para este litoral.

Por considerar o local hostil, dada a presença de indígenas, as tentativas de aproximação sem sucesso por parte dos europeus e as características figuradas na paisagem árida e de vastidão costeira, para Freitas Filhos (2003), os expedicionários decidiram deixar o local, seguindo “por entre o poente e o norte”. Após alguns dias, aportaram, dessa vez um pouco mais longe do mar e cercado por montanhas cobertas por vegetação, num pequeno rio denominado “*Hostro Hermoso*” (posteriormente identificado como Mucuripe, 10 quilômetros do centro da capital do Estado do Ceará). Seguindo viagem, zarparam e tocaram, provavelmente, o “Golfo do Maranhão”, se deparando com o rio Amazonas, que de acordo com Freitas Filhos, seria denominado de “*Santa Maria de Lá Mar Duce*”. Por não terem tido êxito econômico em nenhum dos aportos, Pinzón decide retornar à Espanha, visto que, de riqueza, Pinzón só obteve a captura de indígenas, já que, “para não retornar sem ganho [pois, fora os aborígenes], outra coisa [Pinzón] não achou” (ANGHIERA apud FREITAS FILHOS, 2003, p. 40), os levou como único material de comércio. O que Freitas Filhos (2003) tenta nos mostrar é que Pinzón atravessou boa parte do litoral nordestino do Brasil, desde a Ponta Grossa (*Cabo de Santa Maria de Lá Consolación*), ao Cabo Orange (rio Amazonas) “fazendo descobrimentos, nomeando os mais consideráveis pontos geográficos, cravando marcos e, cuidadosamente, observando as terras que apenas previamente adentrou” (FREITAS FILHO, 2003, p. 40).

²¹ De acordo com Freitas Filho (2003), existem algumas hipóteses para essa denominação, mas a afirmação de Orville Derby parece ser a mais plausível, que segundo ele “a toponímia *Cabo Corso*, denominando a Ponta Grossa, surge pela primeira vez em 1519 no mapa de Moiollo (*Cauo Corso*)” (DERBY apud FREITAS FILHO, 2003, p. 49, grifo do autor).

²² Comunidades pertencentes ao município de Icapuí.

Para muitos, o Tratado de Tordesilhas de 1494, que delimitava as possessões portuguesas e espanholas nas terras que viessem a ser descobertas, impossibilita a tese de que Pinzón almejava colonizar aquela costa. Seguindo a lógica desta linha demarcatória, a expansão espanhola não poderia ultrapassar as 370 léguas a Oeste de Cabo Verde, ou seja, toda costa brasileira. “Nesse sentido, Vicente Pinzón jamais se firmaria enquanto Governador e General das terras que infortunadamente descobria (a costa brasileira) [...]” (FREITAS FILHO, 2003, p. 40-41). Contudo, historiadores como Almir Leal de Oliveira (comunicação pessoal, 2017), afirma que a exatidão geográfica naquela época não poderia ser levada tão à risca, visto as tantas confusões geográficas tão comuns de outrora, possibilitando, sim, um possível desejo de conquista por Pinzón, mas que, por outro lado, não se concretizou.

De qualquer modo, são identificações que provam o quão foram visitadas nossas praias no primeiro século do descobrimento do Brasil. Por elas navegadores, piratas e aventureiros de toda a espécie rondavam em ciclo quase intermitente. Alguns com sentimento patriótico de estabelecer domínio para as suas estremecidas pátrias; outros, a procura da presa fácil, expondo-se aos riscos pelo mero amor e audácia, na expectativa frenética de efetivas transações suspeitas, na calada de clandestinos refúgios (FREITAS FILHOS, 2003, p. 54).

Os sítios e artefatos arqueológicos atribuem ainda mais abertura para a defesa dos moradores de Ponta Grossa de afirmar que foi exatamente nesta praia que o “descobrimento” anterior a Cabral se deu. Nayane Crispim, moradora de Ponta Grossa, técnica em segurança do trabalho, 27 anos, ao falar sobre os artefatos arqueológicos reunidos pelo Sr. Josué Crispim, afirma que: “A importância é que_ assim, ele [o acervo] vai mostrando lá, então, assim, as pessoas vão procurar ver pra saber que aqui foi onde, foi_ primeiro [visitado por europeus], assim, tem umas peças que é onde provam que aqui foi onde foi descoberto o Brasil”²³. E apesar da comunidade sempre afirmar que, mesmo explicitando de forma ativa, não é objetivo lutar com os outros pontos que se autoproclamam como área “descoberta” por Pinzón, apenas delegam o reconhecimento de Ponta Grossa como uma região historicamente importante para a conquista, ocupação e formação do país desde séculos atrás. Também consideram a arqueologia local como evidências materiais para se reescrever e reinterpretar a história da conquista europeia no Brasil.

Rapaz, é o seguinte, pra ninguém brigar com a Bahia, mas é um dos__ focos teóricos que nos norteiam, que a_ se não foi descoberto aqui, mas houve algum problema por aqui com esse pessoal [europeu]. Ou seja, com os primórdios do descobrimento do

²³ Entrevista de Nayane Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Brasil. Se não foi diretamente aqui, mas eles passaram alguma ‘chuva’ por aqui. [...] Eu não li, mas já disseram que o escritor Barão de Studart²⁴ comprova que foi aqui²⁵.

Não são apenas as ocupações europeia e nativa que sofrem com essa caleidoscopia de contradições. Para Albuquerque (2012), a ocupação por grupos humanos da região que hoje representa o Estado do Ceará não é suficientemente analisada, principalmente do ponto de vista arqueológico, apesar de alguns estudos terem sido realizados, o rápido processo de ocupação nos últimos anos produz um grande risco aos sítios arqueológicos dessa região.

Recentemente o movimento das areias tem colocado em exposição vestígios de antigas ocupações indígenas, trazendo um efetivo risco de que tais documentos materiais daqueles povos venham a ser destruídos com a ocupação ou mesmo com a exploração econômica daquelas terras. Faz-se, portanto, necessário promover o salvamento daqueles bens arqueológicos sob risco de destruição (ALBUQUERQUE, 2012, p. 22).

Como explanado anteriormente, em Ponta Grossa existem diversos sítios arqueológicos com fósseis e artefatos, testemunhos do que é tido como as primeiras presenças tendo povoado o local, assim lhe atribuindo certa geocultura marcada pelo processo histórico de colonização europeia em região indígena. Em toda parte podemos encontrar artefatos que são testemunhos das ditas três matrizes culturais brasileiras: a indígena, europeia e africana. O Morro dos Ventos, um sítio arqueológico localizado nas dunas de Ponta Grossa, sentido praia da Redonda, é um dos exemplos da presença de grande quantidade de material arqueológico na superfície do terreno. Nessa localidade pode-se encontrar “material lítico (quartzo e sílex) e grande concentração de vestígios malacológicos (conchas grandes)” (OLIVEIRA, 2012, p. 29), como também relata o Sr. Josué:

[...] e lá tem_ ali onde nós andemô pertinho [próximo ao Morro dos Ventos], lá tem um canto que_ é tipo uma oficina de material, aquele lítico, aquela calcedônia, aquele quartze. Meu irmão, tá lá aqueles pedaço de todo tamanho. [...] ali, quer dizer, ali foi um canto, uma oficina deles, quebrar, é_ fazer os instrumento deles lá. E muita coisa tá enterrada. Muita gente já pegô, já levô²⁶.

²⁴ Médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará em meados do século XIX.

²⁵ Entrevista de Dam Crispim (morador de Ponta Grossa e professor do município de Icapuí), concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

²⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

Figura 2 – Parte do sítio Morro dos Ventos. Ao fundo, a enseada da praia da Redonda.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

De acordo com Oliveira (2012), Ponta Grossa, graças a sua localização geográfica privilegiada, foi ponto estratégico de ocupação sazonal tanto de tempos pré-históricos quanto das passagens de navegadores desde o início do século XVI. Segundo esse mesmo autor, naquela região passou um conjunto de grupos étnicos indígenas “que explorava recursos naturais, ocupava o alto de dunas em acampamentos, confeccionava seus artefatos e marcava o seu território diante de outros grupos” (OLIVEIRA, 2012, p. 13). A localidade também foi o apporto dos primeiros navegadores europeus que denominaram o território como “Novo Mundo”, em princípios do século XVI, e que, segundo Oliveira (2012), aparece nas primeiras narrativas que buscavam definir os contornos da América. As marcas causadas pelas guerras entre os indígenas e europeus pelo domínio da região são registradas pelos vestígios materiais que existem naquela área. Ainda conforme Oliveira (2012), no século XVIII, Ponta Grossa era o mais importante porto de comércio da capitania do chamado Siará Grande. “Daí a riqueza variada dos materiais encontrados por lá. Os registros da vida indígena, com os seus artefatos variados, são um dos mais ricos do litoral brasileiro” (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Durante o século XVII, de acordo com Oliveira (2012), houve intensificação de contato com os europeus, de maneira especial os dos Países Baixos e os portugueses. Relatos sobre

naufrágios, as chegadas e partidas de diversas embarcações, registros de guerras entre as diversas culturas e povos é, para Oliveira, “muito aceitável como um marco tanto da conquista como da colonização da região a qual Ponta Grossa se insere sob os domínios dos Impérios Português e Neerlandês no Atlântico” (2012, p. 14).

Os barcos chegavam carregados de farinha de mandioca, produtos industrializados, aguardente, ferragens, dentre outros produtos e eram recarregados com fardos de carnes secas produzidas nas charqueadas de Aracaty [atual Aracati]. A partir de Ponta Grossa ganhavam o mundo, via o porto de Recife, e abasteciam cidades litorâneas da América Portuguesa, como Salvador. Também atravessavam o Atlântico rumo a Portugal e África (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

3.2 A atual organização social de Ponta Grossa

Discorrido sobre as condições históricas de Ponta Grossa, agora anunciamos a passagem para descrição de sua constituição atual. A comunidade é dividida em duas partes: na praia, onde ficam as pousadas e restaurantes, moram poucas pessoas; e no que os moradores chamam de “serra”, onde se localiza a maioria das pessoas, sem estabelecimentos turísticos. Essa divisão foi feita a partir de um episódio histórico. Ponta Grossa, nos seus primórdios da ocupação – executada por algumas famílias do núcleo familiar “Crispim” e “Pindú”²⁷ - detinha uma área muito maior do que a de hoje. As primeiras famílias habitavam, além da praia, uma grande extensão de terras acima das falésias, na “serra”. Mas, de acordo com os moradores, alguns fazendeiros grilaram, gradativamente, essas terras, obrigando seus primeiros habitantes a migrarem para a parte mais baixa, à beira mar. Não se sabe ao certo como se deu esse movimento. Para alguns, esses primeiros moradores venderam ou trocaram a terra; para outros, esse processo pode ser considerado simplesmente como expulsão, executada pelos fazendeiros da época. O fato é que, em dado momento, toda a população de Ponta Grossa se localizava integralmente na parte de baixo do terreno.

²⁷ De acordo com diversos relatos de moradores, o sobrenome “Pindú” já não consta mais nos registros de nascimento das últimas gerações da comunidade. A família do Sr. Neu Pindú, no início dos anos 1900, é considerada a primeira família a habitar a praia que levaria o nome de Ponta Grossa, junto com a família Crispim, um pouco depois.

Figura 3 – As duas partes da comunidade (praia e “serra”) de Ponta Grossa vistas por satélite.



Fonte: *Google Maps*, 2018.

Figura 4 – Vista mais ampla de Ponta Grossa, por satélite, integrando a comunidade e suas dunas.



Fonte: *Google Maps*, 2018.

Contudo, entre as décadas de 1970 e 1980, a maré subiu a ponto de destruir casas e a vegetação, chegando ao ápice de “quebrar” em praticamente todo paredão das falésias. As famílias se organizaram e ocuparam, junto com a comunidade do Retiro grande, praia vizinha ao oeste de Ponta Grossa - e que também estava sofrendo com o problema das marés -, uma pequena parte de terra que hoje pertence à empresa Cascaju²⁸, do Grupo Edson Queiroz²⁹ – detentora de grande quantidade de terras em volta de Ponta Grossa (praticamente toda a área verde representada na figura 4 é pertencente à empresa). Nesse momento, começo da década de 1990, a comunidade se articulou, criando a Associação de Moradores de Ponta Grossa (AMPG), com o intuito de solicitar às autoridades estaduais o requerimento aos “donos” das terras, alguns hectares do terreno que outrora lhes pertencia. A reivindicação foi atendida, em fins da década de 1990, doando-lhes cerca de dezoito (18) hectares para posterior divisão e construção das casas. (Retiro Grande também conseguiu o terreno solicitado, cerca de quinze (15) hectares). Assim como afirma o relato do pescador aposentado e um dos presbíteros da comunidade, o Sr. João Crispim:

Nossa comunidade_ começou aqui, porque aqui... tinha uns problema aqui com as maré. Há muito... nossos avós, nossos bisavós vivero aqui_ embaixo. Mas ai a maré de vez em quando vinha, derrubava, eles iam pra outro canto, e o lugar nunca crescia. [...] Ai, esses ano, de 70 pra cá_ foi que a maré vei ali, derrubou umas, mas ainda ficou uma tira e tal, uma ‘grôa’, como diz, e um pessoal ficaro morando por lá. Ai foro lá na_ no grupo, que é dos Queiroi, e ele dero aqui 18 hectare de terra. [...] Ai o pessoal tá morando aqui... [...]Tá crescendo [...] Muita casa tá sendo construída³⁰.

E é nessa localidade, a “serra”, que a maioria dos habitantes de Ponta Grossa mora atualmente. Essa terra é coletivamente habitada e individualmente apropriada, pois houve um processo de loteamento por parte dos moradores, em que cada família pôde ter sua área delimitada - um trecho dessa terra parcialmente loteada se encontra ainda não apropriada, por conta da grande presença de artefatos arqueológicos na superfície, o que acaba gerando opiniões divergentes na comunidade: aquelas pessoas que defendem a análise dos artefatos antes das construções; e aqueles que afirmam que a omissão das autoridades competentes desse âmbito impede o avanço da comunidade. Na parte de baixo, na praia, ficaram poucas pessoas, que estão construindo suas casas na “serra” e se mudando aos poucos. Na praia,

²⁸ Empresa de beneficiamento de caju, e que hoje se encontra parcialmente desativada.

²⁹ Grupo que detém um conglomerado de empresas.

³⁰ Entrevista do Sr. João Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

funciona basicamente o setor turístico, porém, ainda com a presença de cerca de 50 moradores.

Figura 5 - Vista panorâmica de parte da comunidade de Ponta Grossa na praia. Ao fundo o paredão de falésias da praia do Retiro Grande.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

Figura 6 - Vista de uma das casas na “serra” da praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

A praia é organizada a partir de relações familiares, mais especificamente sobre um único núcleo familiar, os “Crispim”. Por muito tempo, os moradores se casavam entre si, com primos de primeiro grau, porém, o alto índice de nascimento de crianças com deficiências físicas, geradas por problemas genéticos, acabou por mudar um pouco essa lógica. Atualmente, por conta desse receio genético, diversas pessoas começaram a se casar com “forasteiros”, geralmente de regiões próximas, principalmente do próprio município de Icapuí. Esse costume é ainda muito presente entre as mulheres, de acordo com alguns moradores. Sem dúvida, esse fenômeno é uma das características mais complexas de Ponta Grossa, cercada por diversas suposições e pontos de vistas, sejam formulados por pessoas de fora da comunidade, sejam pelos próprios moradores. Contudo, é seguro afirmar que é a partir dessas relações “entre” o núcleo, que a dita unidade comunitária da praia se estabelece e se conserva, pois, é sempre discutida no âmbito familiar.

A religião é muito presente nessa relação comunitária. Cerca de 80% dos moradores são adeptos da religião evangélica. Seguindo as afirmativas de Freitas Filho, embasado na história oral proveniente de alguns moradores de Ponta Grossa,

[...] foi por volta de 1932, sob as ordens do Pastor Evangélico João Alves, natural de Areia Branca³¹, que a semente protestante foi lançada pela primeira vez no campo das almas do Cabo da Jabarana, conseguindo um massivo número de seguidores, que por volta de 1942 seriam assistidos por outro emissário protestante, o moradanovense³² Pedro Freire de Brito, a quem se atribui o mérito da grande propagação da seita na região, compreendida, sobre tudo, entre Barreiras e Mutamba [comunidades de Icapuí] (SOUZA apud 2003, p. 63).

A fé na religião é tida por muitos como o grande ingrediente para o respeito e preservação da unidade familiar e comunitária, como afirma Dam Crispim. Os nomes bíblicos são quase obrigatórios para as crianças que nascem em Ponta Grossa. A comunidade, a partir de arrecadação de verba própria, construiu uma igreja na “serra”, estimada no valor de seiscentos mil (600) reais, deslocando os cultos da antiga igreja, localizada na parte de baixo da praia. Nela acontecem os cultos específicos, como os dos homens e das mulheres, por exemplo, e os cultos coletivos, durante o final de semana, sempre no início da noite. A igreja também tem o papel de auxiliadora nas eventuais necessidades de apoio financeiro e suporte emocional que algum integrante da comunidade venha a precisar. É fácil perceber que a religião e a igreja em Ponta Grossa não são tratadas apenas no campo da fé, elas organizam e ditam as dinâmicas socioculturais da comunidade.

[...] *Eu atrelo muito o sucesso nosso à religião.* Por exemplo, eu acho que você já presenciou nas mesas os passarinhos lhe atrapalhando [enquanto come]. Então, assim, tudo indica que é raro isso no município de Icapuí, e isso não houve nenhuma ruptura, não houve_ é um processo. Você vê aqui a questão do... você não vê crianças pedindo, você não vê crianças mal vestidas, diferente das demais comunidades. Então, isso eu atrelo aos conhecimentos vindos da religião. Porque, assim, nós temos um presbítero, como responsável pela_ porque no_ a nossa religião diz o seguinte: nós temos um campo, o que é um campo? são várias congregações, não é? Em cada congregação dessa, dependendo do total de pessoas, tem um templo. Então, por exemplo, Ponta Grossa tem um presbítero que nós chamamos de pastor local, responsáveis por essas ovelhas. [...] Ai nós temos um pastor que é responsável por todas essas congregações. Então nós, tanto nossos presbíteros como nossos pastores eles ensinam de acordo com a bíblia. Então, a bíblia não só ensina religião, ela não só ensina, digamos assim, caminho para ir pro céu, não só ensina o espiritual, ensina também o prático. *E eu delego muito o sucesso nosso, como comunidade, a isso*³³.

³¹ Município do estado do Rio Grande do Norte.

³² Morada Nova é um município no interior do Ceará.

³³ Entrevista de Dam Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

Figura 7 - Igreja Assembleia de Deus, na “serra” da Praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Existe alcoolismo em índice considerado baixo na comunidade. Pescadores que fazem uso de bebidas alcoólicas afirmam que as ingerem para suportar o árduo trabalho no mar, mas percebe-se que ultrapassa essa esfera, migrando também para aspectos sociais como a ociosidade de muitos na pós-pescaria. O alcoolismo é um pouco recriminado dentro da comunidade, apesar de não ser proibido nem entre os religiosos, desde que não haja exagero, mantendo-se a moderação. O consumo acontece também constantemente com a presença de turistas, na relação com alguns moradores de Ponta Grossa.

Os habitantes têm uma relação muito próxima com a política municipal, possuindo alguns cargos comissionados na Prefeitura, o que acaba gerando algumas tensões por parte dos moradores, que apoiam partidos e gestões de lados diferentes – apesar de uma estabelecida unidade comunitária, facções são presentes, mas não fugindo totalmente da lógica local e familiar. Ponta Grossa, alguns anos atrás, era conhecida popularmente em Icapuí como “República de Ponta Grossa”, devido aos cargos, envolvimento e grande influência na política local. Também são bem articulados e com grande experiência de associativismo, possuindo quatro associações ativas: Associação Comunitária de Ponta

Grossa (ACPG); Associação dos Apicultores do Município de Icapuí (APIC); Associação de Turismo, Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC) e; Associação Busca no Deserto de Ponta Grossa³⁴. Há mais uma associação, mas esta se encontra inativa, por motivos burocráticos: a Associação Pesqueira de Ponta Grossa (APPG). Também existe o Conselho Deliberativo de Ponta Grossa (CDPG), no qual os presidentes, secretários e tesoureiros das associações se reúnem mensalmente – ou pelo menos deveriam se reunir –, para discutirem assuntos referentes às políticas voltadas para a comunidade.

Existe um acordo comunitário que determina a proibição da venda de terras dentro da comunidade para pessoas de “fora”, ou seja, que não sejam da comunidade. Essa medida foi tomada para evitar que a especulação imobiliária – demasiadamente presente - de fato, transforme a localidade em um grande centro turístico, destruindo as relações sociais e a infraestrutura comunitária. Canoa Quebrada, praia mundialmente conhecida, localizada há poucos quilômetros dali, situada no município vizinho, Aracati, é o grande exemplo do que Ponta Grossa e as outras praias de Icapuí que praticam o turismo sustentável não querem se tornar. Canoa Quebrada há alguns anos era uma praia formada por poucas famílias, que não suportando o assédio da especulação imobiliária, venderam suas terras e estabelecimentos, principalmente para empreendedores estrangeiros. Hoje, grande parte desses primeiros moradores trabalha nos estabelecimentos que outrora lhes pertenciam. Em Icapuí acontece, numa proporção menor, algo parecido na praia da Redonda, vizinha a Ponta Grossa. Os índices de violência, prostituição infantil e tráfico de drogas aumentaram exponencialmente depois que empresários construíram empreendimentos e casas de veraneio, como acontece também em Canoa Quebrada. A dinâmica pacata de outros tempos deu lugar a problemas sociais complexos, que ameaçam outras comunidades, inclusive Ponta Grossa.

Aparentemente, se pensa que o casamento interno se daria, prioritariamente, por conta desse acordo sobre a terra, mas ao conversar com as pessoas da comunidade, a maioria afirma que não há nenhuma relação entre esses pontos. Para elas, esse tipo de relacionamento se deu por uma herança histórica, ou seja, apenas preservaram essa prática com o passar do tempo, de geração em geração. (Se imaginarmos que em outros tempos, quando não existia o acordo comunitário de não venda das terras, o casamento interno era ainda mais comum, a essa justificativa dos moradores é bastante convincente). Com efeito, podemos perceber também que outros indivíduos delegam a preocupação de evitar que suas terras sejam apropriadas por

³⁴ Associação ligada à Igreja Assembleia de Deus em Ponta Grossa.

pessoas de “fora”, a lógica do casamento entre família de Ponta Grossa – ou pelo menos a atual lógica.

Olha, é_ essa questão da família [do casamento], de manter-se muito dentro da própria família, que é casamento com primo com primo, isso, é, aconteceu em umas gerações passadas, onde nós não tínhamos acesso à estradas, não tínhamos escolas fora da comunidade, então todo mundo estudava aqui, nós não tínhamos estradas, acesso a outras comunidades, então ficávamos, assim, muito fechados, numa ilhada, na comunidade, então... as pessoas viam os primos, viam as primas aqui mesmo e aqui mesmo casavam-se e formavam família. Então, não é regra e normas da comunidade. Eu, principalmente, como morador da comunidade, eu defendo que o nativo procure uma pessoa de fora. E a nativa também case com uma pessoa de fora que venha a contribuir da forma comunitária, né? Porque o que eu tenho medo é que as pessoas venham com outras visões de cidade pra dentro da nossa comunidade que em vez de ajudar, vai atrapalhar.

Então a gente se preocupa com isso, mas eu defendo que se casem com pessoas sem ser da família. Até mesmo por essa questão sanguínea, né? De primo com prima, né? E eu sou uma pessoa que sou casado com uma prima e teve um problema com um filho meu, e procurei um especialista, que era um geneticista e eles alegaram isso, né? Que era por causa sanguínea, família muito próxima³⁵.

Por consequência da manutenção interna, o ambiente populacional têm características particulares, pois há uma forte presença de descendentes de Europeus – “traço sempre marcante” -, segundo os relatos dos conterrâneos (comunidade do “povo dos olhos azuis e cabelos loiros” (ver Anexo B), como é conhecida Ponta Grossa popularmente entre seus visitantes e vizinhos da região). “Na Ponta Grossa, uma parcela notável da população, entre crianças e antigos moradores, faz-se herdeira de biótipos humanos bem específicos, que chegam a singularizar-se no panorama da formação e da própria identidade étnica local” (FREITAS FILHO, 2003, p. 62). É comum ouvirmos falar que Ponta Grossa é uma comunidade descendente direta de holandeses (ver Anexo C), embasado, principalmente, pela ocupação holandesa no Brasil e ao genótipo e fenótipo “europeus” da população, e que lá foi o principal cenário de uma possível colonização holandesa. De acordo com os relatos, esse fenótipo era ainda mais forte alguns anos atrás, e que o início dos casamentos com pessoas de fora da comunidade marcou relativa mudança nesses traços. Porém, Freitas Filho (2003) nos possibilita uma leitura lúcida do seu ponto de vista sobre essas características “nórdico-fisiológicas”. Para ele, essas particularidades não podem ser consideradas essencialmente “como sendo resultado direto da presença daquele povo [holandês] em um determinado local ou região, mas sim, a um longo processo gestativo que ultrapassou fronteiras, perpassou etnias e grupos sociais, difundindo a herança genética de uma matriz há muito desfeita” (FREITAS FILHO, 2003, p. 62). Os ditos traços étnicos limitados em Ponta Grossa, a partir

³⁵ Entrevista de Adaias Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 14 de julho de 2017.

da visão desse autor, podem estar relacionados a um fenômeno que provavelmente é fruto de um incidente passível de qualquer minoria racial.

Freitas Filho (2003) afirma que apesar de não existir nenhum respaldo “oficial”, essa ideia dispunha de “clara aceitação local”. Mas atualmente, o que observamos foi que, de acordo com os próprios moradores, a maioria não se sente representada por essa ideia de “holandesidade”, muito menos se autoproclamam descendentes desse povo. Todavia, alguns moradores ainda conservam essa hipótese, como se pode observar no relato de Jair Crispim, 24 anos de idade, morador de Ponta Grossa, estudante de Ciências da Computação e garçom da barraca Pantanal:

[...] nem todas pessoas da_ Icapuí têm a história que Ponta Grossa tem. Ponta Grossa_ às vezes eu me sinto privilegiado porque Ponta Grossa tem uma história, tendeu? *Dizem que os holandeses veio pra cá, que aqui tinha muita gente descendente de holandeses.* Em outro canto o pessoal fica tudo perguntando, sabe? perguntam muito a história daqui. *Às vezes perguntam: ‘dizem que lá tem descendentes de holandeses?’ Eu digo: ‘é. É verdade, [misturado] com índio’*³⁶.

Na verdade, essa afirmativa é considerada uma lenda entre grande parte da população de Ponta Grossa, disseminada por diversos indivíduos de fora da comunidade, mas que detém pouco respaldo entre os moradores atualmente. Se ocorreu realmente o contato com holandeses em Ponta Grossa, o que houve, talvez, foi uma presença e não uma colonização holandesa em terras cearenses, é o que Freitas Filhos (2003) chama de “confusão terminológica”. “A aventura holandesa no Ceará fora infortuita [infortuna], em nada contribuindo para a posse ou melhoramento da terra” (FREITAS FILHO, 2003, p. 57). Durante os séculos XVII e XVIII, a crescente presença de corsários holandeses e franceses aumentou de forma a desafiar a ordem imposta pela Coroa Portuguesa. Nesse momento, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, tropas de mercenários ávidos por enriquecimento eram destinadas pela Holanda para atacar a costa da colônia portuguesa (Brasil). Apesar disso, de acordo com Freitas Filhos (2003), nesse momento a Holanda ainda não era considerada uma nação unificada, portanto, como seria colonizadora? O evento que houvera no Ceará, “não pode ser visto como uma ação colonizadora, em virtude, sobretudo, do espírito restritamente comercial que alimentava, em nada influenciando nos aspectos demográfico, econômico, cultural, social, político e religioso” (FREITAS FILHO, 2003, p. 58). E, diferente do que acontece em outras regiões do litoral cearense, segundo Freitas Filhos (2003), em Ponta Grossa não existiram construções de fortificações ou qualquer tipo de

³⁶ Entrevista de Jair Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

empreendimentos similares, o que mostra que não houve relação, pelo menos de forma intensa, entre holandeses e Ponta Grossa. A hipotética colonização holandesa em Ponta Grossa não poderia ter passado de eventualidade, por motivos diversos, como, por exemplo, a represália portuguesa contra os considerados ocupantes “ilegítimos” no território, ou seja, procuravam terras seguras para se abrigarem. Quais interesses esses holandeses desgarrados, e em quantidade ínfima, teriam além de se refugiarem das investidas lusas de repeli-los do território brasileiro? Indaga-nos Freitas Filho (2003).

Apesar disso, muitos moradores da comunidade ainda defendem e afirmam a tese de que realmente são descendentes diretos de europeus – não necessariamente holandeses -, graças às provas materiais dos artefatos arqueológicos excessivamente presentes em todo território, e especialmente pelo acervo constituído pelo Sr. Josué Crispim. Apesar dos artefatos coletados por ele não serem passíveis de contextualização arqueológica, pudemos saber - a partir das análises arqueológicas executadas durante a inventariação do acervo -, a procedência europeia de muitos artefatos, como: faiança inglesa; faiança portuguesa; cachimbo português; cachimbo holandês; garrafa de grés com inscrições estrangeiras (procedência holandesa e escocesa); e moedas estrangeiras, considerados, desse modo, provas materiais da ocupação europeia em território indígena. E, de acordo com o Sr. Josué e outros moradores, além dessa descendência europeia, Ponta Grossa também tem origens nas matrizes indígenas e africanas. Apesar da afirmativa que contextualiza muitos artefatos como europeus, não se pode afirmar por quem foram transportados até Ponta Grossa. A garrafa com a inscrição “Amsterdam” pode ter sido deslocada por conquistadores de outros países, como franceses ou ingleses, por exemplo. Assim como acontece com a cultura material³⁷ na globalização atual, o conjunto de vestimentas que usamos pode cada peça ser oriunda de um país diferente. Ou seja, apesar de muitos artefatos do acervo de Ponta Grossa terem sido confirmados como procedência inglesa, não quer dizer que ali estiveram ingleses. O que se pode afirmar é a procedência da produção, mas não o deslocamento entre continentes, como afirma Vanessa Rodrigues³⁸ em relato logo abaixo. Além disso, as garrafas de grés parecem não ser de tempos tão remotos assim, pela sua fabricação e cunhagem se semelhamem à técnicas indústrias “e não exatamente

³⁷ “A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado” (MENESES, 1998, p. 100).

³⁸ Graduada em turismo e mestra em arqueologia pela UFPE. Participou em 2014, como arqueóloga, do projeto de inventário do acervo em Ponta Grossa.

do tosco ofício da manufatura” (FREITAS FILHO, 2003, p. 63). Com efeito, essas afirmativas não subtraem a grande importância histórica do acervo constituído pelo Sr. Josué.

[...] alguns [artefatos] tinha marca_ de fabricação, que é o que a gente consegue_ frisar a procedência, né? alguns_ aí tinha: da Inglaterra, certo? Tinha material da Holanda, que era as garrafas de grés, que tinha marcas, garrafas inteiras, que tinha o carimbo da marca [...] ³⁹.

O próprio sobrenome “Crispim” nos atenta para a possibilidade da peculiaridade local ser

construída ou configurada, em virtude não somente, de uma postulada regência étnica que se pretende ali tenha ocorrido (no caso a holandesa), porém, como consequência da incorporação de múltiplos traços, originários, quiçá, de outras nacionalidades (além, claro, da portuguesa), que se fundiram, reconstruindo as estâncias que viabilizou sua existência segundo o contexto de sua interação (FREITAS FILHO, 2003, p. 64).

Segundo Freitas Filhos (2003), o “Crispim” é de origem francesa. Já para alguns moradores de Ponta Grossa, o sobrenome francês seria “Crispam”, não “Crispim” como afirma o autor. “Crispam”, na leitura dos moradores, significaria “alguém que pratica jogo sujo”, “aquele que não é honesto”. Essa conclusão pode ser embasada historicamente pelas próprias afirmações de Freitas Filhos (2003), quando expõe as iniciativas de corsários holandeses e franceses na costa cearense. Dessa forma, poderíamos interpretar os exercícios dos corsários como “trambiqueiros” (enganador), ou seja, “Crispam”. Outra designação que pode ter sido usada foi o “Crispyn”, tipicamente holandês, de acordo com Freitas Filho (2003), mas que não foi assumido ou falado por nenhum morador de Ponta Grossa durante as idas para a pesquisa de campo. Para esse mesmo autor, o contexto local pode ter assumido uma nova combinação morfológica até chegar ao sobrenome “Crispim”. Mas, perpassados mais de cinco séculos desde os primeiros contatos registrados com os europeus, não é tarefa fácil construir uma análise histórica – ou quem sabe até genealógica – desses personagens que habitam a praia de Ponta Grossa. Freitas Filho conclui afirmando que “as respostas ainda não são conclusivas e desafiam explicações” (2003, p. 65).

Quase todas as famílias de Ponta Grossa possuem veículos, sejam eles carros ou motos. As casas que estão sendo construídas na “serra” seguem um estilo específico: divididas em grandes espaços e cercadas com alpendres. Quase sempre são construídas gradativamente, de acordo com a condição financeira de cada família. Apesar da existência de diferentes perfis socioeconômicos entre os moradores da comunidade, é motivo de orgulho de todos não haver pessoas em situação de rua, de não existir miséria em Ponta Grossa - nenhum morador passa

³⁹ Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

por dificuldades sérias, aparentemente. Da mesma forma, todas as crianças da comunidade estão matriculadas nos ensinos fundamental e médio, e por não haver funcionamento da escola localizada em Ponta Grossa – pela variedade de faixas etárias e suas devidas séries -, se deslocam para as escolas das praias de Redonda e Retiro Grande, que fazem divisa com Ponta Grossa (Icapuí é um dos municípios brasileiros com a menor taxa de crianças fora da escola). Mas nem sempre houve esse “bem-estar”, como podemos perceber no relato do pescador e morador de Ponta Grossa, de 59 anos de idade, o Sr. Oliveira Crispim, não em relação à realidade de vida, necessariamente, mas à “simplicidade” da comunidade. Para Marcos Junqueira, de fato, o desenvolvimento de Ponta Grossa se deu a partir da busca do interesse comum entre os moradores.

Rapaz, aqui era tão pouca gente, aqui. [...] *tudo era casinha de barro*. ‘E tinha o quê?’ Aqui tinha_ tinha umas sete casa, oito casa. Tinha mai do quê isso não. [...] A lamparinazinha, né? à noite. [...] meu pai sempre vivia mais da pesca, mas de vei enquanto_ o pessoal_ deixava fazer aquele roçado, e ai trabalhava dois três ano, ai, às vezes: ‘rapai, lá_ vai lá trabalhar lá, limpa isso ai, pra plantar um milho, um feijão, uma coisa’⁴⁰.

*Todo mundo tem carro, moto... E_ eu lembro quando começaram a chegar aqui as bicicletas aqui, e hoje raramente você [vê] bicicleta, e até as crianças_ têm moto, quadriciclo. Todo mundo estuda, todo mundo tá interessado em fazer faculdade. Bem diferente das comunidades vizinhas, né? Agora, por que que as pessoas são assim? porque elas se influenciam umas às outras, porque elas foram buscar o seu crescimento, os seus interesse, dentro do próprio núcleo [comunitário], né? Diferente de você ficar ouvindo_ ladainha de político_ que não leva a lugar nenhum e deixam_ olha aí, ó, pode falar, mas a gente percebe que tem comunidades que estão pior do que estavam*⁴¹.

⁴⁰Entrevista do Sr. Oliveira Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

⁴¹ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

Figura 8 - Casa típica da “serra” de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

3.3 Características ambientais da comunidade praiana

A melhoria dos aspectos socioculturais da comunidade é recente, realizada graças ao desenvolvimento, primeiro da pesca da lagosta e mais recentemente pelo turismo. O turismo é posterior à pesca da lagosta, que se inicia, segundo o relato de alguns moradores de Ponta Grossa, em fins da década de 1950, mas não em grande escala como nos últimos anos. A pesca e comercialização desse crustáceo eram realizadas de forma mais acanhada, mas muito mais lucrativa do que hoje. Quem mais usufruiu nessa época foram os comerciantes estrangeiros que possuíam grandes embarcações, como afirma o Sr. Josué Crispim:

Esse negócio da lagosta começou_ em 57, 58 [1957-1958], mai mermo, o floco mermo foi 60 [1960]. *Isso vinha gente de todo canto*, americano pra cá especular, trazia barco pra ir pescar_ crustáceo. Butava e depois você pagava a ele, ia pagando. *Trazia barco de fora.*

Rapaz, aqui de 60 [1960] pra frente começaram a vender lagosta pra fora. [...] Aí_ aí terminô_ tinha uma armadilha que botava a rede pá pegar o lagosto. Essas rede

pegava muito, só que destruía metade do cascai, da vida do lagosto de lá. Pegava pequeno, matava, pegava peixe demais⁴².

Nos relatos dos mais velhos, há algumas décadas, os moradores praticavam a caça e plantio de roçado para subsistência e o excedente, por necessidade da compra de outros produtos, era comercializado em pequenas quantidades, como exposto nesse trecho da fala do Sr. João Crispim, logo abaixo. A agricultura e caça tiveram que ser “forçadamente” abandonadas, pois com a apropriação do antigo território na “serra” pelos fazendeiros, aos moradores de Ponta Grossa só restou a área à beira mar, terreno não propício para essa atividade, além de não ter espaço suficiente para executá-la.

Vendia peixe. Vendia peixe, trabalhava na agricultura também. Nesse tempo, os proprietário daqui era os porto ali, que morava ali. Mas ele não empatava ninguém brocar um roçado, certo? [...] Pelo menos meu pai era agricultor, trabalhava aqui, né? [...] ele _ usavam mais para_ pra comer. Também vendia, né? porque precisa, tinha coisa que às vezes também não tinha e precisa comprar também e às vezes vendia também pra comprar⁴³.

Assim como toda planície costeira de Icapuí, Ponta Grossa está inserida no bioma Caatinga, “com complexos vegetacionais litorâneos específicos, amplamente representados pela mata de tabuleiro e ecossistema manguezal” (ATLAS, 2012, p. 19). Apesar de comum no litoral cearense, atualmente a presença de coqueiros não é tão presente em Ponta Grossa, justamente devido à última grande enchente da maré. O mangue também foi bastante afetado, restando ainda um trecho desse bioma. Os últimos anos de estiagem também influenciam no pouco desenvolvimento dos coqueiros e mangue, assim como a presença da árvore “nim” (*Azadirachta indica*), danosa a vegetais e até a animais, por conta de sua substância repelente, essa planta acelera o processo de desertificação da região. Apesar da existência de guaiamum, esse crustáceo não é utilizado na culinária local, assim como o marisco, por exemplo. Em épocas chuvosas – estação com noites e inícios de manhãs bastante frias -, como no primeiro período da estadia para a realização do campo de pesquisa (entre os meses de abril e maio de 2017), lagoas costeiras de água doce se formam na praia (ver figuras 3 e 10), evidenciando a presença de lençóis freáticos na região. Depois de praticamente cinco anos sem invernos chuvosos, no último inverno (2017) as chuvas foram consideradas mais presentes, trazendo além do alívio sobre o forte calor, mais nutrientes para a cadeia alimentar da vida marinha. Pois, seguindo as afirmativas do Sr. João Crispim, o inverno

⁴² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

⁴³ Entrevista do Sr. João Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

[...] é bom pra pesca porque_ óia_ aparece o peixe, aparece o camarão, a lagosta também. [...] Tudo é bom. [...]. O peixe aqui, quando tem muito inverno, aparece peixe ai que não tem quem acabe. [...] O pessoal: ‘não, a chuva só é bom pra terra’, no mar também é bom demais, porque elas trás_ as coisa boa pra pesca⁴⁴.

Figura 9 - Trecho do bioma mangue na praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Neste período [de inverno] o estuário recebe maiores volumes de água doce proveniente das lagoas e dos vários exutórios e nascentes ao longo das falésias mortas (paleofalésias). Certamente, neste período do ano, os olhos d'água que jorram água doce na Plataforma Continental (principalmente diante das comunidades de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Barreira da Sereia e Ibicuitaba) aumentam consideravelmente suas vazões, proporcionando vários pontos de água doce que são utilizados pelo peixe-boi marinho (ATLAS, 2012, p 13).

⁴⁴ Entrevista do Sr. João Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

Figura 10 - Uma das lagoas costeiras de água doce que se formam na praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Os lençóis freáticos, conhecidos na localidade como “olhos d’água”, submersos no mar e sob as falésias e dunas, criam ecossistemas propícios para a lagosta e peixes que se adequam à baixa salinidade. A presença de algas marinhas também é resultado desse fenômeno, atraindo muitas espécies de peixes e camarão por conta da complexa cadeia alimentar ali presente. Os “olhos d’água” também fornecem água doce para o peixe-boi marinho, presente nas águas de Ponta Grossa. Pesquisas e monitoramento dos peixes-boi marinhos são feitas nessa região. São esses lençóis freáticos que abastecem a comunidade com água potável. Foi construído um poço artesiano (na “serra”), onde a água para consumo humano é filtrada pelo dessalinizador, diminuindo a acidez da água. Existem dois chafarizes onde a comunidade pode retirar a água, um na “serra” e o outro na praia. Em outros tempos, a água potável era retirada pelos moradores de uma pedra, no paredão de falésias, denominada de “Pedra do Cachorro”, numa área maior chamada de “Vertente”, ilustrada na figura abaixo. Havia uma “cacimba” (poço) com anéis de cimento e com o auxílio de bomba manual para retirar a água. Ponta Grossa, diferentemente de outras comunidades em Icapuí, não sofre com a falta de água potável.

Figura 11 – Na parte esquerda, a “Pedra do Cachorro”, onde a comunidade de Ponta Grossa utilizava um antigo “olho d’água” para retirar água potável.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Os “olhos d’água” também foram um dos principais motivos para o desenvolvimento da ocupação humana em Ponta Grossa. De acordo com Oliveira, alguns pontos do litoral do Ceará, graças à circunvizinhança “das correntes marítimas da costa possibilitavam contato oferecendo abastecimento de água e gêneros, as áreas mais próximas das correntes facilitavam o desembarque das naus para tomar provimentos e realizar comércio com os locais” (2012, p. 46). No Estado do Ceará, Icapuí em Ponta Grossa, Fortaleza na ponta do Mucuripe e mais ao Leste a ponta de Jericoacoara eram as principais áreas dessa ocupação (OLIVEIRA, 2012).

O controle do avanço das dunas também não é executado. Por ser uma área com dunas fixas e móveis, e por consequência da movimentação da parte móvel, grande quantidade de areia se desloca em direção à comunidade todos os anos (como mostra a figura 4). Estudos e medidas contra esse avanço são de fundamental importância para essa área. Ações paliativas foram realizadas pela própria comunidade, como a inserção de vegetação na parte mais próxima entre as dunas e a população. A vegetação fixa razoavelmente o terreno de duna, e,

nesse caso, foi usado o capim-açu, planta rasteira com raízes profundas, segundo Antônio Carlos (Bodó) (comunicação pessoal, 2017), morador, pescador e jangadeiro turístico da praia de Ponta Grossa.

Figura 12 - Capim-açu sobre as dunas móveis de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

A proibição da captura de pássaros para criação em cativeiro – os gatos estão presentes em grande quantidade, mas por serem os principais predadores dos pássaros, não são bem quistos na comunidade -, a conscientização sobre o manejo do lixo produzido, a proibição de som automotivo, entre tantos outros aspectos que os moradores de Ponta Grossa orgulhosamente explicitam em suas falas, como um espaço que respeita o ecossistema acima de tudo. Ponta Grossa também é uma APA (Área de Proteção Ambiental). Criada em 1998, pela Lei nº. 262/98⁴⁵, e administrada pelo município de Icapuí, a APA de Ponta Grossa tem o objetivo de regulamentar a ocupação e exploração da região, aliando preservação e desenvolvimento. A APA é mais um agente que estimula a preservação do turismo sustentável/comunitário em Ponta Grossa, como veremos no próximo subcapítulo.

⁴⁵ http://www.brasil-rounds.gov.br/round9/arquivos_r9/Diretrizes/Ceara/LEI_APA_PONTA_GROSSA.pdf

De acordo com os períodos de baixa e alta marés, as alterações dos níveis ditam a organização cotidiana da comunidade. Isso é decorrido do fato das altas marés penderem nos paredões das falésias, impedindo, em alguns trechos, a passagem de pessoas e veículos pela praia. Atividades como a pesca e passeios nas trilhas de *buggy*, por exemplo, dependem exclusivamente dessas alterações. Tudo funciona, ou não, a partir da maré, como por exemplo: o banho de mar, o mergulho de jangada entre as pedras, o fluxo de turistas advindos de outros lugares pela praia. O nível da maré vem recuando gradativamente ao passar dos anos (ver figura 3), e para muitos moradores, o episódio vivenciado entre a década de 1970 e 1980, o qual a maré destruiu casas e a vegetação presentes, pode ter ocorrido outras vezes, já que consideram o avanço da maré e sua posterior recua um fenômeno natural e, portanto, permanente. Esse receio sobre a maré virou música composta em Ponta Grossa pelo Sr. Joaquim Crispim, conhecido como “Dadá”, já falecido, e chama-se “Praia Nordestina”:

Vamos orar
 Pra essa maré se afastar
 Pra nossos prédios deixar
 Porque Deus o mar domina
 Também deixar esse lugar
 Santo do Santo
 Irmão prega e eu canto
 Nesta praia nordestina

Vamos orar
 Com o joelho no chão
 Contrito de coração
 Homem, mulher e menina
 Se nós orar e em Jesus confiar
 Nós veja a maré deixar
 A nossa praia nordestina.⁴⁶

Atualmente, o nível da maré se encontra bastante recuado em relação à área das casas, fazendo Ponta Grossa possuir uma extensa faixa de areia na praia (ver figura 3), algo que muitos turistas reclamam, pelo esforço físico de chegar às águas da praia, devido às grandes irregularidades do terreno de areia. Para tentar sanar essa dificuldade, os moradores construíram uma estrada com piçarra sobre a areia (ver figura 14).

⁴⁶ CD Icapuí 20 anos: 2004.

Figura 13 - Nível da maré alta, “quebrando” no paredão das falésias.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Figura 14 - Caminho de piçarra sobre a areia da praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Durante o entardecer, principalmente com a maré baixa, muitos moradores se deslocam até à praia para observar o pôr do sol, registrar imagens, se reunir, levar as crianças para brincarem nas piscinas naturais de águas mornas. Os pescadores aproveitam o tempo ameno do entardecer para fazer reparos em suas jangadas e consertos dos manzuás e redes. É hora também dos pescadores retirarem as armadilhas, redes e manzuás colocados no início do dia. Para quem acha que o cotidiano poderia trivializar e naturalizar as belezas de Ponta Grossa aos olhos dos seus moradores, está bastante enganado. O fim de tarde presencia o envolvimento da comunidade no seio da praia. Principalmente mulheres – que raramente participam das decisões políticas tomadas na comunidade, sobretudo por questões religiosas, como analisado em outro momento durante o texto - e crianças são mais presentes nas subidas às dunas, as crianças menores correndo pela praia e se banhando, o futebol que é realizado fielmente todos os dias, são as atividades de diversão mais estimadas na comunidade.

Figura 15 - Futebol realizado na praia todos os dias no fim da tarde.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Figura 16 – Pôr do sol na praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

3.4 Trabalho e renda: da pesca artesanal ao turismo comunitário de Ponta Grossa

Por muito tempo, o turismo em Ponta Grossa não foi aproveitado pela comunidade, da mesma forma como não há a confecção de artesanatos locais, como nas praias vizinhas. Isso se deu pelo acesso precário de estradas de barro e o ingresso exclusivo à comunidade pela praia, pelo menos de automóveis. Os moradores “escalavam” as falésias por subidas irregulares – algumas delas ainda existem e são usadas. Por conta do nível da maré, a chegada a pé e de automóvel pela praia não era possível a todo o momento. Com as melhorias das estradas que dão acesso a Ponta Grossa e a construção de uma rampa (ver figura 17), em 1994, para acesso de automóveis, o turismo começou a ser implantado e desenvolvido. Graças a essa rampa, o acesso de materiais de construção se tornou mais prático, possibilitando a construção dos estabelecimentos e casas na parte de baixo de Ponta Grossa, e a instalação de energia elétrica em 1997. Ou seja, a rampa foi uma necessidade local, que também foi usada para o turismo, como afirmam Agabo Crispim, 24 anos, morador de Ponta Grossa, estudante de hotelaria e garçom na Barraca Macura, e o Sr. Josué:

Os meus avós, os_ nosso avós, eram nômades, por isso Josué [Sr. Josué Crispim] achou essa ruma [grande quantidade] de coisa [artefatos arqueológicos]. Porque tava aqui, tava ali, e tem a dinâmica das marés e das dunas. [...] eles só ficavam onde tinha água. [...] *Por isso que aqui, derna de muito tempo sempre teve gente, sempre teve água, teve, teve vida.* Sempre foi assim. E_ pá civilização chegar aqui, demorô. [...] quando chegare, carro, internet, tudo isso demorou... [...] Essa ladeira aqui foi feita, *só tinha acesso pela praia, só_ essa estrada mermo ai_ [...] estrada ai foi feita pelo prefeito Zé Airton [hoje Deputado Federal do Ceará], foi Zé Airton que fez essa estrada aqui. Num tinha, não, num tinha acesso nenhum.* O pessoal eram nômades mesmo.

As nossas ladeiras são essas ladeiras de serra, sabe? *Aqui ainda têm várias*, e tinham essa ladeira de fazer topizinho, ia pela ladeira, não tinha essa rampa. Ai foi feito essa rampa, o projeto de Dedé Teixeira [hoje Deputado Estadual do Ceará]. Dedé Teixeira, o prefeito aqui [na época], ele queria fazer um arco, entrou nas comunidades, ele perguntou o que nós precisava, ai fumo a reivindicação a uma rampa pra descer. *Porque, vinha um material de construção, ou vinha uma feira pra bodega, qualquer coisa tinha que descer nas costa*⁴⁷.

Não tinha ambição aqui, não. *Aqui era fechado, sabe?* Quando_ aquilo que tinha era *só um camisin, não tinha estrada de anda carro.* Era só burro, jumento, jegue. Aí o quê que nós fazia? – isso há vinte anos atrás – nós tinha_ é... só tinha um canto pra vender [comida] , na Redonda ou no Retiro Grande⁴⁸.

Figura 17 - Rampa de acesso à praia de Ponta Grossa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

⁴⁷ Entrevista de Agabo Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 26 de abril de 2017.

⁴⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

É uma comunidade litorânea que vive uma dinâmica social à parte, por se localizar num espaço relativamente isolado, apesar de ser um ponto turístico. Numa análise histórica, Oliveira afirma que “Os vestígios que se acumulam nessa região são testemunhas de um tempo longínquo e de processos históricos muito diversos e nos mostram que Ponta Grossa não era um lugar assim tão isolado do mundo ocidental” (2012, p. 13). A economia local se baseia especialmente no setor turístico e na pesca artesanal, principalmente de lagosta e dos peixes robalo e pescada amarela. Contudo, a pesca vem a cada ano perdendo espaço como principal fonte de renda da comunidade, como veremos mais adiante. Também existe a atividade de apicultura, mas realizada somente por cerca de quinze moradores. Há presença de restaurantes e pousadas na localidade, mas que seguem uma lógica de não competição entre os estabelecimentos, fugindo das bases estruturais do capitalismo.

[...] A gente trabalha, somos todos parentes um do outro, e é bem distribuído o turismo, né? Toda as barracas têm seus clientes, *ninguém corre atrás do cliente de ninguém*. Ninguém coloca ninguém em esquina pra tá, é___ agregando mais turista numa do que na outra. *Todo mundo fica no seu ponto esperando alguém chegar*⁴⁹.

Existem quatro restaurantes de médio porte, que lá levam o nome de “barracas”, são elas: Barraca Canaã; Barraca Macura; Barraca Pantanal; e Barraca do Sidrack. Há presença de algumas pequenas lanchonetes também, que, na maioria das vezes, funcionam como anexo das pousadas e chalés para o café da manhã dos visitantes. A grande maioria dos estabelecimentos é pousada e chalé, praticamente todas as famílias de Ponta Grossa possuem pelo menos um estabelecimento. Hoje, o turismo representa a maior parcela da fonte de renda da comunidade, apesar de um considerado declínio do fluxo turístico - não só nessa região, mas em grande parte do país, devido à crise político-econômica instalada - ter assolado Ponta Grossa nos últimos anos. Entretanto, para muitos moradores, a falta de boa gestão municipal também tem grande influência na queda do turismo na região, por conta de falta de investimento em infraestrutura e planejamento do setor turístico do município.

Assim como suas águas – que mudam sua tonalidade de acordo com a incidência de luz, variando entre o azul turquesa e se aproximando do verde - rasas e serenas, durante quase todo o tempo, Ponta Grossa é tomada por uma “onda” de tranquilidade quebrada somente pelo barulho de automóveis, motocicletas e as ondas do mar “quebrando” na praia. É comum passear por toda orla de Ponta Grossa e não encontrar ninguém além dos pescadores em suas

⁴⁹ Entrevista de Adaias Crispim, concedida ao autor, Ponta Grossa/Icapuí, em 14 de julho de 2017.

jangadas. O dia acaba cedo⁵⁰ na comunidade, a partir das 17:00 horas os moradores se recolhem para suas casas ou para o culto na Igreja. Um silêncio absoluto domina o ambiente no período noturno. O fluxo de pessoas aumenta nos fins de semana e feriados, o que acaba rompendo esse aspecto de quase isolamento da comunidade - mesmo sendo quase isolada, a comunidade recebe turista do mundo inteiro. E esse “isolamento” pode ser interrompido a qualquer momento, principalmente entre o horário do almoço, quando podem chegar dezenas de turistas advindos das trilhas na praia. Grandes grupos de cinquenta (50), setenta (70) pessoas geralmente agendam de forma antecipada as suas chegadas, para que o estabelecimento onde serão atendidos possa se planejar. Em alguns casos, entretanto, não há agendamento, o que torna a recepção quase que caótica. Às vezes se passam dias sem que grandes grupos apareçam, já em outras ocasiões, a presença é constante. Tudo varia, nada é previsível. Obviamente que os não agendamentos não são bem vistos pela comunidade, pela surpresa, pela possibilidade de não se ter os ingredientes em quantidades suficientes e principalmente pela “afobação” inesperada. Para muitos, que não trabalham nesse setor, o turismo é visto como desagradável, principalmente pela movimentação de estranhos e pelas construções de algumas barracas, consideradas por essas pessoas como descaracterizadas, descontextualizadas, que tornam o ambiente menos “natural”, sendo consequência também de uma espécie de especulação imobiliária interna, em que alguns comerciantes desejam o acúmulo de empreendimentos.

Como muitos moradores dizem, Ponta Grossa funciona como um apêndice de Canoa Quebrada. A maior parcela de turistas que frequenta Ponta Grossa é definida como “passageira”, ou seja, turistas que estão de passagem. Nesse caso, os turistas de “passagem” vêm de Canoa Quebrada, nas trilhas de *buggy*, passeio muito comum naquela região. O setor turístico da culinária de Ponta Grossa é o maior beneficiado desse fluxo, já que os turistas fazem de Ponta Grossa uma parada quase que obrigatória para as refeições ao meio-do-dia. Já os turistas que permanecem na comunidade, geralmente, são do próprio estado do Ceará e, em menor escala, de pessoas de fora do país. Muitas das vezes, esses turistas já são clientes de um determinado estabelecimento, reservando os chalés ou pousadas antecipadamente. Comumente, são famílias ou grupos de pessoas que procuram no turismo comunitário – mas também sustentável, familiar e étnico, que não são sinônimos, mas cumulativos em alguns

⁵⁰ Diversos casos de turistas que acabaram ficando sem ter nada para se alimentar durante a noite, por não saberem dessa rotina, são sempre ditos pelos moradores.

momentos em Ponta Grossa, dependendo da circunstância exigida pelos turistas -, sua grande atratividade. A chegada desses turistas traz um espírito de alegria aos moradores donos de estabelecimentos, pois são momentos de reencontro de velhos clientes e a garantia da renda durante os dias que ali estarão. Isso fica ainda mais claro quando os turistas vão embora, principalmente quando passam muitos dias na comunidade. O movimento de pessoas diminui drasticamente, e a rotina se “normaliza” mais uma vez. E algo bastante curioso é que muitas pessoas donas de pousadas e chalés os ocupam durante o dia, quando não há turistas na comunidade, passando mais tempos nesses locais do que em suas próprias casas.

Algo que vem chamando a atenção no setor do turismo é a importância dada cada vez mais aos “interesses étnicos” “de grupos e indivíduos enquanto expressões de intencionalidades socioculturais e políticas diante das diversas conexões globais a que estão hoje expostos” (OLIVEIRA, 2014, p. 60). Mas apesar disso, e do valor dado aos aspectos da preservação comunitária, algumas iniciativas como o projeto de compra de alguns *buggys* e a construção de estabelecimentos horizontais de médio porte na comunidade divide opiniões entre os moradores. A comunidade de Ponta Grossa se apresenta aos seus visitantes como uma localidade que pratica o turismo comunitário, que se fundamenta no desenvolvimento sustentável, que realiza planejamentos estratégicos de longo prazo, que defende a preservação cultural e a qualidade de vida. Ao mesmo tempo em que se preocupam com a excelência no atendimento aos turistas, não deixam de se auto priorizarem, colocando limites na abdicção do bem estar comunitário pela preferência ao setor turístico. Ou seja, há a preocupação em tratar bem os turistas, mas também há a apreensão de uma boa qualidade de vida da comunidade, não cedendo de tudo em nome do turismo.

Concomitantemente, existe o cuidado em manter tanto a sustentabilidade socioambiental quanto satisfazer o setor turístico. Alguns moradores, inclusive, são contrários às trilhas de *buggy* nas dunas de Ponta Grossa, já que impedem que os turistas a façam a pé, assim, tornar necessário os trabalhos dos guias da comunidade na trilha ecológica de Ponta Grossa. No entendimento deles, os *buggys* de Canoa Quebrada ao mesmo tempo em que trazem os turistas para Ponta Grossa, retiram a possibilidade deles nas trilhas a pé, passeios realizados por guias turísticos da própria Ponta Grossa. Além disso, por Ponta Grossa ser uma Área de Proteção Ambiental (APA), esse tipo de trilha é legalmente proibido, juntando ainda o fato de em toda extensão das dunas existirem diversos sítios arqueológicos, gravemente danificados por essa prática turística. Mas como não há fiscalização por parte dos órgãos competentes, e

levando em consideração a necessidade desse fluxo de turistas para movimentar a economia de Ponta Grossa, as trilhas de *buggys* são bastante comuns e famosas.

Percebemos que existe uma tentativa de unir as lógicas globais do capitalismo e a manutenção da identidade local. E, segundo as concepções de Sahlins, a despeito do “pessimismo sentimental”, o autor esclarece que as ameaças de um capitalismo globalizante e homogeneizador às culturas locais podem ser relativizadas, pois, da mesma forma, os povos nativos “se recusam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós” (1997a, p. 11-12). Dessa forma, ao invés do empobrecimento material e cultural desses grupos, há nesses exemplos grandes fortalecimentos e resistências culturais na nova ordem do sistema mundial capitalista. Para Sahlins, essa lógica hoje é feita “[...] em um intercâmbio dialético do global com o local. Pois ficou bem claro agora que o imperialismo não está lidando com amadores nesse negócio de construção de alteridades ou de produção de identidades” (SAHLINS, 1997a, p.11-12; 1997b, p.133,).

E, apesar de parecer paradoxal à primeira vista, a globalização pode ser também entendida como fortalecimento de identidades locais, pois, “Se a universalização e a globalização são as forças organizativas estruturantes da contemporaneidade, isso não significa que os localismos não adquiram grande significado” (MARTA ANICO, 2005, p. 71,). Isso porque, simultaneamente, a arena global se configura como um espaço de fluxos onde promove um intenso contato, e também contribui para o “renascimento”, ou mesmo o fortalecimento da identidade local, que conduz ao florescimento “de diversas formas de localismo cultural e que, muitas vezes, resultam na construção de novos referentes simbólicos de filiação colectiva através da valorização das memórias e do património local” (OLIVEIRA, 2014, p. 61). A partir de então, os processos de reorganização tradicional das comunidades locais, demonstram a sua força face às pressões da lógica capitalista trazida pelo turismo, no caso de Ponta Grossa.

Atualmente, ocorre uma espécie de migração da ocupação do trabalho na comunidade. Muitos pescadores artesanais que praticam essa atividade há décadas, estão deixando-a para investir no setor turístico. Assim como afirma Eduardo Brasil sobre todo município de Icapuí, em Ponta Grossa também o fim dessa prática não representa “somente a perda ambiental, como também política e cultural, podendo o modo de pesca artesanal acabar, e assim acabando também toda uma forma de organização política, econômica e cultural” (2013, p. 27). Muitos jovens estão se profissionalizando também. A proximidade com instituições de

ensino técnico e superior e a democratização do acesso a esses espaços fizeram com que muitos jovens de Ponta Grossa priorizassem os estudos ao invés de continuar a tradição da pesca artesanal. Já existem profissionais do turismo e hotelaria formados e trabalhando em Ponta Grossa e região, além de muitos outros que estão em formação. A maioria dos jovens que hoje frequentam o ensino técnico e superior não planeja atuar na própria comunidade, visto sua limitação de mercado, mas para outras regiões praianas vizinhas. Alternativas econômicas tiveram que ser inventadas, e se tornaram um perigo, como afirma Marcos Junqueira:

Então, a gente foi criando outras economias que foi substituindo a lagosta, a pesca, né? Que foi a apicultura, e depois o turismo_ e aí entrou dinheiro e dinheiro, foi quando começa a entrar dinheiro, as pessoas ficam loucas pelo dinheiro (risos). E hoje, sinceramente, eu percebo que a comunidade, infelizmente, eu não gosto disso, ela tá muito mais voltada com seu_ com o externo, com o lá fora⁵¹.

Muitos motivos levam os pescadores para essa escolha, os principais são: a escassez de peixes, lagosta e a praticidade do trabalho turístico. O roubo, executado por pessoas de outras praias, de ferramentas de pesca que ficam nas embarcações na praia, a competitividade e a falta de união entre os pescadores das praias vizinhas também são fortes motivos para a “decepção” de muitos pescadores de Ponta Grossa. É importante salientar que a pesca excessiva e a prática predatória, carcinicultura (criação de crustáceos), salinas e ocupação não planejada do território, são fatores diretamente associados e responsáveis pela degradação ambiental, principalmente das áreas antes ocupadas por manguezais, que conseqüentemente produzem a insuficiência da riqueza marinha. Azarias Crispim afirma que a pesca de lagosta está diminuindo, pois, segundo ele: “Tá fraco e barato, sabe? Imagine, conheci quilo de lagosta de cem (100) conto [reais] o quilo, sabe? Tinha muita lagosta_ [...] Tá mais barato, tá cinquenta (50) conto [reais] o quilo da lagosta, o ano passado. [...] lagosta tá mais pouco e eu não sei porquê”⁵². Esse ano (2017), o quilo da lagosta inteira, com cabeça, logo no início do fim do defeso (junho), estava no preço de quatorze (14) reais, fazendo com que muitos pescadores não vendessem seu produto, preferindo consumir, por acharem mais vantajoso. Relatos entusiasmados de como era o lucro da lagosta outrora é normal entre os pescadores de Ponta Grossa. Muitos afirmam que chegaram a lucrar tanto que não sabiam o que fazer com o dinheiro arrecadado. Arrependimentos por não terem se planejado e investido o lucro também são falas desalentosas durante essas lembranças.

⁵¹ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

⁵² Entrevista de Azarias Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 26 de abril de 2017.

[...] Em 85 [1985], ali na Ponta Grossa, teve um canto que pegô tanto lagosto que não sabia onde tinha. Enchemô tudo de lagosto, muito lagosto. Ninguém podia andar, isso aqui tudo [a sola do pé] tudo ferido [por carcaças] de lagosto, tudo ferido. Porque o lagosto é muito chifrudo, aí acabava furando a gente⁵³.

Grande parte dos pescadores de Ponta Grossa pratica ainda a pesca artesanal – apesar de alguns iniciarem a prática predatória -, o que mantém a sustentabilidade da fauna marinha, mas Ponta Grossa é apenas uma das tantas praias da região. A Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) tem importante papel nessa conscientização. Ponta Grossa e Tremembé são as únicas praias de Icapuí que fazem parte da Rede Tucum, que é uma organização não governamental (ONG), criada em nível estadual (Ceará), mas que hoje assessora outros estados do nordeste. O cadastro na Rede Tucum requer algumas exigências, a principal é que a comunidade trabalhe com o turismo e o execute de forma sustentável/comunitário. A maioria das outras quatorze praias do município de Icapuí prioriza a pesca industrial, considerando menos a preocupação com a sustentabilidade do que com a maximização e rapidez do produto da pesca. As consequências da pesca predatória e ilegal são a escassez da diversidade marinha, especialmente da lagosta, considerada a maior riqueza do mar daquela região. Para muitos pescadores, a pesca já não vale mais a pena, muito trabalho para pouca recompensa, por isso a migração para o setor turístico. A pesca artesanal parece estar sendo deixada de lado em um caminho sem volta.

Reivindicação de uma área onde só se possa pescar de modo artesanal, o agravamento do conflito por falta de lagostas – ocasionando um estado de miséria na pesca artesanal –, somado a outros fatores agravantes, como poluição, pesca em momento de defeso e de uma fiscalização ineficaz são características que envolvem o conflito socioambiental que se desenrola em Icapuí, Ceará (BRASIL, p. 16, 2013).

⁵³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

manzuá, já na pesca predatória são utilizados marambaia⁵⁵ e compressor para o mergulho. De acordo com Brasil, os pescadores artesanais “acusam os industriais de contaminarem a lagosta e o mar com materiais tóxicos, e de não respeitarem o período de desova, nem o tamanho mínimo da lagosta, ocasionando o gradual desaparecimento desse crustáceo do litoral de Icapuí” (2013, p. 2). Em contrapartida, os pescadores industriais argumentam que a pesca artesanal não é mais lucrativa.

[...] a pesca sustentável, que é a pesca artesanal, um barco que poderia pescar os seis meses e produzir duzentos (200), trezentos (300) quilos que sustentaria uma família bem, né? *Um barco que não pesca artesanal, que é a pesca de mergulho, pega mil (1.000) em um dia. Mil (1.000) quilos, quinhentos (500) quilos, então tá um desequilíbrio grande e tá causando, tá tirando a sustentabilidade das praias, dos moradores, dos pescadores, da família, que vivem diretamente da pesca*⁵⁶.

Figura 19 - A presença de manzuás na praia de Ponta Grossa é bastante comum.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

⁵⁵ “A marambaia é um tipo de pescaria onde o pescador leva para o mar tambores de ferro, amassados, podendo conter restos de materiais tóxicos, depois os fixando no fundo do mar em posições marcadas, como se fossem corais artificiais, facilmente encontrados por GPS. Esses tambores atraem lagostas com maior facilidade, e acabam proporcionando uma pesca predatória. Por conter materiais tóxicos nos tambores, esse tipo de pesca acarreta poluição, pode provocar queimaduras e intoxicação nos pescadores, e ainda corre o risco de comercialização de lagosta contaminada” (BRASIL, 2013, p. 34-35).

⁵⁶ Entrevista de Adaias Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 14 de julho de 2017.

Como dito anteriormente, o período da desova da lagosta, a época do “defeso”, é definido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), segundo Eduardo Brasil, como “uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento” (2013, p. 46). Ou seja, o período do defeso valoriza a conscientização da sustentabilidade para o manejo dos estoques pesqueiros com intuito de evitar a pesca quando os peixes e crustáceos estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes. Atualmente, o defeso da lagosta vai de janeiro ao começo de junho de cada ano, ficando proibida a pesca durante a reprodução da espécie. Nesse caso, todos aqueles pescadores que integrarem a Associação de Pescadores da Comunidade e o Sindicato de Pescadores, receberão um salário mínimo mensal durante os seis meses. Essa norma foi instituída por ato do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no art. 1º, da Instrução Normativa nº 206 de 14 de novembro de 2008⁵⁷, do IBAMA. Contudo, diversos alertas sobre o não cumprimento da portaria, influenciado pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis, são sempre feitos em toda região de Icapuí.

Durante o período do defeso, os pescadores, tendo a garantia ínfima do salário mínimo garantido pelo MPA, procuram realizar outras atividades pesqueiras, que não a captura da lagosta. Enquanto dura esse período, atividades como a confecção de manzuá, rede de pesca e consertos das embarcações são priorizadas por esses trabalhadores. Assim como afirma Eduardo Brasil, de uma forma muito feliz, “Elementos como sol, vento, lua, maré, chuva, e o tempo das espécies pescadas atingirem a idade adulta ou a fase de reprodução está totalmente entrelaçado com o tempo do pescador artesanal, orientando sua jornada de trabalho com o tempo da natureza” (2013, p. 14). A lógica da rotina de trabalho em Ponta Grossa é bastante diferente da imposição capitalista do mundo “ocidentalizado”. Um episódio exposto pelo Sr. Josué chama bastante atenção. Um jornalista se hospedou em Ponta Grossa por alguns dias, para realizar uma matéria turística, e segundo Sr. Josué, este jornalista afirmou que Ponta Grossa seria o melhor lugar para viver, pois ninguém trabalhava. Numa visão liberal, considerou sua experiência de trabalho como modelo padrão hierárquico a ser seguido, como única e exclusiva forma da definição de trabalho.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/207623-pesca-lagosta-dispue-sobre-a-proibiudo-da-pesca-das-lagostas-vermelha-e-verde-anualmente-no-peruodo-que-menciona-nas-ugas-sob-jurisdiiuo-brasileira-e-revoga-a-portaria-ib.html>

Na comunidade há um sentimento forte de coletividade e solidariedade entre os moradores, que também são familiares. E é a partir desse modo de “ser” e experienciar a vida, que outros níveis sociais como o trabalho, por exemplo, são organizados. É comum os moradores conversarem sempre em grandes grupos de pessoas, de fazerem almoços coletivos em suas casas, conectados à internet sempre que possível, acessando as mídias sociais, especialmente, e deitarem nas muitas redes espalhadas em toda a comunidade. E por conta do alto índice de calor, os moradores preferem não se deslocar demasiadamente pela comunidade, optando pelas varandas e terraços de suas casas. Nas “barracas”, por exemplo, se encontram praticamente todo o núcleo familiar do estabelecimento, fazendo suas refeições ao lado dos clientes. Nesses exemplos dados, podemos observar que o fato de grande parte da comunidade trabalhar no setor turístico requer delas uma presença constante nos estabelecimentos, e como o fluxo de clientes varia de acordo com o horário, dia e época, é costume ficar descansando em redes penduradas nas árvores e conversar entre grandes grupos. Já os pescadores, por terem uma rotina de trabalho que se inicia muito cedo, chegando a começar às 03:00 horas da manhã, encerram seu dia de trabalho antes do meio dia, para evitar ainda mais o calor do sol, estando sempre pela praia durante e depois do almoço, em tendas cobertas por palhas de coqueiro confeccionadas pelos pescadores para se abrigarem do sol e armazenar alguns instrumentos de pesca.

Para Adaias Crispim, o trabalho em Ponta Grossa é realizado como forma de “subsistência”, sem ganância ou intuito de concentração de renda. A impressão de “desocupados” que esse jornalista e alguns turistas têm dos moradores de Ponta Grossa é absolutamente infundada, e vítima de uma percepção cada vez mais doentia e influenciada pelo sistema capitalista. E apesar de Ponta Grossa ser considerada, como já foi dito, umas das praias mais belas do litoral brasileiro, sendo cenários de alguns filmes e novelas nacionais, recebendo fama internacional, a comunidade parece continuar sendo - graças ao misticismo, às memórias e histórias, juntando-se com o fenótipo dos moradores - um paraíso mágico e indecifrável para os olhares “rasos” daqueles de “fora”.

*É_ como a comunidade ainda fosse um pouco primitivo_ as pessoas___ é_ se contentam com pouco, né? Então as pessoas - principalmente o pescador -, vai pela manhã para o mar, pelas 04:00 da manhã, retorna às 09:00. Traz o peixe para comer com a família. E_ um peixe a mais para vender e com isso ele fica conformado. Passa o resto do dia, é_ brincando, de baixo dos coqueiros, conversando... *mas desde que a geladeira tenha o que comer, né? as contas tão pagas.* E com isso, eles_ ficam só, simplesmente, dessa forma. Tem dia que ele vai para o mar, faz uma diária de quinhentos (500) reais. Porque é imprevisível, o mar. Tem dia você vai e faz cinquenta (50) reais, tem dia que faz quinhentos (500). Então ele fica pagando a bodega, que é o comércio local, mercearia, e_ fica se mantendo, entre a família, *mas**

*tudo se veste bem, paga energia e_ a geladeira tem o que comer, e_ com isso eles se contentam. Não tem essa, essa coisa, essa [...] ganância*⁵⁸.

Nesta parte do trabalho, realizar uma análise histórica foi mais do que necessário, se tornou uma obrigação. Só é possível entender o contexto do que hoje conhecemos por Ponta Grossa, se entendermos primeiro as dinâmicas históricas desde alguns séculos atrás. Para concretizar este quesito, trouxemos apreciações de autores locais, como Freitas Filho (2003), e outros que desenvolvem trabalhos há algum tempo naquela região, como Oliveira (2012), além dos mais clássicos, como Abreu (2014); Holanda (1997); Pompeu Sobrinho (1980) e; Puntoni (2002). Além dessa análise histórica, é neste capítulo que a etnografia foi apresentada de forma mais densa e minuciosa. Esse cuidado foi tomado, além de uma prioridade de metodologia e apresentação do texto, pelo fato de não haver, além dos trabalhos de Freitas Filho (2003), que destinou um capítulo do seu livro, e da minha monografia (FERREIRA, 2015), outros trabalhos dedicados a Ponta Grossa. O que costumeiramente vemos são referências secundárias, de forma rasa, sensacionalista e, muitas vezes, inverídicas sobre Ponta Grossa, por isso a necessidade imprescindível de propor uma importante parte deste trabalho a descrição das dinâmicas histórico-sócio-cultural-ambiental-econômica da comunidade praiana. Tínhamos como objetivo, entre outros, apresentar historicamente a comunidade; desmistificar mitos, como, por exemplo, a suposta descendência holandesa de Ponta Grossa; expor a relação complexa do núcleo familiar Crispim e o casamento entre primos; exibir as lógicas do turismo comunitário desenvolvido na comunidade; apresentar a atual condição da pesca artesanal; mostrar as novas estratégias de rendas locais; dentre tantos outros pontos que citamos durante o capítulo.

⁵⁸ Entrevista de Adaias Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 14 de julho de 2017.

4 JOSUÉ CRISPIM E OS ARTEFATOS, TRAJETÓRIAS QUE SE UNEM: O HOMEM QUE PESCA NA TERRA E O ACERVO ARQUEOLÓGICO

4.1 Josué Crispim, o pescador de “caco velho”

Josué Crispim teve a capacidade de olhar os fragmentos do passado como testemunhos de um tempo que não havia mais. Ele conseguiu imaginar um passado a partir dos registros. Como um historiador, ou um arqueólogo, ele escavou o tempo e re-significou o seu lugar de experiência (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Figura 20 - Sr. Josué Crispim segurando uma das garrafas de grés do acervo montado por ele.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Nascido em 1958, o Sr. Josué Crispim tem 59 anos de idade, os quais grande parte foram dedicados à atividade de pescador artesanal na praia de Ponta Grossa, praticando também, posteriormente, a atividade de “atracalheiro”⁵⁹ das embarcações que voltavam das pescarias. Segundo ele, essa atividade era mais lucrativa do que a própria pesca. Ao mesmo tempo em que executava essas atividades, ele ficou conhecido em Icapuí, mais especificamente na praia

⁵⁹ As embarcações, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, devem ficar a certa distância da praia, para evitar que encalhem na areia, sendo atracadas no mar. E para a retirada dos peixes e crustáceos pescados ao longo do dia, os pescadores precisam ser “resgatados” em suas embarcações até à praia, essa atividade é realizada pelo “atracalheiro”.

de Ponta Grossa, como “doido/catador de caco velho”, pois, desde muito jovem se sentiu atraído por escavar e coletar os objetos arqueológicos existentes na comunidade. Um pescador que muitas vezes deixava de ir ao mar para catar “caco velho” era visto, logicamente, como alguém sem “juízo”, não são. Afinal, colecionar coisas que não “significam nada” era perda de tempo, principalmente por não ter nenhum retorno financeiro, como podemos ver logo abaixo, no relato de Ricardo Arruda, um dos poucos “forasteiros” que moram em Ponta Grossa, casando com uma nativa e estabelecendo residência na “serra” da praia, natural de Redenção, município da região metropolitana de Fortaleza. Entretanto, essa lógica foi subvertida, o processo de transformação do *status* ainda está em curso. O Sr. Josué deixou um pouco a esfera do “louco” para adentrar no campo do prestígio científico – de certa forma -, como veremos no capítulo 4.

[...] [chamava ele] de doido! [tinha gente que] Gente jogava pedra nele, cara! *Tinha gente que jogava pedra nele*. Ao redor aí das dunas [eles diziam]: ‘o catador de pedras’. *Jogava pedra, como se fosse o doido da comunidade*.

[...] Enquanto ele fazia as coletas [diziam]: ‘lá vem ele com mais coisa velha, lá vem ele com mais pedaço de coisa velha’. E hoje, como você mesmo viu, entende, alguns já [valorizam], e isso eu não tiro, cara, não falo isso pejorativamente. De acusar as pessoas, pelo hábito delas, desse desconhecimento, mas sim por uma falta de governo⁶⁰.

*O pessoal chamava a gente de doido, trabalhava com lixo véi, caco véi, aí pra chatear também eu também não ligava isso não, fazia porque gostava [...]*⁶¹.

Seguindo as minhas disposições (2015), durante a extensa caminhada de mais de três décadas de coleta, o Sr. Josué afirma que o primeiro e grande incentivador para o ato de colecionar esses artefatos surgiu a partir de seu próprio pai, Francisco Sobrinho Crispim, antigo pescador das praias de Ponta Grossa e Redonda, que já é falecido. Por saber de sua iniciativa em colecionar materiais arqueológicos, Francisco Sobrinho Crispim, “em suas caminhadas e pregações [religiosas], sempre que podia, indicava onde havia objetos ou até mesmo os trazia, para que pudesse agregar na sua coleção” (FERREIRA, 2015, p. 33). Percebe-se nas falas do Sr. Josué que praticamente toda sua vida foi de incompreensão, de desprezo, de muitas críticas e anedotas devido a sua curiosidade de entender sua história antepassada através dos artefatos, sendo o seu pai a única pessoa que entendia a sua necessidade, transformando-se em seu “porto-seguro” e tornando sua aflição mais amena. Ricardo Arruda chegou a afirmar que o Sr. Josué, em momentos de extremo desestímulo e

⁶⁰ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

⁶¹ ⁶¹ Entrevista do Josué Crispim, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

incompreensão, chegava a passar dias “no meio do mato” (na floresta), levava alguns mantimentos e caçava para se alimentar. Essas aventuras eram feitas como forma de esquecer toda a dificuldade que vivia. O Sr. Josué fala da importância que foi o estímulo do seu pai:

*Meu pai, ele saía aí, falava do meu trabalho por aí, ele era evangélico, ele trabalhou muito aqui no evangélico, era pregador, pregava, assim, o evangelho nas pessoas que não sabia, não conhecia a bíblia [...]. Aí ele falava esses assuntos, aí de repente uma senhora, alguma pessoa: ‘rapaz, eu tenho uma moeda velha ali’. Aí ele trazia pra mim, aí eu guardava, ele passava muito ali naqueles sítios aí trazia os_ ele chamava curisco, aquelas pedras machado: ‘Josué, trouxe um curisco pra tu’ [...]*⁶².

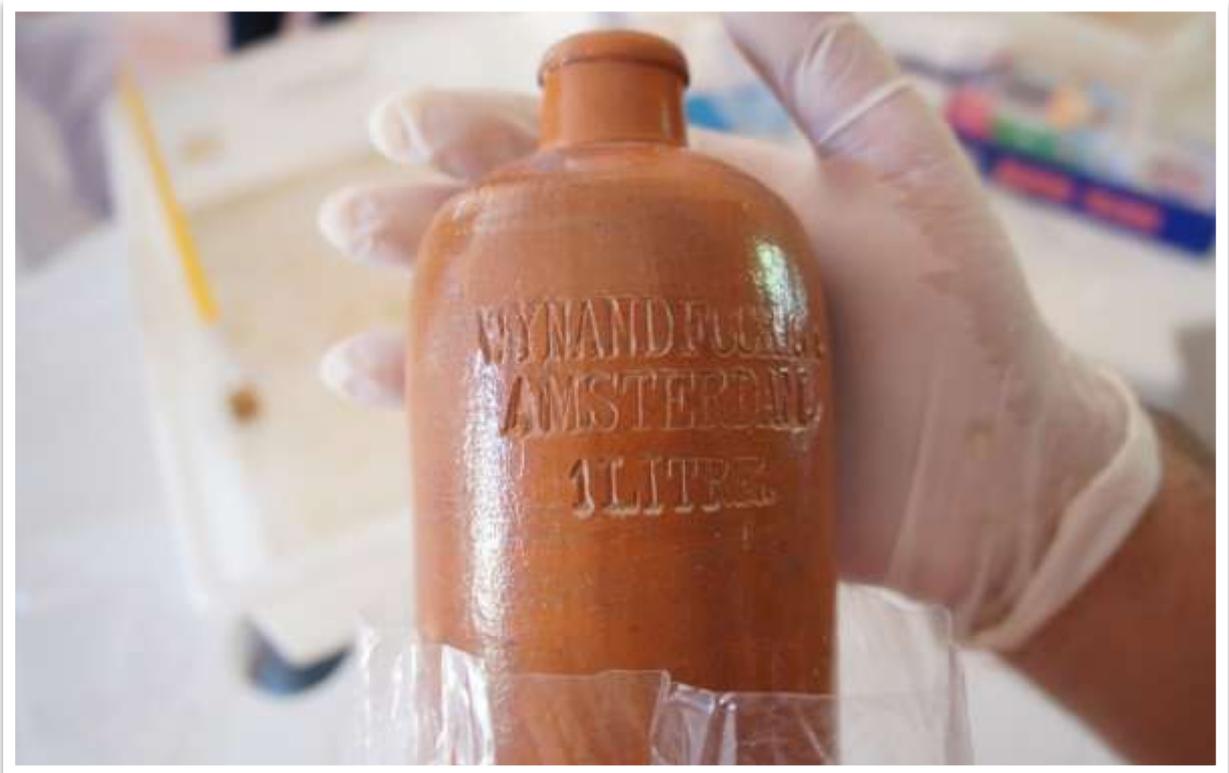
Antes mesmo dos estímulos dados pelo seu pai, o Sr. Josué iniciou a montagem do acervo. Tudo começou a partir de um objeto em especial, uma garrafa de grés⁶³ pertencente ao seu avô, Manoel Pindú (já falecido), no qual havia a inscrição “Amsterdam”. Algo que lhe fez indagar sobre como aquele objeto, supostamente originário de um país europeu, pôde depositar-se na comunidade de Ponta Grossa. Ou seja, a iniciativa de colecionamento dos artefatos surgiu a princípio da curiosidade sobre a procedência desta garrafa de grés (FERREIRA, 2015): “[...] quando foi um dia a garrafa quebrou, batendo quebrou uma garrafa dessa, aí tinha ‘Amsterdam’, () *esse negócio de Amsterdam não saiu* [da cabeça] e começou a [questionar] () *isso aí, a olhar, pegar*”⁶⁴.

⁶² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁶³ “Segundo PILEGGI, os objetos em grés cerâmico apresentam uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados a vitrificação total. Aproximam-se das porcelanas” (ZANETTINI, 1986, p. 121). Ou, na visão de Medeiros: “O grés pode ser caracterizado como uma louça vitrificada na parte externa, apresentando coloração variada, nas tonalidades creme, branco e marrom, além da cor azul, que está associada à impressão de marcas e decorações em alto relevo” (2005, p. 90).

⁶⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

Figura 21 - Garrafa de cerâmica vitrificada, do tipo grés, utilizada para transporte de bebidas destiladas nos séculos XVII a XIX, com a inscrição “Amsterdam”.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

Objetos comuns e anônimos, frutos do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais. Na natureza latente desses objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais (CÂNDIDO, 2006, p.32).

Nesse sentido, em trabalho anterior (2015), afirmo que entende-se que a vida dos artefatos está ligada diretamente às atividades humanas, manifestando usos, técnicas, costumes, distinções e valores entre diferentes épocas e culturas. Produzidos socialmente, esses artefatos podem testemunhar e nos falar sobre as diversas formas da presença do ser humano em seu meio ambiente (CÂNDIDO, 2006). Posto isto, “A relação entre musealização e *patrimonialização*⁶⁵ proporciona acesso a processos de reelaboração cultural, efetuados através da apropriação e tradução para uma realidade específica, de um espaço construtor de representações sobre si” (GOMES, 2012, p. 104, grifo do autor). É nesse sentido que os artefatos do acervo constituído pelo Sr. Josué podem ser entendidos, na sua significação, tanto

⁶⁵ Para fins conceituais, Querol define patrimonialização “como uma seleção valorizada que envolve um processo de ativação simbólica do valor patrimonial de uma determinada manifestação cultural, em função do seu caráter representativo em relação à identidade de um coletivo [...]” (MORALES; DEVALLÉES; Mairesse apud 2013, p. 181).

como produtos como também vetores de relações sociais, além de transportarem, na própria materialidade, características e aspectos perceptíveis - às vezes mais claros, outras vezes nem tanto -, das dinâmicas sociais de uma sociedade (MENESES, 1992). E esse fato é narrado pelo Sr. Josué:

[...] a pré-história fala de um povo de um passado distante, então esse passado é_ nós vamos passar um tempo pra terminar de descobrir, a gente já sabe mais ou menos assim, *a gente tem uma interpretação que esse povo imigrou de um canto pra outros, muita, muitas coisas que ele saiu, imigrou, saiu de um canto, eles chegava nos cantos, as coisas vinham de uns cantos mais ruim, lá de onde eles saíram era mais ruim, eles vieram pra cá, aí pescou, caçou, quando ficava mais difícil as coisas ele saía do canto, às vezes vinha outros de outros cantos e ficava no mesmo canto que eles tinham saído [...]. [...] [os] objetos vão ficando diferente, aí você vai sabendo que foi outra imigração que rolou [...]*⁶⁶.

Então, *você podia selecionar aquele sítio como seje uma guerra travada, porque tinha um material mais_ quebrado, sabe?* Quando_ ele, assim, saía de conta própria [espontaneamente], pensado, ele saía, levava tudo, leva tudo, o que podia levar ele levava, mas quando saía, assim, a força, assim, ele deixava muitas coisas aí, deixava muitas coisa dele. Por que ele... Oh, o branco chegou aqui e começou a infernar o nativo, que eram os índios. Começou a tirar os índio aqui de rota, mode o quê? mode a água que eles bebia, sabe? A água... o ser humano só pode tá onde tem água. Então a Ponta Grossa é muito fértil disso, de água, tem o oiero d'água aí, o manancial, [da pedra da] Vertente, natural. Então, era um canto de ficar, de tirar água. Num tem essa água? essa água foi lutada, sabe? foi brigada por ela, sabe? Porque os cara vinha tirar água e os indígena eles vinha também, aí quem sabe, que podia até envenenar a água pra matar algum branco aí, que eles tiveram uma travação medonha. A no Aracati era cheio de índio, [...] era, Aracati era completamente chei de índio. É os índio, uns índio... () O nome desse chalé aqui é Jabarana, um nome [indígena] bem antigo⁶⁷.

Segundo o Sr. Josué, no ano que nasceu, em 1958, a região do Ceará sofria uma grande seca, dificultando ainda mais a sobrevivência das pessoas. Ele têm quinze irmãos, sendo nove filhos dos seus pais (mãe e pai), já os outros seis, são filhos de sua mãe com outra pessoa, todos nascidos em parto normal, na própria Ponta Grossa. Como é de costume em regiões litorâneas, a sua primeira profissão, a de pescador, foi apropriada de forma hereditária, seus tios o levavam desde muito pequeno para pescarias de pequeno alcance no mar, como relata:

Aí meus tio botava caçueira⁶⁸, aí me chamava () [...] as caçueira era tudo pertinho, aí eu ia. Ia, às vezes ia pelado, nu. Aí vinha vestia calção. Nesse tempo ninguém tinha calção muito não, roupa não. Todo mundo, tudo era_ ruim as coisa de roupa, tinha dinheiro, não⁶⁹.

⁶⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁶⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

⁶⁸ Caçueira é uma espécie de rede de pesca usada para captura de peixes e lagosta.

⁶⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

Foi época também que começou a frequentar as salas de aula. Por não haver escola em Ponta Grossa, se deslocava por cerca de seis (6) quilômetros até à praia do Retiro Grande, onde havia a escola mais próxima. Mas a longa distância percorrida todos os dias, as estradas precárias e cercadas por matas, fizeram com que o Sr. Josué não as frequentasse por muito tempo.

A escola era lá no Retiro Grande, numa professora chamada Tonieta. [...] Era uma turmazinha que tinha aqui, ai eles mandava pro Retiro. *Pai mandou eu uma vez, a maré encheu e eu vim por riba* [por cima das dunas]. Aí a senhora lá sabia a dificuldade que tinha de andar seis quilômetro, aí soltava os aluno tudim, aí fazia, *cozinha[va] dois ovo e me dava pá eu comê, aí pá num vir com fome*, era onze hora (11:00h) soltava a gente. *Aí eu vinha nesse camim, é_ o camim sem andar carro nem bicicleta andava, que é só areia, só mato dum lado de dotô, muito bicho*⁷⁰.

Também passou um período da sua infância morando na praia da Redonda, já que seus pais se divorciaram, e a família se dividiu entre os filhos que ficaram com a mãe em Ponta Grossa e os outros que foram para Redonda com o pai. O Sr. Josué ficou com seu pai, se mudando para esta localidade. Devido às dificuldades financeiras que sua família passava, ele decidiu largar a escola para contribuir financeiramente com as despesas de casa, na época tinha cerca de 12 anos. Mesmo a pesca realizada por criança já sendo proibida nesse período, ele enfrentou todos esses problemas com o intuito de ajudar sua família. E, segundo ele, essa era a única solução para aquele momento.

E lá [em Redonda era] uma dificuldade medonha, [apesar de ter] muito lagosto. Chegava em casa, cadê dinheiro? Lagosto () chega fedida na praia (), só tirar a calda, o resto ficava na praia [as cabeças das lagostas]. *Aí eu disse: 'papai' – eu enfrentei papai -, 'papai, eu num vô ficar nesse negócio não, eu vô deixar a escola'. [ele respondeu] 'O quê será de tu, rapaz?' Ai eu dizia: 'rapai, é o seguinte, eu não sei o que será de mim. Agora, eu não vou estudar quando chegar em casa a dificuldade medonha, não posso lhe ajudar'*⁷¹.

Já um pouco mais velho, no começo da vida adulta, o Sr. Josué retorna a Ponta Grossa, voltando também a estudar, com uma professora chamada Luzia que lecionava aulas particulares, concluindo até a quarta série do ensino fundamental. De acordo com ele, a dura rotina de trabalho, as poucas possibilidades de locais para estudar e até a falta de material para ler, contribuíram para não ter continuado seus estudos. Além disso, segundo o Sr. Josué, o nosso país, assim como ainda é hoje, não motivava a ingresso na escola, havendo um *déficit* enorme nesse sentido, sendo o Estado omissivo em diversos âmbitos, principalmente no

⁷⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

⁷¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

educacional. Ainda de acordo com ele, as “carteiras” de cigarro o ajudaram muito a praticar a leitura, pois eram os poucos materiais com palavras escritas:

Carteira de cigarro me ajudou a ler muito. [...] Aí eu ia pros mato, eu comprei uma espingarda, sabe? Eu ia pros matos pasturar os animais, pra matar [os que ameaçavam os rebanhos], aí chegava, levava os cigarro, aí chegava ficava lendo aquilo, perturbando (), até que comecei ler alguma coisa, alguma leitura_ cigarro. Aí comecei aprender a soletrar, ler...⁷².

Casou-se aos 20 anos com sua prima de “primeiro grau”, Neci Crispim, professora do ensino fundamental aposentada, 55 anos de idade. Pai de três filhos: Raquel Crispim, professora de biologia; Talyta Crispim, formada em hotelaria e; Isaú Crispim, pescador e presidente da Associação de Moradores de Ponta Grossa (AMPG); e avô de dois netos, Melissa Crispim e Ravi Crispim. Há cerca de nove anos mora na “serra” de Ponta Grossa, mas passou boa parte de sua vida morando na parte mais baixa da praia, à beira mar. Se mudou algumas vezes de casa, mas sempre levando consigo o acervo, se tornando maior a cada mudança. Na parte de baixo da praia ainda possui a última casa onde morou, além de um chalé (de nome Jabarana) onde recebe turistas.

O Sr. Josué não tira mais seu sustento financeiro da pesca, atualmente exerce esta atividade por prazer e não como forma de trabalho. Hoje ele presta serviços, como funcionário público, à Prefeitura Municipal de Icapuí, através da Secretaria de Cultura, sendo o encarregado de vigiar e proteger permanentemente o patrimônio⁷³ arqueológico da praia de Ponta Grossa e de todo município (sua prestação de serviço é vitalícia). Para ocupar esse cargo, participou de uma licitação (ver Anexos 5 e 6) aberta pela prefeitura – após solicitação do Ministério Público Federal - para executar a proteção desses bens, e como era concorrente único, a quase “obrigação” de já tê-lo contratado, ficou ainda mais fácil. A contratação foi fundamentada na própria Constituição Federal de 1998, já que garante a obrigação dos poderes públicos protegerem seu patrimônio arqueológico⁷⁴, mas é importante discorrer que essa iniciativa não foi “espontânea” da prefeitura. Mais uma vez, Ricardo Arruda teve papel

⁷² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

⁷³ Seguindo as concepções de Cristina Bruno, compreende-se “que patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações” (2014, p. 9).

⁷⁴ Entendemos por patrimônio arqueológico “[...] o conjunto de expressões materiais referente às sociedades indígenas, pré-coloniais e aos diversos segmentos da sociedade nacional (inclusive as situações de contato inter-étnico), potencialmente incorporáveis à memória local, regional e nacional, compondo parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações do futuro” (MORAIS; MORAIS, 2002, p. 84 apud ALMDEIDA, 2003, p. 281).

fundamental ao exigir a abertura da licitação municipal via Ministério Público Federal. O salário, apesar de não muito, o tranquiliza para concretizar o papel de “guardião” que vem realizando por mais de trinta anos.

De acordo com o Sr. Josué, “ao colecionar e montar o acervo, seu objetivo era preservar os objetos que ele considerava resquícios da cultura material de povos antecedentes” (FERREIRA, 2015, p. 34). Nesse empreendimento, ele se esforçou numa tentativa de interpretação dos sentidos sobre os artefatos para entender a dinâmica social de grupos ancestrais, considerando os artefatos como provas materiais dessa ocupação humana. Pois, assim como Funari (2003), o Sr. Josué acredita que os objetos se apresentam como o “meio de relação” entre as pessoas “que vivem em sociedade, como forma peculiar de inter-relação, pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (FURNARI, 2003, p. 33), aplicando-se também essa lógica a grupos antepassados.

As iniciativas de coleta também surgiram, posteriormente, por conta do risco de destruição que os artefatos passavam nas dunas. Sobre a proteção das dunas, a resolução nº 341, de 25 de setembro de 2003, do Ministério do Meio Ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente)⁷⁵, “Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira”. Juntando-se a essa resolução o fato de Ponta Grossa ser uma APA, como supracitado, além da existência de sítios arqueológicos⁷⁶ em todo o território da praia, principalmente na superfície das dunas móveis, fazem de Ponta Grossa um ambiente legalmente protegido de atividades que pratiquem qualquer tipo de ameaça ambiental e arqueológica. Apesar disso, as dunas da praia de Ponta Grossa não são preservadas, muito menos possuem alguma forma de fiscalização de órgãos, a não ser do Sr. Josué. O principal agente de degradação é o turismo, especificamente as trilhas de *buggy* que há nessa região, como já foi explanado. Essa atividade não é praticada por

⁷⁵ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res34103.xml>

⁷⁶ De acordo com o Art 3º Lei nº 3.924, “São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas *b*, *c* e *d* do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas” (grifos da legislação).

moradores de Ponta Grossa - na localidade não existem *buggys* para o turismo - mas sim por pessoas de outras praias, principalmente de Canoa Quebrada.

Figura 22 - Rastros deixados nas dunas pelos *buggys*. Risco iminente de destruição dos possíveis artefatos arqueológicos ali presentes.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

A figura do Sr. Josué foi, por muito tempo, a única fiscalização existente. Este tentou de várias formas garantir que as diretrizes sobre a proteção das dunas e sítios arqueológicos fossem cumpridas, acionando, junto com Ricardo Arruda, o IPHAN/CE, a Prefeitura Municipal de Icapuí e até mesmo o Ministério Público Federal (MPF), mas todas as solicitações não passaram de especulações, e quase nada foi feito para a salvaguarda do que era requerido. Ressaltamos que a proteção permanente de dunas hoje pertence aos municípios brasileiros, e não mais à União.

O Projeto Resgate também solicitou às autoridades (Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Ceará/Limoeiro do Norte) a executabilidade legal da proteção dessa área e orientar a Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada sobre as leis de proteção de sítios arqueológicos (ver Anexo F). Para fins de contextualização, o Projeto Resgate era uma iniciativa que visava à catalogação de artefatos arqueológicos provenientes das escavações que seriam realizadas no município de Icapuí, em especial de Ponta Grossa, e seus registros a partir da produção de audiovisual. Conseguiu aprovação na Lei Rouanet (Lei

Federal de Incentivo à cultura), do Ministério da Cultura (Minc), em 2005, mas devido a algumas burocracias, acabou não arrecadando a verba, avaliada em cerca de dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00). Tinha como coordenador geral o cineasta Ricardo Arruda, com assessoria arqueológica e histórica, que contava, entre outros, com a participação de Almir Leal de Oliveira, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), que acompanha o trabalho realizado pelo Sr. Josué desde 2004. O professor relata um pouco sobre o projeto:

[...] que no fundo_ [o Projeto Resgate] tinha mais uma visão ainda de montagem de audiovisual_ que nós visitamos, acabamos... acabei me envolvendo, conhecendo o Josué Crispim, e nos deslocamos pra lá, passamos uma temporada, o projeto foi aprovado, a Prefeitura Municipal de Icapuí apoiou_ o pré-projeto. Foi rodado um documentário, visitamos as áreas arqueológicas, fizemos a primeira prospecção e identificação superficial dos materiais nos sítios, em vários sítios arqueológicos, como: o Morro dos Ventos, o Cajueiro da Vovó⁷⁷, a Mata Fresca, num é? Passamos organizando esse documentário e o registro inicial dessa documentação por cerca de dois meses. Foi quando_ nós começamos mais sistematicamente a pesquisa historiográfica sobre o tema. Mas também_ começamos a_ ter a preocupação de ter uma organização profissional desse acervo, com seu inventário, seu registro, seu tombamento. Então, desde 2004, a gente ficou muito surpreso com a quantidade de vestígios, tanto pré-coloniais, né? antes do contanto os () europeus, no caso, material lítico, material cerâmico, material malacológico; como também material do contato com os europeus. Então, nesse momento, se intensificou a pesquisa [...]⁷⁸.

Retornando, o Ministério Público Federal solicitava a intervenção das atividades econômicas nas dunas, A Prefeitura Municipal de Icapuí afirmava que a proteção da área já existia (ver Anexo G). A resposta do Ministério Público Federal foi que, apesar de já se ter estabelecido por lei, o município não tinha tomando nenhuma atitude; cobrança que foi, supostamente, acatada pela prefeitura (ver Anexo H), mas tudo continuava como sempre foi, e assim por anos se desenrolou. Por conta disso, como dito, Ricardo Arruda solicitou também ao Ministério Público Federal a orientação à Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada quanto às leis sobre a preservação das dunas. A solicitação, a princípio, era sobre as orientações e solicitação do não uso econômico da área das dunas (ver Anexo G).

Graças a essas omissões de instâncias que deveriam exercer suas obrigações, o Sr. Josué decidiu, ele mesmo, fazer as fiscalizações. Por sempre estar pela praia e em cima das dunas, coletando os artefatos arqueológicos que encontrava (antes de ser impedido judicialmente) – justamente por saber que os *buggy's* iriam destruí-los -, começou a enquadrar pessoas que utilizavam esse tipo de entretenimento turístico, explicando que aquilo se tratava de crime,

⁷⁷ Sítio arqueológico localizado em Ponta Grossa.

⁷⁸ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

passível de multa e até prisão. Por não deter nenhuma forma de “autoridade”, as pessoas não levavam suas reivindicações a sério. Muitos bugueiros, inclusive, chegaram ao ponto de ameaçá-lo de morte, por estar impedindo-os de realizarem seu “trabalho”. Por conta das ameaças, o Sr. Josué foi deixando gradativamente de fiscalizar as dunas, pelo menos de forma direta. Além disso, também legalizou o porte de arma branca (uma faca) para sua proteção física. Ao ser questionado se essas ameaças o faziam sentir medo, ele responde que o único receio era ter lucrado com a venda dos artefatos arqueológicos coletados:

*Eu não tenho medo, não. Eu nunca tive () medo, assim, de alguma coisa, não. É__ o que eu tive medo [foi] de fazer coisa errada. Por exemplo, tem um espanhol que veio botar dinheiro no acervo. [...] Aí o pessoal, levei nome de otário até hoje (risos). [...] O cara botava um dinheiro da p****: quinhentos a mil dólar (500,00) cada peça, uma por outâ. [...] [ele disse] ‘Olha, você não tem nada, não tem barco. Você compra um barco de pesca bacana. Você vai viver sua vida. () vai esperar por governo? O governo quer saber lá disso?!’. Foi dito e feito. Ele sabe que o Brasil é assim, não gosta de história, não. ‘Lá pra nós, isso aí é um tesouro. Porque nós arma e vamo espremer até o fim, até a outra geração espremer o quê que era isso, o quê que num era’. Aqui não, aqui não tem investimento pra isso⁷⁹.*

Figura 23 - Sr. Josué Crispim e Ricardo Arruda expõem a bugueiro sobre a proibição da circulação em sítio arqueológico nas dunas de Ponta Grossa.



Fonte: Marcus Davis, 2010.

⁷⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

A comunidade de Ponta Grossa tinha consciência que a presença de *buggy* nas dunas era crime, mas por essa atividade levar muitos turistas aos seus estabelecimentos, se sentiam de “mãos atadas”: de um lado, a preocupação em preservar seu patrimônio; de outro, a necessidade de subsistência. E, pelo fato da fiscalização comunitária não funcionar e ser considerada perigosa para a integridade física de quem a executa, o pedido da construção de uma trilha única para os *buggys* foi solicitado ao IPHAN/CE, mas teve como resposta a negativa, por considerar que a grande riqueza arqueológica presente nas dunas impossibilitava delimitar, pelo mínimo que fosse, uma área destinada a essa atividade. Toda essa problemática foi mantida, as trilhas continuam existindo sem nenhuma fiscalização, e as pessoas que defendem sua preservação ficam incapacitadas de tomar alguma atitude.

Para o Sr. Josué, uma das maiores estimas aplicadas ao colecionamento de artefatos e à proteção dos sítios arqueológicos é o reconhecimento por parte daquelas pessoas que detém, segundo o mesmo, uma “sensibilidade” por essas iniciativas. “Nesse sentido, o valor não está atribuído ao dinheiro que, possivelmente, poderia ser arrecadado por ele, muito menos por propostas de compra de objetos por turistas e pesquisadores” (FERREIRA, 2015, p. 71). Esses atos, de acordo com sua visão, devem ter por finalidade a apreensão daqueles que admiram os testemunhos autênticos que os artefatos carregam:

*[...] porque isso [o colecionamento] é uma coisa que não dá dinheiro, o que dá é o moral, quem percebe e tem a sensibilidade por_ a_ por a coisa, mas quem não tem isso aí [sensibilidade] não é nada, é uma pedra comum, entendeu? Você pode chegar e dar um rebole ou qualquer coisa () mesma pedra, agora tem_ tem gente que tem uma sensibilidade, passa por uma_ vários cursos, coisas, que isso aí deixa moral entre nós, porque é a nossa autenticidade verdadeira, legitimamente, sem brincadeira nenhuma, e isso não é todo mundo que pode fazer isso, um pescador despertar de uma coisa dessa, eu acho muita admiração [...]*⁸⁰.

É interessante notar que alguns objetos podem ser tratados como mercadoria em determinadas ocasiões, como no caso das pessoas que procuravam o Sr. Josué para alienar os objetos, e em outras não, como no caso de achados arqueológicos abarcados pelo mesmo, ou seja, uma coisa (objeto) pode ser vista como mercadoria por uma pessoa e concomitantemente não vista assim por outra (KOPYTOFF, 2008). “Essas mudanças e diferenças nas circunstâncias e nas possibilidades de uma coisa ser uma mercadoria revelam uma economia moral subjacente à economia objetiva das transações visíveis” (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

⁸⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

Nessa mesma ótica, em contrapartida à venda, em algumas conversas informais, o Sr. Josué relata, como na citação acima, que por diversas vezes recebeu propostas de compra dos artefatos, e, em alguns casos, de todo o acervo. Sem perder tempo, conta que em momento algum passou pela sua cabeça dar esse tipo de fim para aquilo que ele considera como um tesouro para a humanidade: os objetos do acervo montado por ele e os sítios arqueológicos (FERREIRA, 2015). Ricardo Arruda confirma os relatos do Sr. Josué, e faz questão de enfatizar a honestidade dele, por não ter se corrompido e ter mantido um material que, segundo ele, pode desvendar “grandes mistérios da humanidade”.

Outra vez teve um cara aqui, um espanhol, que chegou querendo comprar o material. Porque que eu apeguei tanto a essa história, devido também à honestidade do Josué. Esse cara colocou pra ele, na época, um barco de pesca de lagosta completo, armado pra ir pro mar. Sabe dessa história? [...] Em troca de parte do material. [...] era parte do material. Ele só queria o que fosse relativo ao século XVIII, XIX... [...] É, o interesse dele era desse período até o começo do século XX. Vamos dizer, algumas raridades que tinham ali dentro. *E o Josué deu com o pé na bunda do cara, bicho. Botou o cara pra correr, tá entendendo?*

Num tem preço! Então, *ele não se vendeu ao sistema*. Ele não se vendeu. [...] *Teve ameaça de morte, que envolve sítios arqueológicos*. Então, a gente foi pro ‘pau’ mermo, como se diz, que envolveu Polícia Federal. Rapaz, confusão pra mais de duzentos metros. Mas, é como eu volto a te dizer, aquilo ali, cara, tem uma ligação com todos nós, né só comigo, não, Certo? *Ali pode tá a solução de grandes mistérios da humanidade*, que você sabe disso, como acadêmico. Alguns mistérios de cronologia de tempo, de ocupação, né? do nosso litoral; alguma coisa relativa à passagem dos holandeses pela nossa costa; alguma coisa relativa à própria cultura marítima, né? do pescador. Muita coisa tá ali dentro. Então, se você segmentar aquilo ali dentro da cronologia histórica, se você pegar aquilo ali e selecionar aquilo, *you vai ter toda a história da humanidade ali praticamente contada*. Tendeu? Só falta achar um fóssil [esqueleto humano], né? [...] ⁸¹.

Eu num vendi [os artefatos] por_ eles [a comunidade] chama d’eu aqui de besta demais, até hoje mode isso. *Eu não vendi porque, seu eu venda, eu tava vendendo a mim mermo. Tava vendendo a minha memória, a minha identidade, e isso é um tiro de canalha maior que há mundo é uma corra dessa*. Porque_ no mundo, o nome da gente_ é... é só o que a gente tem, é o nome da gente. Se a gente botar seu nome nessa precipitação, você vira o quê? Você vira um sacana. Aí a compensa, a compensação do dinheiro_ não, isso não vai muito lhe salvar, sabe? esse tipo de coisa, que o seu moral acaba. E o homem que não tem moral, você pode ficar certeza que_ que é a maior gran... a maior tristeza do ser humano. Você perder seu moral que tem e sua dignidade ⁸².

Percebe-se que, seguindo as contribuições de Ferreira (2015), usando as concepções de Kopytoff (2008), o Sr. Josué, assim como tantos outros indivíduos, tem a necessidade de salvaguardar determinada parte da cultura material de sua sociedade, transformando-a em “sagrada”, tendo a singularidade como uma das aliadas para alcançar esse fim. “A cultura

⁸¹ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

⁸² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

assegura que algumas coisas permaneçam inconfundivelmente singulares, e resiste a mercantilização de outras coisas. Por vezes, ela re-singulariza o que foi mercantilizado” (KOPYTOFF, 2008, p. 100). Ou seja, o Sr. Josué se viu pressionado entre a estrutura cultural da mercantilização e os seus próprios anseios pessoais de traçar uma ordem valorativa no universo dos objetos (KOPYTOFF, 2008). Isto é, “O mundo das coisas se presta a um número infundável de classificações, baseadas em características naturais e em percepções idiossincráticas” (KOPYTOFF, 2008, p. 104).

E o que é, finalmente, coleção? De acordo com Pomian, coleção é “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (1984, p. 53). Contudo, Pomian (1984) encontra um paradoxo nessa definição: por um lado, os objetos de uma coleção são mantidos, seja temporária ou definitivamente, fora do circuito econômico, e por outro lado, são subordinados a uma proteção especial, sendo, por isso mesmo, considerados um tesouro formado por objetos preciosos. E com razão, isto porque cada um deles corresponde a uma determinada quantia de dinheiro. Com efeito: “têm um valor de troca, sem terem um valor de uso. Como se poderia atribuir-lhes um valor de uso, visto que se compram não para serem usados, mas para serem expostos ao olhar?” (POMIAN, 1984, p. 54). Para Pomian, aí existe um “uso”, mas se corre o risco do próprio termo “uso” deixar de significar o que quer que seja. Entretanto, de onde vem esse valor de troca dos objetos de museus e coleções, e também, por quais motivos são considerados objetos preciosos? Pomian ilustra:

[...], por exemplo, um instinto de propriedade ou uma propensão para acumular, que seriam próprias senão de todos os homens, pelo menos de todos os homens civilizados ou, ainda, de certos indivíduos. Diz-se também que certas peças de colecção são fonte de prazer estético; que outras - e por vezes são as mesmas - permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente (1984, p. 54).

A vida do Sr. Josué se confunde com a dedicação de décadas de luta para a proteção dos sítios e artefatos arqueológicos: “[...] toda a vida que eu_ o meu trabalho era guardar isso e passar em riba dos canto que tinha muito movimento e colher alguma coisa, *meu trabalho foi esse*. [...] sempre quando eu andava, assim, o meio-dia que chegava, eu trazia alguma coisa”⁸³. Ele e o acervo, por diversas circunstâncias, se transformam, se unem em uma só história,

⁸³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

sendo o grande protagonista da salvaguarda das evidências materiais arqueológicas de Ponta Grossa, o guardião de um tesouro incalculável, como afirma Ricardo Arruda: “[...] *Alguma coisa acontece com o Josué que aquilo ali é a vida dele. Tira aquilo ali que ele morre. Já sofreu muito pra legalização [impedimento do IPHAN para realização de coletas], pra se adaptar a ela, que deixou de ser dele*”⁸⁴.

No início das coletas, o Sr. Josué não sabia da existência do IPHAN, muito menos do que se tratava a arqueologia. Tudo que ele realizou até então tinha sido guiado pelo “instinto” protetor e pela sua curiosidade. Para muitos moradores de Ponta Grossa, o que o Sr. Josué possui, na verdade, é um “dom” (ver capítulo 5).

A partir dessa sensibilidade dele, da prática dele, que é uma prática de luta, ele é um pescador, num é? que não pesca mais, num é? Mas ele tá aí pescando os vestígios do passado que deixam os museólogos, os historiadores, os arqueólogos com uma responsabilidade muito grande [...]”⁸⁵.

Um pescador que não somente pescou no mar, se atentou às coletas de artefatos arqueológicos como se fora o peixe no mar, com um valor maior do que a lagosta em tempos de valorização, realizava essas atividades de modo “inconsciente” por diversas vezes, como uma necessidade.

Nessa ótica, segundo Ribeiro e Van Velthem (1992), o ato de coletar e juntar objetos podem ser entendidos como uma necessidade de classificar o mundo exterior, tentando, assim, inserir neste sua compreensão e domínio. É nesse sentindo que o acervo formado pelo Sr. Josué pode retratar a memória e história de uma parte do mundo, e ao mesmo tempo, representar a realidade e a história dele próprio como colecionador e de seu contexto social, ou seja, da coletividade onde se insere (FERREIRA, 2015, p. 70).

O Sr. Josué já chegou até a se fantasiar de padre para coletar os artefatos. Alguns anos atrás costumava coletá-los em Mata Fresca (distrito de Aracati), entretanto, certo dia, foi surpreendido por um coronel da localidade, que também era vereador, e ao ser indagado do que estava fazendo ali, respondeu que era um religioso (um padre) que procurava artefatos arqueológicos para seus estudos. A partir daí o Sr. Josué afirma que somente frequentava aquela área com uma vestimenta referente à batina que os padres usam. Por isso, assim como exponho (2015), para ele, o ato de coletar funcionava realmente como necessidade, pois, segundo ele, quando você faz algo por paixão, esse ato acaba tornando-se um vício, e como todo vício, obriga-lhe a cumprir sempre os mesmos atos: “Na minha sacola onde eu levava,

⁸⁴ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

⁸⁵ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

sempre eu encontrava alguma coisa, aí botava dentro da bolsa⁸⁶” Continua ao afirmar que, quando se tem amor por algo - no caso, ao colecionamento -, deve-se vencer todas as dificuldades que lhe são impostas:

[...] se tudo que você tem não tiver um certo amor pela coisa, você nunca vai conseguir alguma coisa, até pra você arrumar uma namorada, alguma coisa você tem que saber chegar, sabe? E insistir naquilo, um dia acontece, mas se você bancar_ o_ não ter tolerância, nem paciência, você não consegue as coisas, não. Porque não dá, tudo no mundo tem seu_ o seu tempo certo, é que você chegar as coisas_ às vezes a gente quer as coisas mediata, tudo que é mediato é complicado, e às vezes você acaba batendo sobre o muro_ então a gente tem que ter uma paciência muito grande pra ter as coisa, [para] realizar⁸⁷.

Só muito tempo depois veio a descobrir o que IPHAN e a arqueologia significavam. Um exímio conhecedor da geografia e história mundial, um amante dos livros, mesmo com a grande dificuldade de leitura em consequência do seu pouco grau de escolaridade, desbravou conceitos acadêmicos da arqueologia, museologia, história e geografia, dominando-os como um autodidata que considera seu conhecimento tão importante quanto o dos acadêmicos, sendo a única diferença entre eles – assim como muitos em Ponta Grossa também afirmam - somente um título/diploma universitário.

É, eles contam isso [que o fato do Sr. Josué ser um autodidata, pode atrapalhá-lo em algum momento] [...]. Se botar alguma coisa_ o que eu vi Marcos Albuquerque [professor da UFPE], os aluno dele aí, aluno! que nem aí bacharelado em arqueologia, mas num pega um negócio que ele nem [deixa]... de longe, não pode pegar, quem pega [os artefatos] é ele. O que viu, chama ele. Ele vai, pega uma lupa deste tamanho, prevê alguma [coisa], marca, e ali vai estudar, e depois é que ele vai arrancar [o artefato]. É uma delicadeza medonha, e eu com a acesso nesse negócio, eu sei que clandestinamente, mas não tenho acesso a tudo isso_ isso é muito difícil. Então, eu aprendi muita coisa, até no jeito de pegar as peças, aquilo tem que saber pegar (), porque se você pegar errado, é_ complicado, pode ser mais fácil quebrar, entendeu? Então, eu_ tenho conhecimento que aquilo a gente quando for pegar, você pega aqui de frente e puxando, quanto mais pro peito, melhor, porque alguma coisa se ela [o artefato] escorregar, você apara pera barriga ou então nos pés ou nas perna. Então, é assim que chega (/qualquer/) coisa. Quando vai ensinar um menino, um garoto, você tem que botar ele naquela situação mais cruel que é pra ele aprender bastante. Se você facilitar, ele pensa que é mamadeira dele (risos), ele pensa que é a mamadeira dele. Tem coisas que não é sua, é da união, é muito complicado. Tem que zelar do melhor jeito possível.

Se ele_ [estudante de arqueologia ou arqueólogo recém-formado] [...] não vai cair num campo, numa mata pra descobrir isso ligeiro, não, talvez ele num tenha um olho tão bem formado, ele pode pegar alguma coisa e se misturar. Agora, se ele tiver uma experiência ou... ele aprende alguma coisa, mas, se eu cair no campo mais ele: ‘tá aqui, aqui é uma área, pode ter isso aí, aí geralmente a gente traz resultado’⁸⁸.

⁸⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁸⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁸⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

De acordo com o Sr. Josué, diversas pessoas ficavam demasiadamente surpresas ao perceberem que um “simples” pescador, nascido e criado na comunidade, pudesse desenvolver tal aptidão. Em uma de nossas conversas, ele expôs especificamente sobre um jornalista da Folha de São Paulo, que se deslocou de sua cidade para conhecer melhor aquele pescador que colecionava artefatos arqueológicos:

[...] pessoas vêm de São Paulo, outras vêm da Europa, outras vêm de muitos cantos querer saber um detalhe de pescador que nem eu sou, querer saber e fica incrível, esse jornalista ficou aqui batendo como é que eu, como é que, ele não entendeu, ele e () disse: *‘rapaz, eu vou embora mas não vou entender como é que pescador vem com essa ideia de fazer tudo isso’*. Aí andou perguntando aí () o pessoal dali da barraca disse: *‘não, eu lhe garanto que ele não fez a faculdade não’*⁸⁹.

O Sr. Josué, por ser um antigo pescador que pratica outras atividades, seria o que Rancière chama de fazedor *mimesis*. Para Rancière, “[...] o fazedor de *mimesis* é, por definição, um ser duplo. Ele faz duas coisas ao mesmo tempo, quando o princípio de uma sociedade bem organizada é que cada um faça apenas uma só coisa, aquela à qual sua ‘natureza’ o destina” (2005, p. 64). A ideia do trabalho não é condicionada por uma atividade determinada ou, como afirma Rancière (2005), a de um processo de transformação material. É, na verdade, a impossibilidade de praticar outra coisa, estabelecida na falta de tempo. A impossibilidade tornou-se parte do imaginário da comunidade, “Ela coloca o trabalho como encarceramento do trabalhador no espaço-tempo privado de sua ocupação, sua exclusão da participação ao comum” (RANCIÈRE, 2005, p. 64).

O fazedor *mimesis* embaraça essa partilha, pois ele é um indivíduo duplo, um trabalhador que consegue fazer duas coisas ao mesmo tempo. Mais do que isso, de acordo com Rancière (2005), o fazedor *mimesis* atribui ao princípio “privado” do trabalho uma cena “pública”. “Ele constitui uma cena do comum com o que deveria determinar o confinamento de cada um ao seu lugar” (RANCIÈRE, 2005, p. 65-66). A partilha democrática do sensível “tira o artesão do ‘seu’ lugar, o espaço doméstico do trabalho, lhe dá o ‘tempo’ de estar no espaço das discussões públicas e na identidade do cidadão deliberante” (RANCIÈRE, 2005, p. 65). Assim é para Latour (1994), quando descreve sobre a dificuldade em classificar, dar nome as atividades. Para ele, nós próprios somos híbridos, “instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem” (LATOUR, 1994, p. 9).

⁸⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

O acúmulo de certificados de mini cursos, palestras, oficinas, é motivo de muito orgulho para o Sr. Josué, assim como muitas matérias jornalísticas (ver Anexos 10, 11, 12, 13, 14 e 15), que ao discorrem sobre as belezas paradisíacas da praia de Ponta Grossa, sempre se referiam a ele como o colecionador de artefatos arqueológicos da localidade, o “pescador da terra”. Mesmo que a maioria das matérias seja de cunho sensacionalista e com algumas informações questionáveis, o mais importante para ele é o reconhecimento e divulgação do seu árduo trabalho de salvaguarda do patrimônio arqueológico de Ponta Grossa. Da mesma forma, se enaltece com os diversos convites para eventos sobre arqueologia e museologia em museus e universidades, mostrando como um pescador de uma praia quase isolada pôde desbravar para além dos mares, alcançando distâncias inimagináveis no conhecimento e quebrando barreiras consideradas invencíveis para muitos.

Figura 24 - Sr. Josué Crispim mostrando os artefatos arqueológicos em superfície e o risco de destruição potencializado pelos *buggys*.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

4.2 O acervo arqueológico da praia de Ponta Grossa

Como dito, este acervo foi coletado e formado ao longo de mais de 33 anos pelo Sr. Josué Crispim. A iniciativa surgiu a partir da curiosidade sobre a procedência de uma garrafa de grés pertencente ao seu avô, nela havia a inscrição “Amsterdam”, algo que lhe fez questionar sobre como aquele artefato, situado em um país longínquo, pôde chegar naquela

localidade. Para ele, se a análise do deslocamento espacial deste artefato poderia contar a história de sujeitos do passado, a reunião de outros possibilitaria, portanto, o entendimento sobre a história dos seus ascendentes. Pois, “No seu significado humano, o objeto apresenta-se como ‘meio de relação’ entre os indivíduos que vivem em sociedade, como forma peculiar de inter-relação, pois todo o relacionamento das pessoas com o mundo em que vivem passa pelos artefatos” (FUNARI, 2003, p. 33). Ou seja, é a partir da cultura material que o Sr. Josué criou possibilidades sobre o conhecimento da trajetória dos seus antepassados

[...] meu avô era agricultor e guardava_ é_ umas garrafas que tinha semente pra plantar, e essas garrafa tinha ‘Amsterdam’ nela escrito, e quando um dia essa garrafa caiu, quebrou de um canto, *ái eu vi aquelas escritas, aí fiquei preocupado, não sabia nem de onde tinha saído aquela garrafa*, aí especulando que meu avô contava que lá tinha umas moradias bem antiga, umas ocupação e tinha muito essas garrafas e eu *fui atrás dessas garrafa, de encontrar essa veracidade e encontrei_ vá_ as garrafas, e encontrei outras coisas, aí foi surgindo a vontade de preocupar* [preservar e questionar]⁹⁰.

A partir desses anseios, o Sr. Josué deu início à sua longa jornada de colecionador. Por diversas vezes, ele deixou claro que, apesar de muitos sujeitos – principalmente da comunidade de Ponta Grossa - não conferirem a legítima importância ao acervo, seu intuito sempre foi canalizar o terreno para que o entendimento - não somente por ele, mas por qualquer indivíduo -, sobre o passado de nossos ancestrais, pudesse, finalmente, ser compreendido, pois, de acordo com ele, o passado e a memória são coletivos, e não individuais.

É, vai contar muitos assuntos, eles vão descobrir, *acho que eles vão descobrir as coisas e vão me agradecer*. [...] vão contar o que eles não sabem, vão contar aquilo que eles não sabiam, como_ como eu também, isso tá me cotando, *isso tá me revelando coisas que eu não sabia, isso já me revelou, me ensinou tanta coisa que hoje eu tenho muito conhecimento*.

[...] o pessoal não liga muito pra história, pensa que *a história é só minha, a história é de todos nós, de toda humanidade* que ainda há de vir, mas tem que ter, deixar as coisas pra trás, porque isso eu peguei, mas eu não tô imergindo [exigindo] que isso aí seja meu, particular, não, não posso ter isso particular, eu podia até ter, mas quando eu fizesse [o museu] eu daria pro público também, porque é bom. Você, sendo só você, não é muita coisa, tem que ser mais alguém, eu () isso aí né verdade? *Aí tem que ser de todo mundo, porque fica melhor*⁹¹.

4.2.1 A constituição do acervo

⁹⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁹¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

Como já elucidado, há uma gama de objetos no acervo. A maioria dos artefatos arqueológicos foi coletada pelo próprio Sr. Josué, em regiões da praia da Redonda, praia do Retiro Grande, da Mata Fresca e na praia de Ponta Grossa, sendo esta última o local da maioria dos achados. E outros são derivados de suas viagens a distintos municípios e Estados. Já alguns foram provenientes de doações feitas principalmente por moradores de Ponta Grossa: “A doação é o seguinte, às vezes, chegava uma pessoa, dizia: ‘*Josué, tu gosta de coisa velha, tem isso ali velho, uma coisa*’”⁹² Alguns artefatos o Sr. Josué observava nas casas e pedia à pessoa proprietária: “Aí andava nas casa aqui vizinha, às vei via os machado_ indígena no pé da parede, assim, encostado, e ele calçando [usado como “peso” de porta]. Aí eu via aquilo_ (risos) [pedia]”⁹³. Outra parte do acervo é derivada, não de compra, mas, segundo ele, a partir de “trocas”. Ele relata que algumas pessoas o procuravam para negociar a “troca” de artefatos arqueológicos encontrados, pois sua fama de coletor de “caco e coisas velhas” percorria toda a comunidade. Da mesma forma, a sua esposa, a Sr.^a Neci Crispim, também descreve como aconteciam as doações.

[...] as pessoas chegava e dizia: ‘*rapaz, me dê um negócio por isso aí, aqueles machado*’, *aí eu dava dez (10) conto [reais] pra não perder, né?* Não era uma_ eu não tava comprando, sabe? Eu tava satisfazendo uma necessidade de um indivíduo, que chegava, às vezes, pra comprar uma farinha, uma coisa, eu dava dez (10) conto, ali tirava uma coisa, dava um_ trocava. Eu chegava: ‘pra que você tá precisando?’ Daí eu ia lá no mercadinho comprava, dava pra ele alguma coisa, alguma feira, faço isso_ valorizar, mas eu não comprava, eu dizia: ‘*você não pode dizer que eu lhe fiz isso, pra você, que isso é proibido, nem eu posso comprar nem você pode vender, agora pra não perde essa situação aí eu faço isso*’. Aí os meninos ria daquilo, mangava [ria] de mim: ‘*ai como é doido*’. Dizia: ‘rapaz, tu tá fazendo isso [para quê]?’”⁹⁴

Aí teve um tempo que aviciou. Todo mundo vinha ali_ da_ do pessoal, queria vender tudo no mundo pra mim (): ‘posso fazer isso não, acabe com isso, se você quiser doar pra mim, doa’. *Aí eu dava um chapéu, uma blusa*⁹⁵.

As pessoas quando encontrava algum coisa que eles achava, que era curioso, que não entendia o quê que era, muitas vezes vinha pra perguntar pra ele, e dava também, entregava, né? Pessoas da comunidade, pessoas_ de Retiro [Retiro Grande] teve pessoas que deu alguma coisa....⁹⁶

É interessante notar que Ponta Grossa não é somente uma rica área de sítios arqueológicos em terra firme, no fundo do mar também estão guardadas possíveis tesouros do

⁹² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁹³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

⁹⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁹⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

⁹⁶ Entrevista da Sr.^a Neci Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

que podemos chamar de “arqueologia subaquática”⁹⁷. Artefatos especialmente relacionados à atividade marítima⁹⁸ são encontrados por pescadores locais em seus trabalhos de pesca. No acervo constituído pelo Sr. Josué se encontra um magnífico exemplo: uma âncora. A âncora foi encontrada por um pescador, fazendo com que o Sr. Josué articulasse um grupo com cerca de dez pessoas para retirá-la do mar e colocá-la na carroceria de um automóvel. Por ter se habituado ao microclima marinho, o processo de deterioração da âncora foi acelerado após sua retirada, graças às reações químicas ocasionadas pelas alterações do novo clima que foi posta. Além da âncora, existem outros artefatos provenientes do mar, como anzóis, pesos para anzol, cavilhas e cravos (esses dois últimos fazem parte da construção de embarcações). Os sítios arqueológicos marinhos são ainda pouco explorados, visto que a arqueologia subaquática se encontra em processo de desenvolvimento no país.

⁹⁷ Para detalhes, ver Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986, “que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L10166.htm

⁹⁸ A gestão e proteção são encargos da Marinha do Brasil. Para Ferreira, essa competência é duvidosa, “pelo fato de a Marinha não ser o Ministério próprio para a preservação e proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico” (2011, p. 59).

Figura 25 - Âncora encontrada nas águas de Ponta Grossa e pertencente ao acervo.



Fonte: Josué Crispim, s/d.

Para o Sr. Josué, a autenticidade da maioria dos artefatos do acervo constituído está em seus usos antecessores, ou seja, ele enfatiza o domínio do uso. O critério adotado nesse caso é antes funcional do que autoral, devendo os traços de uso estarem aparentes nos artefatos. Esse “uso antecessor” foi um dos motivos que o fez almejar o colecionamento de artefatos, para entender a trajetória do ser humano a partir dos usos sobre os instrumentos. “Dessa forma, Josué nos expôs que, sempre que voltava de alguma pesca, costumava andar pela praia, pelas dunas para coletar o material, especificamente o lítico com lascamento, modificado ou utilizado pelo homem” (FERREIRA, 2015, p. 66).

[...] [o pessoal] pescava no mar, na lancha, de barco, passava doze dias, dez dias no máximo, e quando eu chegava () a vontade de andar () nôto canto, eu gostava, nessas dunas aí, ver o sol se pôr, e eu achava bonito o sol nascer, nisso *eu cheguei a perceber que tinha aqueles, como é? aquelas lascas quebradas aqui e achava aqueles pedaços batido, pressionado*, que quando impressiona bate, bate ele

estronda alguma coisa, sabe? *E aquilo me chegou a perceber que aquilo ali tinha sido humano*, mas antes eu tinha umas garrafas [garrafas de grés] já, com_ isso aí é outra história, daquelas garrafa ali_ porque despertou tudo, sabe?⁹⁹.

É o seguinte, *desde pequeno que eu era muito curioso, eu era muito curioso*. No mei dessa_ quando a maré desce aí, teve muita rocha lá de fora que bota, e eu descobria peixe grande dentro das pedra, [...] [peixe] vivo mesmo. E eu chamava meus tio, meu povo mais velho e mostrava [os peixes]. Ia tentar pegar, assim quando tem um peixão (), moreia, grande, eles vinham e pegava. [...] [eu] era pequeno, moleque, pescava de varinha () com anzolzinho torto de agúia, sabe? pra pegar peixe. E_ eu passava oito dias, dez dias no mar, nos barco, pescando lagosta. Quando chegava, subia aí, quando eu via essas dunas aí, aí eu subia e chegava lá () [encontrava] o material [arqueológico]. [...] Subia nas duna, chegava, eu via aquilo, eu dizia: *'rapai, que coisa, isso aqui é alguma coisa incrível'*, que num tinha nem ideia, porque a coisa [era] recortada [antropicamente], tirada 'assim'. Mas, a população daquele tempo não tinha essa ideia. Pegava um seixo rolado, era ferido, de um lado e dôto, e dizia: 'oh, isso aqui foi alguma coisa, fez uma pressão que alguém fez', aí: *'quem foi esse alguém. Nunca vi ninguém chegar quebrando pedra, quebrando pedra'*. E lá tem, ali onde nós andemo pertinho [nas dunas], lá tem um canto que é tipo uma oficina de material, aquele lítico, aquela calcedônia, aquele quarti [quartz], meu irmão, tá lá os pedaço de todo o tamanho¹⁰⁰.

Nesse momento, é prudente explanarmos o episódio da denúncia de coleta espontânea de artefatos arqueológicos e o impedimento judicial do Sr. Josué Crispim em continuar as coletas, além das consequências posteriores ao ocorrido. Como já havíamos afirmando na introdução deste trabalho, a “denúncia” que originou esse impedimento foi feita por uma matéria jornalística (ver anexos 14 e 15). O Sr. Josué comenta esse ocorrido:

[...] eu fiz uma matéria no jornal, *era pra ser de história*, aí [a pessoa] *botou no jornal de turismo*, eles [o IPHAN/CE] vieram aqui em riba de mim, vieram, um carrão correu ali. [...] o promotor veio aqui [posteriormente], viu, aí denunciou ao IPHAN pra cuidar do material histórico¹⁰¹.

Toma-se, oficialmente, essa matéria como a descoberta do IPHAN/CE sobre a existência das coletas realizadas pelo Sr. Josué – no entanto, segundo os relatos, o órgão já tinha noção das coletas. O órgão solicitou ao Sr. Josué que paralisasse imediatamente as atividades, e que posteriormente seriam tomadas as atitudes necessárias para o tratamento do acervo, a proteção das dunas, as escavações arqueológicas em áreas previamente analisadas e a construção de um museu para abrigar este acervo (ver Anexo O).

Eu sabia que o IPHAN era um órgão de fiscalização da arqueologia brasileira e artístico, um órgão que... E eu fiz a matéria [material que foi tomado como forma de denúncia contra o Sr. Josué], quando a matéria saiu, que chegou o camarada dizendo que [a finalidade da matéria] era pá história, chegou e foi [noticiada a matéria] pra turismo. Aí eles ficaram lá p****, sabe? [...] *Chegaro aqui um bocado de gente, aí*

⁹⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁰⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁰¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

chegaro a ameaçar, a tirar as coisa. Eu disse: ‘não, não faça isso, não, que a gente tem uma boa intenção. Se eu não sabia, eu queria que ensinasse’. [Como resposta, o IPHAN/CE disse] *‘Eu vou fazer um curso pá você ir pra Piauí’.* Até hoje, nunca mandaro, só prometeu¹⁰².

O contato e as promessas ocorreram em 1998, e passados quinze anos sem nada ser cumprido, o Sr. Josué Crispim, assessorado por Ricardo Arruda, já morador de Ponta Grossa há um tempo, acionou o Ministério Público Federal, sendo o próprio IPHAN/CE denunciado por não estar tomando as devidas providências. Tomada as ações necessárias, a partir da licitação executada pela empresa ArqueoSocio em 2013, o Sr. Josué perdeu a guarda do acervo e não mais pôde, judicialmente, realizar as coleta espontâneas de artefatos arqueológicos. Salientamos que o Sr. Josué nos afirmou que não mais executa as coletas arqueológicas desde que este processo foi iniciado. Diferentemente do que afirmo em trabalho anterior (2015), o Sr. Josué não recebeu processos jurídicos por coleta irregular de artefatos pertencentes à União. Existiu uma ameaça de prisão equivocada, entretanto, legalmente, o que houve foi uma solicitação do IPHAN/CE para que ele suspendesse imediatamente as coletas. E antes da chegada do promotor, o IPHAN/CE executou, em 2009, uma tentativa frustrada de catalogação¹⁰³ do acervo, mas só uma parte do material lítico e cerâmico foi rasamente analisada e erradamente catalogada. Também é pertinente salientar que o projeto executado pela empresa ArqueoSocio foi paralisado desde dezembro do ano de 2014, por ter excedido o tempo limite para a finalização dos trabalhos, fazendo com que a verba destinada a esse projeto retornasse para a União. Esse episódio é, para Ricardo Arruda, apenas mais um exemplo da opressão seguida de omissão do Estado e da sua ineficácia enquanto responsável por permitir o compartilhamento de conhecimentos.

Rapaz, olhe, em relação ao IPHAN, até um determinado momento existia uma postura. Porque a direção, a superintendência do IPHAN e alguns diretores da época, tinha uma visão de mais aplicação da lei do que propriamente do que da parte pra educar. *Porque pra mim, polícia é pra educar, órgãos, é, ao invés de serem órgãos repressores como o IPHAN, o IBAMA, devem ser antes de tudo órgãos para educar. Mas como você tem primeiro a política de repressão, então o IPHAN massacrou o cara no começo, botou seu Josué em pavoroso na época, certo?* Criou um ranço, um elo de quase choque com a Fernanda [nome fictício da superintendente do IPHAN/CE na época], e eu disse isso para ela aqui. *Porque ela chegava, sabe? como um general: ‘não, porque não sei o que’, entende? Os caras não conheciam a lei, não sabem até onde vai o direito de cada um, quer dizer_ como contrapor a força do Estado, do Estado ignorante e errado. Ignorante no*

¹⁰² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁰³ “A tentativa de inventariação foi feita por uma equipe enviada pelo IPHAN, *Projeto de Inventariação de Coleções Arqueológicas Particulares, Icapuí – CE*, no ano de 2009. No entanto, não temos muitas informações sobre esse projeto, apenas um relato sucinto e informal do IPHAN/CE sobre os objetivos, além da consulta das fichas de catalogação executadas nesse projeto” (FERREIRA, 2015, p. 57, grifo do autor).

sentido de opressão. Por que ela não chegava aqui ou o IPHAN não chegou aquilo naquela época, no primeiro momento, e disse o seguinte: ‘nós vamos educar todo mundo’, como nós estamos tentando fazer agora, como nós fizemos em boa parte isso: ‘vamos, é_ educar as pessoas para não pegar mais, e vamos dar condições a ela de saber o que é isso’. Mas não fizeram, cara. Mandam uma carta ameaçando o cara [Sr. Josué], se pega-não, pega, pega-não, pega, pega-não, pega... cadeia! Isso não existe, cara. Esse é o Estado opressor. Então, cara, a questão do IPHAN, ele tinha isso. Ele não era um mecanismo de se confiar no que ele poderia fazer, certo? Poderia ser como eu acho que foi: foi mais um jogo de intimidação, porque se não eles teriam denunciado seu Josué à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, e não fizeram [pois se omitiram por muitos anos, havendo um receio por conta disso].

Imagina, cara, um negócio desse você botar um órgão federal para trabalhar e zelar pelo que é da humanidade, o que é da nação, ter que servir a uma verba judicial. Você me diz: ‘qual a moral que eles tinham para punir Josué? Qual a moral que eles teriam pra entrar contra Josué, que tava fazendo isso que eles não faziam’. Por quê? Por normas acadêmicas?! Não, cara, isso tá errado, entendeu? Tá errado! Aí chega no que eu tô te dizendo, que foi feita a denúncia, vocês [equipe contratada pela ArcheSocio para inventariar o acervo] vieram e tal, ai emenda a história¹⁰⁴.

Em resumo, atualmente, o acervo se encontra numa antiga igreja de Ponta Grossa, e sob tutela do IPHAN/CE, não mais pertencendo ao Sr. Josué. Em trabalho antecedente, disponho que, “apesar de paradoxal, o Sr. Josué continua relacionando-se com o acervo, tendo, contraditoriamente, o pleno acesso aos objetos e sendo o indivíduo encarregado de protegê-lo” (FERREIRA, 2015, p. 20). Porém, essa foi uma escolha louvável realizada pela empresa ArcheSocio e acatada pelo IPHAN/CE, que poderia, simplesmente, ter transportado todo o acervo para sua sede, localizada em Fortaleza. Mas essa atitude possibilitou que toda a comunidade de Ponta Grossa pudesse acompanhar os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos – além da possibilidade real do acervo, caso saísse de Ponta Grossa, jamais retornar à comunidade, ficando permanentemente na reserva técnica do IPHAN/CE, em Fortaleza. O objetivo foi aproximar as pessoas do acervo. Portanto, nesse caso não há paradoxo, o que existiu foi a tentativa de inserir ainda mais o acervo na vida dos moradores. Sem hesitar, essa foi a melhor atitude tomada por parte das autoridades até aqui no que diz respeito ao acervo. Por certo, esse fato nos mostra também que, se é “permitido” o acesso e contato com o acervo, o episódio comprova a importância do conhecimento que o Sr. Josué detém sobre ele. Para além de uma relação afetiva, o que encontramos aqui é um conhecimento veladamente reconhecido.

O Sr. Josué nos dispôs, em diversas conversas (FERREIRA, 2015), que, apesar de judicialmente serem proibidas as coletas particulares sem licença para esses bens, essa foi a única saída encontrada por ele, já que a maioria dos sítios arqueológicos de Ponta Grossa se

¹⁰⁴ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

localizam em áreas de trilhas de *buggys*, motocicletas e de pequenos plantios (roçado). De acordo com o professor Almir Leal de Oliveira (comunicação pessoal, 2017), as dunas são denominadas como “novas” ou “velhas”. As dunas “velhas”, chamadas de paleodunas (consolidadas), são dunas que estão acima do que foi o nível do mar outrora, são mais avermelhadas, mais altas, e bastantes presentes em Ponta Grossa. Por conta do intemperismo, elas descobrem vestígios arqueológicos diuturnamente, era e ainda é papel do Sr. Josué monitorar essas novas evidências que apareciam, e continuam a aparecer, a todo o momento. Nesse sentido, o Sr. Josué também se questiona sobre o papel essencial destinado ao órgão protetor - o IPHAN -, que, segundo ele, sempre tomou poucas providências para a salvaguarda desse material, visto que a instituição já havia sido contactada por diversas vezes sobre esse problema. Dessa forma, em suas falas, nota-se um sentimento de consternação e desgosto, derivado da falta de “reconhecimento” e até mesmo pela culpabilidade destinada a ele em relação aos procedimentos irregulares de coleta. Ou seja, mesmo tendo a noção de ter realizado atos considerados ilegais, Sr. Josué compreende que merecia ser reconhecido pela salvaguarda de um material com tamanha importância, tanto pelo órgão competente como pelas pessoas da comunidade praiana (FERREIRA, 2015), já que, sem ele, nada existiria:

[...] *isso só existe* [o acervo], isso assim porque é *mode a minha insistência*, se não fosse a minha insistência nada tinha acontecido, que eu conheço, tem nada lá pra cultura [no Estado], ninguém quer saber de coisa morta, quer, não. E isso, no caráter que a gente tá fazendo, isso tá envivecendo isso aí, entendeu? ‘Por quê?’ Porque aquilo que tava dormindo lá no seu canto, você tá acordando ele [...].

[...] só eu é quem tinha esse jeito, essa driblação de cuidar, ninguém aqui cuidava de fazer, a_ mangar, zombar de mim, chamar de eu_ botar apelido e coisa, aí eu ficava p*** com isso, que eu sabia que não era assim, não era como ele [o pessoal da comunidade] falava, eu ia, *se eu fosse entrar na onda deles não tinha isso, nem tinha eu, nem tinha IPHAN, não tinha ninguém* [...] ¹⁰⁵.

O Sr. Josué Crispim já manteve o acervo em alguns lugares na praia de Ponta Grossa, sempre que se mudava, levava-o junto com sua família. Na época da licitação do IPHAN/CE, ele acondicionava o acervo em dois locais, sua antiga casa, onde a maioria dos objetos estava localizada, e uma menor quantidade em sua atual residência. A partir do advento da inventariação, por questões espaciais e sistemáticas, o acervo foi armazenado numa antiga igreja da comunidade de Ponta Grossa, que foi utilizada como laboratório das ações (FERREIRA, 2015).

[...] eu botei aí, tudo amontoado, porque a mulher [esposa] não queria ver aquilo lá dentro de casa, na outra casa, lá pra dentro, porque ficava difícil barrer a casa e tinha

¹⁰⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

um problema, eu tinha muito cuidado com () eu tinha que tá lá com_ porque eu tinha medo de alguma pancada, alguma coisa, exatamente, eu tinha que tá lá¹⁰⁶.

Figura 26 - Sr. Josué na porta de entrada do antigo quarto de guarda do acervo.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

¹⁰⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Figura 27 - Sr. Josué Crispim transportando, para a antiga igreja, parte do acervo localizado na sua atual residência.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

Em sua antiga casa, os objetos estavam amontoados nesse quarto, devido à grande quantidade e o pouco espaço para acondicioná-los. Outra parte do acervo, que se encontrava na sua atual casa, segundo ele, por falta de espaço e por questão de aproximação com o acervo, já que a grande parte achava-se em sua antiga moradia, não tendo, dessa forma, um contato diário com o acervo. Os objetos apresentavam características conservacionistas com muitos agentes degradantes como sujidades, por exemplo. Mas devemos levar em consideração que essas lacunas percebidas existiam, principalmente, pelos escassos recursos materiais e financeiros do Sr. Josué. Numa visão sobre a “conservação nativa”, ele nos falou sobre suas dificuldades em manter as condições mínimas do acervo:

*É, tinha um guarda roupa, tinha umas coisa dentro e botei, tipo, um_ umas estante e comecei a guardar e botava uns plásticos riba, mas os plásticos começava a abafar as coisas e a poeira por riba, não dava tempo, não. Tirava muito_ era uma luta no mundo pra eu conseguir aquilo ali, fazer_ porque passava uma semana tava do mesmo jeito, aí eu varria com o pés_ com o_ tirava um dia, um_ aquela correria, mas eu tirava um dia, chamava a negrada, umas menina, aí eu dizia: ‘rapaz, vocês barrer assim com pincelado [com pincel] direitinho’. *Aquele mais grosso eu deixava elas fazer e aquele mais fino eu [fazia] com o maior cuidado, sabe?*¹⁰⁷.*

¹⁰⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Assim como ele dispõe, seu intuito sempre foi proteger os objetos que considerava importantes testemunhos sobre o fluxo histórico da humanidade, independente se isso fosse um ato ilegal, de acordo com certas políticas:

É, [a forma de] fazer o_ é_ a proteção de todo esse material, fazer minha_ a minha ideia era proteger, mesmo que não fosse dentro da lei o trabalho que eu tava fazendo, mas eu queria proteger, era o meio que eu tinha de fazer proteger era dessa maneira, que nesse tempo nem o IPHAN eu conhecia ainda, nem se tinha o IPHAN, que não tinha. É, era uma forma de proteger que eu achei, aí corri atrás disso, aí o pessoal começaram a chamar de ‘catador de caco véi’ [...]’¹⁰⁸.

Porém, como dispus, “É preciso entender que, as definições de conservação [e outros processos museológicos realizados pelo Sr. Josué Crispim] dos objetos que atribuímos nesse contexto ‘nativo’ se diferem das práticas da disciplina da museologia ‘normativa’¹⁰⁹, pois, o que está sendo levado em consideração são os esforços operacionados e tornados possíveis nesta realidade” (2015, p. 39). Sobre essa relação autodidata e normativa, o Sr. Josué afirma que: “eu não vou dizer que eu conservei, mas alguma coisa eu fiz por onde conservar, sabe?”¹¹⁰.

Entretanto, com efeito, devemos também direcionar nosso olhar às potencialidades criadas pelo Sr. Josué. ‘A procedência dos objetos, seus múltiplos significados, o social e o museológico, o individual e o coletivo, os saberes e modos de fazer, as técnicas construtivas, os modos de conservação [...]’, continua Gomes (2012), ‘as narrativas e sentidos a eles conectados, tudo é passível de análise’ (GOMES, p. 100). Nesse sentido, analogamente às concepções de Gomes (2012), percebemos que procedimentos como a pesquisa e salvaguarda do patrimônio aconteceram a partir de uma tradução e apropriação de instrumentos tanto técnicos como conceituais, para que, dessa forma, a gestão e organização dos processos de musealização, feitos por indivíduos como o Sr. Josué [...], pudesse abranger os múltiplos sentidos e significados mergulhados sobre a diversidade e especificidades dessas experiências museológicas (FERREIRA, 2015, p. 38-39).

Durante o processo de arrolamento – identificação quantitativa e tipológica do acervo -, os objetos foram sendo trazidos aos poucos ao espaço da igreja, que fica bem próxima ao local onde parte do acervo da antiga casa era acondicionado. O espaço que atualmente abriga todo o acervo funcionou como laboratório de campo, onde eram feitas as análises dos objetos e o projeto de inventário era desenvolvido. Essa antiga igreja da comunidade se encontra sem uso religioso, pois houve a construção de outra igreja, na “serra” da praia, como foi mostrado.

¹⁰⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁰⁹ Entende-se por conservação, na museologia, “Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando a sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração” (ICOM-CC apud RIBEIRO, 2012).

¹¹⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

O espaço foi cedido graças a um subsídio da prefeitura do município de Icapuí, que liquida o aluguel do local até hoje. Entretanto, quem arca com o pagamento da energia elétrica do espaço é o próprio Sr. Josué. De acordo com o que já disponibilizei (2015), o recinto é formado por um vão, sem paredes divisórias, com oito janelas, uma porta de entrada e outra de saída, como se pode ver na figura 29. Há três mesas de madeira que auxiliavam os estudos e pesquisas, e ventiladores para circulação do ar, prateleiras de plásticos onde estão armazenadas algumas coleções – apesar de não ser o material ideal para armazenar os objetos, essa foi a alternativa mais próxima do ideal. Alguns moradores e turistas o denominam de museu. Atualmente, a visitação a esse espaço é basicamente restrita a pesquisadores ou pessoas muito próximas ao Sr. Josué, já que o trabalho sobre o acervo ainda não foi finalizado.

Figura 28 - Fachada da antiga igreja e hoje laboratório de análises e espaço de guarda do acervo.



Fonte: Gilvanildo Ferrerira, 2014.

Figura 29 – Laboratório onde eram realizadas as análises do inventário.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014

Enquanto o trabalho era desenvolvido pela ArqueoSocio, o acervo foi classificado de acordo com alguns critérios, esse exercício de categorização chama-se “esquema classificatório” (disponibilizado no Anexo P). Nesse caso específico do acervo constituído pelo Sr. Josué Crispim,

prevaleceu, na maioria das categorias e subcategorias, o critério ‘Material’ dos objetos, como atributo organizador. A classificação do acervo se fundamenta também no critério ‘Função’. O acervo foi classificado e dividido em 13 (treze) coleções. O ‘Material’ dos objetos foi o critério adotado no arranjo das 10 (dez) primeiras coleções; já as 02 (duas) seguintes se fundamentaram na ‘Função’ dos objetos; e a última, por se fundamentar no agrupamento de objetos que não se encaixam nas outras 12 (doze) coleções, tem como critério, não fazer parte das outras coleções, ou seja, não se encaixar (FERREIRA, 2015, p. 52).

Como dito, foi de suma importância a proximidade do projeto de inventário com a comunidade praiana de Ponta Grossa, já que há bastante tempo muitos indivíduos mantêm uma rotina quase que diária com esse acervo, preservando, mesmo que subjetivamente, relações simbólicas e identitárias com os objetos. Algo que poderia ser comprometido, ou até mesmo rompido esses laços simbólicos, seria o deslocamento do acervo para outra localidade, afastada da comunidade, descontextualizando, dessa forma, os sentidos sociais entre o acervo e a comunidade praiana (FERREIRA, 2015). Fator veemente percebido em diversas falas do

Sr. Josué, quando afirma que o sentimento de pertencimento sobre aqueles objetos abrangem a construção e o reforço da identidade dos indivíduos de Ponta Grossa, por isso considera imprescindível, tanto a construção de um futuro museu como a permanência do acervo na comunidade:

No dia da inauguração do museu desse talvez eu vou ficar emocionado, é que eu vou contar muita, muita coisa, vou contar a história do rapá, assim a ideia todinha e vou acumular, se eu ainda tiver a memória pra o contar () contar, vai chamar repórter, vai chamar alguma coisa, televisão, vai botar, aí eu sempre quando eu em rádio, televisão, que eu já fiz muita, passei, eu fico assim que eu abro tudo, sabe? Não escondo nada não, sabe?

[...] um dia você vai limpar tudo isso [os objetos], vai ver que encontra, faz o quebra cabeça aí, por isso que não é de lei você tirar o museu daqui e botar noutra canto, que você perde isso, entendeu? E a paixão que o indivíduo tem por isso que fez, acaba. Você quer me matar? Tire isso daqui, talvez eu morresse na hora, eu não queria¹¹¹.

Como notamos na minha análise (2015), o Sr. Josué discorreu que, no princípio da coleção, gostava de expor os artefatos em mesas, em locais abertos, à vista das pessoas que se interessavam em apreciá-los. No entanto, foi forçado a mudar essa prática por questão de segurança, visto que alguns objetos foram furtados. Dessa forma, viu-se obrigado a amontoá-los, para que dessa maneira pudesse controlar e impedir esse tipo de ato:

[...] eu fui fazer essa exposição aqui que mandaram pelos professor da escola de Icapuí, aí eu botei umas moeda, aí tinha uma moeda que tinha uma parte_ é_ uma prata do lado e um amarelo de outro lado, sabe? E tinha até uma mulher religiosa lá, não sei nem quem era () – bonita -, uma parte amarela outra parte branca do outro lado, aí um mecânico de uma empresa, foi quando eu tava falando com o povo da frente, ele entrou por detrás e roubou a moeda. Eu só descobri isso porque foi a pessoa que teve lá me contô, sabe? Aí quando eu vi ele, ele abaixava a cabeça, não queria mais falar comigo, ficou mal comigo. Ladrão que só, roubou a moeda. Aí eu fiquei com medo disso aí, aí o povo fizeram medo, aí eu fui amontoei lá em casa, ali naquela casa¹¹².

¹¹¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹¹² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Figura 30 – Sr. Josué no “museuzinho” onde realizava a exposição de parte do acervo.



Fonte: William Muniz, s/d.

Essa exposição era realizada num prédio que funcionava, ao mesmo tempo, uma loja de utensílios de banho de praia em Ponta Grossa. O Sr. Josué solicitou ao dono para expor os artefatos nesse espaço, localizado na parte de baixo da praia, logo no final da descida da rampa de acesso. Esse espaço abrigava alguns artefatos, a maioria do acervo já estava acondicionada no quarto ao lado da sua antiga casa na parte inferior da praia, e era denominado por muitos de “museuzinho”, “minimuseu”. Diversas matérias jornalísticas voltadas para o turismo classificavam da mesma forma o espaço, como algo precário, apesar de interessante, sempre tratado no diminutivo.

Antes de ser na casa dele [o acervo], eles tinham uma barraca, um barracãozinho_ uma casinha que eles chamavam de *minimuseu*, onde algumas peças tavam expostas, mas não todas, mas algumas delas estavam.

Rapaz, a questão da visitação aí sempre foi uma coisa muito... Voltando aquele momento que eu te falei, da pequena casinha que tinha, o primeiro *museuzinho* que tinha, o prediozinho pequeno, que era uma loja, pequena, que virou uma pequena_ uma exposição do material dele, digamos [...].

4.2.2 Promessas para a construção do Museu de Ponta Grossa e o valor local dos artefatos arqueológicos

A construção do museu para abrigar o acervo é quase uma epopeia. Dezenas de promessas e tentativas de instituições privadas, professores universitários, pesquisadores, amantes do colecionamento de muitas partes do mundo e, não menos importantes, até de órgãos competentes, foram realizadas (ver Anexos 18, 19 e 20). “[...] Fora os que chegavam prometendo, bicho. Milhares de pessoas que chegaram na cabeça desse cara [Sr. Josué] prometendo coisa. [...] Mas muita gente prometendo, chegava um cara aqui e ele caía em cima. Aí se iludia, e lá vinha ele aqui [falar sobre as promessas] [...]”¹¹³. De acordo com um artigo publicado em jornal por Túlio Muniz (ver Anexo U), a superintendente do IPHAN/CE, na época que o Sr. Josué foi impedido de continuar as coletas, expôs que, apesar de não ter imposto obstáculos para que, caso a Prefeitura Municipal de Icapuí desejasse construir um museu para abrigar o acervo, o espaço poderia ser edificado, com o aval do órgão de proteção. Por outro lado, segundo Túlio Muniz, ela afirmou que a forma como o Sr. Josué acondicionava e construía a exposição dos artefatos transformava o acervo “em objeto de curiosidade, desprovido de valor científico”. Continua ao alegar que: “Se quer explorar, tem que seguir a lei, tudo tem que ser comunicado ao IPHAN que no momento devido envia o arqueólogo”, como podemos comprovar no anexo citado. Porém, como explanado, essas promessas foram sempre promessas, quase nada do que foi anunciado, desde 1998, foi realmente realizado, exceto o impedimento do Sr. Josué de coletar os artefatos arqueológicos.

Além disso, em 2005, foi criada a Lei nº 457/2005, que dispõe sobre a criação do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa” e dá outras providências (ver Anexo T) e a Lei nº 453/2005, de 14 de novembro de 2005, que institui o fundo municipal de incentivo à cultura do município de Icapuí, cria o comitê gestor do fundo municipal de incentivo à cultura e dá outras providências (ver Anexo V), aprovadas na Câmara de Vereadores de Icapuí e pelo prefeito, na época, José Edilson da Silva. É importante salientar também que essas leis foram o resultado da iniciativa de reivindicação tomada pela comunidade de Ponta Grossa para

¹¹³ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

realizar a construção do antigo desejo do Museu Comunitário e sua garantia financeira de manutenção, tendo na figura de Ricardo Arruda o representante dessas duas iniciativas. Contudo, a despeito das suas aprovações, as leis não foram executadas. Ricardo Arruda expõe um pouco sobre esses acontecimentos:

Comecei a pesquisar, vi museus de outros lugares, tinha a história do MIS [Museu da Imagem e do Som], e vi que a melhor forma de proteger o material para que ele fique aqui, caso, como lá na ponta, desse o que deu: em nada. Eu disse: *'vamos criar o museu, vamos fazer uma lei'*. Fiz a lei e mandei levar lá no vereador. Nem vou me envolver com esse povo. 'Manda lá naquele povo, nos meninos'. Todos são meus amigos. Mandei a lei e foi votada com unanimidade, com solenidade de_ sabe? Nem lá eu pisei. Votaram lá com mérito, e o prefeito: 'pá', sancionou a lei. Quer dizer, *é um museu que existe* [só não foi construído]¹¹⁴.

Atualmente, como explanado no primeiro capítulo, está em debate a construção do Museu Comunitário de Ponta Grossa. Essa iniciativa faz parte de um projeto em andamento, em parceria com a Prefeitura Municipal de Icapuí, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará (IPHAN/CE) e a comunidade de Ponta Grossa, para construção do Museu Comunitário, que já vem sendo discutido há mais de doze anos, mas que só agora toma dimensões reais para sua concretização. O empreendimento está nas fases de estudo técnico do terreno onde o Museu será construído e da confecção do projeto arquitetônico do espaço.

A maioria das visitas à exposição ou aos locais onde era acondicionado e exposto o acervo era feita, em sua grande maioria, por pessoas de fora da comunidade, como turistas e professores, principalmente. Os moradores de Ponta Grossa, por diversos motivos – que serão analisados no próximo capítulo -, eram menos presentes nessas atividades. O Sr. Josué afirma que a importância de expor os artefatos funciona como um “complemento”, que se aplicava para que os diversos conhecimentos sobre o passado sejam fomentados e incentivados, pois “as coisa tá no livro, mas todo mundo passa pra lá, a história da pré-história, alguém vai se aprofundar?”¹¹⁵. De acordo com ele, o intuito das visitas tinha como finalidade provocar o espírito de:

[...] ser curioso, saber o que é isso, porque eles não sabiam, tem no livro didático, mas mal estuda, não gosta, não, passa como eu digo, passa a página que tem, vê assim, passa pra lá, porque o vício do nosso povo é tão grande que eles gostam mais de figura do que a leitura em branco mesmo¹¹⁶.

¹¹⁴ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

¹¹⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹¹⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Além disso, o Sr. Josué também sempre procurou provocar nas pessoas o desejo de preservar os bens culturais que nos pertencem, principalmente nas crianças, que segundo ele, são nossos herdeiros e aqueles em que depositamos a esperança da valoração do patrimônio cultural (FERREIRA, 2015). Sendo assim, ele expõe que:

[...] agora, *as crianças eu incentivava muito_ as crianças_ o menino que chegava com uma pedra lá em casa, podia ser o que foi, eu dava uma__ é_ assim_ é_ eu fazia assim_ como é_ rapaz? ‘isso é importante e tal’, pra não perder o foco do menino, da criança () estimular os menino*¹¹⁷.

Figura 31 - O Sr. Josué Crispim e algumas crianças da comunidade de Ponta Grossa no laboratório de análise do acervo.



Fonte: Almyr Abath, 2014.

Para ele, a importância do acervo se destina no fato dos artefatos salvaguardados não admitirem que os acontecimentos considerados importantes desapareçam, adormeçam, eles mantêm essas informações “acordadas”: “[...] você tá acordando, acordando, acordando, até se despertar quem foi, quem não foi, entendeu”¹¹⁸. E o valor do acervo se insere exatamente

¹¹⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹¹⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

aqui, nessa tentativa de “imortalizar”, perpetuar a importância do conhecimento gerado a partir desses artefatos (FERREIRA, 2015):

A importância é que isso fica marcado, isso é_ não morre mais, sabe? *Isso é imortal, isso vai ser pra essa geração e a geração futura*, isso é uma grande importância, a gente zela e_ e protege pra esse povo mais, porque a gente vai passando, vai passando, quando dá fé morre e a geração que venha cuidar, é por isso que é bom a gente fazer hoje pra colher amanhã¹¹⁹.

Ao falar sobre o valor dos artefatos, o Sr. Josué parte do princípio que todos os objetos do acervo são importantes (FERREIRA, 2015), não existe, para ele, hierarquia de importância entre esses artefatos:

[...] todos [os artefatos] têm a sua importância, e pra mim a pré-história é muito importante, mas vai falar de outro povo, de outro povo que você nunca viu, nem sabe de onde saiu, de onde surgiu, é uma coisa muito antiga. Agora, *isso aqui ele vai revelar quem somos nós, quem é a Ponta Grossa, de onde vieram, pra onde vai e qual foi a obrigação que eles poderiam fazer, porque vai encontrar moeda, cachimbo, a moeda tem alguma inscrição, naqueles prato, naquela vasilha tem alguns detalhes, aí você vai descobrindo aquilo, você vai ajuntando todas aquelas informações e vai dizer tudo quem somos nós, de onde nós viemos*¹²⁰.

No entanto, elege os artefatos que podem, segundo ele, representar o acervo. E ao ser questionado sobre o porquê considerar esses artefatos representantes do acervo, afirma que: “*É uns objetos que fala mais, sabe? que tem algum destaque, e_ algum resumo se você for botar o estudo, vai revelar muita coisa (), muitas*”¹²¹. São eles, segundo o Sr. Josué: instrumento indígena (raspador de calcedônia) (figura 32); pilão em granulito (figura 33); cachimbo africano (figura 34); cachimbo europeu (figura 35); garrafa de grés (figura 36); malacológico fossilizado (figura 37); peixe fossilizado (figura 38); e aglomerado (figura 39).

¹¹⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/ Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹²⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹²¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Figura 32 - Instrumento indígena (raspador de calcedônia)¹²².



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

*Isso aí é_ faca indígena [...], pode ser uma faca, facção ou um canivete. Eles tirava, cortava, tirava essas lasca pra corte. E__ ele tirava dessa rocha, e essa rocha aí é calcedônia. Uns chama de__ de sílex, na Europa, mas aqui a gente chama mermo de *peda lascada*, a peda lascada, a era da peda lascada. Que foi a época dos primeiros instrumento feito pelo homem que foi isso aí, os homem primitivo. [...] Isso aí foi, acho no_ aqui encostado, num canto chamado ‘Fazenda Belém’. Lá tinha um gerente lá, e lá o cara mexendo viu isso ai. Lá deve ter muitas. [...] Alguém falou pra mim [que nesse local existia esses artefatos], aí eu fui lá, verifiquei. Só que a Fazendo é privada, aí ele disse: ‘é, essa daí eu lhe dou. Eu só não quero que você venha pra cá, pra levantar a coisa [a procura de artefatos], porque vai bulir com a Fazenda todinha’. [...] *Rapaz, [o nome] científico mermo pra mim_ é instrumento indígena primitivo, instrumento. Eles cortava nas lateral, e amassava alguma coisa por riba [por cima]. Fazia um instrumento de muita utilidade*¹²³.*

Na última parte desse trecho da fala do Sr. Josué, podemos perceber o limite da classificação “selvagem” (autodidata) em contraste com a classificação acadêmica (citada por ele mesmo). A necessidade de denominar uma categoria que se aproxime da acadêmica é realizada pelo Sr. Josué, numa tentativa de legitimar, também, o seu conhecimento, que, apesar de divergente

¹²² Segundo o arqueólogo Igor Pedroza (comunicação pessoal, 2018), esse artefato é um lítico lascado, com formato plano-convexo, vulgarmente denominado de “lesma”.

¹²³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

com a “cientificidade”, é tido por nós como legítimo. A pergunta que fazemos é: qual a fronteira que o conhecimento autodidata pode alcançar e ultrapassar? Aliás, para além disso, quantas vezes nos pegamos questionando o limite do conhecimento científico da academia e, ao aposto, quantas vezes nos indagamos sobre o limite do conhecimento autodidata?

Figura 33 – Pilão (mó) em granulito.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Esse daí era_ é uma pedra, essa pedra_ é granulito, uma rocha muito dura. *Ele [o povo indígena] cavô pra amassar raiz, alguma folha pra medicar deles.* [...] isso foi [encontrado] dento de oiero aqui. [...] foi uma prima minha [que a achou]. [...] ela mergulhando achô. [...] A minha prima, ela levô pá mãe, a mãe batia pimenta do reino. [...] Aí Marco Junqueira – que é um mineiro que tem aqui – me falou: ‘Josué, a peda lá é bonita (), instrumento’. Mas cuma eu tinha pobrema com o pai dela – com meu tio, o pai dela era meu tio -, mas tinha um pobrema, nós tinha um pobrema, aí um tempo de_ encrenca eu mais ele, aí ficô_ c’uma_ c’aquele negócio comigo, não queria saber de mim, nem_ ficava separado. Aí, com muito tempo, aí Marco foi lá: ‘eu vô ver se consigo aquela rocha’. Aí eu comprei um material, artificial, daqui, já recente, dei pra ela, pra ela bater uma__ uma madeira de pau cavada, um pilãozim em troca disso. Aí ela me deu¹²⁴.

¹²⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Figura 34 - Cachimbo cerâmico indígena. Detalhe para os motivos antropomorfos.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

É, esse cachimbo aí, é_ foi achado aqui, na_ [...], aqui tem um sítio se acha só cachimbo assim. Aí lá, tem muito isso aí, aí_ cavando lá, achei isso aí. Eu achei vários cachimbo, mas aí, como tem a carranca, e tem ôtos lá que tinha a carranca, e essa carranca é maior... Aí, isso aí_ era alguma coisa de_ religiosa, um dia que tinha que fazer alguma coisa... Só que, *isso aí num é de índio* [...]. Eu acho que não [é de índio]. Isso é de gente mais pra cá [recente], sabe? *De africano, que alguém trouxe. Porque índio_ ele_ ele não tem detalhe, o índio não é um_ ele não tá no lado de_ artístico, sabe? [...]* o que índio podia fazer era tacape, uma ponta, uma coisa¹²⁵.

Podemos notar a acuidade do olhar crítico do Sr. Josué ao perceber a complexidade dos traços e ornamentações do cachimbo, considerado por ele como africano, provavelmente. Segundo ele, não se trata de um cachimbo indígena, pela compilação das características – o indígena seria mais simples, sem muita ornamentação; também não poderia ser, possivelmente, europeu, pela baixa riqueza da complexidade dos traços.

¹²⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Figura 35 – Fornilho de cachimbo cerâmico europeu (português). Detalhe para a ornamentação complexa.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Agora, isso dai [o fornilho de cachimbo] deve ser d'algum_ marinheiro, d'algum_ alguma pessoa importante [...], europeu. [...] Podia ser de_ de escravo não podia ser, não, podia ser do_ coronel deles. Era um cachimbo bem elaborado e chei de detalhe. Ele não deixava fumar, não, só se fosse encarregado. Os dos escravos era uns cachimbo mais comum¹²⁶.

Já o artefato da figura 35 é considerado pelo Sr. Josué como europeu, usado não necessariamente por um europeu “comum”, mas com certeza por alguém com *status* de “importante”, como um marinheiro, por exemplo. As circunscrições altamente adornadas comprovam, segundo ele, sua tese. Trata-se de um artefato nobre para aquela época. Apesar de parecer quase óbvio, acreditamos que o Sr. Josué não está afirmando somente que os povos indígenas e africanos eram incapazes de produzir um material desse porte, o que ele demonstra são os estilos próprios usados pelos diferentes povos de outrora, naquele dado contexto histórico. Claro, na sua fala há um posicionamento que acredita que os povos “selvagens” não se preocupavam demasiadamente pela estética, mas as afirmações dele não

¹²⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

são apenas sobre a capacidade ou não de confecção cunhada na estética, mas sobre o recorte histórico, como explanado.

Figura 36 – Garrafa de grés, detalhe para a inscrição “Amsterdam”.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Essa garrafa aí foi do encontro do povo europeu quando chegô aqui, aí trazia essas bebida. [...] [as quatro garrafas inteiras de grés do acervo] foro daqui tudim. [...] Tinha uma que_ lá numa mulher da Mata Fresca me deu, uma garrafa daquela, sabe? [...] Lá tinha lá e tava lá, assim, no mei de outas garrafa, só que as outa era [de] vidro, e ela me deu uma garrafa dessa. Aí meu avô tinha, amarrava_ um cordão no gogó [gargalho] dela, naquela alça, e pendurava com cera de abeia queimada. Pegava a cera da abelha, botava fogo, aí ela derretia, ficava mole, aí botava em riba [por cima] da tampa, aí lacrava, aí que não entrava bicho nem ar, aí conservava a semente do ano pá outro. Porque você botar noto_ nota vasilha que tiver algum vento, o bicho entra pra dentro e come o grão. Rapaz, um negócio sério um negócio daquele. Agora, abafado desse jeito, ele não entra, não¹²⁷.

As garrafas de grés eram artefatos do cotidiano do Sr. Josué, de uso doméstico e não simbólicos como as vemos hoje. Não eram utilizadas para armazenar bebidas destiladas, como originalmente essas garrafas eram destinadas, mas com outra função. Desse modo, a partir do momento que se dá outra função ao artefato, diferente da qual foi originária, se pode perceber o rastro dos novos sentidos adquiridos pelos artefatos que se encontram nas ações e

¹²⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

intervenções dos sujeitos sociais, “construtores da memória”, como no caso de Sr. Josué. Seguindo as concepções de Mensch (1994), considerando a museologia como abordagem do homem frente à realidade (patrimônio), é procedimento dos indivíduos selecionar alguns objetos do cotidiano, assim, inserindo-os “numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência”, fazendo “uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas necessidades” (STRANSKY apud MENSCH, 1994, p. 12). Nesse sentido, o Sr. Josué subverteu (significou) a função utilitária da garrafa de grés, que já havia sido significada pelo seu avô – levando em consideração que a função originária da garrafa de grés não era a da guarda de sementes -, à função simbólica de representar um testemunho, que na sua ótica, pode favorecer o entendimento dos deslocamentos humanos, e, conseqüentemente, propiciar o conhecimento dos costumes de outrem.

Figura 37 - Malacológico fossilizado (ecofato).



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Malacológico¹²⁸, [...] que veio do mar, que é um fóssil. [...] Foi dali da ladeirinha, da ladeira do Apertar da Hora, lá tem_ uma jazida de fóssil. [...] ele aí tem_ é d'uma

¹²⁸ Referente à malacologia, que é o ramo da ciência (zoologia) que estuda moluscos.

*era que não tinha ser humano vivo, foi da primeira coisa que acontecer. [...] [não tinha ser humano] nessa época aí, na era glacial [...]*¹²⁹.

Não é só o artefato arqueológico (material produzido pela humanidade) que pertence ao objeto de estudo da arqueologia. Segundo Funari (2003), os ecofatos e biofatos, vestígios do meio ambiente e restos dos animais, respectivamente, que passaram sobre apropriação do ser humano, também o são. E esse conhecimento não foge ao Sr. Josué, que consegue discernir as diferenças morfológicas dos artefatos/ecofatos/biofatos e seus períodos históricos (arqueológicos), até o ponto de saber quando não são arqueológicos.

Figura 38 - Peixe fossilizado¹³⁰.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2017.

Esse peixe fossilizado [é] lá do Cariri. Lá tem uma briga entre eles, os empresário e os arqueólogo. Os arqueólogo quer conservar pra tirar o material bom pra mostrar à humanidade, e os empresário quer vender a pedra pra fazer_ é, forro de casa_ é, alicerço. Tem uma briga medonha lá disso. [...] Aí eu consegui. Eu passei lá e vi, aí gostei, aí eu falei com um cara, né: '() posso tirar um negócio aqui?' Ele: 'posso

¹²⁹ Entrevista do Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

¹³⁰ Segundo o arqueólogo Igor Pedroza (comunicação pessoal, 2018), se trata de um fóssil da Formação Santana.

[pode]. A gente tira aqui, mas... isso daqui_ num quer dizer muito pra nós, não?. [...] É mermo no pé do Araripe, aquela serra grande¹³¹.

Figura 39 – Aglomerado de material sedimentar¹³².



Fonte: Gilvanildo Ferreria, 2017.

Esse daí é um aglomerado. Aí quando a areia, a maré passa um tempo aculá, lá onde tem os sítio arqueológico, quela muda, quando ela cava sai uma areia grossa, e essa areia grossa ela cola. O que passar ali ela fica colada, chama aglomerado. [pegou] [...] por riba do Apertar da Hora, lá onde tem. Aí lá tem uma calçada grande, vai até Redonda, por debaixo da areia, todo chei de aglomerado. [...] arqueólogo [arqueóloga que trabalhou na inventariação do acervo] pego e verificou. Olhô, olhô, olhô, não soube nem o que era que isso aí, e separou. Porque isso é uma curiosidade pro mundo. Saber que a areia tem uma colagem que pega várias rocha, pode ter pegado várias coisa [arqueológicas] aí¹³³.

[...] Mas é porque é o seguinte, ela [a arqueóloga] como é de outra região_ eu te garanto que ela não tem noção do que acontece. Por exemplo, a ferida da rocha, o que ela tirou [desclassificou], a rocha, se aquele, se aquela ferida que ele tirou aquela parte, aquela fenda, ficou no canto, você vê que foi tirada, mas se aquilo cair numa falésia dessa, e o mar pegar, bolar, ela anda lá nos pico da Redonda pra dar, no mar

¹³¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

¹³² Segundo Paula Jussara (comunicação pessoal, 2018), graduanda em Geologia pela UFPE, esse objeto pode ser denominado como “conglomerado” ou, mais especificamente, como “ortoconglomerado polimítico”.

¹³³ Entrevista do Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

rolando com ela, vai alterando, vai alisando na ferida, sabe? Na fenda, vai alisando. E aquilo fica um tipo de_ e, ninguém [vai] divulgar quaje, *mas foi uma coisa do homem, sabe?* Só que foi alterado, o mar alterô. Então, o que ele [o mar] tem destruído_ *é que nem seje um núcleo reduzido, sabe?* Ele, o mar, vai tirando e vai ficando poucas coisa como altera, como nesse fóssil que tem lá [figura 37). Ali tá alterado do mar, porque o mar roeu, o mar vai tirando, o mar vai batendo na rocha e vai comeno, que vai alterando. Apoi, mermo assim é o material. Você desce nessa praia aqui, quando o mar tá batendo na falésia, cai os tampo, sabe? de areia, de terra para baixo¹³⁴.

[Ela, a arqueóloga, disse] 'Por que você pegô [o artefato]? Você não sabe a circunstância que foi [coletado o artefato]?'. Eu disse na venta dela: 'você sabe qual é a circunstância? [...] Você lá, ocê vévi lá, mas a minha circunstância é ôta, é uma situação que eu peguei pra salvar...'¹³⁵.

O trecho destacado desse relato do Sr. Josué, sobre o episódio com uma arqueóloga, será analisado de forma minuciosa nos próximos capítulos, mas cabe a nós adiantar que o fragmento poderia resumir a problemática que irá ser debatida esmiuçadamente mais adiante: o autoritarismo da produção do conhecimento acadêmico e o descrédito do conhecimento autodidata.

De forma geral, sobre a importância do acervo, como dito algumas vezes, é bem variante entre os moradores da comunidade. Existem aqueles que dizem valorizar, que hoje é maioria, e aqueles que expõem não saberem bem do que se trata aquele material, não mantendo nenhum tipo de relação com os artefatos, como é para Carol Crispim (comunicação pessoal, 2017), 20 anos, estudante do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Artefatos como as garrafas de grés, os cachimbos indígenas, holandeses e africanos, e algumas “pedras coloridas” (líticos polidos e lascados) são sempre referidos pelos moradores como os que mais chamam sua atenção. Assim como o valor histórico, atribuindo considerável importância como evidências de tempos longínquos, como afirma Jair Crispim. Já para outros, como o Sr. João Crispim, o valor deveria ser direcionado estritamente aos artefatos de procedência estrangeira, já que os artefatos indígenas eram e ainda são encontrados em grandes quantidades, e pela proximidade étnica, não seria necessário tamanha importância. Para Marcos Junqueira, ao perguntar a si mesmo quais artefatos mereciam menos atenção, afirma que seriam as cédulas e as moedas, porque em seu entendimento, seriam outras formas de colecionamentos, diferentes da arqueológica.

Olha_ representa, sim, uma história. É muito importante a gente saber como surgiu aqui Ponta Grossa, quem foi que morou aqui um tempo atrás, esse é o interesse que

¹³⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

¹³⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

eu tenho, entendeu? Pelos nomes que diz que Ponta Grossa já teve outro nome, hoje é Ponta Grossa__ Cabo de Jubarana [Jabarana]. Assim, dizem que teve ôto muito antes, não sei se é verdade, que era o *Santa Maria de La Consolación*, que é um nome de um espanhol. [...] Mas eu conheço mesmo é o Cabo de Jubarana, que tinha, e que passou pra Ponta Grossa, não sei se teve o terceiro, se o terceiro é verdade¹³⁶.

[...] Eu sinto que_ aquilo é como diz: *é_ um honra pro lugar, né?* Saber que tem esse material, essa história aqui, e é uma história... *A história é a prova do material.* [...] Aquelas garrafa, aquela louça, aquelas coisas que eles acha ali que era de fora, não era daqui, nera? [...] *Mas aquilo dali [o material arqueológico indígena] ele [o Sr. Josué] juntou, assim, atoa, sem precisão, que num tinha nem precisão de juntar aquele daqui. De fora tá certo, da Holanda, aquelas garrafa, aquelas coisa.* [...] Que com certeza alguém de fora veio pra cá, morô aqui e tá [esteve] com aqueles objeto, né? [...] *Os daqui, não [era necessário colecionar], porque os daqui [tinha] direto ()*¹³⁷.

Agora, você pode fazer a pergunta: *‘quais são os objetos que eu acho que essa coleção não precisava ter?’* Moedas antigas, notas antigas, () as primeiras coisas que trouxe e dei pra ele, sabe? *Porque acho que um cara_ que coleciona moedas, é diferente de um cara que coleciona selo, que é diferente de um cara que coleciona peças arqueológicas*¹³⁸.

Figura 40 – Moedas coloniais cunhadas no século XVIII. Uma da época de D. João V e outra de D. José I, reis de Portugal e do Brasil.



Fonte: Gentil Barreira, 2011.

¹³⁶ Entrevista de Jair Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

¹³⁷ Entrevista do Sr. João Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

¹³⁸ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

Para a professora Cláudia Alves de Oliveira, do Departamento de Arqueologia da UFPE, que chegou a visitar o acervo montado pelo Sr. Josué em Ponta Grossa, apesar de não se ter o contexto arqueológico, o material lítico, pelas suas características específicas, chama bastante atenção. Além disso, complementa que o acervo detém um importante interesse científico para as pesquisas em arqueologia. Já para a arqueóloga Vanessa Rodrigues, que trabalhou em 2014 no projeto de inventário do acervo em Ponta Grossa, a especificidade e variedade também são pontos importantes a serem frisados no acervo, contendo, segundo ela, artefatos difíceis de encontrar:

Eu acho que todos os objetos são interessantes, né? Mas, *tem um material lítico muito, assim, específico de lá que chama atenção. Porque a gente pensava em encontrar esse material em contexto arqueológico*¹³⁹, pra poder fazer as datações, né? cronologia. E quando a gente encontra, assim, já em coleção, a gente perde esse contexto, entendeu?

[...] material lascado, são pontas, e têm as lesmas, têm lesmas, que são espécies de raspadores, *são muito interessantes, a produção lítica de lá*. E também tem o material cerâmico relacionado a uns grupos que a gente estuda na área, que são da tradição chamada Tupi-Guarani, tá relacionado. Mas, sempre a gente tem curiosidade pra ver a questão da expansão, né? desses grupos, ver as formas completa. *Quer dizer, isso tem um interesse científico também, né?*¹⁴⁰

Eu achei o acervo magnífico (risos), *com variedades*, e inclusive_ cheguei a tirar algumas imagens, algumas fotos de algumas decorações de louças, como eu trabalho com louças, aí eu sempre tento ver se eu não vi aquela louça em algum canto. E tinha umas, algumas, eu acho que uma específica que eu num recorde, que eu tirei foto, *porque eu achava diferente*. Não_ aqui [em Pernambuco] eu acho que eu tinha encontrado um fragmento muito_ pequeno pra poder detalhar, e lá [em Ponta Grossa] eu encontrei um fragmento até maior, né? Dava pra fazer a reconstituição, inclusive¹⁴¹.

¹³⁹ “Archaeological context includes all the materials found in a site, whether or not they are in specialized discard locations and whether or not they have been deliberately discarded by the past occupants of a site” (SCHIFFER, 1971, p. 73) (“O contexto arqueológico inclui todos os materiais encontrados em um sítio, independentemente de estarem ou não em locais especializados de descarte e de terem sido descartados deliberadamente pelos antigos ocupantes do sítio”, tradução livre). Grosso modo, também podemos entender por contexto arqueológico o lugar onde os artefatos foram depositados, onde foram abandonados pela última vez após seu uso. O contexto é determinante para o estudo de todo o depósito arqueológico que ali se encontra e, seguindo as normas da arqueologia, caso um artefato seja encontrado fora do seu local de origem, pode-se perder uma grande parte do valor científico.

¹⁴⁰ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

¹⁴¹ Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

Figura 41 – Fragmentos de louças decoradas policromadas com motivos florais. Detalhe para as inscrições.



Fonte: Gentil Barreira, 2011.

Já a importância local desse acervo, segundo a professora Cláudia Alves de Oliveira, se dá, entre outras coisas, na possibilidade de construção de um museu que o abrigue. Fatores como o desenvolvimento econômico da localidade a partir do turismo e a criação de um espaço de pesquisa que fomente nos moradores de Ponta Grossa a consciência daquele patrimônio arqueológico, seriam, de acordo com ela, pontos relevantes a serem lembrados sobre a contribuição do acervo para a localidade.

Bom, eu acho que ela [a coleção] representa, para a população, uma oportunidade, né? *de desenvolver a questão de um museu*, como um produto turístico, de atração, que possa vir desenvolver_ atividade econômica no local, eu acho isso importante, que poderia gerar, né? [...] Até a questão pra_ é porque, atualmente, o pessoal vive mais por uma questão de um (), fazer como educação patrimonial, como um centro de referência, né? Para os alunos do primeiro e segundo grau, conhecer um pouco da sua história. Então, isso agrega mais valor a esse material, né? *Como um centro de formação, centro de educação, de divulgação desse material da pré-história*. Isso agrega, a importância econômica, desenvolvimento turístico, e agrega também a questão da importância como um ponto de informação para a comunidade, para os estudantes¹⁴².

¹⁴² Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

Com uma visão mais da História, o professor Almir Leal de Oliveira afirma que o acervo tem um valor artístico exuberante, além de muitos materiais, principalmente os de pré-contato, serem as únicas evidências materiais deixadas por esses povos sem escrita. Além disso, os vestígios são as provas das guerras (que o professor chama de culturais) provenientes do processo de conquista europeia - a descoberta do “Novo Mundo” pelo “Velho Mundo” -, e a necessidade de construir um museu para esse acervo:

Eu acho que tudo é importante, entendeu? Ah, você pega uma cerâmica indígena, ela é importante? É importante, ela tá documentando a experiência de povos sem escrita. Mas se você achar um relógio russo [que está presente no acervo em Ponta Grossa, ver figura 42]_ também pode interessar; se você achar uma cerâmica indígena; cê achar_ estopim de chumbo, eu acho que é a curiosidade que pode levar à pesquisa, e isso [é] variado ali [no acervo] [...].

Os líticos me chamou muito a atenção_ porque tem uma folhça, por exemplo, ela é uma arte perfeita, cê vê todos os (), você vê todo o trabalho manual de lascamento, num é? E é uma peça de arte, né? Outros materiais_ despertam curiosidade também, num é? Como a coleção de moedas que ele [Sr. Josué]_ identificou, né? Os cachimbos [também] são muito curiosos, num é? Ele tem uma coleção de cachimbos com figuras humanas [antropomórficos] que você_ é uma qualidade artística enorme, num é? Como também alguns cachimbos_ que a gente supõe ser holandeses, [e] de ingleses, num é? os [cachimbos] brancos, um outro mais elaborado. Os cachimbos também me chamam muito atenção, não só pela minha curiosidade, você vai_ no shopping Alfândega, lá no Recife, num é? você vê lá: ‘ah, aqui teve holandeses, tem aqui quatro cachimbos’, num é? Aí você vai lá na Ponta Grossa: ‘aqui tem quatro cachimbos também, então teve holandeses aqui’. [...] Mas o que demonstra__ que há vestígios para você mostrar como essa área_ cheia de contato, contato cariado com muita_ com todo o mundo moderno e tal. Mas o que me chama mais atenção mesmo é o material pré-contato, material indígena.

[O acervo] É importantíssimo, né? Eu acho que com essa documentação, além de você desmistificar que_ o povoamento dessa região foi uma coisa pacífica, num é? cê pode contar uma história com esse acervo, do que é que foi a guerra cultural da conquista do século XVII. Ou seja, você insere o Ceará, o Aracati, Icapuí no mundo Moderno. Essa é uma história da Modernidade, num é? Se você fala das navegações do século XVI, num é mesmo? muito mais importante do quê_ Yañez Pinzón chegar lá [em Ponta Grossa] em 1499, e o Cabral chegar em 1500 na Bahia, ou da controvérsia do descobrimento, é você mostrar que aquela área é uma área estratégica do Velho Mundo para descobrir o Novo Mundo. Os primeiros mapas elaborados do século, início do século XVI, num é? vão documentar toda aquela costa, inclusive a Ponta Grossa, Cabo de Santa Maria de La Consolación, como o Vicente Yañez Pinzón chamou em 1499, em janeiro de 1499, mostra que__ o próprio_ a experiência, que foi a primeira experiência global que nós tivemos, num é? que é de uma história mundial, que é do contato com europeu com a América, num é? As primeiras_ lanças de contato foram nessas áreas, então, assim, coloca um, né? uma razão, assim, muito__ específica, né? da importância, num é? desse material.

Quando eu conheci o acervo do Sr. Josué Crispim, [...] ele reuniu um acervo_ do período pré-contato que é muito significativo. [O] Material lítico que ele possui é de uma qualidade estética, artística, comparadas a grandes comunidades da pré-história europeia, num é? Para um povo que vivia [no] neolítico, no paleolítico e que só conhecia tecnologia da pedra lascada e veio enfrentar arcabuzes [arma de fogo]_ no século XVII, você ver exatamente isso que eu tô chamado de ‘guerra cultural’, num é? guerra de tecnologias, guerra de conhecimento [...].

[...] *que tenha um museu da história, porque aqui a gente não tá falando não [só] da história da Ponta Grossa, tá falando da história do mundo, num é? Do contato entre o Velho e Novo Mundo, do contato de populações que foram dizimadas, num é? e que deixaram os seus vestígios, povos que não tinham escrita e que hoje só tem esse material pra contar a existência deles. Então, isso pra mim_ já visitei muitos museus, e eu acho que o acervo que tá lá [em Ponta Grossa], a história que ele pode contar [é importante], né?*¹⁴³

Figura 42 – Relógio de bolso russo da Segunda Guerra Mundial.



Fonte: Gentil Barreira, 2011.

¹⁴³ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

Figura 43 – Cachimbos holandeses feitos de conchas (malacológico).



Fonte: Gentil Barreira, 2011.

Figura 44 – Lâmina de machado de pedra polida (lítico polido), em arenito silicificado.



Fonte: Gentil Barreira, 2011.

Apesar do Sr. Josué afirmar que por muito tempo até sua própria família não valorizava seus empreendimentos arqueológicos, sua esposa assegura o contrário, que o empecilho sempre foi a falta de espaço adequado para acondicionar o acervo. Para ela, o acervo representa, além da importância das evidências arqueológicas, a insistência do seu marido, que dedicou praticamente toda a sua vida a esses artefatos, apenas movido pelo sonho de salvaguardá-los, construir um museu e ser reconhecido por isso.

Até então_ ficava sem entender_ não dava valor. [...] a casa, sim [incomodava a presença do acervo]. Não era nem por causa dos objetos, porque os objetos ficavam num quarto, que a gente tinha reservado um quarto, um pequeno quarto da casa. Só que esse quarto ficava quase emendado com a cozinha, e como era muito visto pelas pessoas que chegavam, todo mundo que chegava queria ver, queria ver. *Muitas vezes a gente interrompia o almoço porque entrava muito gente, aí a gente parava, e ele [o Sr. Josué] ia atender. Aí, eu me incomodava com isso, porque a gente não tinha privacidade.* [...] A minha incomodação, às vezes eu poderia ser até mal interpretada – até por ele -, mas era por causa disso, que eu dizia sempre pra ele, que ele devia ter um espaço pr'aquilo ali. Dentro da casa não era legal. Até porque, se fosse um quarto__ a casa depois, a parte que era a garagem a gente fechou, aí ficou lá, aí pronto, *eu nem me incomodava mais.* [...] [Antes] era dentro de casa, era um quarto da casa. [...] Porque ali, *depois que passou prali [o novo quarto]_ pronto, podia chegar quem_ porque tinha uma porta que entrava e por ela mesma saía. Não entrava por dentro da casa [mais].*

Rapaz__ (risos). Eu acho que ele representa, assim, um_ pra mim, uma insistência muito grande pela parte dele [Sr. Josué], é uma insistência dele. Aquela coisa ali, de perseverança. Persevera muito, muito naquilo dali, é um_ *e também tem os sonhos que ele acha que um dia se realizam, né?* [...] *a construção do museu. Agora, esse construção do museu é um sonho dele, eu tenho também esse sonho, até porque eu vejo que necessita, não é? Porque tem as coisas e precisa do espaço, e o espaço que seja próprio, e dizer assim: 'esse agora é o lugar certo pra isso aqui, né? porque até então não teve esse lugar, e eu falo muito sobre isso. As minhas_ queixa, é porque até hoje não tem um lugar adequado. Já que é muito importante, que todo mundo diz que é importante, que é a história, e que é a (), e quem chega acha muito importante, mas até hoje não tem esse lugar [o museu].* [...] Mas eu acho que ali simboliza uma insistência muito grande dele, perseverança¹⁴⁴.

Como muitos moradores de Ponta Grossa o enxergam, o Sr. Josué se vê como um representante, um guardião do patrimônio arqueológico de Ponta Grossa. Assim também o percebe o professor Almir Leal de Oliveira, como um guardião: “[...] *ele é um guardião dessa memória, sem_ o seu Josué Crispim, nós não estaríamos aqui, entendeu?* Nós continuaríamos na nossa ignorância”¹⁴⁵. O acervo concebe também a certeza de que Ponta Grossa terá sempre um norte cultural para se guiar:

[...] o que representa a coleção é que eu tenho muito é_ bastante_ *eu me sinto assim, como eu seja_ é, um guardião, um salvador da memória* daqui, nem só daqui, mas como isso pertence a muita gente, *isso é uma capacidade que me dá é ser feliz,*

¹⁴⁴ Entrevista da Sr.^a Neci Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

¹⁴⁵ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

sabe? Mode isso, porque a gente por mais, tudo que nós temos, é por alguma coisa que ocorreu há muito tempo e insistir em querer que aquilo acontecesse em benefício de uma minoria, de todo mundo. [...] toda a vida eu acho que eu me dei bem, sabe por quê? Eu me dei bem porque hoje eu sou outra pessoa no representar, em dizer um depoimento como eu faço, muita gente atrai, vem atrás de mim¹⁴⁶. [...] Essa coleção representa um moral da minha cidade, sabe? Tanto o moral da minha comunidade e o moral da minha cidade. Por que é isso? *Porque o povo que tem história e cultura, é um povo com bom sentido. O povo que perde a sua história, ele não tem razão e nem tem futuro, nem hoje, no presente e nem no passado.* [O povo] Vai ter o quê? O quê que vai contar?¹⁴⁷.

Seja na própria visão do Sr. Josué, nas visões dos moradores de Ponta Grossa, ou nas visões dos museólogos, antropólogos, historiadores ou arqueólogos, há algo que é unanimidade: a importância dos testemunhos desse material para a humanidade. O acervo montado pelo Sr. Josué possui notoriedade em esfera que translada as memórias locais, são provas da relação e conquista de povos europeus sobre populações nativas e sua consequente colonização. O contato entre as diversas matrizes que formam o que hoje chamamos de Brasil está presente em cada artefato do acervo constituído pelo Sr. Josué em Ponta Grossa: “[...] você só pode explicar a história do Brasil, conhecendo_ a incorporação desse território [região que engloba Ponta Grossa]”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁴⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁴⁸ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

5 “DUBLÊ” DE ARQUEO-HISTORIADOR? O AUTODIDATISMO DO SR. JOSUÉ CRISPIM ENQUANTO CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO EMANCIPADO

5.1 De onde surge o autodidatismo? O contexto do Sr. Josué Crispim

[...] o profissional acadêmico, ele tem a garantia da sua universidade como profissional, e isso [...] deixa você ser bem remunerado, na sua vida que você merece, mais tarde. E a pessoa que não tem essa representação, quê que faz? *É amassado, que nem folha véia e tampa de refrigerante.* Você contribui com o trabai, mas, por mais que você faça, meno é reconhecido, menos é reconhecido. Será que isso vale a pena? [...] [será que] algum dia essas universidade [irão] despertar disso? Porque tem gente que vem [nasce] com dom, um dom mermo, gratificante, lá de baixo, lá de baixo. Vai subindo o primeiro degrau, mas numa consciência legítima, e não por intermédio de alguém [...], não! Ela vem que nem um poeta, um poeta ele faz a rima em riba da [improvisação]_ ligeiramente. Por quê? Porque ele vem_ ele tem um dom, um dom dele que vem com aquilo. Do jeito que fazia o Estado, o Estado devia dar gratificação nisso e dar todo o suporte pra aquele cidadão [o não acadêmico] ser também [um ator reconhecido]¹⁴⁹.

Os artefatos coletados pelo Sr. Josué não foram recolhidos usando-se das técnicas/deontologia (metodologias) da arqueologia nos procedimentos, como supracitado, e nesse caso, por não haver contexto arqueológico, as informações são consideradas, pela arqueologia, pouco precisas, logo, duvidosas – para os arqueólogos ortodoxos, artefatos arqueológicos coletados sem contextualização arqueológica são considerados sem significados ou importância¹⁵⁰. Conforme Funari, “Boa parte dos objetos, na medida em que não possui valor material ou científico, segundo os padrões sociais [e ‘científicos’] vigentes no momento de sua recuperação, é novamente desativada e tradada como lixo” (2003, p. 34). As arqueólogas Cláudia Alves de Oliveira e Vanessa Rodrigues dispõem sobre a importância do contexto arqueológico para a arqueologia:

*O contexto arqueológico é necessário, as peças, porque esse material, de uma coleção, tem limites, certo? Quando a gente tem um material encontrado em contexto arqueológico, ou seja, eu sei que estratigrafia, se está relacionado a outros objetos ou não, isso dá mais informações sobre o grupo*¹⁵¹.

Contexto arqueológico... é [importante] porque você consegue ver_ o material que tá mais_ antigo, que foi depositado, se havia mais de um grupo naquela localidade. Por exemplo_ tem um grupo que viveu em determinado tempo, se eu_ aquele grupo se_ extinguiram, acaba ou muda, ou se move pra outra localidade, aí eu vou estudar aquela área, eu vou saber quantos grupos passaram por ali, um grupo mais antigo, um grupo mais recente. *Aí a gente prega muito pela questão do contexto arqueológico, pra entender a dinâmica daquela área daquele sítio.*

¹⁴⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁵⁰ A normatividade arqueológica, podemos afirmar, se estrutura numa lógica colonialista, já que o “colonialismo enquanto um conjunto de problemas inerentes à produção de saberes e à prática em Arqueologia é uma categoria fundamental para compreender a dinâmica histórica deste campo do conhecimento” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015a, p. 226).

¹⁵¹ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

Com a análise desse material, eu consigo ver essas questões que eu me proponho a estudar. Por exemplo, o comportamento de consumo, entender. Mas aí, com o contexto eu poderia me situar se aquele grupo_ [...] só tava naquele momento ali, ou se_ outro material que eu analisei foi estudada erroneamente naquela parte, naquele outro momento, porque eu posso pegar um material, que foi usado por outro grupo e analisar como comportamento de consumo, um poder aquisitivo ‘x’ e tal, mas quando chega_ eu não sei de fato, se foi só um grupo que utilizou aquele material, entendesse? Pode ter sido mais de um grupo, o que pode ter sido um__ [...] Aí, tipo, eu num vô_ conseguir ver quem de fato_ os grupos que utilizaram. Aí, sairia um__ ia faltar informações, porque_ eu ia falar do comportamento de consumo do grupo que tava naquela área, mas será que foi só um grupo? Será que foi mais de um grupo? O contexto [arqueológico] consegue me dizer isso. Porque eu vou pegar, vou recolher o material de acordo com aquele contexto da estratigrafia, estudar a estratigrafia, que na escavação a gente consegue ver que o material mais antigo, o que tá mais na_ abaixo, né? E os mais recentes são mais_ superfície, entendesse? Aí isso complementa o ôto que posso dizer: ‘não, esse material que tá nessa camada, nesse grupo, a partir daqui, é ôto grupo’, entendesse?’¹⁵²

Notamos que aqui se finda a problemática central entre as coletas realizadas pelo Sr. Josué e as disposições legais sobre a coleta arqueológica, e mesmo não sendo detentor desses conhecimentos normativos¹⁵³, ele moldou suas iniciativas a partir dos seus conhecimentos autodidatas. Embora grande parte daqueles que fazem a arqueologia desconsidere qualquer tipo de coleta que não siga os métodos normativos de contextualização, e a Lei Nº 3.924¹⁵⁴, de 26 de julho de 1961 - que dispõe sobre os monumentos históricos e pré-históricos, em seu artigo 8º -, afirmar que o direito de coletas ou escavações arqueológicas constitui-se mediante a permissão do Governo da União (poder político e de propriedade), sob risco de pena civil pelo não cumprimento, o Sr. Josué considerou suas iniciativas como única forma para a salvaguarda daqueles artefatos expostos à destruição, pois, como citado, grande parte dos sítios arqueológicos de Ponta Grossa se localizam em áreas de risco, ou seja, sob a ameaça constante de destruições de maior ou menor proporção. São áreas ameaçadas mesmo apesar do acervo montado por ele sempre ter despertado o interesse de curiosos da região, de turistas e pesquisadores, fazendo com que o IPHAN/CE tomasse conhecimento dos problemas que ali existiam.

Em meio à necessidade vital do Sr. Josué elaborar uma “arqueologia” – apesar de não ter o título para tal -, ele construiu e empregou significados sobre o acervo no processo da

¹⁵² Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

¹⁵³ O conceito de normatividade é entendido também, segundo as concepções de Foucault (2008), como sendo aquele que exclui os enunciados que não são considerados pertinentes ao discurso, ou como irrelevantes e marginais, ou, ainda, como não-científicos.

¹⁵⁴ Primeira lei que passou a reger, de fato, o patrimônio arqueológico nacional. De acordo com Funari e Robrahn-González, “Até hoje ainda é a única lei federal explícita sobre a proteção ao patrimônio arqueológico” (2008, p. 16).

coleta e, posteriormente, de musealização¹⁵⁵. Contudo, apesar de arqueologicamente os artefatos terem poucas informações “confiáveis”, as análises antropológicas e museológicas exercem um papel viável, pois, nessas apreciações, o acervo tem como finalidade o esforço que visa à interpretação e classificação, reunindo-os sobre categorias que considerem seus aspectos sociais e simbólicos, em atrito às análises sobre o meio ambiente, a técnica e a forma (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Nesse caso, a análise, apesar de divergente da arqueologia normativa, não está pregando, como afirma Foucault, os “conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação”, apenas sugere uma releitura das “questões de procedimento, mas também problemas teóricos” (2008, p. 23) na arqueologia. Aqui, como dito, a empreitada executada pelo Sr. Josué tinha como objetivo analisar as origens e raízes não somente das matérias-primas e técnicas de confecção dos artefatos, mas entender, principalmente, o passado como importante forma de compreensão das identidades que se formaram naquele local, e, talvez, exprimindo sua singularidade cultural (FERREIRA, 2015). Para isso, a contextualização arqueológica não é tida como única via de acesso a essas informações, as interpretações dos significados que os artefatos transportam amparam esse entendimento, como o Sr. Josué expressa:

Eu tinha, assim, uma dedicação naquilo [coleta]. Porque_ eu acho que um dia... você sabe que você aprende muita coisa. O quê que eu aprendi nisso? *O achado [arqueológico] é uma coisa, depois do achado vem outra coisa que é mais importante, é a revelação, revelação que a coisa vai fazer ser, estuda, aquilo ali você vai saber como foi que aconteceu, donde veio, pra onde vai.* Então, essa revelação_ nós somos preciso_ que todo mundo, que o público saiba. A comunidade civil toda inteira. Por quê? Porque o saber só, o saber privado não tem graça, o saber tem que ser distribuído, que é uma coisa excelente isso. E as criança daqui pra frente vai querer saber isso, vai ficar curioso ¹⁵⁶.

Não é só o campo da arqueologia que pode ser considerado demasiadamente normativo. A museologia, por exemplo, só recentemente ganhou seu cunho “social”. Durante muitos anos, a museologia clássica era dominante no mundo museológico¹⁵⁷, se

¹⁵⁵ Musealização entendida aqui como deslocamentos e significados que diferem daqueles dos contextos de produção e uso originários. Em outras palavras, a extração física de um artefato do seu meio natural ou cultural de origem, dando-lhe um estatuto museal. Sobre a mesma concepção, Duarte Cândido define que a musealização é “entendida como a aplicação de procedimentos da cadeia operatória museológica, ou seja, de salvaguarda e comunicação patrimoniais” (2013, p. 16).

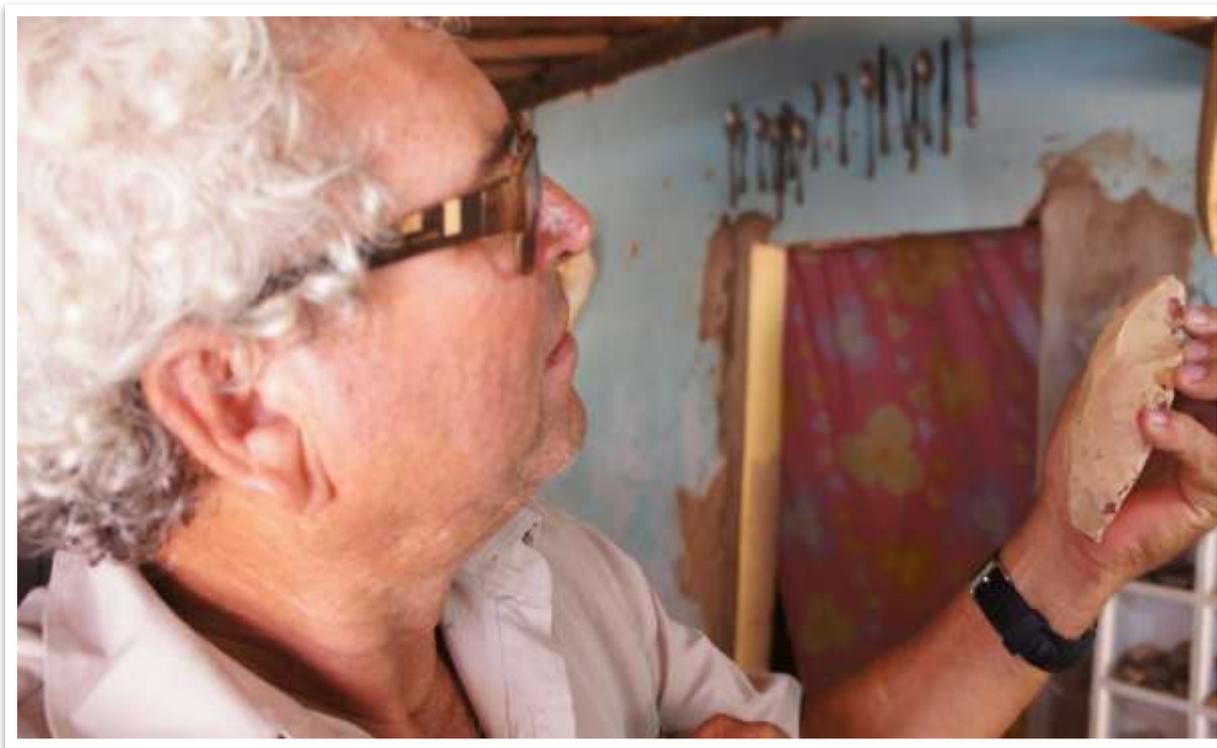
¹⁵⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁵⁷ Como já explanado de forma curta, o termo “museológico” é definido como tudo aquilo que tem relação com a museologia, e não necessariamente com o museu ou com a museografia (prática da museologia). Por vezes, e em contextos específicos como no Brasil, o termo “museológico” é frequentemente usado para se referir ao “museal” ou ao “museográfico”, confusão esta que se dá visto que, nesses contextos, não existe clara separação da produção de conhecimento sobre o campo da museologia e o campo da prática em museus.

fundamentando essencialmente na normatividade disciplinar, seguindo diversos procedimentos técnicos relacionados ao processo de musealização. A museologia tradicional, “ocidental” por natureza, pode avaliar o tripé museológico (pesquisa; salvaguarda e comunicação) realizado pelo Sr. Josué como desconsiderável e sem metodologia. Nesta apreciação dos empreendimentos museais e museológicos realizados pelo Sr. Josué, parto da análise fundamentada na chamada “museologia social”, que se difere da museologia tradicional. A museologia social traduz o esforço de ajustamento “das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993, p. 7). Assim como afirma Duarte Cândido, “[...] a Museologia não deve ficar apenas sob o domínio dos técnicos e profissionais da área, mas pode ser disseminada pelos interessados em auto gestão do seu patrimônio” (2013, p. 25).

Esse alargamento da noção de musealização é, segundo Moutinho (1993), uma consequência da redefinição do objeto museológico – a relação profunda entre o homem e seu patrimônio (fato museal) -, que propicia a participação da comunidade na definição das ações museais – e, como questiono, por que não museológicas?! Ou seja, dentro da perspectiva da museologia social, toma-se a comunidade e os seus indivíduos como protagonistas das definições e práticas museológicas dos patrimônios culturais comunitários. Por se caracterizar em propriedades particulares, essa “nova” museologia se adequa à ações museológicas em nível regional e em pequenas localidades. Apesar de termos a noção sobre a importância da discussão teórico-metodológica da dita museologia tradicional, a museologia da qual partimos é inclusiva e democrática, com menos características elitistas e/ou excludentes possíveis (BRUNO, 2006a apud DUARTE CÂNDIDO, 2013). Acreditamos que o conhecimento metodológico da museologia clássica/tradicional/normativa seja uma noção que possa auxiliar a potencialidade da museologia social, não que elas se excluam e/ou se antagonizem, mas que se complementem - assim como argumentaremos, durante todo o texto, sobre os diversos tipos de conhecimentos. Da mesma forma, declara Samain, “*pensamento concreto e pensamento abstrato* não se opõem, mas, pelo contrário, determinam um círculo orgânico da capacidade intelectual do homem” (2011, p. 48, grifo do autor).

Figura 45 – Sr. Josué Crispim analisando um lítico (raspador) com evidências de lascamentos antrópicos¹⁵⁸.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

Mas essa relação quase nunca foi simétrica em relação aos conhecimentos do Sr. Josué, que era tido, na maioria das vezes, como alguém ingênuo, simplório, exótico. Por isso, fazendo analogia às concepções de Becker (1977), o Sr. Josué seria o que ele chama de profissional ou artista “ingênuo”, que são, em linhas gerais, aquelas pessoas que não tiveram a formação convencional (escolar/acadêmica) nos referentes campos de atuação. Por não terem recebido a formação “convencional” ou “profissional”, essas pessoas não adquirem o vocabulário técnico com o qual podem comunicar e formular as explicações dos seus trabalhos realizados (BECKER, 1977). E, por consequência, acabam por não se enquadrarem dentro de uma terminologia - entendida aqui como normativa -, somando a isso a falta de legitimidade atribuída a uma ligação “autêntica” pelo campo convencional. “Como seus autores são incapazes de oferecê-la, aqueles trabalhos aparecem como sinais evidentes de excentricidade, ou loucura, e seus autores transformam-se facilmente em objetos de ridículos, de ofensas e, inclusive, de violência” (BECKER, 1977, p. 20-21). Ao ser questionado sobre o

¹⁵⁸ “O lascamento antrópico refere-se a qualquer vestígio que foi modificado pela ação voluntária e consciente do homem com o intuito de produzir um utensílio, então denominado artefato” (PEDROZA, 2011, p. 73). O que se difere do lascamento natural, que “é aquele em que os vestígios foram modificados por agentes ambientais, como a ação térmica, o pisoteamento ou deslocamentos dos suportes” (PEDROZA, 2011, p. 72).

que primeiro vem à mente quando ouve falar em coletas arqueológicas espontâneas, Vanessa Rodrigues expõe que; “[...] o primeiro pensamento: ‘Ele não sabe, né?’”. O conhecimento autodidata do Sr. Josué seria, além do que foi apresentado, o que Foucault (1979) chama de “saber dominado”. Podemos entender esses saberes dominados como

uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. Foi o reaparecimento destes saberes que estão embaixo – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinqüente, etc., que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica (FOUCAULT, 1979, p. 96).

Essa “ingenuidade” acarretou ao Sr. Josué um estigma de incapacidade, um sentimento de pena por muitos daqueles que o visitavam, e também se sentiam incapazes de poder ajuda-lo de alguma forma. Esse estigma perpetrou também na consciência do Sr. Josué, o “complexo de inferioridade” pode ser notado nele durante algumas ocasiões.

Teve gente aqui, inclusive, que_ é... acho que foi_ era diretora de museu na Europa, de um grande museu na Alemanha, essa senhora, e *chorou dentro daquele quatinho*. [...] E ela chorou, cara, olhando praquela material e chorou mermo, literalmente, *dizendo da irresponsabilidade e como uma cidade, uma nação tratava aquele patrimônio*. Ela não entrou em detalhes mais profundos, logicamente, para não entrar em questões diplomáticas. Mas ela, a mulher chorou.

[...] Seu Josué chegava ali, bicho, era catando as coisas e mostrando para o povo e o povo *se emocionava, ficava com pena dele*, e isso, de certa forma, levou ao que eu já lhe disse. *Como as pessoas tinham pena dele, certo_ : ‘ah, coitadinho de seu Josué, vive aqui nesse quatinho, dormindo em cima desse tal, tal e tal’*. Então isso foi *alimentando, de certa forma, certo? uma coisa ruim na história com ele*¹⁵⁹.

Aí quando chegemo aqui [no antigo espaço de guarda do acervo] eu fui mostrar o material a ela [turista alemã], *uma velha começou a chorar dentro, emocionou-se*, aí eu comecei a ficar meio desconfiado, o que era aquilo, o que era aquilo. Aí a intérprete que andava com o pessoal era minha amiga, Gabi [guia que trouxe a turista], da Alemanha também, mas minha amiga, já conhecida, aí eu perguntei: ‘Gabi, o que é isso?’ ‘Depois eu lhe digo, depois eu lhe digo’. Aí eu fiquei impressionado com aquilo, depois ela foi me dizer porquê. *Tinha visto a minha preocupação com aquilo e não podia salvar aquilo* [a turista havia considerado que o Sr. Josué não tinha condições técnicas e financeiras de salvar o acervo] [...] ¹⁶⁰.

Claro que, apesar de considerarem a omissão dos órgãos responsáveis como o grande absurdo, também estava implícita a visão que considerava o conhecimento - digno de

¹⁵⁹ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

¹⁶⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

admiração, mas deficiente - do Sr. Josué insuficiente para a gestão daquele acervo. De acordo com Cunha (2009), para os pueris, o conhecimento tradicional¹⁶¹ – também podemos considerar aqui o conhecimento autodidata -, é um tesouro, na acepção literal da palavra, um conjunto de informações que necessita ser preservado, transmitido por antepassados e ao qual não se deve acrescentar nada mais. Além disso, esse conhecimento é tratado como uma categoria que é definida, meramente, por oposição ao conhecimento “científico” – como se tradicional não pudesse ser científico -, “sem contemplar a miríade de espécies incluídas sob o mesmo rótulo” (CUNHA, 2009, p. 364). O que é, para a mesma autora, um grande equívoco.

Os conhecimentos tradicional e autodidata consistem tanto, ou mais, em processos de investigação quanto o conhecimento normativo/acadêmico. O tradicional não é uma noção extrapolada, execrada ao desaparecimento, não é “um conjunto completo e fechado de lendas e sabedorias transmitidas desde tempos imemoriais e detidas por certas populações humanas [...]” (CUNHA, 2009, p. 26). Pelo contrário, tem revitalizado e se adaptado às novas estruturas tanto de conhecimentos como práticas proporcionadas pela sociedade pós-industrial, como afirma Verrier (2004) sobre o autodidatismo. No mesmo sentido, sobre o que define um campo científico, a professora Cláudia Alves de Oliveira afirma que é a metodologia que o determina. E embora existam muitos métodos, nem todos podem ser considerados científicos:

[...] pra ser científico, existe um método, a gente só pode chamar que é científico através daquele... aplicado ao método científico. Então, é um conhecimento produzido empírico [autodidata], que tem_ que pode ser questionado assim como o conhecimento científico é questionado, é uma produção de conhecimento, entendeu? Então, dentro dessa liberdade, são válidos todos eles, entendeu? Agora, pra dizer, pelo meu consentimento de ciência, ciência é preciso método, e existe um método científico que deve ser aplicado, pra ser chamado como tal. Agora, se existe vários métodos, num é? dentro do universo científico, né? Mas ultimamente o pessoal tem questionado a validade ou não de todos os conhecimentos, né? empíricos. Por quê? Qual a proposta do conhecimento científico? Explicar, cientificamente, certos fenômenos que o leigo não sabe explicar. O empírico, né? o conhecimento empírico, o cara diz: ‘vai chover’; é a experiência dele, e chove mesmo. Mas os mete_ orologistas, eles vão dizer porque vai chover, porque vem um nuvem de lá, de cá, de cá () disso, pressão daquilo ôto, e explica cientificamente. Ele explica pela sensibilidade, os dois tão certos? Tão. Mas são coisas diferentes¹⁶².

Esquivando-se desse debate, o Sr. Josué afirma não se enquadrar e nem busca se autoproclamar historiador, arqueólogo ou museólogo, o seu trabalho é, antes de tudo, de

¹⁶¹ Apesar de ser por diversas vezes confundido com o autodidatismo, consideramos que o conhecimento tradicional é desenvolvido a partir de experiências adquiridas, é transmitido, pela tradição, de geração em geração, onde se adapta à cultura local e ao meio ambiente.

¹⁶² Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

pesquisador, sem fugir de suas raízes de pescador. Para ele, não há possibilidade e importância no que se refere ao reconhecimento da sua figura como sendo pelo menos um desses profissionais citados. Talvez isso tenha se dado por conta da sua dificuldade em ser considerado uma pessoa capacitada para realizar o que vem construindo por mais de 30 anos. É, sem dúvida, um grande paradoxo considerá-lo como incapaz, mesmo ele mostrando sua competência em salvaguardar e pesquisar esses bens arqueológicos. Ele domina um saber construído a partir do autodidatismo. Segundo Foucault, o saber pode ser considerado

aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (2008, p. 204).

Embora o Sr. Josué não busque nessas terminologias profissionais o seu reconhecimento, a maioria das matérias jornalísticas o tratam como arqueólogo ou historiador, quando não o denominam, de forma bizarra e pejorativa, de historiador/arqueólogo “amador” ou “*dublê*”, ou seja, alguém que realiza certas atividades de modo falseante (falsificador). Mas ele se considera um pesquisador, como já explicitado, independentemente se percorreu outros caminhos além do convencional, pois afirma que o importante é o seu “gostar de ciência”:

Não adianta você querer ser aquilo que você nunca foi () o negócio de pescador, primeira coisa que eu digo, eu vim de pescador, foi eles que me ensinaram a pescar, foi eu que me ensinei até aqui e depois eu resolvi gostar de outra coisa. Pronto, a gente tem o direito de gostar de outras_ é_ de passar, eu saí do mar e tô gostando de uma coisa, *eu gosto de ciência, eu gosto de querer saber, acordar querendo descobrir mais, mais, mais, isso é a minha coisa, eu faço, assim, uma coisa como fosse, assim, um estudioso da vida, é_ sem a universidade, eu faço a dificuldade em universidade*¹⁶³.

Dentre diversas matérias e sites que publicaram textos sobre o Sr. Josué, seguem alguns exemplos. No site da Rede Tucum, além de informações que não precedem, como a denominação de uma possível duna em Ponta Grossa chamada “Jabarana”, o Sr. Josué Crispim é tratado também enquanto arqueólogo: “Segundo Josué Crispim, *pescador, arqueólogo* e morador local, antes da chegada dos europeus, Ponta Grossa era morada dos

¹⁶³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa, Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

índios Jabaranas, nome dado também à duna a leste da comunidade”¹⁶⁴ (grifo nosso). No site da Semace (Superintendência Estadual do Meio Ambiente), ao tratar da APA de Ponta Grossa, além de informações duvidosas, podemos encontrar a definição de arqueólogo aspasa: “As areias da região têm revelado algumas surpresas históricas. Moedas falsas do Império e peças de cerâmica holandesa estão entre as descobertas do pescador Josué, um ‘*arqueólogo*’ interessado na história de sua região”¹⁶⁵ (grifo nosso). Na matéria intitulada “Ex-pescador garimpa objetos raros em duna, falésia e praia de vilarejo”, da Folha de São Paulo, publicada em 11 de dezembro de 2014, o termo amador está presente: “Na sua rotina de *arqueólogo amador*, toda vez que Josué se depara com uma peça rara, ele demarca o lugar na areia, indicando a localização exata em que escavou para encontrar cada objeto”¹⁶⁶ (grifo nosso). O texto publicado no *blog* “Peixe Gordo News”, sobre o acervo constituído pelo Sr. Josué, tem como título: “*Historiador* Josué Crispim possui um vasto acervo histórico da história de Ponta Grossa”¹⁶⁷ (grifo nosso). (Ver também o Anexo W). Nesses exemplos, percebemos a imposição de um limite sobre a figura e o conhecimento produzido pelo Sr. Josué. Os termos aspidos, diminutivos e negativos são usados para contrastar a hegemonia do conhecimento acadêmico (formal) dos profissionais da história e arqueologia em relação ao conhecimento autodidata (nativo) do Sr. Josué. Assim, a figura do Sr. Josué destaca aquilo que o *bricoleur* banca:

O bricoleur é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria-prima (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 32).

Vemos a hegemonia normativa/ocidental tratar-se e tratar outros tipos de conhecimentos como singulares. Segundo Bhabha, “Edward Said propõe uma semiótica do poder ‘orientalista’, examinando os diversos discursos europeus que constituem ‘o Oriente’ como uma zona do mundo unificada em termos raciais, geográficos, políticos e culturais” (1998, p. 111). Conforme Bhabha (1998), para Said, há no orientalismo uma polaridade em seu centro: por um lado, existe o aprendizado, a descoberta e prática, por outro, é um

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.tucum.org/comunidades/ponta-grossa-icapui/>

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/area-de-protecao-ambiental-da-praia-de-ponta-grossa/>

¹⁶⁶ Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/turismo/2014/12/1559865-ex-pescador-garimpa-objetos-raros-em-duna-falesia-e-praia-de-vilarejo.shtml>

¹⁶⁷ Disponível em: <http://peixegordonews.blogspot.com.br/2015/04/historiador-josue-crispim-possui-um.html>

ambiente místico, de sonhos, fantasias, mitos, imagens, obsessões, etc. De acordo com Bhabha (1998), isso ocorre pela intencionalidade e unidirecionalidade do poder colonial. “Os sujeitos são sempre colocados de forma desproporcional em oposição ou dominação através do descentramento simbólico de múltiplas relações de poder que representam o papel de apoio, assim como o de alvo ou adversário” (BHABHA, 1998, p. 113). E, para o Sr. Josué, é justamente essa a diferença entre o conhecedor acadêmico e o autodidata: contextos simbólicos e científicos desproporcionais, não por falta de capacidade, mas pela relação de poder. Mas ele acredita que apesar de toda injustiça, as outras formas de produzir conhecimento não devem se submeter às imposições:

Eu, mermo com toda esse dificuldade_ esse desprezo todo, [...] eu nunca fui medroso, sabe? Disso [de não ser acadêmico]. Eu conto a minha situação, conto o que eu sou. Não quero ser além do que eu não sou. Não gosto de besteira, porque você contar uma coisa que não seja, aquilo desmancha, logo mais alguém sabe, e você quer se promover com uma coisa que não é. Então, eu conto minha situação, então, eu conto direto. Eu digo: ‘rapaz, eu sou assim, assim e assim. Pronto’. Esse tipo de situação, em passar em revista como eu já passei naquela geográfica nacional ou em vários jornal aí digital, e dando entrevista na televisão, eu já fui pra televisão várias veze, e contei a situação: ‘é assim, assim, assim’. Se eu tenho_ algumas coisa que falta em mim, aquilo que falta em mim, eu posso preencher lá na frente com outras coisa, com outras informações¹⁶⁸.

Como o conhecimento autodidata, a ciência tradicional constitui, para Cunha (2009), ela própria, um potencial de renovação dos paradigmas¹⁶⁹ do saber científico, sendo uma rica fonte de benefícios e inovação. “Essa ânsia de conhecimento objetivo constitui um dos aspectos mais negligenciados do pensamento daqueles que chamamos primitivos” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 17). Assim como é também para Lévi-Strauss, o saber tradicional/autodidata “não é apenas o prisioneiro de fatos e de experiências que incansavelmente põe e dispõe a fim de lhes descobrir um sentido; ele é também libertador” (1989, p. 37), pois questiona a falta de sentido com a qual a ciência se permite transigir. Mas, antes de tudo, deveríamos romper com os preconceitos que circulam contra os conhecimentos autodidatas, que, no caso do Sr. Josué, interpretam e intervêm dentro de uma dada realidade sociocultural.

Há muito a ser aprendido ao olhar para as questões sociais, culturais e político-econômicas, começando com perguntas sobre como as pessoas aprendem – como elas tomam parte na mudança da participação nas práticas em mudança que as

¹⁶⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

¹⁶⁹ Por paradigma podemos entender um modelo aceito e difundido por uma comunidade científica, formado por leis, teorias, aplicações e instrumentos, que proporcionará a formação de um conhecimento coerente e específico da pesquisa científica (SANTOS, 2008).

produzem. E em estudos descentrados sobre as práticas de aprendizagem, há muito a ser aprendido sobre a produção histórica do mundo social (LAVE, 2015, p. 46).

Essa contribuição do conhecimento autodidata para a inovação e benefício de outras produções de conhecimentos, como o acadêmico, por exemplo, é relatada pelo professor Almir Leal de Oliveira. Para ele, apesar da História também ter seus próprios métodos - muitos normativos, inclusive -, isso não impede essa disciplina de absorver tudo aquilo que outras formas de produção de conhecimento têm a oferecer:

[...] o Sr. Josué Crispim, ele é uma pessoa que ele__ *o conhecimento dele é pela prática, é pela curiosidade*, mas mesmo com tudo isso, ele reunir, guardar e saber contar uma história que envolve esses objetos, é algo que realiza aquilo que acho que é o sonho de todo historiador, que você tá lendo, lendo um documento do século XVIII e conversar com a pessoa e ela falar, é uma_ um sentido de prova, aí ela falar: *'ah, eu conheço isso, eu conheço essa história'*. *'Mas como você conhece, se isso tá lá no documento?'*. Então, é um conhecimento_ de experiência, num é? *que a gente precisa valorizar, precisa se apoiar nele, inclusive, para fazer investigações [científicas], tudo mais.*

Essa tensão que tem entre a hegemonia do conhecimento convencional, exemplificado nos órgãos públicos competentes e seus profissionais de um lado, e, de outro, um colecionador que, apesar do “desacordo” com a normatividade e políticas “legais”, se esforçou numa tentativa de preservar e traduzir os sentidos sobre os artefatos para entender a dinâmica social de grupos ancestrais, é um interessante caso de análise sobre o conflito entre empreendimento de cientistas empíricos (autodidas) e as políticas, aparatos institucionais destinados a salvaguardar os patrimônios e os agentes acadêmicos. Esses últimos são os detentores do “cientificismo” e “capital científico”, que por diversas vezes se encontram pouco atuantes, criando, além disso, mecanismos para impedimento – também por dispositivos legais que estão acima dessas instituições e pessoas - de indivíduos não “autorizados” a executarem esse tipo de salvamento. Transformando sujeitos como o Sr. Josué em “vilões”, quando na verdade, nessa perspectiva, os “vilões” seriam não só os próprios órgãos federais, pela ineficácia das atuações, mas, sobretudo, as políticas de gestão e salvamento que os “impõem” essa “imposição”. São por esses motivos que o Sr. Josué afirma não haver opções quando se tratava de realizar as coletas:

Mas aí você vai indo [pela praia], () [e encontra] machado, machadinha_ síli [sílex]_ você vê, e na hora que vê que aculá tem alguma coisa diferente. Aí eu trazia, eu não ia deixar na beira da praia, não ia deixar de maneira nenhuma. Se o IPHAN dissesse que não era pra tirar, eu dizia: *'você pode fazer o que você quiser, pode até mudar essa p**** dessa lei, mas cês têm que aceitar isso, que eu tô salvando*

uma coisa que vocês_ () *se eu num fizesse isso, vocês nunca ia vê*’. Como é que eles ia vê [se seriam destruídos, principalmente pelos *buggys*] ()?¹⁷⁰.

A partilha do sensível de Rancière (2005) pode nos ajudar a refletir ainda mais sobre o entendimento das convergências entre as produções de conhecimento. Relacionando aquilo que ele chama “partilha do sensível” e a discussão sobre a supremacia da ciência normativa, a partilha seria “o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifo do autor). Nesse sentido, fixaria tanto um “comum” que é partilhado, como também partes exclusivas, ou seja, a partilha implicaria a ideia de comum (liberdade, direitos civis, etc.), como também sobre um lugar de disputa por esse comum. Essas disputas definem quem são os “competentes” e “incompetentes” para a partilha, se o Sr. Josué é capaz ou não de manobrar os processos técnicos da arqueologia “nativa”, por exemplo. É o monopólio das funções que determina quem tem capacidade ou não para tal prática de acordo com o título (título de museólogo, antropólogo, arqueólogo, historiador etc.). “Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifo do autor). Ou seja, a partilha do sensível torna visível quem pode tomar parte no comum, de acordo com a ocupação (profissional, simbólica, hierárquica) de cada indivíduo. E são essas ocupações, segundo Rancière (2005), que definem as capacidades e incapacidades para o comum, da mesma forma como define se é visível ou não, dentro do espaço.

Seguindo as concepções de Rancière (2005), podemos considerar como “comum” o conhecimento, e as “disputas” seriam, no caso desta pesquisa, as diversas formas de conhecimento, que aqui consistiriam sobre os conhecimentos normativo e autodidata. As contribuições de Rancière (2005) nos ajudam a pensar o autodidatismo - de forma democrática - como tão importante quanto o saber acadêmico; da mesma forma como ele afirma que a arte moderna autoriza e, de alguma forma, torna visível a representação da vida comum. Pois, a partilha do sensível compete ao mais anônimo dos atores sociais um lugar de autonomia e opinião, considerando a modernidade como “uma época em que qualquer um é considerado como cooperando com a tarefa de ‘fazer’ a história” (RANCIÈRE, 2005, p. 59).

A partilha do sensível seria importante para, de certo modo, questionar qualquer conhecimento que se diga hegemônico e mantenha a verdade¹⁷¹ absoluta sobre as outras

¹⁷⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

formas de conhecimento, possibilitando que o autodidatismo, por exemplo, possa ser definido de outra forma, não somente pejorativo e inferiorizado, ou em momentos de emergência, como no exemplo trazido por Virrier (2004). Segundo Virrier (2004), o autodidatismo se desdobra sobre algumas formas: na vida cotidiana, quando as soluções convencionais não são suficientes; mas urgente, quando é necessário inventar novas soluções para a sobrevivência do dia a dia; nas situações imprevistas que desafiam fortemente nossa forma de equilíbrio e referência; e na produção de um trabalho, na concretização de um projeto criativo, quando não há outra produção da mesma.

De acordo com Rancière, há na base da política uma estética que não tem nada relacionado à "estetização da política", mas tem a ver com uma espécie de recorte do tempo e espaço, "do visível e invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência" (2005, p. 16). Só a partir do entendimento dessa "estética primeira", que podemos refletir sobre as práticas estéticas, seguindo Rancière (2005). "As práticas artísticas são 'maneiras de fazer' que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade" (RANCIÈRE, 2005, p. 17). A reivindicação, nesse contexto que traz o Sr. Josué Crispim como detentor de conhecimentos autodidatas, se volta para

superação da subordinação, procurando instituir a parte subordinada como membro pleno na vida social, capaz de interagir paritariamente com os outros. Isto é, visa *desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a fomentam*" (FRASER, 2012, p. 16, grifo da autora).

5.2 O reconhecimento autodidata a partir do capital científico

Notamos, em meio às conversas, tanto com o Sr. Josué como com outras pessoas da comunidade, que, durante muito tempo, pouco valor - ou pelo menos o valor que o Sr. Josué compreendia que deveria ter sido dado -, foi atribuído ao acervo pela maioria dos residentes locais. Segundo ele, as pessoas não se reconheciam e não se viam representadas no acervo pelo fato de ter sido constituído por ele, um nativo pescador artesanal de Ponta Grossa, com

¹⁷¹ Corroboramos com Foucault ao afirmar que "por verdade não quero dizer 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar', mas o 'conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder'; entendendo-se também que não se trata de um combate 'em favor' da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha" (1979, p. 11).

baixo grau de escolaridade, não possuindo, nessas condições, características de um indivíduo capaz de elaborar algo tão notável. O Sr. Josué ainda fala que:

[...] pra eles [moradores de Ponta Grossa] isso aí num é muita_ eles_ tem umas pessoas que sabe [da importância], mas não quer dizer pra mim alguma coisa, entendeu? Eles ficam escondendo alguma coisa, não querem valorizar pra mim, entendeu? *Porque eu vim do mar como pescador, estudei muito pouco*, mas eu aprendi às vezes o que ele não aprendeu () coisas. [...] É, era uma forma de proteger que eu achei, aí corri atrás disso, *aí o pessoal começaram a chamar de catador de caco véi* [...].

O pessoal daqui fica () critica e fica aí, nem visita, entendeu? Você vê que é não () visitado, por quê? *Eles diziam que isso era porcaria, hoje em dia [eles sabem que] não é porcaria*, aí se eles vier, eles tão sabendo que alguma coisa, eles erraram em ter falado, sabe? Aí não quer dobrar esse, voltar esse erro, sabe?¹⁷².

A meu ver, como analisei em outro momento (2015), além da falta de títulos acadêmicos, o contato diário dos moradores de Ponta Grossa com o Sr. Josué e o acervo acabou por banalizar e transformar a proeminência social e simbólica, como também a relevância subjetiva destes sobre o trabalho realizado por ele. Ainda afirmo que, de acordo com Gonçalves (2007), em despercebimento, o olhar se torna desinteressado, desatento por consequência da proximidade, pela feição familiar que esses processos assumem. Ou seja, esse fenômeno implica uma “naturalização das modernas categoriais ocidentais de ‘sujeito’ e ‘objeto’ cuja problematização parece ser a condição mesma para uma reflexão antropológica” (GONÇALVES, 2007, p. 15). Esse tipo de naturalização gera consequências no que diz respeito tanto à desvalorização quanto à pouca importância ofertada a eles (Sr. Josué e o acervo). O Sr. Josué atesta que seus próprios familiares, além de desconsiderarem a importância do acervo durante muito tempo, consideravam as atividades como desnecessárias, como perda de tempo, principalmente porque não havia um retorno financeiro.

[...] quando ia ela [sua esposa, Sr^a Neci Crispim], ia varrer a casa, aí dizia que aquilo tava empaiando as coisas, às vezes não tinha muita__ falava muito, batia boca mode isso. Eu fui e isolei isso aí, disso aí comecei fazer por outro jeito que é muito difícil as pessoas não ter a percepção, e ela era professora ainda, então, e tinha essa peitica [discussão] comigo, de fazer isso, *porque não via dinheiro também, eu trazer dinheiro pra casa* [por intermédio do acervo e das coletas], aí tinha essas coisas.

[...] [sua esposa ao limpar o acervo] não tinha cuidado, não tinha cuidado, fazia com força, aí eu: ‘não é assim, não, rapaz, varre teus pés assim’, aí foi aquela confusão dentro de casa, sabe? Aí eu alimpei, aí ela gastou-se [irritou-se], nunca mais foi lá. Aí quem fazia [a limpeza] era eu, e quando tava muito empoeirado eu chamava uma negrada aí pra fazer mais eu, porque é assim mesmo as coisa. () Talyta [sua filha] tinha medo até do quarto [onde o acervo era acondicionado], Talyta [...], não queria

¹⁷² Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

nem entrar dentro do quarto que tinha medo. ‘*Aí! É coisa velha!*’. *Dizia que tava fedendo, dizia que tava mil coisa*¹⁷³.

Otáro é a comunidade que [me] chamava, a comunidade. E a muié [sua esposa], dizendo: ‘*não, é tanta bagunça aqui, hen? Coisa veia, e num deixa dinheiro aqui. Isso é negócio de gente?! Tu é loco!*’. Eu disse: ‘é não, rapai, isso é assim mesmo, tem paciência’. Tu sabe que a perseverança é uma coisa muito boa nas pessoa. Se eles tivesse essa paciência_ tudo nós conseguia. [...] Mas a perseverança é uma coisa muito boa, você saber perseverar. Você um dia vence as coisa¹⁷⁴.

De acordo com o Sr. Josué, a maior parcela de reconhecimento sobre suas iniciativas veio a partir de pessoas externas à comunidade e, numa parcela menor, do próprio município de Icapuí. Foram professores, pesquisadores, turistas que participaram da dinâmica que o deu certa notoriedade, segundo ele. Além desse reconhecimento sobre ele, houve também um reconhecimento sobre o acervo, ou seja, o interesse dos indivíduos externos gerou tanto o reconhecimento sobre o Sr. Josué quanto para o acervo montado.

*A relação de fora [das pessoas de fora da comunidade] quem foi incendiou, foi o povo de fora, isso aí, o povo de fora foi que incendiou, porque viram, começaram a contar. Chegou um professor de Mossoró [município do estado do Rio Grande do Norte] viu aqui, aí levou eu lá pro prefeito, aí representou e disse que tinha o direito dentro da lei, me deu a lei, como eu podia cobrar um saldo [salário] pra mim complementar, o prefeito assinou e começou a dar. [...] Eu passei_ cada coisa mode isso aí, cara, que eu nem sei dizer, é uma coisa medonha, mas insistindo, insistindo na coisa, a minha teimosia até que deu certo, a prefeitura entendeu, começou a me pagar um custo [...]*¹⁷⁵.

Ele expôs que os comerciantes locais indicavam aos turistas que havia um homem na comunidade “que guarda caco véi, um bocado de caco véi”. O Sr. Josué continua a expor: “*É uma coisa velha lá, umas garrafas velha, uns troço lá vei*’. Aí o turista ficava rindo, aí acaba procurava, aí eu tava por ali, rapaz, aí *eu tinha vergonha até de mostrar mode o canto* [considerava o quarto onde acondicionava o acervo como inapropriado], sabe?”¹⁷⁶. Para mim, é exatamente aqui que se insere a discussão sobre o reconhecimento subjetivo por parte da comunidade, pois, ao indicar aos turistas que existia um senhor que guarda e coleciona “caco véi”, ela estava se autorepresentando a partir daqueles artefatos, mesmo que, como citado, subjetivamente. Essa fama de “catador de caco véi” está inserida numa dinâmica social de identidade e representação individual e coletiva. O Sr. Josué nos fala sobre outro relato pertinente:

¹⁷³ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁷⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

¹⁷⁵ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁷⁶ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

[...] veio um gringo passeando na duna, achou uma peça muito importante que tem aqui, deste tamanho, uma pedra assim, ratalhada, toda tirada, *o menino viu, aí disse: 'essa pedra é de Josué'*. O gringo num deixou a pedra lá, deixou nessa casa aqui em riba. Rapaz, quando eu vi a pedra, chega eu fiquei assim, é mesmo que um telefone celular, assim, pedra corcunda, tudo cheia, tirada de_ os caras tinham tirado tudinho, os pedaço. Pedra bonita medonha¹⁷⁷.

Como analisei anteriormente (2015), mesmo que o Sr. Josué tenha adotado seleções e interpretações de acordo com entendimento pessoal e a pretensão individual para a constituição do acervo, esse conjunto de artefatos, para além de representar somente sua “identidade”, representa, mesmo que subjetivamente, o grupo social que faz parte da comunidade de Ponta Grossa. Continuo ao afirmar que, de acordo com Meneses (1998), a psicologia social expõe que diversas características dos objetos são extensões da identidade de quem detém uma coleção, ou no caso do Sr. Josué, de quem a formou, dessa maneira, os objetos que os indivíduos usam e os cercam refletem densamente nas suas personalidades. Ou seja, os objetos detêm os atributos pessoais do seu proprietário (MENESES, 1998), e consequentemente dos indivíduos do grupo em que esse mesmo está inserido. Por isso, esses exemplos, “além de reafirmarem a importância da presença do indivíduo no campo da cultura material, [...] indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se perfaz na relação social” (MENESES, 1998, p. 96). Isto porque a identidade pessoal, como qualquer outro processo de construção e/ou reforço identitário, não se remete a um particular, mas, ao contrário, numa situação de interação, pois “o ‘eu’ se define, sempre, diante do ‘outro’, de preferência na escala de grupos ou sociedades” (MENESES, 1998, p. 96).

Curiosamente – ou não –, o Sr. Josué sempre faz questão de afirmar que os seus objetivos não são direcionados aos turistas, que a presença desses, apesar de terem o ajudado a ser “reconhecido” como um “guardião” de um conjunto de bens, atrapalham, de certa forma, a dinâmica social da comunidade. A maior aspiração dele é a construção de um espaço museal destinado à comunidade de Ponta Grossa, onde possa existir uma narrativa museológica feita “pela” e “para” a comunidade (princípios da museologia social): “[...] representa a memória do povo daqui [...]. [...] *eu faço pra minha comunidade porque é a ela que eu devo, é [d]ela que eu saí*”¹⁷⁸. Ao falar sobre a figura do turista, o Sr. Josué garante que:

[...] esse negócio de muito turista a gente tem, eu, minha percepção, *eu não queria muito turista aqui, não, sabe?* Meu ver, esses comerciantes querem aí, querem lucro,

¹⁷⁷ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁷⁸ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

exatamente, por quê? Abana tudo aqui, oh, chega um bocado de gente aqui com um bocado de ônibus [...]”¹⁷⁹.

Como pudemos observar, o reconhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Sr. Josué começou a surgir de forma externa ao local que reside, fomentado pelos turistas. Entretanto, dois episódios transformaram drasticamente esse horizonte do reconhecimento em Ponta Grossa – no caso, a falta dele -, especialmente: a chegada do IPHAN/CE, como instituição que se destina à tutela de todo o acervo e, recentemente, o planejamento da construção do Museu Comunitário de Ponta Grossa, encabeçado pela Prefeitura Municipal de Icapuí e o IPHAN/CE. Com o advento do projeto de inventário do acervo financiado pelo IPHAN/CE (2014) e posteriormente a articulação para a construção do Museu Comunitário, as pessoas “perceberam” que havia, de veras, uma importância sobre aqueles artefatos, pois houvera iniciativas geradas por instituições em salvaguardar e otimizar o acervo. Seguindo as concepções de Bourdieu (1997), esse reconhecimento por parte da comunidade de Ponta Grossa se deu por conta do “capital científico”¹⁸⁰ que a instituição do IPHAN/CE e a Prefeitura Municipal de Icapuí detêm. Subjetivamente, o “capital científico” das duas instituições “impôs” à comunidade o reconhecimento sobre o acervo constituído pelo Sr. Josué. Continua Bourdieu:

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, ‘compensar’, determinando uma concentração de esforços de pesquisa” (1997, p. 24-25).

O acervo denotava outra importância, para os indivíduos da comunidade, quando pertencia à esfera exclusiva do Sr. Josué, e foi totalmente subvertida quando o domínio público estruturado nas figuras do IPHAN/CE e Prefeitura Municipal de Icapuí tomaram para si as responsabilidades sobre o acervo. Ou seja, foi necessário o manejo realizado por aqueles que dominam o poder e a hegemonia de dar credibilidade. Segundo Cunha (2009), esse fissuramento pelo cientificismo é uma herança arraigada do paternalismo colonial interno e da arrogância da ciência em sua concepção “ocidental”.

É visível também que houve uma nova atribuição de *status* sobre o próprio Sr. Josué, a partir da chegada do IPHAN/CE e da Prefeitura Municipal de Icapuí, pois a comunidade de

¹⁷⁹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁸⁰ “[...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Ponta Grossa passou a enxergá-lo de outra forma, positiva, desta vez. Especialmente a partir desses eventos, o Sr. Josué foi avistado como um “cientista”, como aquele que produz conhecimento, logo sendo merecedor de reconhecimento. Ele não era mais visto através do olhar exótico de jornalistas e turistas, ou de louco pela sua comunidade. O Sr. Josué foi considerado, aparentemente, pela comunidade, por instituições e pesquisadores acadêmicos, mesmo que às vezes de forma velada, como um importante contribuinte para o entendimento de diversas questões históricas da região. Percebemos, a partir dessas colocações, que a hegemonia destes conhecimentos influenciou substancialmente tanto a legitimidade – ou, a ilegitimidade - e valorização atribuídas ao acervo, como também os processos de musealização, inferindo a sistematização dos sentidos e significados extraídos do acervo como referência cultural. Por isso muitos moradores de Ponta Grossa acreditam que o Sr. Josué tem a capacidade de proporcionar, aos profissionais acadêmicos, outras formas de vislumbrar os conhecimentos, como expõe Marcos Junqueira. Esse relato é confirmado pelo professor Almir Leal de Oliveira, quando afirma que aprende com o conhecimento do Sr. Josué:

Sinceramente, acho que eu percebo o IPHAN e as universidades e os arqueólogos antigos, que aqui vieram, sabe? ____ () mas assim, não.. falando_ citando um outro exemplo também, mas acredito que esses todos que acabo de falar, *eles vêm percebendo que eles acabam aprendendo alguma coisa com o Josué*. Eu gostei muito de ler esse roteiro aqui, que você escreveu aqui [a carta-recomendação sobre a importância da construção do Museu Comunitário, arquitetada coletivamente em Ponta Grossa], porque você mostra que é difícil hoje tirar, ter uma linha de como fazer um estudo e como montar um museu e como desconsiderar quem, né?_ quem tem esse poder? O técnico antigo? O livro mais novo? O menos contemporâneo, né, não? Então, *o Josué é um grande exemplo pra todos esses estudiosos*, porque ele conservou e conserva e_, né? o amor pela coisa, mas é o amor pela coi.. pela verdade da coisa. Não é_ não é pelo valor financeiro do objeto, não¹⁸¹.

Mas, eu vejo como_ *eu aprendo [com o Sr. Josué]*, num é? Às vezes eu leio um documento e tal, e chego com uma pergunta de um problema que eu tenho com as fontes primárias lá da história do arquivo, *e ele [o Sr. Josué] sabe dialogar comigo*, num é? Ele quase não lê, ele não conhece o Arquivo, ele não conhece a fonte, *e a história que ele tá me contando_ tem um sentido de prova empírica*, né? Eu [acredito que] *o testemunho dele é equivalente pra mim ao testemunho documental*. Quem vai cercar isso de critérios, quem vai ponderar esses dados é lógico que é o historiador, num é? Mas quem tem que saber medir, classificar, organizar_ pra que o dado tenha, responda a pergunta, é o historiador, num é? *E eu acho que os dados que ele trás, são tão importantes_ quanto os dados documentais_ oficiais, escritos*, né? Porque é uma memória do mundo¹⁸².

¹⁸¹ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

¹⁸² Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

Da mesma forma como vimos que não há autoridade etnográfica do nativo (CLIFFORD, 2002), aqui também essa relação, absolutamente, não é simétrica. De acordo com Bourdieu, as oportunidades de um indivíduo “submeter as forças do campo”¹⁸³ aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo” (1997, p. 25), ou seja, ao capital de crédito científico, ou melhor dizendo, a posição que ocupa na estrutura da distribuição do capital. Neste caso, o reconhecimento da comunidade e do exterior sobre o Sr. Josué se deu a partir de iniciativas de instituições municipal e federal/estadual detentoras deste capital, e não pelo capital do Sr. Josué. Mas será que os agentes que fazem essas instituições o consideram como ator importante e detentor de tal reconhecimento? Afirmamos que esse sentimento não é geral entre as instituições, ou, pelo menos das pessoas que as fazem. Então, o prestígio foi construído sobre o capital simbólico¹⁸⁴ e científico daqueles que o ignoram? Como isso é possível? As perguntas começam a ser respondidas quando afirmamos que o reconhecimento não se traduziu, necessariamente, em benefícios concretos. É fato que muitos não se preocupam em expor as suas opiniões normativas e excludentes enquanto “donos” da visão científica absoluta, como o Sr. Josué costumeiramente relembra num episódio vivenciado durante o inventário do acervo montado por ele.

Uma arqueóloga, contratada pela empresa responsável pelo trabalho no acervo de Ponta Grossa em 2014, desconsiderou que um objeto pudesse ser arqueológico, chamado pelo Sr. Josué de “aglomerado” (ver figura 39). Mesmo ele tentando justificar sua tese e garantido que tinha certeza que aquele objeto possuía evidências arqueológicas, sua opinião foi tida como insignificante. O importante aqui é menos se realmente aquele objeto é arqueológico ou não, mas, sim, sobre a apreciação não ser levada em consideração por ter sido explanada por um ex-pescador e autodidata. Para fins de elucidação, de acordo com Paula Jussara (comunicação pessoal, 2017), o “aglomerado” do qual o Sr. Josué trata, é, aparentemente, um “conglomerado”, e na geologia é denominado de “ortoconglomerado polimítico”, que pode ser definido como uma rocha sedimentar de granulação grossa que possui visivelmente mais grãos que a matriz (areia onde os grãos estão fixados) com grãos (seixos, cascalhos etc), com

¹⁸³ “Bourdieu define um campo como uma série de relações e interrelações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição; ele é feito de diferentes atores, instituições, discursos e forças em tensão. Dentro de um campo, tudo faz sentido em termos relacionais por meio de oposições e distinções. Estratégias de cooperação ou conflito entre atores determinam se uma doutrina particular é hegemônica, não obstante seus sucessos ou falhas” (RIBEIRO, 2008, p. 110).

¹⁸⁴ Para Bourdieu, “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica* [referente à teoria do conhecimento]” (2001, p. 9, grifo do autor).

vários tipos de rochas e mal selecionados (com tamanhos e formas diferentes). Seguindo essa lógica, e como o Sr. Josué afirma que a matriz arenosa fixou outros materiais sedimentares, esse “afloramento” colou em sua matriz, possivelmente, materiais arqueológicos como ecofatos, biofatos e até mesmo artefatos, não sendo somente sedimentação natural, portanto. Entretanto, esse “acidente” de conglomeração de sedimentos não pôde ser considerado como arqueológico, segundo a análise da especialista em arqueologia.

Eu, na condição de museólogo do projeto de inventariação do acervo, também fui objeto dessa tentativa de desprezo, realizada por essa mesma pessoa, referente a outros modos de conhecimentos que fogem à arqueologia, no caso, métodos da museologia que diferem da arqueologia – ou seja, se ela, enquanto detentora do conhecimento da arqueologia, não considerasse outros procedimentos como importantes, eram logo abandonados e taxados como irrelevantes. Nesse caso, algumas técnicas e etapas de inventariação museológica eram tidas como desnecessárias, pois não convergiam com as usadas pela arqueologia. O fato é que eu também detinha um conhecimento acadêmico, o que me oportunizou notoriedade para rebater e ser ouvido, o que não aconteceu com o Sr. Josué.

Figura 46 – Sr. Josué Crispim observando os artefatos arqueológicos presentes na superfície de sítios em Ponta Grossa.



Fonte: José Israel Abrantes, 2011.

Para ser reconhecido, o Sr. Josué necessitou do auxílio de quem apreendia o capital científico – mesmo, apesar de paradoxal, se esses indivíduos também não o reconhecessem -, mostrando, assim como o subalterno de Spivak (2010), que o conhecimento autodidata, mais do que não conseguir, é impedido de se autorrepresentar, pois o fato de não possuir “cientificidade” o impede de ser considerado colaborador, logo, a mera ação de ser ouvido não se efetua. É importante salientar que Spivak (2010) vai além de um entendimento simplista de que o subalterno não pode falar ou que deva recorrer, para ser efetivamente ouvido, aos discursos hegemônicos. Ela está se referindo ao fato negativo da fala do subalterno ser sempre mediada pela voz de outros. Ou seja, as exigências e reclamações dos subalternos são sucessivamente reivindicadas por outrem. E o papel do “intelectual pós-colonial” não se insere aqui – ou nós, como pesquisadores -, na criação de espaços onde o subalterno possa falar e se articular. O seu papel primordial é trabalhar contra a subalternização, e não tentar criar espaços para a fala do “subalterno”. O nosso papel, enquanto pesquisadores, não é fazer com que as pessoas (os nativos) tomem consciência daquilo que estudamos, pois elas já adquiriram e conhecem melhor do que nós (externos aquela organização). O nosso objetivo, já que estamos debatendo relações de poder, é lutar “para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los” (FOUCAULT, 1979, p. 42). Foucault continua:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, profbe, inválida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso (1979, p. 42).

Como podemos perceber, há uma analogia do estudo da linguagem com o traço do mundo subalternizado (a repressão pela falta de linguagem técnica impede a fala, no caso do autodidatismo, como exposto sempre pelo Sr. Josué, quando afirma que sua linguagem é de um “pescador nativo”, que não sabe articular as palavras, por isso também não é ouvido). Existe um paralelo entre linguagem e coletividade – a linguagem como voz. Fanon (2005) dá uma importância fundamental à questão do fenômeno da linguagem. Para o autor, esse tipo de estudo, o linguístico, pode fornecer a compreensão dos elementos da dimensão “para-o-outro”. Falar é existir, fundamentalmente, para outrem. Ao possuir uma linguagem, o ser

humano também possuirá o mundo segundo essa linguagem, ou seja, o mundo que essa linguagem expressa. E para o Sr. Josué, o fato de não dominar um linguajar técnico também dificulta decididamente o seu reconhecimento. A posse da linguagem carrega uma extraordinária potência. Da mesma forma como pensamos sobre o autodidatismo em relação à normatividade, o objetivo de Fanon (2005) não era provar que o negro é igual ao branco, seu objetivo era libertar o negro do arsenal que é o germe da complexa situação colonial.

Nessas condições, é possível tomar/levar/interpretar o autodidata sob a figura do subalterno? Para Spivak (2010), há uma ideia errônea da apropriação do termo “subalterno”, não sendo apto a ser aludido a todo e qualquer sujeito marginalizado. Segundo ela, o termo deve desempenhar à retomada da acepção que Gramsci lhe atribuía ao se fazer referência ao “proletariado”, ou seja, aquela parcela cuja voz não pode ser ouvida. “O termo subalterno”, Spivak argumenta, “descreve ‘as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante’” (2010, p. 12). Dessa forma, o autodidata como sujeito que tem sua voz silenciada e também inapta a ser ouvida, é, logo, um subalterno. Contudo, pelo fato do autodidata, assim como o subalterno, não poder falar e muito menos ser ouvido, Spivak (2010) procura questionar a fala do “intelectual pós-colonial”, quando o mesmo monta a hipótese de que nenhuma ação de resistência pode se passar em nome do subalterno sem que esse combate esteja embasado no discurso hegemônico. A autora mostra o intelectual como indivíduo totalmente incômodo e cúmplice do discurso hegemônico. Ele se mostra capaz de falar pelo Outro, e por meio disso, arquitetar um discurso de resistência, ou seja, o intelectual é cúmplice persistente da constituição do Outro. Ela tenta demonstrar “o perigo de constituir o Outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (SPIVAK, 2010, p. 12). Portanto, seria indigno falar pelos Outros.

No contexto da nossa análise, o que se percebe é uma luta pelo reconhecimento travada há mais de três décadas pelo Sr. Josué. Não uma luta própria, para si, mas a sua história, a história de todos, pelo prestígio da comunidade local. E seguindo os fortes questionamentos, então, do próprio Sr. Josué e o nosso: o que fazer quando a mais importante e “exclusiva” figura protetora dos sítios e artefatos arqueológicos de Ponta Grossa é impedida de realizar seus trabalhos por ser considerado desabilitado para tal, e as instituições legalmente destinadas para a realização desse salvamento, sejam por motivos burocráticos,

financeiros ou mesmo por falta de iniciativa, não o concretizam? Entre procedimentos tidos como não ideais e a destruição de sítios arqueológicos, qual o maior equívoco entre eles, se pudéssemos fazer essa reflexão rude? Não estaria mais do que na hora, também, das políticas de proteção dos bens arqueológicos se atualizarem, questionarem sua hegemonia e debaterem sobre a auto gestão comunitária desses bens?

Ana Cláudia Oliveira nos conta alguns casos de autodidatismo na arqueologia, e o quanto, dependendo do contexto em que ocorre essa construção de conhecimento, essas iniciativas são determinantes para o campo arqueológico. Ela ainda afirma que esses casos são bem comuns no sertão da região nordeste, de pessoas que dedicam suas vidas para salvaguardar os patrimônios arqueológicos, e que se não fossem essas pessoas, boa parte dessa riqueza estaria perdida hoje. São iniciativas altamente importantes, segundo a professora.

[...] Porque_ *Azevedo Dantas, lá no Seridó [ver próximo parágrafo], ele conseguiu, até por muita iniciativa dele, registrar muitos sítios, pinturas e tudo, então, isso é super válido, porque em alguns sítios a tendência é apagar essas gravuras, as pinturas, de acordo com os intempereis da área e tudo mais. E ele conseguiu registrar isso, né? E foi muito importante (), deu um livro essa divulgação. E tem outro professor_ Vicente Alves, lá na Chapada do Araripe¹⁸⁵, um autodidata, ele conseguiu entrar em contato com os pesquisadores, levar os pesquisadores pra lá. Hoje a gente tem vários sítios registrados lá, graças a ele, que começou esse trabalho, entendeu? Então__ tem o exemplo lá na Serra da Capivara¹⁸⁶ mesmo, que tinha uns moradores que levou todo esse material pra USP [Universidade de São Paulo], a professora Niède Guidon teve conhecimento, e isso levou a criação do parque¹⁸⁷. Quer dizer, são iniciativas importantes, que bem orientado pode transformar e enriquecer a arqueologia, toda essa história, da arqueologia, da antropologia. Agora, é aconselhável que a coisa seja feita mais detalhado e tudo mais, entendeu? Mas tem um aspecto positivo também nesses casos.*

[...] E é muito comum, nos sertões, a gente encontrar pessoas que, *pela natureza, têm essa dedicação, né? Esse interesse, e tenta preservar. E muitas vezes, são graças a essas pessoas que a gente ainda consegue, né? resguardar essa herança nossa¹⁸⁸.*

Entre os eventos sobre autodidatismo levantados pela professora, iremos nos ater um pouco mais com o caso de José Azevêdo Dantas (1890-1929), que segundo Macedo (2004), durante os anos 20 do século XX, foi quem realizou as primeiras pesquisas que se tem noção sobre os sítios arqueológicos de Carnaúba dos Dantas, município situado no sertão do Seridó,

¹⁸⁵ Chapada localizada nas divisas dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco.

¹⁸⁶ Localizada no estado do Piauí.

¹⁸⁷ O Parque Nacional Serra da Capivara é uma unidade de conservação de proteção integral à natureza. Além disso, é um parque arqueológico e inscrito pela UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na lista do Patrimônio Mundial.

¹⁸⁸ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo esse autor, apesar de nunca ter frequentado a escola formal, José de Azevêdo Dantas foi um autodidata local que percorreu muitas disciplinas do conhecimento em suas obras, com quase todas as análises inéditas. De acordo com Macedo (2004), esse autodidata realizou estudos sobre a geografia, história local, genealogia e meteorologia. Também era músico, projetista, desenhista e escrevia jornais manuscritos que circulavam na região. José de Azevêdo Dantas escreveu um texto manuscrito intitulado “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, onde introduziu cópias dos grafismos rupestres que desenhava e onde comenta os pontos que ele visitava, estabelecendo, assim, conclusões acerca da origem e significado das inscrições.

Segundo Macedo (2004), a arqueóloga Gabriela Martin afirma, na apresentação do manuscrito de José de Azevêdo Dantas - publicado em 1994 em formato de livro -, que ele conseguiu se anteciper em cerca de 50 (cinquenta) anos sobre os entendimentos da arte rupestre no Brasil. Mas para esse reconhecimento ser alcançado, episódios parecidos com os vividos pelo Sr. Josué também aconteceram com ele. Macedo (2004) nos elucida como exemplo o ocorrido no processo de desmembramento da Vila Carnaúba do município vizinho, Acari. Foi encontrado na documentação manuscrita da Câmara Municipal de Acari, relativa ao assunto da criação do município de Carnaúba dos Dantas, uma alusão a José de Azevêdo Dantas. Na verdade, era uma referência feita no pronunciamento de Olavo Lamartine, que de acordo com Macedo (2004), era então um vereador que defendia a criação do novo município. Para embasar sua justificativa, o vereador recorreu sua fala a algumas personalidades importantes da Vila Carnaúba, lembrando-se de uma figura que construiu uma importante trajetória de pesquisa, que foi José de Azevêdo Dantas:

Vejam senhores vereadores se podemos chegar ao fim, calando nomear *uma criatura que em vida, foi um incompreendido, avaliado por muitos como um louco*. Que se busque nos arquivos do Instituto Histórico da Paraíba e o seu nome tem destaque e os seus trabalhos são guardados no carinho, para consulta daqueles que se dedicam, em traduzir a história bárbara da pátria. José Azevedo Dantas, escreveu desenhando, copiando para o papel os sinais petroglifos, que os selvagens gravaram nas nossas pedras, registrando milhares de documentos interessantes, denunciando os aspectos sociais de uma raça extinta (1953)¹⁸⁹.

Talvez de forma parecida com esse exemplo, o autodidatismo do Sr. Josué tenha sido constituído por práticas cotidianas, que não foi, assim como afirma Lave (2015), formado no sistema educacional convencional tanto em sua interação como organização, mas, sim, como aprendizado na prática cotidiana. “O que se requer é descentrar os estudos da aprendizagem

¹⁸⁹ Pronunciamento de Olavo Lamartine de Faria, em 24/11/1953, constante na Ata da 29ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Acari (apud MACEDO, 2004).

na prática para perguntar como as práticas moldam e são elas mesmas moldadas nos múltiplos contextos da vida cotidiana, e como a participação muda na prática através dos contextos” (LAVE, 2015, p. 43). O conhecimento autodidata envolve movimento, que é executado através da vida cotidiana. “Aprender-na-prática” (LAVE, 2015) se constitui através dos contextos dos quais as pessoas participam.

O deslocamento para as noções de aprendizagem na vida cotidiana exigiu que se repensassem os pressupostos sobre a vida cotidiana, que têm profundos efeitos que saturam as teorias convencionais sobre aprendizagem e ensino – o aprender, via teoria educacional, é tratado como um movimento para além do ‘cotidiano’ na direção de uma cognoscibilidade da (alta) cultura e do ‘extra-ordinário’ (LAVE, 2015, p. 42).

Para Nancy Fraser, há um dano causado pela falta de reconhecimento em empreitadas como as executadas pelo Sr. Josué, e a reparação desse dano implica a participação numa política de reconhecimento “que vise retificar a desestruturação interna da contestação da imagem pejorativa” dos indivíduos “pela cultura dominante” (2002, p.14). Nesse caso do Sr. Josué, assim como José de Azevêdo Dantas e outros, a participação é regulada por um tipo de padrão institucionalizado – no qual estou chamando de “dispositivo burocrático” -, com valor cultural, que forma algumas categorias sociais como hegemônicas e já outras como deficientes ou inferiores, segundo Nancy Fraser (2002). “Consequentemente, é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos, capazes de participar na interação ao mesmo nível que os outros” (FRASER, 2002, p. 16). Esses conhecedores potencializam os saberes tanto quanto os especialistas acadêmicos.

5.3 Aprender no olhar, escutar e tocar: construindo o conhecimento autodidata

A importância da história oral na construção do seu conhecimento autodidata também está presente nas falas do Sr. Josué. De acordo com ele, foi a partir dos conhecimentos dos mais velhos que ele pôde empreender as dinâmicas inseridas nos artefatos, ou seja, foi a partir do aprendizado gerado pelos mais velhos que ele obteve o conhecimento sobre os artefatos que hoje se encontram no acervo constituído:

[...] tenho conhecimento assim, *cada casa de algum conhecimento de um pai de família, de uma vó, de uma senhora, de uma vovó, gosto disso, de ter esses conhecimento.* Eu ia pra casa de qualquer canto, chegar lá eu ia pra casa dos velhinhos, do mais velho, chegar lá, você tem, ‘me dá aqui pra eu armar minha rede; pois não’. Aí eu bancava [comida ou bebida] com alguma coisa naquele dia e ficava mais ele conversando o dia inteiro, a_ valorizando eles e contando, *pegando aquelas*

*histórias, história oral, de casa em casa, eu aprendi muito com isso, hoje eu sei identificar qualquer pedra*¹⁹⁰.

() Desde que eu era criança, que conversava muito em terreiro, não tinha televisão, aí nós ia pros terreiro e conversava muita história de alguém que teve aqui, e aquilo eu ficava cochilando, meu irmão, pra ver, porque a pessoa que ia contar a história do passado, eu ficava, sabe? ali escutando aquilo, sabe? E não tem um da família do lugar, um nativo que viesse desbravar isso. Saiu eu, saiu essa pessoa que desbravou alguma coisa, *nem tudo, mas alguma coisa foi revelada*¹⁹¹.

Antes de tudo, devemos nos indagar sobre as possíveis metodologias usadas pelo Sr. Josué nas coletas arqueológicas que ele realizava. Por estar impedido de realizar as coletas, não pudemos ter a oportunidade de vê-lo realizando-as, mas visualizá-la-emos a partir de suas falas. Existia nele a preocupação em não agredir o artefato, havia o cuidado em manter o máximo possível a integridade material do artefato, para isso, o tato e o “bom-senso” (GEERTZ, 2001) eram fundamentais. Ainda de acordo com o Sr. Josué, depois de ler, participar de cursos, observar arqueólogos escavando, a única coisa que mudou em suas coletas, em relação às primeiras, foi o ainda maior cuidado com os artefatos, principalmente com o acondicionamento.

Não, eu nunca usei uma enxada [nas coletas], não. *Eu usava a mão mesmo...* Era, cavava. [...] Às vez você, tava com a ponta de fora [o artefato], *ai eu chegava e cavava direitim, cá mão, com o dedo assim, pra não pegar nele*, até pra eu ver o () como ele tá. [...] Não, só ao redor que era pra eu vê [o estado do artefato]. Às veze, em tudo isso, você_ você supõe, fica que nem uma simbolização, que você fosse a pessoa, o dono daquilo. E_ quando tem aproximação de guerra ou de briga [guerra e briga entre aqueles povos que confeccionaram os artefatos coletados], aquilo tejes de mal jeito, ou tejes_ ferido [mal conservado], fere [quebra], e quando tem, por exemplo... eles era imigrante, esse povo, eles ficava num canto, quando vivia perturbado de algum bando [bando], de alguma coisa, eles saía pra outros canto, fugia às veze até de meia-noite, fugia a noite.

O que mudou é mode_ o jeito de fazer [as coletas], sabe? Por exemplo, eu botava aquilo [os artefatos], quando pegava, em qualquer canto. *Aí eu comecei fazendo uma caixinha [para acondicionar os artefatos coletados], forrar com algodão, assim, pra não bater um no ôto, pra não fazer atrito. Porque se você, uma coisa daquela ali, uma pecinha daquela, se triscar nôto pode fazer algum atrito, um atrito recente. E o atrito recente vai alterar na peça, na leitura e no estudo do material. O cara vai ficar muito confuso.*

O professor Almir Leal de Oliveira expõe como entendia as coletas que o Sr. Josué realizava na praia de Ponta Grossa. Ele usa o termo “assistemático” para denominar o que a arqueologia afirma das coletas espontâneas do Sr. Josué. Contudo, segundo ele, existe uma metodologia pregada pelo Sr. Josué, embasada na experiência e prática, que é uma metodologia “científica popular”, se assim podemos dizer.

¹⁹⁰ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

¹⁹¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

É uma coleta assistemática, num é? Assim a arqueologia chama, num é? O que ele fez, num é? Então, portanto, não é, não segue padrões acadêmicos. Mas_ segue padrões da experiência humana, universal que ele tem, num é? Então, ele sabe em que instrumento lítico se coloca a mão e fala: ‘oh, eles seguravam assim, porque essa peça você só pode segurar assim, então, se você segurar essa peça dessa forma, você vai fazer esse movimento, ela vai servir pra isso, () prático, num é?’ Então, a forma dele juntar e classificar, num é? é a partir da prática, da experiência, num é? Ela não é de toda assistemática, num é? Assistemático pode ser o encontro dele com a peça, num é? Mas_ a forma dele entender os objetos, e ele é muito curioso também, é uma forma que guarda, vamo dizer assim, uma (), num é? que guarda, assim, uma metodologia popular, num é? ‘Popular’ não é um nome muito bom pra isso, mas [quero dizer que] ele guarda uma metodologia baseada na experiência, baseada na prática [...] Porque ele tem o critério muito, ele é muito criterioso com relação a isso, e é uma memória_ muito afiada, né? Porque são 4.000... objetos encontrados, né? Ele sabe dizer aonde ele achou cada um deles, ele sabe dizer, inclusive, o que não é dali [da região]: ‘esse eu ganhei de fulano, esse veio de tal lugar’, né?’¹⁹²

Nesse contexto, podemos também formular que o Sr. Josué exercita algo similar àquilo que Lévi-Strauss (1989) denomina como bricolagem, um pensamento mítico, que, em nossos dias, pode-se referenciar àquele indivíduo que trabalha com suas próprias mãos, com “planejamento prévio” maleável, empregando meios indiretos se comparássemos com as da ciência normativa. A bricolagem é um pensamento que se guia pela intuição e pela vontade, auxiliado por um repertório heteróclito (multiplicidade) que explicita o afastamento das técnicas e processos adotados pela normatividade, apesar de ser estruturado a partir de métodos, mesmo que mais flexíveis em relação à academia, por exemplo.

O pensamento mágico não é uma estreia, um esboço, a parte de um todo ainda não realizado; ele forma um sistema bem articulado; independente, nesse ponto, desse outro sistema que constitui a ciência, salvo a analogia formal que os aproxima e que faz do primeiro uma espécie de expressão metafórica do segundo (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.28).

Corroborando com Lévi-Strauss (1989), quando este expõe que o conhecimento mágico é planejando previamente, Geertz (2001) afirma que nem o senso comum pode ser considerado um conhecimento sem “planejamento prévio”. Para ele, o senso comum é um corpo organizado de pensamento deliberado, e não formado pela falta de metodologia. A lógica como adjetivo caro a esse tipo de conhecimento é menos relacionada a experiência do que um conjunto de reflexões determinado antecipadamente. Diferentemente, Santos afirma - apesar de não concordamos com seu ponto de vista - que:

O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade (2008, p. 90).

¹⁹² Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

O senso comum, para Geertz (2001), ainda é pouco analisado, apesar de ser por diversas vezes tido como presumível, quando, seguindo essa argumentação, não o é. O senso comum é cultural e historicamente influenciável, ele se ordena a partir do enquadramento onde se encontra. Questões sobre gênero e sexualidade, por exemplo, podem ser formuladas a partir do senso comum, mas o contexto histórico-cultural influenciará na sua aceitação ou repulsa. A intersexualidade pode ser considerada anormal num grupo, ou divinizada em outro, como afirma o exemplo de Geertz (2001). O senso comum não pode ser abordado como naturalidade, espontaneidade, como obviedade ou puramente lógica.

Em suma, a provisão de certos dados não significa que todo o demais é mera consequência. O bom senso não é aquilo que uma mente livre de artificialismo apreende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições – o sexo é uma força que desorganiza, ou um dom que regenera, ou um prazer prático – conclui. Deus pode ter feito os intersexuais, mas o homem fez o resto (GEERTZ, 2001, p. 127).

Definitivamente, Geertz (2001) pondera que o senso comum é um sistema cultural planejado, de ordem única e profundamente heterogênea, definição que, a meu ver, pode equivaler a do autodidatismo. Não há “como esboçar algum tipo de estrutura lógica que seria adotada pelo senso comum onde quer que este se apresente, pois não existe” (GEERTZ, 2001, p. 140). O senso comum não é aquilo que resta depois que todos os demais tipos de sistemas simbólicos esgotam seus exercícios, ou o que sobra quando não há mais razão sofisticada. Já para a professora Cláudia Alves de Oliveira, esses conhecimentos do “dia a dia” até podem ser considerados como metodológicos, mas não usam a metodologia científica.

É, vamo dizer, uma experiência pode chamar [de metodologia], *mas não uma metodologia científica*. É o viver, é o sentir, é o dia a dia que a gente convive e percebe, as pessoas. [...] *Agora, para explicar todos os detalhes, o porquê, é que entra a ciência [...]*¹⁹³.

Independente da análise é consenso entre as opiniões que o Sr. Josué possui um “dom”, um adjetivo que muitos o atribuem a ele, um pescador que, dentre dezenas daquela localidade, foi o único a se interessar por artefatos arqueológicos, de olho sempre treinado a encontrar artefatos em meio a somente “pedras e cacos”. Sua visão é como se fosse um faro para a caça. “Tal decisão parece movida por um axioma fundado em uma latente aceitação etnocêntrica da dicotomia Natureza/Cultura, que, por consequência, presume a existência também de uma Sobrenatureza”¹⁹⁴ (MURA, 2014, p. 208). Já segundo Samain (2011), Lévi-

¹⁹³ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

¹⁹⁴ Tradução livre.

Strauss afirma que “existem *dois modos distintos* de um pensamento *científico*: o primeiro, aproximadamente ajustado ao da *percepção* e da *imaginação*, e o outro mais afastado *desta intuição sensível*” (LÉVI-STRAUSS, p. 24, 1962 apud SAMAIN, 2011, p. 29, grifos do autor). Assim como Samain (2011), também procuramos entender o que está em jogo quando se fala em duas maneiras de fazer conhecimento, ou seja, usando as concepções de Lévi-Strauss (apud SAMAIN, 2011), quando se fala da “razão” e “imaginação”.

A imaginação é uma faculdade quase divina que percebe primeiro – fora os métodos filosóficos - as relações íntimas e os segredos das coisas, as correspondências e as analogias. As honras e as funções que confere a esta faculdade lhe dão um valor tal [...] que um sábio sem imaginação não passa de um falso sábio ou, pelo menos, de um sábio incompleto (SAMAIN, 2011, p. 48).

Particularmente, tive a oportunidade de caminhar algumas vezes com o Sr. Josué nas dunas de Ponta Grossa e nas enseadas dessa praia e das praias de Redonda e Retiro Grande. Nessas caminhadas, nunca encontrei sequer um artefato arqueológico, apesar da presença de muitos em meio à areia e pedregulhos. Em compensação, o Sr. Josué encontrou dezenas deles, como líticos e fragmentos de cerâmicas, principalmente. Apenas os admirava e os deixava no mesmo lugar, por conta do seu impedimento judicial de realizar as coletas. O “dom”, a gana e o prazer de querer conhecer foram uns dos principais combustíveis que guiaram o Sr. Josué no autodidatismo. E, a exemplo de Lévi-Strauss:

não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do saber) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (1989, p. 30).

Não somente eu, algumas pessoas também tiveram a oportunidade de acompanhá-lo, como Marcos Junqueira e Ricardo Arruda. E como eu, elas também sentiam enorme dificuldade em achar os artefatos. Ainda para essas pessoas, o Sr. Josué pode, sim, realizar as coletas que já vinha executando, desde que, apesar disso, passe por uma espécie de capacitação, formação para habilitá-lo – mais uma vez o limite do conhecimento autodidata é explicitado. Contudo, ao mesmo tempo, percebe-se que esse desejo não é, necessariamente, porque ele não tenha capacidade e acúmulo de conhecimentos necessários, mas por requisições legais. Até porque ele já realiza o trabalho pela Prefeitura de Icapuí, com contrato vitalício, de proteção dos sítios arqueológicos de Icapuí. “E o Josué me levava muito às

dunas, e eu cheguei a falar pra ele: ‘*eu não entendo como você encontra uma atrás da outra e eu não encontro uma*’¹⁹⁵.

*Ele tinha e tem um olhar crítico em relação a essas escolhas, e ele percebia que a pedra não foi quebrada assim, de uma forma natural por erosão, ela... Percebia que ali havia uma interferência do homem naquela pedra, e eu sei que ele enxergava isso e enxerga isso muito melhor do que eu, porque muitas coisas que ele mostrava, que [eu] achava feio [era importante]... Eu sempre gostei de pedra, eu era pedrista, chama assim, gemólogo, mas eu entendia de pedra, assim de desenhar, () mas ele enxerga [os artefatos] muito melhor que eu*¹⁹⁶.

Tudo o que via em termos da visão dele, né? Da visão dele. Porque eu saí muito com Josué, nos rodamos muito, cara, uns quinze anos de sítio arqueológico. Então *é um fardo, bicho, é um dom*, entendeu? *Como tem o encantador de serpentes, o cara tem o dom de ver [artefatos]*. Se ele chegar aqui nesse terreno aqui, bem ali, eu joga ali um caco, ele fica de longe olhando, certo? Eu joga um caco ali de cerâmica. Ele fica de longe olhando, de longe olhando, quando daqui a pouco ele vai lá, pega e olha. Se for alguma coisa que ele acha que tem, com o conhecimento que ele já tem hoje, né, bicho? Que seja uma cerâmica antiga, uma tupi, ou alguma coisa assim, entendeu? uma (), alguma assim e tal, ele vai botar no bolso [hoje não mais], bicho, num quer saber não, e vai simhora, tendeu? *Mas isso é como eu tô te dizendo, mas isso até a norma chegar, até as normas chegarem até ele. Por que ele era um leigo, muito embora eu creia que com a contratação dele do município como um guarda e um treinamento e uma capacitação pelo IPHAN, possa colocá-lo habilitado a tirar do lugar, cara. A tecnologia de hoje tá aí pra isso, pra não deixar aquele patrimônio ser roubado. Por que que só academia tem que ter o direito de ir lá e marcar?!*¹⁹⁷.

A junção do olhar crítico, treinado – como cita Marcos Junqueira – para encontrar os artefatos arqueológicos espalhados entre diversos outros materiais, e esse conhecimento “livre”, não tanto cercado por burocracias¹⁹⁸, possibilitou a realização desse trabalho feito pelo Sr. Josué, de acordo com as conversas juntas aos moradores. A última frase do texto relatado por Ricardo Arruda, logo acima, questiona a autoridade da academia porque, assim como para muitas pessoas, para ele o conhecimento autodidata foi fundamental para a salvaguarda dos artefatos arqueológicos justamente por não ficar amordaçado nos trâmites burocráticos da jurisprudência, ineficácia e omissão do Estado na proteção dos sítios arqueológicos.

O Sr. Josué fez o caminho inverso dos acadêmicos, aprendeu na prática antes de, supostamente, refletir sobre as atividades – refletir é entendido, necessariamente, como

¹⁹⁵ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

¹⁹⁶ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

¹⁹⁷ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

¹⁹⁸ A exemplo do que Max Weber apontou, segundo Ribeiro, “burocracias são uma forma de dominação, de exercer poder. Quanto maiores as iniciativas de desenvolvimento, maior a burocracia relacionada a elas e mais forte sua capacidade de exercer poder, principalmente sobre instituições e atores que operam em níveis mais baixos de integração” (2008, p. 114).

teorização, já que classificar significa teorizar, apesar de não ter acesso à literatura consagrada da arqueologia. Ricardo Arruda considera que a formação ideal é a junção entre uma produção semelhante à qual o Sr. Josué realiza e à produção acadêmica. Mas a falta dessa formação formal não deslegitima a sua produção do conhecimento autodidata, pois, “A ciência deve mais a máquina a vapor, que está à ciência; sem a arte do artesão que tingia, a química não existiria; a metalúrgica é a mineração teorizada” (GEERTZ, 2001, p. 38). O conhecimento dele é contribuinte, seguir caminhos diferentes do hegemônico não quer dizer que não possa ser considerado produção. O olhar, o ouvir, o sentir com as mãos, são processos de extrema sensibilidade realizados pelo Sr. Josué, como podemos conferir nos trechos a seguir:

O que eu acho, Gil [Gilvanildo Ferreira], é que na verdade... eu acho, não, eu tenho certeza, que [o autodidatismo do Sr. Josué] pelo contrário [não atrapalhou], contribuiu. *Por ele não ter noção de métodos acadêmicos, de conhecimento acadêmico, ele se sentiu muito mais livre, mais solto pra fazer a normas, regras, leis_ leis antigas, porque a lei do IPHAN, salvo engano, foi lá de cinquenta e tanto, né, bicho?*

[...] Entende? Então *é outra noção, outra visão*. Mas eu acho que ele, com esse grau primário dele de conhecimento, né? de escolar, acadêmico, eu acho que beneficiou, cara, porque aguçou muito mais o cérebro dele para *a questão visual da percepção de ambientes_ tá entendendo?* Então é diferente, porque enquanto ele [o acadêmico] tá preocupado em ler um livro para responder uma questão da escola sobre a cor da cueca do Pinzón [o navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón], certo? *ele [o Sr. Josué] vai estar preocupado em ver a coisa, no meio natural, no meio ambiente, onde ele convive.*

É o instinto natural. Foi o instinto natural de preservação. E salve engano, veio de uma questão, acho que foi com o avô dele que falou para ele alguma coisa, depois você pergunta para ele, pergunta para ele, e depois veio com uma frase que *‘startou’* isso nele. Ele me disse uma vez, mas eu não lembro mais quem foi, se foi o avô ou o pai, que *‘startou’* isso nele. Entende? Então, esse *‘start’* de ter a curiosidade natural, certo? *fez com que ele se desenvolvesse uma habilidade visual, uma habilidade de tato, certo?* Para lidar com isso. No mais, meu amigo, o resto só veio para dar dor de cabeça. Mas tudo bem, isso não justifica, vamos dizer assim, que ele não venha durante o tempo aprender, tá entendendo? Que não venha durante o tempo ele não venha fazendo os cursos que fez, as palestras que fez, certo? Participado das coisas que participou... Então, essa vivência dele natural atrelada a um, vamos dizer, o processo inverso, de que você que faz a academia e poucas vezes você pode ir ao campo participar (risos) de uma excursão a um sítio arqueológico, *ele fez o contrário. Ele conhece o sítio arqueológico e deveria fazer academia*. Tá entendendo? *Esse seria talvez a maneira perfeita de se existir enquanto historiador e arqueológico cientista, entende?*¹⁹⁹.

Talvez se ele tivesse feito a escola_ que foi oferecida nessa época militar do país, né? Talvez ele teria perdido toda essa_ criatividade que ele tem, toda essa inteligência nata que ele tem, porque ele seria corrompido pela escola, porque ia fazer, assim_ diminuição da ‘inflação’ () não sei como chama aquele negócio, mas

¹⁹⁹ Entrevista de Ricardo Arruda, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

ia perturbar a cabeça dele. *As escolas são feitas pra poder criar analfabetos, não são, não?!²⁰⁰*.

Para Ingold (2010), os seres humanos são capazes de deter o conhecimento a partir da apropriação que aproveitam por sob os “ombros de nossos predecessores”. Assim, “àquilo que podemos aprender por experiência pessoal [é acrescentado a] toda aquela sabedoria e ciência que o grupo acumulou no decorrer dos séculos” (DURKHEIM, p. 435, 1976 apud INGOLD, 2010, p. 6). O problema, reflete Ingold (2010), é saber como essa acumulação de conhecimento acontece. Como nossa experiência adquirida ao passar do tempo é enriquecida pela sabedoria de nossos ancestrais? “E como, por sua vez, tal experiência se faz sentir nas vidas dos descendentes? Em termos gerais, na criação e manutenção do conhecimento humano, o que dá, de subsídio, cada geração à geração seguinte?” (INGOLD, 2010, p. 6). As ideias ligadas à ciência cognitiva, afirmam que o conhecimento é informação, e que os seres humanos são organismos para processá-lo, não precede, segundo Ingold (2010). Para ele, é o contrário, o conhecimento incide, acima de tudo, em habilidades – ou seja, o “dom” falado anteriormente se enquadra aqui como uma habilidade do Sr. Josué -, e que todos os indivíduos são centros de percepções e agência em um campo de prática. Nesse caso, o conhecimento é menos relacionado ao processo de enculturação do que habilitação, ultrapassando a sabedoria daqueles que o precederam. Ou seja, entende-se que a contribuição dada de geração em geração para o crescimento do conhecimento humano não é um suplemento acumulado de traços, mas daquilo que Ingold (2010) chama de “educação da atenção”.

Para esclarecer sua afirmativa, Ingold (2010) toma como exemplo os mecanismos que garantem a capacidade da criança falar. Para ele, não são construídos no vácuo, “mas emergem no contexto do envolvimento sensorial dela em um ambiente altamente estruturado” (INGOLD, 2010, p. 15). Ao nascer, a criança é inserida num ambiente de sons onde os padrões de fala característicos se misturam com diversos outros ruídos do dia a dia, além disso, é cercada por falantes distintos, que a apoiam “tanto na forma de interpretações contextualmente fundamentadas das vocalizações do bebê como de demonstrações ou ‘gesticulações direcionadoras de atenção’ (Zukow-Goldring, 1977, p. 221-223), para acompanhar as suas próprias” (INGOLD, 2010, p. 15). A habilidade de “aprender”, para Ingold (2010), não é uma questão de retirar “do” ambiente traços que satisfazem essa empreitada, mas, sim, de formar, “dentro” do ambiente, “as conexões neurológicas necessárias, junto com os aspectos auxiliares de musculatura e anatomia, que estabelecem

²⁰⁰ Entrevista de Marcos Junqueira, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

essas várias competências” (2010, p. 15). Para o autor, essas capacidades não podem existir “dentro” do corpo e cérebro do ser humano e nem também “fora” do ambiente. São, na verdade, “propriedades de sistemas ambientalmente estendidos que entrecortam as fronteiras de corpo e cérebro” (CLARK, p. 214, 1997 apud INGOLD, 2010, p. 16). Dessa forma, já que

as condições variam, os mecanismos resultantes também tomarão múltiplas formas, cada uma delas ‘afinada’ tanto com padrões de som específicos quanto com outros aspectos dos contextos locais de vocalização. Esses mecanismos variavelmente afinados, e as competências que eles estabelecem, são evidentemente os correlatos daquilo que aparentam ser para nós as diversas línguas do mundo. Não é, então, por meio da transferência de conteúdo sintático e semântico específico que a criança desenvolve a capacidade de falar como se fala na sua comunidade. A linguagem, neste sentido, *não é adquirida*. Em vez disso, ela está sendo gerada e regenerada continuamente nos contextos desenvolvimentais de envolvimento de crianças nos mundos da fala (Lock, 1980). E se a linguagem não é adquirida, então não pode haver tal coisa como um dispositivo de aquisição de linguagem (DENT, 1990) (INGOLD, 2010, p. 15, grifo do autor).

Assim como os livros, o audiovisual também marca o desenvolvimento do conhecimento autodidata do Sr. Josué. Hoje em dia, ele possui um *notebook*, apesar de não manusear de forma tão habilidosa, a facilidade em pesquisar sobre filmes, documentários e vídeos sobre a temática arqueológica e outras é bem mais acessível do que outrora. Para ele, o audiovisual se torna ferramenta importante pela praticidade, pois, leva-se menos tempo para entender determinado assunto assistindo, ao invés de lê-lo, principalmente se levarmos em conta a considerável dificuldade do Sr. Josué em ler. E foi um canal da TV aberta do Ceará que o fomentou durante muito tempo a “curiosidade arqueológica” nele.

É o seguinte, aqui no Ceará tinha uma televisão cultural, televisão cultural chamava de ‘Canal 5’. Tinha um ‘5’ assim bem grande [logotipo], *aí passava uns documentário de escavamento, sabe? Eu assistia aquilo, e aquilo me despertou. Trazia as coisas que [o questionava]: ‘eles tão cavando o quê?’* (risos) () *aí eu sabia que tava atrás de ciência, né? Resposta. Aquilo [era] uma coisa muito séria, cara, uma coisa muito séria. Tava atrás de resposta debaixo da terra, né? Porque ali tinha uma moradia de um cidadão, aí, quem era esse cidadão? Era um coronel fulano de tal. Que nem aqui tem [tinha] um Zé Rodrigue, que morou aculá. Lá o sítio lá é bonito, é tão bonito que eu sonho com isso e a comunidade conhece tudinho, sabe? Só o que a comunidade sabe é desse Zé Rodrigues, e lá dizem que lá tem muitas coisa de ouro guardadas [botijas], o pessoal fala. E lá não tinha banco, e ele era de fora, quando ele tava bebendo aí no final de semana, não passava gente aí na praia, não [ele impedia]²⁰¹.*

Voltando a Ingold (2010), como ele mesmo explana, seguir as informações no livro de receitas, em si mesmas, não é conhecimento. Para ele, é mais correto dizer que essas informações abrem caminho para o conhecimento, por estar, no caso de quem cozinha ou coleta artefatos arqueológicos como o Sr. Josué, dentro de atividades já familiares, de certo

²⁰¹ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

ponto, graças às experiências anteriores. “Apenas quando é colocada no contexto das habilidades adquiridas através desta experiência anterior, a informação especifica uma rota compreensível, que pode ser seguida na prática, e apenas uma rota assim especificada pode levar ao conhecimento” (INGOLD, 2010, p. 19). Por isso que todo conhecimento está baseado no processo de habilidade. Da mesma forma como o conhecimento da arqueologia foi adquirido pelo Sr. Josué ao caminhar pelas dunas de Ponta Grossa, esse conhecimento da “tarefagem” também é adquirido, ou potencializado, seguindo as várias informações de livros, documentários e palestras que ele acompanha. Como afirma Ingold (2010), nesse caso não se trata apenas de um conhecimento que lhe foi comunicado, trata-se de um conhecimento que ele mesmo construiu seguindo os mesmos caminhos dos seus predecessores (predecessores também são entendidos aqui como os autores dos livros, documentários, palestras etc.) e orientado por eles. “Em suma, o aumento do conhecimento na história de vida de uma pessoa não é um resultado de transmissão de informação, mas sim de redescoberta orientada” (INGOLD, 2010, p. 19).

Figura 47 - Coleção bibliográfica (livros, publicações, revistas, catálogos) que o Sr. Josué decidiu acoplar ao acervo arqueológico.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

Mas esses procedimentos não seriam entendidos como um ato de copiar? “Copiar”, dispõe Ingold (2010), não é simplesmente fazer uma espécie de transcrição automática de conteúdo mental de uma cabeça para outra, mas, sim, uma questão de seguir aquilo que as outras pessoas fazem. Ao procurar aprender determinado conhecimento, o iniciante sente ou ouve os movimentos do “especialista” daquele assunto “e procura, através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste rítmico de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente” (INGOLD, 2010, p. 21). Copiar, como demonstra Ingold (2010), não é um processo de transmissão de informação, mas de “redescobrimto dirigido”, podendo envolver um combinado de imitação e improvisação. É imitativo quando ocorre sob orientação; e é improvisação quando o conhecimento que é gerado é conhecimento que o iniciante descobre por si mesmo. “Nesta concepção, segundo Bourdieu, a improvisação é ‘tão distante de uma criação de novidade imprevisível’ como a imitação é ‘uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais’” (BOURDIEU, 1977, p. 95 apud INGOLD, 2010, p. 21). Portanto:

O processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de *mostrar*. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo. Aqui, o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado ou ouvido, para poder assim ‘pegar o jeito’ da coisa. Aprender, neste sentido, é equivalente a uma ‘educação da atenção’ (INGOLD, 2010, p. 21, grifo do autor).

De acordo com Correia (2004), o mundo está cheio de sentidos intersubjetivamente partilhados, no qual a comunicação é sua base concreta. Segundo esse autor, é a partir da comunicação que posso perceber o mundo de uma maneira que o mesmo se mostra por completo, ou seja, é a partir da comunicação que eu vejo o mundo como realmente é. Porém, a comunicação só ocorre na realidade do mundo exterior, isto é, a comunicação e a experiência não são comunicáveis. Na verdade, há uma experiência comunicável, não está nem em mim e nem no outro, e muito menos nos objetos. Mas afinal, onde se encontra esta experiência comunicável? A comunicação, para Correia (2004), está no trânsito. No trânsito porque conseguimos perceber uma linguagem, mas não entendê-la. Por exemplo, podemos narrar uma chuva, todos irão saber o que é a chuva, no entanto, cada um terá uma visão, um entendimento do evento “chuva”. Essa compreensão partirá das experiências intersubjetivas de cada um.

A idealização da reciprocidade de pontos de vista graças à qual cada agente parte do princípio que se estivesse no lugar onde Outrem se encontra agora, experimentaria

as mesmas coisas na mesma perspectiva, distância e alcance do que ele; e a idealização da congruência nos sistemas de significação na qual Eu e Outrem aprendemos a aceitar como um dado que as variações na apreensão e explicação que resultam das diferenças entre as novas situações biográficas determinadas carecem de importância para os objetivos práticos comuns (CORREIA, 2004, p. 110).

Ao responder sua questão inicial, Ingold afirma que a contribuição, na passagem das gerações, para a cognoscibilidade, “não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente”, mas, sim, pela construção, “através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação” (2010, p. 21). O conhecer autodidata do Sr. Josué não está nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é agregado à sua vida e consciência, pois se desenrola dentro do campo de prática experienciado por ele. “Estes são termos que descrevem, por um lado, as características da *taskscape* na qual os praticantes estão situados e, por outro lado, a trajetória de sua própria atenção enquanto abrem caminho através dela” (INGOLD, 2010, p. 21). Seguindo Ingold (2010), o processo de aprendizagem é análogo ao próprio processo histórico da vida social daquele que aprende. “Ouvir ou olhar, neste sentido, é acompanhar um outro ser, seguir – mesmo se apenas por um breve momento – o mesmo caminho que este ser percorre pelo mundo da vida, e tomar parte na experiência que a viagem permite” (INGOLD, 2010, p. 22).

“Eu sinto o vermelho, o azul, o quente, o frio”; a frase de Merleau-Ponty (2006) quer demonstrar que somos capazes de entender a percepção por meio da experiência sobre nós mesmos. Porém, Merleau-Ponty renega a definição da percepção por impressão pura. Para ele, “ver é obter cores ou luzes, ouvir é obter sons, sentir é obter qualidades e, para saber o que é sentir, não basta ter visto o vermelho ou ouvido um *lá*” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 25, grifo do autor). As cores não são sensações, são, na verdade, sensíveis, e a qualidade não está em nossa consciência, é uma particularidade do próprio objeto. No entanto, essas qualidades dos objetos não são qualidades de nossa experiência efetiva (o “puro sentir”)? Segundo Merleau-Ponty (2006), não. Isto porque o “puro sentir” resultaria em nada sentir, ou seja, de não sentir de nenhuma forma.

A questão é que acreditamos saber muito bem o que é ver; ouvir; sentir; a percepção nos deu embasamento de objetos coloridos ou sonoros. Ao examiná-los, transportamo-los para a consciência – encubemo-nos da chamada “*experience error*”. Construimos a percepção com o percebido por fim, não compreendemos nem um nem outro, isto porque o percebido é perceptivelmente desobstruído através da percepção (MERLEAU-PONTY, 2006). Em

resumo: “Estamos presos ao mundo e não chegamos a nos destacar dele para passar à consciência do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 26). A reflexão torna sombrio o que era claramente visível. As palavras sentir, ver, ouvir, não são mais tão inteligíveis quanto antes, são agora problemas. Temos, presentemente, que defini-las novamente a partir de suas próprias experiências. Merleau-Ponty (2006) dispõe que além de dados presentes, um contorno evoca outros que vêm para completá-lo. Ao falar de uma mancha vermelha, a aceção da mancha é munida por experiências antecedentes, que aprendi a aplicar. A exemplo de Correia (2004), para Merleau-Ponty (2006) os dois termos não podem ser “identificados” como os “mesmos”, eles podem, entretanto, serem substituídos e indissolúvelmente associados um ao outro. “Nosso campo perceptivo é feito de ‘coisas’ e de ‘vazios entre coisas” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 38). Ou seja, se fosse possível vermos como coisas os intervalos entre as próprias coisas, a perspectiva do mundo seria mudada de uma forma impressionante. Assim:

Não seriam mais os mesmos elementos ligados de outra maneira, as mesmas sensações diferentemente associadas, o mesmo texto investido de um outro sentido, a mesma matéria em uma outra forma, mas verdadeiramente um outro mundo (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 38).

As análises clássicas como da bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1989), do bom senso (GEERTZ, 2001) e da experiência (MERLEAU-PONTY, 2006), por exemplo, juntas à apreciações mais contemporâneas como a educação do olhar (INGOLG, 2010), são destacadas como forma de elucidar as alternativas de produção de conhecimento que vão além das acadêmica e hegemônica. Obviamente, estamos cientes de que todo o pensamento selvagem – e até o bárbaro –, de certa forma, é normalizado. O Sr. Josué também normalizou, nesse sentido, o seu conhecimento, porém, sob outra ótica do que a arqueologia reconhece, a diferença é que ele não o hierarquiza perante outros. Refletir as dinâmicas da construção de estratégias na produção de conhecimento embasada também pela experiência, prática, obviedade e pelo senso comum, são contribuições que esses autores nos possibilitam para pensarmos o conhecimento em outras esferas de poder e política, com outros agentes à frente desse processo. Enfoques como esses fortificam nossa hipótese que afirma a existência de outros conhecedores e conhecimentos fora do mundo absoluto da hierarquização acadêmica.

As abordagens pós-coloniais também são consideradas importantes nesse capítulo, já que, epistemologicamente, refletem sobre o pecado original, de tempos coloniais, dos campos disciplinares das ciências sociais e humanas (RIBEIRO, 2006) – relevando nessa afirmativa, é claro, as muitas críticas que essa abordagem pode receber por ser considerada não tão “pós”

assim. Essas reflexões ganham cada vez mais espaços, pois, como já há muito tempo sabemos, os “nativos” não são mais considerados aqueles povos exóticos que viviam a milhares de quilômetros de nossas casas, eles se aproximaram; hoje se tornaram vizinhos. Evidentemente que essas transformações acenderiam outra crise de representação da antropologia hegemônica: “As linhas entre nativos e não-nativos estavam embaçadas, as estruturas de alteridades socioculturais (Krotz, 1997) aumentaram em complexidade em contextos globais e nacionais” (RIBEIRO, 2006, p. 143).

O que queremos é demonstrar que esses aportes são fundamentais para a construção de um discurso que esteja consciente, ao mesmo tempo, das hegemonias que o conhecimento acadêmico detém, mas que não devem polarizar essas diferenças de formas desiguais, hierárquicas. As análises proporcionaram o entendimento que os espaços de produção de conhecimento são diversos, não podendo alguns deles (hegemônicos) ditarem a forma de articulação de outros considerados hegemonicamente mais frágeis, e nem de tutelá-los, já que os conhecimentos não hegemônicos (como o autodidata) se mostraram capazes de criar e manter os seus próprios espaços de saberes. Embora detentores do conhecimento tido como hegemônico, nosso objetivo aqui é lutar contra a produção do conhecimento acadêmico que oprima a partir da sua hegemonia. Apesar da noção da existência de posições epistêmicas desiguais do etnógrafo e dos nativos na descrição do “lugar de fala” dos atores em jogo na pesquisa, não é objetivo desse estudo ser cúmplice do discurso normalizador. Contudo, importante elucidar que não batalhamos para excluir os conhecimentos vigentes na academia, pelo contrário, acreditamos que eles devam ser usados como forma de complemento de outros conhecimentos, assim como inversamente.

Também o que pretendemos são reflexões que visem à soluções para o caso em Ponta Grossa, com a noção de que a ocorrência de eventos dessa natureza é comum, como exposto em alguns momentos. A visão arqueológica dos especialistas acadêmicos é fundamental nesse sentido. Falas como as da arqueóloga Vanessa Rodrigues, que busca saídas mais do que somente críticas, são bons exemplos:

[...] O que adianta [depois das coletas pelo Sr. Josué terem disso executadas]? É tentar expor [o acervo], né? mesmo, pro pessoal_ *mostrar a importância do que a gente pode extrair de informação daquele material.* [...] Mas o que eu acho que seria interessante: algum projeto de arqueologia na área, entendesse? Pra tentar resgatar o máximo possível, mas aí teria que ver essa questão. [...] Mas um projeto de escavação_ pra dar uma sondada na área, coletano o máximo de material naquela área.

[...] *eu acredito que teria que ter um trabalho extensivo ali de escavação mesmo, entendesse? Na área, numa boa área, né? E tentar englobar o máximo possível da área que ele já passou [...] mas isso vai ser quase impossível. Porque tem que ter verba, tem que o IPHAN se mobilizar também, entendesse?*

Ele [Sr. Josué] num já fez a coleta? Agora é tentar o quê? *Utilizar esse material de alguma forma que_ mostre a importância do local para a comunidade, né? E trabalhar em cima de um trabalho de escavação, né? De sondagem, de olhar a área, e sempre, mesmo que tenha esse trabalho, a gente não vai conseguir pegar toda a área, sempre vai sobrar a alguma coisa, vai faltar alguma área, aí sempre: ‘Ah, encontrei’, depois de uma escavação, quantas vezes a gente já passou, já foi [...] já passou naquele lugar mil vezes e quando chega lá, tem um, algo novo, encontra algo novo. Nunca ninguém vai coletar tudo, sempre tem, digamos, o_ ‘testemunho’ que a gente diz, a gente sempre deixa o testemunho lá, porque quando vier uma outra pessoa, fazer um outro tipo, um outro estudo, vai encontrar algo (risos)*²⁰².

Figura 48 - Sr. Josué Crispim indicando a representantes do IPHAN/CE área com presença de artefatos arqueológicos.



Fonte: Ricardo Arruda, s/d.

Dito isto, será que a arqueologia não pode criar ou assumir, assim como a museologia fez, ramificações taxadas como “sociais”, confrontar as outras visões de forma simétrica, como boa parte da antropologia exerce, ou essa disciplina continuará enfrentando problemas como o ocorrido no exemplo dado sobre o acervo arqueológico musealizado pelo Sr. Josué de

²⁰² Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

forma repressora? Invocando Bhabha: “A força do discurso colonial e pós-colonial como intervenção teórica e cultural em nosso momento contemporâneo representa a necessidade urgente de contestar singularidades de diferença e de articular ‘sujeitos’ diversos de diferenciação” (1998, p. 115).

6 PODER E POLÍTICA: A TENSÃO ENTRE O CONHECIMENTO ACADÊMICO (IDEOLÓGICO) E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ARQUEOLOGIA

6.1 Quando o conhecimento não é libertador: a hegemonia da visão científica na construção do conhecimento normativo

Razão, Verdade, Sabedoria, vacilam e tornam-se idênticas a Delírio, Ilusões, Loucura. O pensador que dá o mergulho é fulminado – vítima de cegueira? Iluminado? O espírito deve retroceder, reagir e o próprio excesso do avanço conduz, por ricochete, a pensamentos regressivos ou reacionários. Alguns desses pensamentos carregam a marca do vazio que os fez recuar e a fratura que quiseram superar... (MORIN, 2005, p. 56-57).

Religando a questão da ciência à condição humana de bem estar, nos questionamos como o meio científico pode trazer liberdade e não nos aprisionar a partir dos seus métodos e conteúdos. Em resumo, como conseguir atingir a harmonia social com base na ciência? Quais instituições estão realmente interessadas na transmissão desse tipo de conhecimento? Ao analisarmos alguns autores, destacamos Morin (2005), o qual dispõe que todo conhecimento é socialmente determinado (credo sociológico) e que o conhecimento tido científico (normativo) gera verdades absolutas, dessa maneira escapa das particularidades (credo científico). Noutra visão, Todorov (2008) afirma que o conhecimento possui somente duas fontes, que é a razão e a experiência, e ambas são inteligíveis a todos, por isso é libertário. No entanto, Morin (2005) aponta que em antagonismo às concepções dessas sociologias “otimistas”, estavam as sociologias “pessimistas”. E, com efeito, são exatamente essas contradições que o processo de conhecimento normativo produz em nós, seres humanos. Em resumo, a incerteza é a maior certeza da humanidade, de acordo com Morin (2005). Assim como se indaga Santos (2008), inspirado em Rousseau (1973), o progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para corromper os nossos costumes? Séculos depois, segundo Santos (2008), as nossas perguntas continuam sendo as mesmas de Rousseau.

Como podemos permitir “que se enxergue nas ciências a expressão de uma racionalidade em livre curso, escapando ao controle dos homens, dedicada a negar, a submeter ou a destruir tudo o que ela não pode reduzir ao calculável e ao manipulável?” (STENGERS, 2002, p. 19) A exemplo de Stengers (2002), não são corriqueiros os casos dos cientistas que questionam a relação entre o serviço proporcionado à ciência e o serviço prestado à humanidade (sociedade). Além disso, a ciência normativa insiste em desconsiderar o conhecimento, que Santos (2008) denomina de “ordinário ou vulgar”, que as pessoas criam e usam para dar sentido às práticas que a visão científica considera irrelevante, ilusória e falsa.

A normalização manifesta-se de maneira repressiva ou intimidatória; calam os que teriam a tentação de duvidar ou contestar. Assim, ainda e sempre, em muitas sociedades, a liquidação física dos heréticos e desviantes normaliza todos. As sociedades culturalmente liberais não utilizam mais esse modo de repressão [questionável], mas persistem nelas várias intimidações ou ‘pressões de pensamento’ (Jean Hamburger) que, onde reine uma ideia incontestada, reduzem os desviantes e os desvios ao silêncio, ao esquecimento ou ao ridículo (MORIN, 2005, p. 31).

Esse “poder”, do conhecimento absoluto, não é entendido somente como repressor, para Foucault (1979). “Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não” (FOUCAULT, 1979, p. 8). O poder seria entendido como apenas proibição, o que é uma noção rasa, para Foucault (1979). Para ele, o saber não seria obedecido se fosse tão somente repressivo. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

O conhecimento da arqueologia não foge desse debate. O material arqueológico, de acordo com Funari (2003), permite leituras diversas. No entanto, aqueles que dominam a ciência da arqueologia, não permitam essas várias formas de leituras, pelo menos as que fogem da ótica da arqueologia normativa. O que Funari (2003) nos propõe é que as respostas que se podem obter dependem das questões que se colocam ao objeto de estudo: “é a maneira de abordar as evidências materiais que as faz falar” (CLEZIOU, DEMOULLE; SCHNAPP apud FUNARI, 2003, p. 44). Mas as realizações – imposições, por natureza – da arqueologia (desde tempos passados) no Brasil parecem apenas se preocupar com as diversas leituras executadas por arqueólogos que não aceitam os desvios da normatização exagerada. “Que sistema de representação está sendo introduzido pelo processo? Qual construção de representação legítima está em jogo e como ela se relaciona com outras estruturas de autoridade?” (CUNHA, 2009, p. 335). Essa concepção fundante que considera somente uma forma de conhecimento “verdadeiro” está integrada à extrema arrogância com que esses “cientistas” se relacionam com seus contemporâneos, que não bebem da mesma fonte normativa. Santos nos elucida essa tensão entre os conhecimentos díspares:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica [pós-moderna] é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. E esta sua característica fundamental é a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem (2008, p. 21).

Nem todos os conhecimentos são repressivos, logicamente. Também nem todos os conhecimentos acadêmicos os são, apesar de serem hegemônicos. Por isso a ideologia tem um papel tão decisivo sobre as produções de conhecimentos, pela forma que os instrumentaliza, para, no caso em debate, perpetuar as diferenças, as posições, delimitar quem pode ou não falar, por exemplo. Mas não é o conhecimento que executa esses processos, é a política hegemônica do saber, que pode tender para o lado do autoritarismo ou da libertação. Por isso a produção acadêmica “está” (diferente de “ser”) voltada, na maioria dos casos, para a opressão, pois está sujeita às lógicas do capitalismo. É por essa razão, por exemplo, que cursos de ciências exatas como engenharia, ou de medicina, nas ciências da saúde, possuem mais possibilidades de atuação no mercado de trabalho, pelo “interesse de rentabilidade”. Pois “As instituições financiadoras só se interessariam pelo que promete ‘aplicações’. Numerosos pesquisadores não poriam seus instrumentos a funcionar a não ser para angariar ‘números’ que pudessem ser úteis à indústria” (STENGERS, 2002, p. 23).

Esse esclarecimento é pertinente para os leitores não considerarem que a discursão visa categorizar (essencializar) o conhecimento acadêmico como opressor. As ciências estão sujeitas a interesses específicos que podem estar alinhados com uma demanda conjuntural da política e economia, isto é, estão sujeitas às ideologias. Como alega Ribeiro, a estrutura e a dinâmica de cada campo científico estão distinguidas “por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes” (2008, p. 111). À vista disso não podemos

tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 103).

Continuando a discorrer sobre produção, poderíamos afirmar que somente o cientista conhece as ciências em detalhe e de primeira mão? Para Latour e Woolgar (1997), professores, jornalistas, o grande público, eles também falam de ciência, só que “de longe”, com mediação dos cientistas, mas, de fato, a conhecem. Como sugere Ribeiro (2006), nesses casos não se distinguem os saberes como “disciplina acadêmica” e “corpo de conhecimento” (saber não-acadêmico), pois o saber acadêmico é incondicional, não existindo outros que

possam ameaçar sua hegemonia, apenas o questionam. Mas certamente “parece ser uma noção equivocada supor que no resto do mundo não se encontrava [com outro tipo de] conhecimento [...]” (DANDA, 1995, p. 23 apud RIBEIRO, 2006, p. 149), da mesma forma que se assemelha a afirmativa equivocada de que: para falar das ciências é preciso ser especialista.

O empecilho, seguindo as concepções de Bourdieu (1997), é que os agentes sociais se inserem na estrutura e posições que dependem do seu capital (científico, simbólico), e as estratégias desenvolvidas por eles dependem, em grande medida, dessas posições e estruturas. Assim, o capital citado pelo autor “refere-se ao que é produzido pelo aparato intelectual construído na escola, nos livros, nas artes, enfim, num universo do qual, em sua maioria, a classe trabalhadora está excluída” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 279). No caso do conhecimento autodidata do Sr. Josué - por não possuir nenhum dos capitais descritos por Bourdieu (1997) -, as estratégias para o reconhecimento científico são hiperbolicamente difíceis, mesmo apesar de Lévi-Strauss (1989) afirmar que o “conhecimento concreto” não é menos científico e seus resultados não são menos reais do que as ciências naturais e exatas, por exemplo. Além disso, são mais antigos do que muitos conhecimentos, inclusive o acadêmico: “Assegurados dez mil anos antes dos outros, são sempre o substrato da nossa civilização” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31).

Para Stengers (2002), essa omissão do cientista ao paradigma da comunidade social a qual faz parte não pode ser entendida como um defeito, infelizmente. “Segundo Kuhn, é a ela [omissão] que devemos o que chamamos de ‘progresso científico’, o modo cumulativo de avançar, graças ao qual cada vez mais fenômenos tornam-se inteligíveis, tecnicamente controláveis e teoricamente interpretáveis” (STENGERS, 2002, p. 12). As contribuições sociais das pesquisas são, geralmente, postas como secundárias, por acreditarem que essa preocupação diminui o progresso e refinamento científicos. Isso ocorre, segundo Stengers (2002), porque é garantido algo essencial aos cientistas: a autonomia da comunidade científica em relação ao seu espaço político e social. O que ainda não justifica a cisão entre ciência e sociedade. O conhecimento científico não poderia se impor simplesmente de forma tácita, é necessário que a ciência tenha conteúdos explícitos e/ou explicitáveis. Porém, ainda é mantido a visão positivista, pois:

A leitura proposta por Thomas Kuhn justifica portanto uma diferenciação radical entre uma comunidade científica, criada por sua própria história, dotada de instrumentos que incluem indissociavelmente a produção (pesquisa) e a reprodução

(formação daqueles que estão autorizados a participar dessa pesquisa) e um meio que, se pretende beneficiar-se dos subprodutos dessa atividade, deve limitar-se a falar sem pedir-lhe explicações. Ninguém deve, com relação ao cientista em atividade, beneficiar-se de uma relação de força que lhe permita impor questões que não são as ‘boas’ questões de sua comunidade. Todo ataque à autonomia de uma comunidade trabalhando sob paradigma redonda, com efeito, em ‘matar a galinha dos ovos de ouro’, em profligar a condição de possibilidade do progresso científico (STENGERS, 2002, p. 14).

Como explana a autora Stengers, sobre a solidariedade entre as práticas científicas e seu ambiente: “O cientista não é mais o produto de uma história social, técnica, econômica, política como qualquer ser humano. Ele tira partido ativo dos recursos desse ambiente para fazer prevalecer suas teses e ele *esconde* suas estratégias sob a máscara da objetividade” (2002, p. 18, grifo da autora). Nesses casos, não há uma prestação de conta com a sociedade. “*Prestação de contas, Weber nos diz, é do que se trata a burocracia, e prestar contas é aquilo em que muitos burocratas investem muita energia para abortar ou evitar. Um cínico poderia definir poder como o direito de não prestar contas*” (HERZFELD, 1992, p. 122 apud RIBEIRO, 2008, p. 114, grifo do autor).

Quanto mais restrito é o objeto de estudo, mais rigoroso é o conhecimento, segundo Santos (2008). “Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor” (SANTOS, 2008, p.74). Essa disciplinarização do saber científico, para o autor, faz do cientista um ignorante especializado. Em outras palavras, a normalização impõe-se contra o desvio, ela também impõe as normas e indica quais são os limites que não se pode ultrapassar. Morin afirma que “A aparência da verdade absoluta nada mais é do que o resultado de um conformismo absoluto” (2005, p. 45). A normalização junto com o *imprinting* (MORIN, 2005), mantém a invariância das estruturas que manipulam o conhecimento, que por sua vez assegura a normalização e o *imprinting*. Assim é mantida a perpetuação do conhecimento e suas verdades absolutas.

[...] está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência (isto é, a delimitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos). Os cientistas dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segunda a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem (BOURDIEU apud FUNARI, 2003, p. 107).

O conhecimento é, para Kuper (2002), culturalmente construído e também culturalmente relativo. Como consequência, não existem conhecimentos absolutos e/ou universais. Segundo Kuper (2002), a própria ciência necessita ser abordada a partir de um discurso cultural que detém um propósito ideológico. “As invocações da ciência

[reivindicadas pela objetividade e autoridade] estão disfarçadas de jogos de poder, estratégias para a imposição de um conjunto de valores em todo o mundo” (KUPER, 2002, p. 279). Morin (2005) nos incita a questionar dois aspectos contraditórios na história do conhecimento (normativo). De um lado as verdades absolutas, do outro lado o progresso desgastante e a corrosão da dúvida. Por isso, para ele, mesmo que nos encontremos em um espaço de rico conhecimento normativo, esse conhecimento está, no entanto, agonizante e vacilante. Esse conhecimento não poderia mais nos salvar - se é que um dia chegou a fazê-lo. Morin (2005) deixa seus questionamentos fluindo: será possível termos ainda esperança na criação de um conhecimento sem fundamentos normativos? Para isso ocorrer, é preciso que a humanidade seja capaz de superar e transcender o processo de alienação e manipulação que o conhecimento normativo carrega.

Eu defendo apenas que a expansão científica não tem nada de humano. Talvez nosso cérebro seja apenas o portador provisório de um processo de complexificação. A tarefa agora seria a de desconectar este processo daquilo que o transportou até o momento. Estou convencido que é isto que vocês [os cientistas!] estão fazendo. A informática, a engenharia genética, a física e a astrofísica, a astronáutica, a robótica já trabalham com esta preservação da complexidade em condições de vida independentes da vida sobre a Terra. Mas não vejo o que isto tem de humano, se por humano entendermos as coletividades com suas tradições culturais, estabelecidas desde determinada época sobre zonas precisas do planeta. Tenho certeza que este processo ‘a-humano’ possa ter, além de seus efeitos destrutivos, algumas boas consequências para a humanidade. Mas isto não tem nada a ver com a emancipação do homem (LYOTARD, 1988, p. 38 apud LATOUR, 2003, p. 61).

Na ótica de Feyerabend (2011), as teorias só deixam de ser “abstrusas” depois de terem sido gastas (usadas) por partes incoerentes. Logo, a história da ciência não é feita de elucidação, mas sim de obscuridade. Esse “não-método”, esse aspecto insensato, esse “tudo vale” são os responsáveis pelo êxito e nitidez das teorias empíricas, ou seja, aqui se encontra a exigência de multifacetar a ciência. Assim, tornar-se-á elucidativa. Portanto, “sem um constante mau uso da linguagem não pode haver descoberta ou progresso” (FEYERABEND, 2011, p. 33). Isso não significa necessariamente que o uso de palavras como “progresso” e “avanço” faça com que você esteja de posse de algum conhecimento que distingue boas e más competências sobre as ciências ou que seja capaz de impor conhecimento a alguém. Cada um lerá tais palavras ao seu modo, de acordo com suas experiências e posições. Dessa forma, a palavra “progresso” mudará de sentido para um empirista em relação a outro cientista qualquer, e assim por diante.

Quanto mais mediações, melhor. Isso é tão verdadeiro para a química quanto para a botânica, a psicologia e a etnografia. Acreditar que envolvimento, transformação, adulteração, reformatação e deslocamento enfraquecem a ‘Ciência Pura’ da

‘Objetividade Pura’ é nunca ter visto um cientista praticante trabalhando (LATOURE, 2015, p. 76).

O cientista deve empregar metodologia pluralista, como já afirmamos. Em outras palavras, se se deseja ampliar seu conteúdo empírico, ele deve introduzir concepções novas. E a ideia aqui não é um planejamento de teorias coerentes, convergentes, não é a procura pela verdade, é na realidade um vasto campo de alternativas, inclusive incompatíveis. Até porque a ciência não é uma busca pela verdade, se assim fosse, seria uma ciência falsa, pois a verdade acessa o mundo a partir de caminhos infinitos, segundo Feyerabend (2011). Assim, “nada é jamais definitivo, nenhuma forma de ver pode ser omitida de uma explicação abrangente” (FEYERABEND, 2011, p. 41). A missão do cientista já não é mais a busca pela verdade, sua verdadeira tarefa é tornar forte o que é fraco, na visão desse autor. Pois “A ciência não é produzida cientificamente, assim como a técnica não o é tecnicamente, a organização organizadamente ou a economia economicamente” (LATOURE, 1994, p. 114). Nesse sentido, Santos diz que já teve:

ocasião de referir que o fundamento do estatuto privilegiado da racionalidade científica não é em si mesmo científico. Sabemos hoje que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado (2008, p. 88).

De acordo com Foucault, para pertencerem ao domínio da cientificidade, as presunções precisam obedecer à certas leis de construção (teorias), como por exemplo: “afirmações que tivessem o mesmo sentido, que dissessem a mesma coisa, que fossem tão verdadeiras quanto elas, mas que não se prendessem à mesma sistematicidade, seriam excluídas desse domínio” (2008, p. 205). Mas enganam-se aqueles que acham que o saber é canteiro epistemológico que desaparece na ciência que o atinge. Assim como a ciência, o saber “localiza-se em um campo [...] e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações” (FOUCAULT, 2008, p. 206). Para o mesmo autor, não há uma relação de particular exclusão entre o saber e a ciência. O saber busca a parte que se furta e resiste à ciência, e a ciência busca a parte que ainda não foi influenciada pelo saber. É dessa maneira que Foucault (2008) tenta nos passar uma forma benéfica da ciência existir no elemento do saber. Mas a ciência não abrangeria uma hegemonia sobre o saber durante essa relação “simétrica”? Foucault expõe que:

É sem dúvida aí, nesse espaço de ação, que se estabelecem e se especificam as relações da ideologia com as ciências. A influência da ideologia sobre o discurso

científico e o funcionamento ideológico das ciências não se articulam no nível de sua estrutura ideal (mesmo que nele possam traduzir-se de uma forma mais ou menos visível), nem no nível de sua utilização técnica em uma sociedade (se bem que esta possa aí entrar em vigor), nem no nível da consciência dos sujeitos que a constroem; articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber (2008, p. 207).

Os saberes – que inclui o autodidatismo -, para Foucault (2008), não constituem uma ciência pelo simples fato de se juntarem, como uma estrutura definida. O sistema de relações deles é, para o autor, “certamente, menos estrito; mas não são, tampouco, conhecimentos acumulados uns ao lado dos outros, vindos de experiências, de tradições ou de descobertas heterogêneas e ligados somente pela identidade do sujeito que os detém” (FOUCAULT, 2008, p. 203). Mas eles são a base para a qual são construídas proposições coerentes (ou não), na qual desenvolvem definições mais ou menos exatas, que e realizam averiguações e estendem teorias. “Formam o antecedente do que se revelará e funcionará com um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado” (FOUCAULT, 2008, p. 203). E esses saberes, que podem se tornar científicos ou não, não se tratam

de um pré-conhecimento ou de um estágio arcaico no movimento que vai do conhecimento imediato à apoditicidade; trata-se dos elementos que devem ter sido formados por uma prática discursiva²⁰³, para que, eventualmente, se constituísse um discurso científico, especificado não só por sua forma e seu rigor, mas também pelos objetos de que se ocupa, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza (FOUCAULT, 2008, p. 204).

A coerência que exige que as hipóteses novas, segundo Latour (1994), se adéquem à teorias aceitas, não tem nenhuma razão de ser advogada, isto porque o que se preserva não é a melhor e sim a mais antiga teoria. Feyerabend (2011) também corrobora com essa perspectiva. Como citado anteriormente, ele enfatiza novamente que a primeira teoria ajustada tem a primazia sobre as teorias posteriores a ela, mesmo que sejam igualmente adequadas. É preservada porque é mais antiga, mais familiar, e não porque é possuidora de qualquer vantagem. É importante salientar que não adianta em nada acrescentarmos teorias novas de “caráter igualmente insatisfatório”, essa tentativa não terá nenhum tipo de êxito. Além disso, sua implantação será um pouco condensada: “Manuais terão de ser reescritos, precisarão sofrer revisões os currículos universitários e os resultados experimentais serão reinterpretados” (FEYERABEND, 2011, p. 49). Ou seja, não adianta a arqueologia renovar

²⁰³ “Não podemos confundi-la [a prática discursiva] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

suas epistemologias com o objetivo de contribuir socialmente se continuar com a mesma postura de exclusão participativa e popular.

E qual seria o resultado final de teorias que continuam se “reformulando” e aplicando as mesmas falhas? Para Feyerabend (2011), outras teorias sem nenhuma vantagem empírica, em relação às substituídas. O autor frisa que as teorias não devem ser alteradas sem justificativas prudentes, a menos por motivos urgentes, e, para ele, a única razão seria a discordância com fatos – no nosso caso, a releitura da arqueologia acadêmica.

Os males [...] [da] parcelização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo são hoje reconhecidos, mas as medidas propostas para os corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade (SANTOS, 2008, p. 75).

É necessária a variedade de opiniões para o conhecimento. Qualquer fundamento é apto de aprimorar nosso conhecimento. O cientista interessado em disseminar seu conhecimento empírico, buscando, dessa forma, um maior entendimento de sua própria teoria, deve adotar uma metodologia pluralista. Comparando sua teoria com outras teorias, tentará, assim, não afastá-la, mas sim aperfeiçoá-la. “Teorias são substituídas por versões mais de acordo com as inclinações da época e são abandonadas muito antes de terem tido ocasião de exhibir suas virtudes” (FEYERABEND, 2011, p. 68). Em diversos casos, segundo o autor, a ciência moderna é mais nebulosa e densa do que foram suas ascendentes dos séculos XVI e XVII, por exemplo.

Resumindo esta curta e incompleta relação: para onde quer que olhemos, desde que tenhamos paciência e selecionemos a evidência sem preconceitos, verificamos que as teorias falham no retratar adequadamente certos *resultados quantitativos* e que, em surpreendente grau, se revelam qualitativamente inidôneas. A ciência nos oferece teorias de grande beleza e refinamento. A ciência moderna desenvolveu estruturas matemáticas superiores a tudo quanto já existiu em matéria de coerência e generalidade. Entretanto, para que esse milagre se realizasse, foi preciso atribuir todas as dificuldades surgidas à *relação* entre teoria e fato, ocultando-as por meio de aproximações *ad hoc* de outros recursos (FEYERABEND, 2011, p. 86, grifos do autor).

O que fica bem claro é que Feyerabend (2011) acredita que a instabilidade constrói o conhecimento, as dúvidas são essenciais na edificação do conhecimento. As pesquisas surgem a partir da dúvida. Ou seja, nessa perspectiva, seria redundante querer conhecer um mundo que já se conhece, pelo contrário, o desejo seria conhecer um mundo novo, cheio de dúvidas, onde nunca se esteve. Só assim poderia canalizar a pluralidade. Mas parece que acontece o contrário em muitos campos disciplinares. Conforme Barth,

O trabalho de *Vida de laboratório*, de Latour e Woolgar (1997), argumenta de maneira convincente que as diversas estruturas, convenções e contextos institucionais de produção de conhecimento determinam, mesmo no caso das modernas *hard sciences*, os critérios pragmáticos usados por seus participantes para julgar a validade das afirmações e declarações em respectivos campos, e com isso moldam o edifício do conhecimento, sempre em constante mudança (2010, p. 198-199, grifo do autor).

Mas, então, “qual [é] a utilidade de um argumento que não consegue influenciar as pessoas?” (FEYERABEND, 2011, p. 31). Para Feyerabend (2011), o problema não acontece exatamente dessa maneira. Tais padrões de ensino e defesa da essência não são apenas colocados à frente do espírito do diligente tentando deixá-los o mais claro possível. Um aluno, por exemplo, que se mantém fiel aos paradigmas e padrões conceituais de seu mestre, possivelmente aceitará sem questionamento a explicação do sistema que irá torná-lo racional. Por isso, para Barth (2010), considerando o conhecimento como modalidade cultural – da mesma forma como Kuper (2002) -, o conhecimento é moldado por procedimentos de reprodução e de fluxo: “é ensinado, aprendido, emprestado e criado”. Será que a arqueologia está preocupada com as demandas sociais quando transmite, reproduz e modifica seu conhecimento?

Eles detêm todas as fontes de poder, todas as possibilidades críticas, mas as deslocam de instância em instância, com tal rapidez que nunca é possível pegá-los com a mão na massa. Sim, decididamente, eles são, foram, quase foram, acreditaram-se invencíveis (LATOUR, 1994, p. 44).

6.2 É possível uma ciência social da produção da ciência?

Segundo Funari (2003), em muitos países, a arqueologia se encontra consideravelmente bem inserida na sociedade, o que, definitivamente, não é o caso do Brasil. Os interesses arqueológicos estão muito afastados dos interesses populares, não só indígenas e quilombolas, como coloca Funari (2003). O autor afirma que qualquer “arqueólogo precisa estar convicto de que qualquer escavação deve resultar em uma publicação, acessível à comunidade científica” (FUNARI, 2003, p. 109), mas somente isso não basta para superarmos a dificuldade da arqueologia em manter algum grau de ressonância com a população em geral. Claro que produzimos ciência para a ciência, mas não só. A ciência requer, sim, preocupações para com as suas contribuições sociais, ou ela só existiria para satisfazer o “anatismo sociológico”, que pode ser entendido como o fissuramento da ciência pela repetição de discursos intramuros dos recintos acadêmicos. Aliás, como se questiona Bourdieu: “Quais são

os usos sociais da ciência?” É possível produzir uma ciência “capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência?” (1997, p. 18).

Antes de tudo, é preciso não cair na armadilha de achar que é possível reduzir as leis do respectivo campo científico de acordo com os desejos exclusivos das leis sociais externas, Bourdieu (1997) chama esse erro de “curto-circuito”. Sabemos de uma coisa, os método de escavação-publicação-salv guarda não mostra resultados positivos nesse sentido. Funari tem total razão ao afirmar que “artefatos descobertos não podem ficar abarrotando os depósitos, inéditos; análises e interpretações têm de vir a público e ser debatidas” (2003, p. 109). Mas como, e que público é esse? Não adianta os regulamentos, em vários países, que só permitem o desenvolvimento de projetos arqueológicos perante a garantia da disponibilização dos relatórios da escavação quanto ao material recolhido²⁰⁴. Esses profissionais devem ter em mente que “ser arqueólogo implica considerar que os objetos devem ser incluídos no cotidiano das pessoas, de forma a torná-los significativos para a sociedade em geral” (FUNARI, 2003, p. 110). Nesse sentido, Latour, dispõe que: “Quem nunca sentiu vibrar dentro de si esta dupla potência, ou quem nunca foi obstinado pela distinção entre o racional e o irracional, entre falsos saberes e verdadeiras ciências, jamais foi moderno” (1994, p. 41).

Considerando, a exemplo de Ribeiro (2006), a antropologia como um discurso “político cosmopolita” referente à importância da variedade de conhecimentos para a humanidade, então, estaríamos afirmando que a arqueologia deveria deixar de seguir preceitos “científicos”? Aliás, se consideramos que a antropologia enxerga a existência de “antropologias da antropologia”, de “conhecimentos do conhecimento”, assim como em Viveiros de Castro (2002), essa ciência seria uma não-ciência ou uma ciência menor? A resposta é não para as duas indagações.

A ideia antropológica de cultura coloca o antropólogo em posição de igualdade com o nativo, ao implicar que todo conhecimento antropológico de outra cultura é culturalmente mediado. Tal igualdade é, porém, em primeira instância, simplesmente empírica ou de fato: ela diz respeito à condição cultural comum (no sentido de genérica) do antropólogo e do nativo. A relação diferencial do antropólogo e o nativo com suas culturas respectivas, e portanto com suas culturas recíprocas, é de tal ordem que a igualdade de fato não implica uma igualdade de direito — uma igualdade no plano do conhecimento (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 114-115).

²⁰⁴ Para Bezerra de Almeida (2003), a divulgação desse material de pesquisa é obrigação, visto que é um dos pressupostos de qualquer ciência. “Afinal, a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 275).

Porém, de acordo com Viveiros de Castro (2002), o antropólogo detém uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso construído pelo antropólogo não pode ser encontrado no mesmo plano do discurso do nativo: [...] “o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115). A ciência do antropólogo é de outra ordem que a ciência do nativo, como bem disse o autor. Viveiros de Castro toma as concepções “nativas” no mesmo plano que as concepções “antropológicas”, mas isto não quer dizer que elas sejam iguais, o que ele afirma é que ambas as ideias são portadas por uma equivalência de direito entre os discursos, “bem como a condição mutuamente constituinte desses discursos, que só acedem *como tais* à existência ao entrarem em relação de conhecimento” (2002, p. 125, grifo do autor). Viveiros de Castro nos oportuniza, com uma visão não-romântica, ainda mais elucidativa:

Os conceitos antropológicos atualizam tal relação, e são por isso completamente relacionais, tanto em sua expressão como em seu conteúdo. Eles não são, nem reflexos verídicos da cultura do nativo (o sonho positivista), nem projeções ilusórias da cultura do antropólogo (o pesadelo construcionista). O que eles refletem é uma certa relação de inteligibilidade *entre* as duas culturas, e o que eles projetam são as *duas* culturas como seus pressupostos imaginados. Eles operam, com isso, um duplo desenraizamento: são como vetores sempre a apontar para o outro lado, interfaces transcontextuais cuja função é representar, no sentido diplomático do termo, o outro no seio do mesmo, lá como cá (2002, p. 125, grifos do autor).

O acontecimento narrado pelo Sr. Josué sobre o artefato que ele denomina como “aglomerado” (ver figura 39) que, segundo ele, não foi classificado como arqueológico por uma arqueóloga durante o inventário do acervo, pois não considerou em momento algum sua argumentação contrária à decisão tomada por essa profissional - como vimos nos capítulos 3 e 4 -, nos remete à questão da “equivalência de direito” e não de igualdade entre os conhecimentos, proposta por Viveiros de Castro (2002). Esse episódio ganhou tanta importância em nosso debate, menos pela certeza se se tratava mesmo de um artefato arqueológico ou não, e mais pela autoridade (normativa) arqueológica impedir a opinião de um detentor de conhecimento diferente da primeira. Essa profissional realizou aquilo que Ribeiro denomina como “provincianismo metropolitano”, que “significa a ignorância que centros hegemônicos geralmente têm da produção de centros não-hegemônicos” (RIBEIRO, 2006, p. 158).

No mínimo, o mais ético e prudente seria entender por que o Sr. Josué considerou aquele artefato como arqueológico. Levar o conhecimento autodidata “a sério”, é justamente

isso: “ouvir/olhar a voz nativa”. “Levar a sério” significaria, então, “acreditar” no que dizem os nativos, tomar seu pensamento como exprimindo uma verdade absoluta sobre o mundo? De forma alguma. Essa é outra questão mal colocada, afirma Viveiros de Castro (2002). Portanto, levar “a sério” o conhecimento do Sr. Josué não significa acreditar, necessariamente, que aquele artefato é verdadeiramente arqueológico. Assim como Viveiros de Castro (2002) responderia, beber dessa atitude não significa tomar o pensamento do nativo como revelando uma a única verdade.

Indaguei o que aconteceria se recusássemos a vantagem epistemológica do discurso do antropólogo sobre o do nativo; se entendêssemos a relação de conhecimento como suscitando uma modificação, necessariamente recíproca, nos termos por ela relacionados, isto é, atualizados. Isso é o mesmo que perguntar: o que acontece quando se leva o pensamento nativo a sério? Quando o propósito do antropólogo deixa de ser o de explicar, interpretar, contextualizar, racionalizar esse pensamento, e passa a ser o de o utilizar, tirar suas conseqüências, verificar os efeitos que ele pode produzir no nosso? O que é pensar o pensamento nativo? Pensar, digo, sem pensar se aquilo que pensamos (o outro pensamento) é ‘aparentemente irracional’, ou pior ainda, naturalmente racional, mas pensá-lo como algo que não se pensa nos termos dessa alternativa, algo inteiramente alheio a esse jogo? (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 129).

Aceitar outros conhecimentos, que não aqueles os quais nossa disciplina comunga, mas que são tão importantes e necessários quanto os nossos, não é considerar nossa ciência menos ciência, ou até mesmo não-ciência. Mas, segundo Latour (2015), essa discussão não é significativa. Para ele: “Ser ou não ser científico não é a questão”. De acordo com o autor, debates extensos sobre a “cientificidade” da antropologia sugerem que a ciência incide apenas em método e rigor que há inteiramente “por trás das câmeras”. Não é necessário discutirmos se a antropologia “deve imitar as ciências naturais, definir-se separadamente, limitar-se a círculos hermenêuticos ou se remodelar enquanto literatura de viagem” (LATOUR, 2015, p. 73). O debate sobre o método científico se encontra consideravelmente presente nos livros introdutórios das ciências sociais. Por outro lado, questões de metodologia nunca estão presentes nos livros didáticos das ciências naturais. “Sem dúvida, epistemólogos e filósofos da ciência escrevem bastante sobre ‘o método científico’, mas os cientistas naturais de modo bem sensato não se dão ao trabalho de lê-los” (LATOUR, 2015, p. 73). De acordo com o autor, os cientistas sociais consideram essas discussões sérias porque, simplesmente, são inseguros sobre seu próprio regulamento científico. E o que aconteceria se a antropologia rejeitasse “os sonhos inúteis” da rigidez metodológica, “onde fica a antropologia se ela tenta imitar não a pureza daquilo que imagina nas ciências naturais, mas a produtividade real dessas disciplinas – encarnadas nas agências novas que mobilizam?” (LATOUR, 2015, p. 74). Ele continua:

O rigor na ciência é mais uma questão de logística do que de método, porque objetividade, certeza e controle só são exigidos quando grandes volumes de dados precisam ser armazenados, transportados, combinados e modelados. [...] A ciência encontra-se no seu máximo de produtividade quando define novas agências que compartilham suas vidas com uma comunidade científica. São, então, somente os cientistas sociais que colocam o carro na frente dos bois ao discutir o rigor e a certeza de um fato antes de terem definido as novas agências em exame. Tal retórica metodológica na antropologia faz tanto sentido quanto a construção de uma rodovia com seis pistas de largura e várias centenas de metros de comprimento localizada no meio do nada. Ela seria robusta e ‘rigorosa’, mas para onde iria levar? Que tipo de tráfego foi projetada para transportar? Essas são as perguntas que têm precedência às dimensões reais da estrada (LATOURE, 2015, p. 74).

A antropologia, conforme Latour (2015), é uma das disciplinas mais avançadas, produtivas e científicas entre as ciências sociais e naturais, apesar disto ser pouco reconhecido. E, para ele, é irrelevante as pessoas dizerem que a antropologia acumula muitos factoides que não são científicos o bastante; que eles são extremamente controversos, mergulhados em narrativas, subordinados a protocolos incertos e altamente idiossincráticos; que não obedecem aos ideais da epistemologia. Além disso, “Vemos então que numerosos conceitos, problemas, entidades e agentes propostos pelas teorias antropológicas têm sua origem no esforço imaginativo das sociedades mesmas que elas pretendem explicar” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 126). Um conceito, para Viveiros de Castro (2002), é uma relação entre ideias e agenciamento de instituições pré-conceituais. No caso da antropologia, essas ideias abarcam a relação entre as concepções do antropólogo e as do nativo (relações de relações). Ou seja, “Os conceitos nativos são os conceitos do antropólogo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 128). Viveiros de Castro (2002) ainda se questiona se a “originalidade” da antropologia se dá na sinergia entre as ideais e práticas derivadas dos mundos dos sujeitos de pesquisa (na concepção do autor, “sujeito” ou “objeto”). Para ele, assim como em Latour (2015), ao reconhecer o que foi dito, entre diversas outras coisas, ajudaria a diminuir o complexo de inferioridade dos antropólogos diante das “ciências naturais”.

A descrição do *kula* está em paridade com a dos buracos negros. Os sistemas complexos de alianças sociais são tão imaginativos quanto os cenários evolutivos complexos concebidos para os genes egoístas. Entender a teologia dos aborígenes australianos é tão importante quanto mapear as grandes fendas submarinas. O sistema fundiário trobriandês é um objetivo científico tão interessante quanto a perfuração das calotas polares. Se falarmos do que importa numa definição de uma ciência – a inovação nas agências que aparelham nosso mundo – a antropologia pode bem estar perto do topo na ordem de hierarquia disciplinar (LATOURE, 2015, p. 75, grifo do autor).

O que Latour (2015) está afirmando é que o objetivo das ciências, sejam elas sociais ou naturais, não é produzir verdades absolutas, mas sim discutíveis, como supracitado

algumas vezes durante este capítulo. As ciências sociais e naturais, e aqui a arqueologia também se enquadra, devem realizar o trabalho de produzir verdades que possam ser discutidas. A finalidade é produzir debates públicos e não apenas normatização. Mas não devemos esquecer: “Ser ou não ser científico não é a questão”.

Já alegamos que a museologia alargou sua metodologia para abarcar o termo social. Essa transformação teve início com a denominada “Nova Museologia”²⁰⁵ (BRULON SOARES, 2012). Segundo Brulon Soares (2012), a perspectiva científica sobre o campo da museologia passou por mudanças a partir da década de 1970. A nova ótica, da museologia social, compreende a disciplina como um campo que tem o humano como objeto (ciência humana), sujeita, dessa forma, a toda complexidade da vida social. “O humano e a realidade social no contemporâneo requerem que sejam entendidos em complexidade e subjetividade” (BRULON SOARES, 2015, p. 58). É na museologia social onde melhor podemos observar essas novas perspectivas teórico-metodológicas pautadas pela “nova” museologia, que são mais explicitamente consolidadas no exemplo dos museus comunitários.

Para Lersch e Ocampo (2004), museu comunitário é uma ferramenta para a construção coletiva de indivíduos, ao mesmo tempo em que as comunidades o apropriam para fundamentar e enriquecer as relações em seu interior e desenvolver a consciência da história local. O espaço do museu comunitário auxilia no empoderamento de suas próprias identidades. Dessa mesma forma, “o museu também é um instrumento para analisar a memória, para reinterpretar o passado e discernir o aprendizado de experiências anteriores” (Lersch e Ocampo, 2004, p. 3). Consequentemente, por ser um instrumento de geração de consciência, o museu comunitário é uma ferramenta que convoca os indivíduos à ação, para intervir na história e transformá-la. Este espaço serve para recuperar e manter a posse do patrimônio, permitindo uma interpretação simbólica do que é chamado de “seu”, elaborando-a em sua própria linguagem, segundo Lersch e Ocampo (2004). Mais do que um produto, os Museus Comunitários são processos e instrumentos “para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade” (Lersch e Ocampo, 2004, p. 4).

Não se tratava mais, entretanto, apenas de animar o museu ou de o abrir a um público amplo, tratava-se fundamentalmente de atuar no sentido de fazer com que

²⁰⁵ Desvallées (2015b apud SANTOS, 2017) afirma que o termo “nova” é uma reação a museologia tradicional, e não algo novo, revolucionário. É uma releitura da arcaica museologia para a museologia social (nova museologia), no sentido de construir uma relação mais democrática entre a população e o patrimônio.

esse mesmo público se apropriasse dele, que ele tomasse a iniciativa de suas ações e, ainda, fizesse de todo o seu patrimônio a base do museu (DESVALLÉES, 2015a, p. 97 apud SANTOS, 2017, p. 121).

Segundo Santos (2017), Varine (2013) afirma que a nova museologia é baseada em dois princípios: a) a função social do museu (princípio político) e; b) valorização e reconhecimento dos diversos saberes da população (princípio empírico). Porém, é preciso lembrar que, de acordo com Brulon Soares (2012), o campo da museologia se encontra ainda em constituição.

De acordo com a matriz de pensamento dita ocidental, pensar racionalmente é desviar-se das ideias vagas, dos conceitos fluidos, ‘abandonando tudo isso a uma família de disciplinas mal separadas ainda da filosofia-mãe que as engendrou’ e que se classifica sob o nome impreciso de ‘ciências humanas’ ou ‘ciências sociais’ (MOLES, 1995, p.17 apud BRULON SOARES, 2012, p. 57).

Diferentemente do que se costuma afirmar, a museologia não é somente denominada como ‘trabalho prático’. Brulon Soares define a museologia como disciplina independente, seu objeto de estudo é, “ao mesmo tempo um aspecto da existência material do mundo e de suas relações e fenômenos” (GREGOVARÁ, 1981, p. 34 apud 2015, p. 59).

Foi, sobretudo na Europa central, que certos acadêmicos começaram a privilegiar uma visão mais ampla e mais teórica da museologia. Nos anos de 1980, com a primeira publicação que pretendia discutir a museologia de forma aberta e democrática, para criar um fórum mundial de debate no campo que se inaugurava como tal, Vиноš Sofka e Jan Jelínek foram os primeiros a levantar abertamente a questão: ‘museologia, ciência ou apenas trabalho prático do Museu?’ E foi na tentativa de responder a tal pergunta que se formou, a partir de então, talvez a mais relevante discussão travada no seio do ICOFOM²⁰⁶ até o presente (BRULON SOARES, 2012, p. 64).

A confusão se dá, principalmente, entre os conceitos de museologia e museu. A museologia é uma disciplina social aplicada (ou humana, de acordo com Brulon Soares, 2012), que tem como objeto de estudo o fato museal (RUSSIO, 1990 apud BRULON SOARES, 2012), que é a relação profunda entre o ser humano e o objeto num cenário, ou seja, a museologia estuda a relação do ser humano com seu patrimônio. A problemática inserida aqui, a partir da museologia, seguindo as concepções de Duarte Cândido (2013), é a identificação e análise do comportamento desses indivíduos frente ao seu patrimônio, além do desenvolvimento de processos tanto técnicos quanto científicos para que, a partir da relação, o patrimônio torne-se herança cultural e contribua para a construção e fortalecimento das identidades coletivas. No caso, seria a aplicação da cadeia operatória da museologia (BRUNO, 1998 apud DUARTE CÂNDIDO, 2013), conhecida também como processo de musealização (salvaguarda, pesquisa e comunicação do patrimônio). Fica claro que a

²⁰⁶ *International Committee for Museology* (Comitê Internacional de Museologia).

definição da museologia como um ramo de conhecimento que diz respeito aos objetivos e à organização de museus é pouco abrangente, tendo em vista o grande e diversificado campo da museologia atual, levando em consideração os museus tradicionais e as novas propostas museais (DUARTE CÂNDIDO, 2013). Portanto, os museus são locais que abrigam os vestígios da trajetória humana e, assim como afirma Chagas (2003 apud DUARTE CÂNDIDO, 2013), é também o local onde a poesia sobrevive. O museu é compreendido como um espaço de interação social junto ao patrimônio. O cenário institucionalizado ultrapassa as paredes dos museus, constituindo um território de intervenção. Se a museologia é o estudo do fato social – relação ser humano/objeto/espaço (comunidade/patrimônio/território) -, o museu é o local no qual se dá essa relação.

O que se nota, nessa mudança sofrida pela museologia, é que, aos poucos, as novas experiências começam a ter como principais características o modo como as instituições museais se relacionam com as comunidades as quais os museus são destinados. A museologia social, para Brulon Soares, “prolonga e reforça as diversas formas de atividade museológica, acrescentando-lhes uma abertura original nunca vista antes” (2012, p. 61). Ou seja:

O museu se manifesta na própria comunidade, que passa a ser ela mesma o Museu manifestado através das relações que esta estabelece com o real, preservando a memória, os valores e as experiências de forma integral e democrática. Contemplando as ditas ‘novas’ ideias, surge uma Nova Museologia, como um fenômeno histórico que se formou objetivamente (BRULON SOARES, 2012, p. 61).

O imperativo é que haja, assim como sugere Stengers (2002), uma profunda reorganização das ciências, possibilitando que essas sejam capazes de responder às verdadeiras necessidades sociais. Devemos lutar contra a defesa da “história interna” (STENGERS, 2002), na qual o conhecimento científico amplia-se a partir de critérios próprios, restando ao “conhecimento externo” (STENGERS, 2002), realizar o papel subalterno. Além disso, para a autora, não se pode confundir o embate que desfavorece o conhecimento externo com a defesa de uma ciência “racional”. E o surgimento de uma “nova antropologia”, ou uma “história social” das ciências, acabou por expor essa visão científica que exclui totalmente as reivindicações sociais. O processo de “descolonização” da arqueologia também passa pelo estabelecimento de uma relação simétrica com o Outro, como afirma Eremites de Oliveira (2015a), e como iremos discutir no próximo subcapítulo.

Um novo discurso foi construído, que distingue explicitamente o que interessa aos cientistas e o que deve interessar aqueles que estudam os cientistas. Estes últimos, se quiserem ser reconhecidos como partícipes legítimos do novo campo, devem se submeter a uma disciplina que tem o nome de ‘princípio de simetria’. Trata-se de tirar consequências do fato de que nenhuma norma metodológica geral pode

justificar a diferença entre vencedores e vencidos criada pelo encerramento de uma controvérsia (STENGERS, 2002, p. 17).

Como exposto, é importante lembrar mais uma vez que as contribuições que os campos hegemônicos realizaram e, de certa forma, continuam realizando para o conhecimento, não devem ser excluídos dos novos parâmetros que defendemos. Pelo contrário, nos espelhando em Ribeiro (2006), percebemos que a história e a produção hegemônica, pelo bem ou pelo mal, são seguidas em todos os lugares do mundo. Da mesma forma se porta a museologia social, que é crítica, socialmente engajada e combativa, e apesar de acabar provocando um “rompimento político, ético e científico com a museologia tradicional, clássica, conservadora e normativa” (CHAGAS, 2014, n.p. apud SANTOS, 2017, p. 89), ela integra, de forma consciente e criteriosa, os saberes da museologia tradicional²⁰⁷. Ao menos nessas novas condições de produção museológicas, fica claro, então, que coexistem museologias (no plural) (SANTOS, 2017), pois, como já explicitado, elas não se excluem – apesar da hegemonia da tradicional sobre a social.

A exemplo de Eremitas de Oliveira (2015b) sobre a arqueologia de contrato, nossa intenção não é restringir a discussão ao binarismo entre os que são a favor *versus* os que são contra os usos sociais da ciência. Essa dicotomia não passaria de reducionismo “que cria uma oposição entre pesquisadores ‘ingênuos e idealistas’ e pesquisadores ‘ambiciosos que venderam as almas ao capital’” (EMERITES DE OLIVEIRA, 2015b, p. 359). Nossa proposição é que seja estimulada a manutenção de uma postura crítica sobre as ciências, mas também outras modalidades, como as realizações de práticas sociais. Assim como dispõe Almir Leal de Oliveira, o conhecimento acadêmico não pode ser tomado como único caminho para a produção do conhecimento:

[...] então, você ter isso reunido, num é? assistematicamente, porque o Sr. Josué Crispim, ele é uma pessoa que ele__ o conhecimento dele é pela prática, é pela curiosidade, mas mesmo com tudo isso, ele reunir, guardar e saber contar uma história que envolve esses objetos, é algo que realiza aquilo que acho que é o sonho de todo historiador, que você tá lendo, lendo um documento do século XVIII e conversar com a pessoa e ela falar, é uma_ um sentido de prova, aí ela falar: ‘ah, eu conheço isso, eu conheço essa história’. ‘Mas como você conhece, se isso tá lá no documento?’. Então, é um conhecimento_ de experiência, num é? Que a gente precisa valorizar, precisa se apoiar nele, inclusive, para fazer investigações, tudo mais.

[...] mas é evidente que_ esse não é o único caminho, é o caminho formal, é o caminho acadêmico, é o caminho da pesquisa, é o caminho educacional, num é? Que tem regras, que toda a instituição tem regras, tem poderes, num é? E a gente tá aqui

²⁰⁷ Obviamente que existem museus tradicionais comprometidos política, ética e socialmente, certamente em menor escala, mas são reais.

pra ter uma vida profissional, institucional e quiçá avançar os campos do conhecimento, num é? Nesse Estado, nessa universidade e tudo mais, né? *Mas é uma visão de mundo, é uma visão profissional, né? de mundo. Outras visões de mundo, num é? devem estar em diálogo, e não em disputa como essa visão [normalizadora]. E eu acho que a universidade, ela tem o papel de dialogar com essas iniciativas [não-acadêmicas], não de reprimir e achar que só o caminho institucional, acadêmico, educacional é um caminho*²⁰⁸.

Não levar em consideração outras alternativas de coleta e salvaguarda, além das quais a arqueologia prega (domínio exclusivo), não parece aplicar a variação de métodos e soluções necessários para enfrentar os perigos e dificuldades atuais do campo arqueológico; principalmente num país de dimensões continentais como o nosso, onde há presença de incalculáveis sítios arqueológicos espalhados por todas as extensões, tendo como consequência a não fiscalização e controle da maioria deles. Para isso, antes de tudo, os arqueólogos devem se questionar para quem a arqueologia pretende ser benéfica com suas pesquisas:

Isso significa que não basta condenar certas práticas de escavação como predatórias – pense-se em primeiro lugar na atuação dos arqueólogos amadores – ou propugnar a utilização de métodos modernos ou, o que é mais mistificador, ‘corretos’ de escavação. [...] Por exemplo, uma arqueologia feminista não está ‘correta’ ou ‘incorreta’, ela busca emancipar as mulheres por meio de uma pesquisa que ressalte o valor da mulher e isso deve estar explícito (FUNARI, 2003, p. 64).

6.3 Quando a inclusão é social: a urgência do protagonismo comunitário na arqueologia

Os casos comparativos da antropologia e museologia para com a arqueologia foram destacados por considerarmos que a interdisciplinaridade se torna ainda mais fundamental nesse debate sobre a apropriação do conhecimento arqueológico. Sendo assim, como dispõe Ferreira (2011), existe um ponto de vista apresentado por um grupo de arqueólogos que considera o desenvolvimento da teoria arqueológica como um processo não linear, mas, sim, dialético, no qual a onda de “renovação arqueológica” viria de concepções formuladas por outras ciências sociais, construída a partir de um diálogo externo, portanto (TRIGGER, 2004 apud FERREIRA, 2011). É claro que não devemos cair na armadilha de acreditar que toda ciência que prega o social e as relações com as comunidades circunvizinhas, assume realmente esse compromisso, assim como acontece com algumas ações ditas como fundamentadas na museologia social e na antropologia simétrica, por exemplo.

²⁰⁸ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

Ao assumir o cunho “social”, a respectiva ciência não está aderindo simplesmente a novas descobertas. Da mesma forma como aconteceu com a medicina a partir do século XVIII, segundo Foucault. As lentas transformações dessa ciência “romperam não somente com as proposições ‘verdadeiras’ que até então puderam ser formuladas, mas, mais profundamente, com as maneiras de falar e de ver, com todo o conjunto das práticas que serviam de suporte à medicina” (FOUCAULT, 1979, p. 5), esse processo gera um novo “regime” tanto no discurso quanto no saber, de acordo com o autor. Mas Foucault (1979) não vê simplesmente na descontinuidade seu grande problema. Além de procurar compreender como ocorre a modificação nas regras que formam os enunciados que são considerados e aceitos como científicos, sua questão também é entender como ocorre, em dados momentos e nas respectivas ordens de saber, tais mudanças.

Não é portanto uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global (FOUCAULT, 1979, p. 5, grifo do autor).

Apesar da antropologia e a arqueologia terem seguindo e se mantido, por muito tempo, em caminhos diferentes, de acordo com Eremites de Oliveira, entre as décadas de 1990 e 2000, “em tempos também marcados pelo pluralismo teórico-metodológico da Arqueologia Pós-Processual e a renovação da disciplina em nível mundial, teve início uma (re) aproximação entre os dois campos do conhecimento” (2015b, p. 360). E como assume o autor, esse tipo de abordagem não é recorrente no campo do conhecimento da arqueologia, se trata de algo que ainda é recente, já que “implica em certa ruptura com saberes constituídos no Ocidente, a partir, sobretudo, do Iluminismo do século XVIII” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015a, p. 218). De acordo com ele, trata-se da opção epistêmica descolonial de formar uma postura crítica em relação ao paradigma europeu da modernidade e racionalidade. Em outras palavras, a batalha é travada para apontar a existência de outras formas e locais de produção de conhecimento além das hegemônicas.

Com efeito, não podemos omitir aqui que qualquer antropologia, de forma tácita ou intrínseca, considera o conhecimento de forma heurística fora do seu campo disciplinar. Apesar da parcela ser maior na arqueologia, também existe, ainda hoje, antropologia

hegemônica “monológica” – ou normativa, como vínhamos usando. A diferença é que na antropologia o processo de substituição desta por antropologias “heteroglóssicas” (RIBEIRO, 2006) se encontra em estado mais avançado em relação à arqueologia, que ainda está em processo embrionário. A importância da “heteroglossia” nas ciências é que ela diminui a autoridade dos conhecimentos sobre outros considerados não-hegemônicos, segundo Ribeiro (2006). Embora a antropologia seja considerada a “filha” do imperialismo ocidental, de acordo com Ribeiro (2006), hoje lutamos por uma disciplina que questiona essa suposta superioridade do ocidente e até mesmo a sua, enquanto ciência da representação do Outro. Ou seja, a luta é para reivindicar “a presença internacional das antropologias não-hegemônicas e sua importância na produção e na reprodução de conhecimento” (RIBEIRO, 2006, p. 153).

No caso das coletas espontâneas executadas pelo Sr. Josué, corroborando as aceções apresentadas durante o desenvolvimento do texto, acredito que a forma de entender a interação que cerca os artefatos musealizados por ele é, efetivamente, contextualizando-os socialmente/simbolicamente. O entendimento vai além do processo de manufatura, abarca também os modos de uso, os materiais que o constitui e as ideias e comportamentos que a ele são associados, como apresentado. “Trata-se de sistemas nos quais o objeto é parte integrante mas extravasa sua dimensão física” (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992, p. 106). Isto é, o artefato ajuda a entender a sociedade e a cultura como um todo. E como esses artefatos, arqueologicamente descontextualizados, podem ser inseridos nessa interpretação dos fatos? Segundo Van Velthem, a reintrodução desses artefatos é intermediada pela pesquisa, e “podem ser recontextualizados por diferentes meios: identificatórios, classificatórios, tipológicos, por meio de sistemas de comparação com outros objetos de mesma procedência, permitindo ressaltar as correlações históricas e culturais” (2012, p. 57). Esse tipo de recontextualização é múltiplo, pois depende de qual estratégia interpretativa é adotada.

A autora nos mostra um dos possíveis caminhos que podem ser adotados na recontextualização dos objetos. Os estudos sobre coleções consideram os objetos enquanto documentos, especificamente, como “documentos materiais”. Essa concepção admite que, “ao ser inserido no acervo de uma instituição museal, o objeto [...] passa a representar aquilo que é conhecido na antropologia como o ‘objeto testemunho’ ou ‘objeto documento’” (VAN VELTHEM, 2012, p. 57). Dessa forma, é aceita a compreensão que visualiza o objeto como testemunho, porque ele é um vestígio de sua cultura de origem. “Nesse sentido, constata-se que os objetos são dotados de significância, a qual emanam de si mesmo e da referência ao

local ou à sociedade da qual provê, aspectos que, na maioria das vezes, são concomitantes” (VAN VELTHEM, 2012, p. 57). E ao colecionar artefatos arqueológicos e outros objetos, o Sr. Josué reuniu importantes caracteres para a compreensão dos processos culturais, que dizem respeito tanto às técnicas como às possibilidades de uso desse material (BRUNO, 1999). O material arqueológico foi transformado, na narrativa construída pelo Sr. Josué, em vestígios para o entendimento da ocupação humana.

Além disso, como dispõe a arqueóloga Nathalia Nogueira²⁰⁹ (comunicação pessoal, 2017), os artefatos descontextualizados arqueologicamente podem ser contextualizados a partir do “contexto histórico”, mas não se encaixam nesse método os artefatos pré-históricos, logicamente. A contextualização por esse método requer uma pesquisa minuciosa e paciente, já que o material para essa pesquisa pode ser encontrado num conjunto diversificado, como cartas, documentos, livros etc. O fato do Sr. Josué lembrar onde e quando encontrou cada um dos artefatos também pode ajudar, apesar de ser mais difícil, na contextualização arqueológica, pois essa contextualização trabalha com a possibilidade de entendimento arqueológico de acordo com os outros artefatos ao redor do(s) coletado(s). Segundo Nathalia Nogueira (comunicação pessoal, 2017), a louça, por exemplo, é considerada um artefato de contato, ou seja, europeu, e mesmo com a descontextualização, essa informação é um fato, não pode ser alterado. Mas a arqueóloga salienta que algumas informações são perdidas de forma irreversível, sendo somente o contexto arqueológico capaz de retê-las. Mas mesmo assim, seguindo as concepções da professora Cláudia Alves de Oliveira, o acervo “descontextualizado” do Sr. Josué tem sua importância, apesar de certo limite. Para Vanessa Rodrigues, o acervo também atém uma riqueza a ser explorada, principalmente de modo comparativo com outros materiais arqueológicos, como observamos nos relatos:

*[...] tem importância porque ela [a coleção] pode servir como modelo, para depois haver comparações. Existem vários trabalhos em arqueologia feitos a partir de coleções, ela é limitada, mas tem sua importância científica, entendeu? Principalmente porque a gente não tem, muitas vezes, peças de uma área de estudo, e a gente tem uma ideia, visualizando esse material dos grupos, da tecnologia do passado, mesmo sem detalhes, entende?*²¹⁰

O material em si_ tem uma riqueza, certo? Que você pode fazer alguns estudos comparativos pra ver onde pode encontrar em outras localidades, né? É_ como no Nordeste, por exemplo, a gente poderia fazer uma relação com o material encontrado em outra área do Nordeste, já que eles foram encontrados_ fora do contexto, poderia ver essa relação, da questão da relação do poder, né? Que você

²⁰⁹ Graduada em história, mestre e doutoranda em arqueologia pela UFPE.

²¹⁰ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

pode entender daquela área, já que como não tá no contexto, a gente não consegue muito ver algumas coisas²¹¹.

Dissertando sobre a importância do acervo, o Sr. Josué entendeu que praticava tarefa fundamental, alocava o acervo derivado das coletas e doações a serviço do público. Essa abertura propiciava - visto a omissão histórica das autoridades no que tange o patrimônio arqueológico - o usufruto para uma gama de pessoas, e que servia também de complemento da educação formal, porém, sem pretendê-la substituir. Construindo uma espécie de local de “lazer intelectual” (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992). Assim, entende-se que:

As sociedades, de maneira geral, têm necessidade de uma explicação sobre sua existência e o desejo de saber de onde vêm. Suas origens e raízes são buscadas numa representação anterior que confere algum elemento identitário ao grupo. Assim, por trás do desejo e da necessidade de memória está a própria construção e fortalecimento do sentimento de identidade (BATISTA; FILHA, [entre 2010 e 2013], p. 1).

Já foi exposto algumas vezes que este trabalho não se propõe à justificativa que acoberta a coleta espontânea como solução para os problemas da arqueologia tratados aqui, muito menos tenta defender as coletas realizadas de qualquer forma e por qualquer pessoa. Como dito, tratamos do caso específico da praia de Ponta Grossa, das coletas espontâneas realizadas pelo Sr. Josué e sua posterior gestão do acervo (musealização). Mas não podemos deixar de ampliar o leque, discutir numa esfera macro, pelo entendimento que essas coletas espontâneas e as autogestões patrimoniais acontecem mais comumente do que se imagina, elas são realidades comuns em todo o território nacional, como relata Vanessa Rodrigues:

[...] Acho que a maioria dos sítios que a gente vai trabalhar, qualquer trabalho que a gente vai fazer, quando a gente chega na comunidade, que tá aquele sítio inserido e a gente vai conversar com o pessoal da comunidade, e às vezes algumas pessoas: ‘Ah, eu encontrei isso’. Às vezes tem algum núcleo, alguma coisa...²¹²

E enquanto grande parte dos profissionais que fazem a arqueologia não abrem possibilidades para se repensar, cabe a nós, também, profissionais de outras áreas, propor soluções, já que antropológica e museologicamente, por exemplo, são atividades consideradas de muita importância para esses campos disciplinares e para as comunidades.

Além das questões técnicas, levantamos também a reflexão sobre a inclusão social verdadeira que a arqueologia precisa urgentemente propor. Por isso, levando em conta a realidade concreta das coletas espontâneas, qual o valor desses artefatos

²¹¹ Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

²¹² Entrevista de Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

“descontextualizados” arqueológica, social e fisicamente falando? Como se dá a autogestão comunitária do patrimônio arqueológico? Quais as soluções encontradas por outras disciplinas?

Assim como é para a arqueóloga Nathalia Nogueira (comunicação pessoal, 2017), muitos arqueólogos acreditam que a educação patrimonial²¹³ é a solução para evitar empreendimentos semelhantes aos que aconteceram em Ponta Grossa, realizados pelo Sr. Josué. De acordo com Machado; Lopes; Gheno, a educação patrimonial é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (2009, p. 578). Para esses autores, a educação patrimonial funciona como uma forma de promoção da cidadania para comunidades²¹⁴ nos atuais processos de crises identitárias. Mas, para essa realização, segundo eles, é necessário a formação de um grupo pluridisciplinar de profissionais para que tenda a diminuir a possibilidade das mesmas falhas cometidas em outras situações “que vão desde emaranhados políticos até posicionamentos intransigentes oriundos de visões de intelectuais dogmáticos e do egocentrismo que permeia o fazer científico em algumas ocasiões” (MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 579). Segundo os autores, a preocupação da educação patrimonial é aproximar as comunidades dos patrimônios, que são delas por direito. “Essa aproximação pode remetê-lo a conexões ilimitadas, dando-lhe autonomia para se desvencilhar dos enredos ideológicos que permeiam as relações sociais” (MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 580). Mas onde estão os indivíduos das comunidades na construção dessas concepções e, posteriormente, nas empreitadas?

Para a arqueóloga Vanessa Rodrigues, a educação patrimonial executada circunstancialmente não pode ser tomada como a melhor estratégia para envolver as comunidades na proteção dos patrimônios. Ela nos relata como funciona a educação patrimonial nas localidades onde tem realizado esses trabalhos, e de como o “dizer que é importante” não adianta na maioria das vezes:

²¹³ “Atualmente, o IPHAN entende que: A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, em que convivem diversas noções de Patrimônio Cultural”. (IPHAN, 2014, p. 19 apud VERDE, 2015, p. 382).

²¹⁴ O termo comunidade aplicado engloba também aldeia, bairro, cidade e até mesmo um país (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003).

[...] Aí, só que a gente passa pelo processo de educação patrimonial, né? *Logicamente que acontece de muitas pessoas não conseguirem entender aquela importância daquele_ da arqueologia pra sociedade. E, mesmo com a educação patrimonial, entende? continuam fazendo. Às vezes coleta, às vezes coletam na intenção de só entregar a gente, tipo, a gente passa a educação patrimonial [...], aí a gente vai na educação patrimonial e explica direitinho, aí ele: 'Poxa, é importante, tenho que guardar'.* Aí quando a gente vai novamente lá: *'Oh, achei isso daqui, oh',* aí dá pra gente. A gente pega esse material, a gente usa, utiliza como__ amostra pra o pessoal, mostra pros alunos, entendesse? E a gente recolhe, a gente pergunta mais ou menos, quando a gente tá no trabalho: *'Onde foi, mais ou menos, que você encontrou?'* Aí, quando é em superfície, a gente cataloga_ como superfície, mas tá ali, já identificou, mais ou menos onde tava, a gente já coloca uma observação: *'foi em superfície',* entendesse? E depois a gente fica... O que a gente pode fazer, é: é só dar uma explicação, *mas a gente sabe que acontece de outras pessoas_ continuarem a pegar, ou na intenção de nos entregar outro dia quando a gente tá ainda no trabalho, ou depois por achar bonito.* Aí, algumas vezes acontece de a gente passar pelo trabalho da educação patrimonial_ e eles chamam, ligam pro IPHAN, ou então ligam pra pessoa que explicou: *'Não, se você encontrar alguma coisa, ligue pra mim',* aí dá o número, a gente dá o contato, aí ele encontra. A gente vai dar uma passada, muitos vezes dependendo da situação, né? Se for lá longe, não tem condições (risos) [de ir], mas...²¹⁵

A insuficiente relação da população brasileira com seu patrimônio arqueológico esclarece bastante a incapacidade da educação patrimonial executada de forma isolada e esporadicamente. Apesar desse patrimônio ser parte fundamental da memória coletiva e símbolo de identificação, as comunidades, em geral, não se reconhecem e nem se sentem representadas por esse bem. Bezerra de Almeida (2003) tem total razão quando alega que o real problema não é a falta de conhecimento, muito menos a negação da população sobre suas raízes e origens, das mais recentes à pré-históricas – em muitos casos as pessoas compreendem a importância do patrimônio arqueológico para a localidade, mas o que elas não reconhecem é a contribuição social da ciência arqueológica como importante produtora de cidadania inclusiva. Não se nega aquilo que não se reconhece como seu. Você não vive uma história que não é sua. O problema está “na forma como se reconhece e, por consequência, se reconhece a/na história da nação” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 285). Numa lógica não tão próxima assim, vai a concepção da professora Cláudia Alves de Oliveira, ao questionar o protagonismo e autonomia dados às comunidades na definição do que é patrimônio para elas. De acordo com a professora, pelo fato das comunidades não terem um “conhecimento técnico”, essa inclusão pode ser “uma faca de dois gumes”, por isso esse diálogo merece maior cautela.

Mas dentro dessa questão mais social [...], e agora, pelo que eu ouvi na última (), *tão querendo até que o pessoal que diga o que é patrimônio para eles. É uma faca de dois gumes,* pode ser e num pode ser. Porque, *se eu não conheça, acabou-se. ()* ruína, *que o pessoal não sabe a história, como o pessoal vai dizer? se ele não*

²¹⁵ Entrevista com Vanessa Rodrigues, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

*conhece?! É perder o () lapso de tempo. Mesma coisa uma ponta de passado, quem que conhece, quem que conviveu aquilo pra dar importância? Tá entendendo? Dentro desse lado. Então, vamo ver como a gente faz o diálogo, né? Entre esse lado mais aberto e esse ()*²¹⁶.

De maneira oposta a Cláudia Alves de Oliveira (arqueóloga), Almir Leal de Oliveira (historiador) afirma que o patrimônio, a memória popular, é do povo, não cabendo à instituições ditar as memórias “oficiais”. Para ele, não há perigo na autogestão do patrimônio, da memória.

*Olha, eu acho que quem [deve] guarda[r] a memória do povo é o povo, num é? Num é a instituição oficial da memória, num é? [...] É o povo que sabe da sua história, num é? Ah: ‘o povo não tem memória’. O Brasil não tem memória política, a memória, num é? dos governantes, mas a memória individual, que não é individual, que é do grupo, que é_ quem guarda são, é o povo, é o povo, não é a instituição. Então, assim, não vejo risco nenhum nisso [do povo gerir sua própria memória]. Senão for o povo pra guardar sua memória, num é? que lei vai ser contra isso, né? [...] Mas eu acho que é o povo que tem direito de guardar sua memória (). E é mais quem guarda a memória, o que você não tem em geral são políticas de valorização dessa memória [...]*²¹⁷.

Embora as comunidades necessitem – por conta da alienação – da consciência do que significa o patrimônio na construção das suas identidades a partir do auxílio da arqueologia, “Pode-se dizer, então, que não somos um povo sem memória, mas um povo que não participa ativamente da construção de sua memória e, por essa razão, não se identifica com o patrimônio cultural de forma ampla” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 286). O ditado que diz que o brasileiro tem memória “curta” é apenas um ditado. “Nesse sentido, podemos nos perguntar até que ponto e sob que perspectivas o poder dominante manipulou o nosso passado, impondo-nos uma memória e uma história da qual não participamos e com a qual não nos identificamos” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 290). Considerando que política versa sobre poder, como toda forma de produção de conhecimento acadêmico, a política arqueológica versa sobre quem possui o poder sobre o patrimônio arqueológico, segundo Silva (2010).

Funari (1996) observa que no Brasil o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite. A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinadas a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, a si e a seus antepassados. Com isso, há o apagamento de sua memória e a destruição do seu patrimônio arqueológico, por ser este, a expressão materializada das marcas do seu passado, cuida-se também de apagá-lo em todas as suas formas e manifestações, por não atender aos anseios vigentes (SILVA, 2010, p. 54).

²¹⁶ Entrevista de Cláudia Alves de Oliveira, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

²¹⁷ Entrevista de Almir Leal de Oliveira, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

A educação patrimonial faz parte das iniciativas construídas pela chamada arqueologia pública²¹⁸, que assim como a educação patrimonial, apesar de ser muito importante, também não é suficiente. Atividades educativas, interação com a comunidade para a conscientização da necessidade da proteção e preservação dos bens arqueológicos são insuficientes por dois motivos a princípio: por serem executadas de forma esporádicas, não sendo realizadas intermitentemente, como afirmou Vanessa Rodrigues (comunicação pessoal, 2017); e pela falta de protagonismo comunitário nessas ações. Essas atitudes não podem ser consideradas como responsabilidades sociais máximas da disciplina arqueológica. O que a educação patrimonial e a arqueologia pública realizam de fato – e nesse caso Funari e Robrahn-González estão cobertos de razão -, está relacionado “ao desenvolvimento de pesquisas de contrato, sua discussão e prática estão associadas a um objetivo maior: a definição de instrumentos e estratégias para a sustentabilidade sócio-ambiental num contexto capitalista” (2008, p. 22), e não sobre questões de protagonismo comunitário ou a edificação de uma arqueologia social e/ou comunitária legítima.

A educação patrimonial é importante no processo de salvamento arqueológico, mas acompanhar os trabalhos de campo com intenção de atingir a forma mais viável de levar o conhecimento apreendido nas pesquisas às comunidades não é realizar uma atividade social de fato. A lógica de integrar comunidade e conhecimento deve ser concretizada a partir de uma dialética entre os pesquisadores arqueólogos e os indivíduos da comunidade, apenas a intervenção do arqueólogo no processo de apropriação – na verdade a palavra correta é imposição – da educação patrimonial é muito pouco produtiva para o que estamos reivindicando. As comunidades certamente não irão se reconhecer nos referenciais impostos pela arqueologia acadêmica atual. Não há ressonância sobre patrimônios que são construídos por outros que não pertencem ao local. Esse trabalho só se realiza em conjunto, como troca. Mas quando dizemos trabalho coletivo, é desde sua concepção, e não somente quando as informações são transformadas em conhecimentos e só aí as comunidades são convidadas a se apropriarem deles. Não avança apenas construir um conhecimento “compartilhado” que possa ser acessado por todas as pessoas que quiserem usufruir, como também com conhecimento edificado a partir de uma linguagem “simples”, “acessível” à população “comum”, já que a inacessibilidade é menos pela falta de “instrução” do que por envolvimento. Nada disso importa, porque o problema da arqueologia, acima de tudo, é de reconhecimento, ressonância

²¹⁸ “[...] multifacetada em Arqueologia Colaborativa, ou Comunitária, Participativa, Reflexiva, ou Híbrida, Redonda, do Outro [...]” (VERDE, 2015, p. 47).

entre as comunidades (população em geral), e não tão somente sobre falta de acessibilidade. Além disso, se seguirmos as contribuições de Duarte Cândido sobre a educação patrimonial, podemos notar, segundo ela, que alguns “processos de extroversão das pesquisas arqueológicas de contrato, por exemplo, [são] feitas de uma maneira muito imediata e por vezes superficial, apenas para atender à legislação em vigor” (2008, p. 37). Para a autora,

é bastante comum não haver continuidade, no caso das ações educativas, e nem ações relativas à responsabilidade definitiva pelo patrimônio que vem à luz por um procedimento destrutivo (a escavação), responsabilidade esta que só será plenamente atendida se gerar processos de musealização (que englobam as plenas salvaguarda e a comunicação do acervo) (DUARTE CÂNDIDO, 2008, p. 37).

Devemos afirmar, de forma exaustiva, que para solidificar a consciência comunitária sobre o patrimônio arqueológico é preciso ir muito mais além da educação patrimonial, esse método faz parte de um conjunto de iniciativas, mas isoladamente é insatisfatório para o que estamos pretendendo. Da mesma forma como Machado; Lopes; Gheno (2009) expõem, é imprescindível o entendimento de que o patrimônio arqueológico não pertence a indivíduos particulares, mas a todos, e isso não inclui apenas as comunidades, os profissionais da arqueologia também devem ter essa ciência. Pois a pesquisa arqueológica será realizada em benefício da comunidade se ela for tomada também como protagonista e não somente como coadjuvante. Deve-se aproximar as instituições arqueológicas às comunidades, para que assim o patrimônio arqueológico seja “mais que um testemunho do passado”. É preciso que seja “um retrato do presente, um registro de possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural” (RODRIGUES, 1996 apud MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 582-583). Com efeito, para cumprir a sua função social, o pensamento arqueológico não só deve ser compreendido como um bem importante, de uso comum pela população. Para desempenhar seu alcance social, a arqueologia deve ter uma nova postura perante o patrimônio arqueológico e também à sociedade, de trazer, da forma mais democrática possível, as comunidades para a construção da discussão, e não levar o debate já pronto para as localidades, como incansavelmente expresso aqui.

A criação específica da legislação de proteção do patrimônio arqueológico é uma conquista na luta contra a destruição deste patrimônio, como expõe Silva (2009). Hoje, entretanto, a existência da legislação da arqueologia preventiva também não é eficiente para evitar as perdas de grande parte do patrimônio arqueológico, que são realizadas por diversos agentes: empreendimentos econômicos, ações da natureza e antrópicas etc. Silva (2009) propõe que para evitar esses danos é preciso o fortalecimento do compromisso ético das

autoridades governamentais e dos arqueólogos nas ações de proteção e divulgação do patrimônio arqueológico junto à população (RODRIGUES 2006; SOUZA 2006; SILVA 2007 apud SILVA, 2009). Ademais, segundo a autora, a arqueologia deve estar aparelhada como um bem difuso. Na arqueologia, entende-se o bem difuso como “o patrimônio arqueológico [que] será de uso comum ao povo brasileiro. A União, sua gestora, fixará as regras para a sua melhor fruição, mediante a consolidação de estrutura híbrida que garanta a participação direta da sociedade” (MORAIS, 2006, p. 194 apud SILVA, 2009, p. 213). Fica claro para a autora que os segmentos sociais mais interessados na sua fruição dos bens arqueológicos são as comunidades locais onde os patrimônios se encontram. De nada adianta o refinamento das normas legais sobre os bens arqueológicos se não há um engajamento social das autoridades e da disciplina da arqueologia. As populações locais também devem ser consideradas importantes agentes nesse processo.

Dessa forma, tornou-se necessário romper com o pensamento pragmático e conservador que vem dominando a arqueologia nacional, desde as agências de fomento científico nas áreas das ciências arqueológicas, históricas e antropológicas, até os cargos de departamento das Universidades e Instituições de pesquisa. Não devemos perder de vista as Instituições que se locupletaram nos períodos de ditadura e que ainda hoje exercem forte influência sobre novos profissionais ocupados em reproduzir um pensamento excludente (BASTOS, 2002, p. 7).

Ou seja, de acordo com Duarte Cândido, concomitantemente, é dever do arqueólogo progredir na pesquisa e na produção de conhecimento, e também é sua responsabilidade ponderar as contribuições sociais “da arqueologia, dos arqueólogos, dos museus de arqueologia, e desconstruir conceitos equivocados e estanques, propor uma crítica e autocrítica constantes no âmbito da Arqueologia e de sua relação com a sociedade” (2008, p. 43).

Funari e Robrahn-González (2008) também dissertam que foi graças à publicação de legislações patrimoniais nas instâncias federal, estadual e municipal, que muitas pesquisas arqueológicas vêm sendo desenvolvidas pelo país. Mas eles também têm a noção de que a principal questão é ética, relacionada à inclusão do público tanto nas práticas arqueológicas como em seus discursos. Isto é, mais “uma vez [...] a maior parte dos instrumentos jurídicos existentes se refere a procedimentos burocráticos, ao invés da divulgação do conhecimento e interação entre os arqueólogos e a comunidade” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 19). É o que aponta também Ferreira (2011), ao considerar que a ineficácia da aplicabilidade legislativa não está nas leis. Segundo a autora, mesmo que sejam incompletas ou estejam mal elaboradas, não podemos direcionar toda a culpa para elas. O grande empecilho está na maneira como essas leis estão sendo inseridas. Para Ferreira (2011),

também se deve observar com cuidado que as ações de preservação do patrimônio arqueológico são solicitadas principalmente pela atuação do Ministério Público Federal (MPF) – como aconteceu em Ponta Grossa em relação ao IPHAN/CE -, responsável por inquirir os órgãos responsáveis pelo acautelamento desse bem, mas que estão agindo com negligência ou não cumprindo suas atribuições. Além disso, a autora chama a atenção para a importância da participação popular como agente fundamental da preservação do patrimônio arqueológico:

A falta de aplicabilidade dessas leis inicia-se com a deficiência na fiscalização e controle dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio arqueológico, passando pela ausência de uma política de gestão interativa entre os poderes públicos municipal, estadual e federal, que buscassem diretrizes voltadas para a educação patrimonial de populações locais, que se apropriariam de uma maneira positiva dos bens arqueológicos e se tornariam defensores destes bens existentes em seu território (FERREIRA, 2011, p. 28).

Caso isto não seja cumprido, de acordo com Ferreira, “o Estado torna-se alvo da obsolescência da legislação, ficando impotente para combater as ações impactantes sobre o patrimônio” (2011, p. 61). E concordamos com ela ao expor que as dificuldades em exercer a legislação não se restringem apenas à área da arqueologia, abrange diversos setores legais do país, necessitando-se, urgentemente, de uma reestruturação de deveres dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio de modo geral e de forma integrada.

A arqueologia tem tentado, em alguns casos, se afastar das definições positivistas e processuais da disciplina, mas a dificuldade se dá, em grande parte, pelo fato do capitalismo, regulado pela legislação do patrimônio arqueológico, de acordo com Funari e Robrahn-González (2008), produzir uma parcela considerável das oportunidades de trabalho para o arqueólogo, colocando questões éticas em situação delicada. Pois, como a maioria dos profissionais das áreas de ciências humanas, sociais, e sociais aplicadas, o mercado de trabalho para os arqueólogos dentro do sistema capitalista é inadequado. E como não há uma política oficial que padronize, por exemplo, desde os relatórios de pesquisa até os interesses e preocupações das comunidades, são as empresas privadas – arqueologia de contrato²¹⁹ -, que organizam a forma que seus trabalhos serão realizados, seguindo, quando é o caso, minimamente a arqueologia inclusiva e social. “Iniciativas que visam aos interesses da

²¹⁹ “A arqueologia de contrato se refere à atuação autônoma de profissionais ou de empresas especializadas em arqueologia, [...] contratados pela iniciativa privada ou pelo Estado para a prestação de serviços [...]” (FERREIRA, 2011, p. 58) sobre os patrimônios arqueológicos. Geralmente é um serviço que está voltado para o licenciamento socioambiental dos mais diversos empreendimentos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015b).

população ficam ao critério das empresas [...]” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 20), e nessas condições de contrato, não tomando como via de regra, dificilmente a arqueologia deixa de ser positivista ou processual, como diagnosticaram Funari e Robrahn-González (2008).

A legislação patrimonial, promulgada como resultado da luta democrática, exige que todos os projetos de desenvolvimento potencialmente impactantes financiem pesquisas arqueológicas, incluindo ações de resgate. Mesmo que a lei não seja executada em todos os casos, devido aos benefícios a curto prazo para as empresas capitalistas, existem vários projetos em que arqueólogos foram contratados. Por outro lado, em um país pobre, os arqueólogos enfrentam uma tarefa difícil para sobreviver, como resultado, as empresas capitalistas podem contar com a contratação de profissionais que sofrem pressão para assinar relatórios indicando a ausência de vestígios arqueológicos na área (Funari, 2001). Assim, há abundância de oportunidades para um conluio entre os arqueólogos e os interesses do capitalismo (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 19-20).

Não são somente as atividades arqueológicas privadas que estão passíveis de críticas sobre a falta de relação social, as instituições públicas geralmente também não cumprem esse papel, e não apenas por falta de equipamentos, como sugere Funari e Robrahn-González (2008). Na verdade, isso acontece também pelo fato de os arqueólogos não seguirem os padrões éticos básicos. Os autores articulam que “o capitalismo, regulado e controlado por instituições públicas e pelo poder judiciário, pode contribuir para uma melhor compreensão do passado” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 28), e que a colaboração entre instituições privadas e estatais estão fomentando a consciência social e a inclusão da comunidade na gestão do patrimônio. Será que isso é realmente o que acontece? “Mas, ao final de tudo, não podemos desviar da grande questão ética: quem se beneficia da pesquisa arqueológica?” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 28). Esses episódios

[...] destacam as dificuldades e limitações da abordagem anticapitalista, sendo muito mais fácil desenvolver os assim chamados programas acadêmicos, científicos e positivistas, quando se está de fato separando a pesquisa e o debate de patrimônio da sociedade atual e ignorando os interesses dos cidadãos e das comunidades locais, aos quais de fato pertence este passado (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 27).

Silva (2009) profere que a política adotada pelo IPHAN de permitir que instituições, de projeção regional, funcionem como espaço de guarda ou depositárias de materiais arqueológicos, é um grande passo para o desenvolvimento social arqueológico. Concordamos com essa afirmativa, porém, dependendo do perfil e missão da instituição, não consideramos que ações como essas possam ser analisadas como alternativa em contraste com as tendências das ações arqueológicas privadas, como sugere Funari e Robrahn-González (2008). Isto garante, teoricamente, que os artefatos arqueológicos permaneçam em locais próximos de

onde foram coletados (ou pelo menos no Estado de onde foram coletados), mas diferentemente do que garante Bastos, não acreditamos que essa atitude incorpore “definitivamente as recomendações internacionais de repatriamento de materiais arqueológicos” (2006, p. 160 apud SILVA, 2009, p. 213) - só se caso a instituição de guarda seja alocada na localidade onde os artefatos arqueológicos são provenientes (uma espécie de instituição de guarda comunitária/local). Na verdade, nossa defesa não é sobre repatriamento. Em primeira instância, advogamos pela permanência do material nos locais de coleta, ou, no mínimo, o seu retorno pós-análises laboratoriais. Isto é, não precisamos repatriar aquilo que não saiu da nossa posse. A vontade de permanência é comum nesses locais de coletas, mas quase sempre não é respeitada.

Os Kayabi [etnia indígena do Mato Grosso] embora tenham concordado com a pesquisa e retirada do material arqueológico de suas terras, sempre desejaram que parte do mesmo permanecesse sob a sua guarda nas escolas indígenas. Em Lalima, a população sempre demonstrou preocupação com relação à retirada do material arqueológico da aldeia. Eles desejavam a preservação *in situ* deste patrimônio (SILVA, 2009, p. 213).

E como pensar as políticas de repatriamento do patrimônio arqueológico às comunidades de onde esses bens são oriundos, em um país formado por uma diversidade de contextos políticos, históricos e culturais locais? Na verdade, grande parte daqueles que compõem as instituições competentes e os profissionais da arqueologia, assim como Funari e Robrahn-González – apesar da boa intenção - estão preocupados mais se a “estrutura social estratificada, onde uma grande quantidade da população [...] tem acesso a recursos críticos, incluindo a educação” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 23), e menos com que essas comunidades assegurem seus patrimônios. Com a necessidade e sem medo de correr o risco de sermos repetitivos, será mesmo que “a prática recente da arqueologia pública no Brasil é um desafio estimulante” para o envolvimento concreto das comunidades nas práticas e discursos da arqueologia, ou uma maneira discreta de controle da última sobre as primeiras?

Silva (2009) sugere que em contextos indígenas, os procedimentos arqueológicos precisam abandonar as concepções “etnocêntricas” das interpretações arqueológicas sobre identidade e memória, levando em conta o pluralismo destas interpretações e apropriações do patrimônio arqueológico. Mas nós frisamos que essa não é só uma obrigação em territórios indígenas, deve ser em qualquer território comunitário. As políticas de preservação do patrimônio arqueológico nessas localidades precisam considerar as percepções comunitárias acerca da relação entre patrimônio arqueológico, memória e identidade cultural. O arqueólogo, como propõe Silva (2009), carece praticar sua “sensibilidade” – mas também seu

dever ético e social - para tratar o patrimônio arqueológico não somente a partir de suas representações particulares, e perceber que suas concepções, na maioria dos casos, podem não ser compartilhadas pelas comunidades onde desenvolve as pesquisas. “Assim, o diálogo entre pesquisadores e comunidades locais precisa ser fortalecido constantemente se de fato quisermos garantir a preservação do patrimônio cultural” (SILVA, 2009, p. 2014). Pois, essa falta de salvaguarda se dá, muitas vezes – quando é realizada por cidadãos comuns, e não por empresas privadas ou órgãos públicos -, pela relação distorcida das comunidades com o patrimônio arqueológico e, por consequência, com a arqueologia, afirma Bezerra de Almeida (2003).

Seguindo as concepções de Silva (2012), a arqueologia, nas últimas décadas, presenciou o nascimento das chamadas “arqueologias alternativas”. Segundo ela, “novas” formas de pensar e fazer arqueologia foram desencadeadas, nas quais a multivocalidade e a reflexividade “são entendidas como componentes fundamentais da prática arqueológica, desde a concepção do projeto, passando pela construção do conhecimento e pela divulgação dos dados da pesquisa” (SILVA, 2012, p. 26). No entanto, a autora aponta para a necessidade das teorias, métodos e práticas adotarem alguns pontos imprescindíveis. São eles: a combinação dos conhecimentos normativo-acadêmicos e os nativos (tradicionalistas, autodidatas etc.) na constituição do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico; considerar a diversidade de pontos de vistas sobre a gestão do patrimônio arqueológico; e atentar “para as complexas inter-relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ideológicas que existem entre sujeitos e bens arqueológicos em escala local, regional, nacional e global” (SILVA, 2012, p. 26). Essas “arqueologias alternativas” (denominadas como arqueologia colaborativa²²⁰, etnoarqueologia, arqueologia pública, arqueologia comunitária, arqueologia social) acontecem, na sua quase totalidade, em territórios indígenas e quilombolas, o que nos faz questionar sobre a “espontaneidade” e “sensibilidade” da arqueologia acadêmica no compartilhamento e aceitação entre essa gama de conhecimentos. Será que as “arqueologias alternativas” foram formuladas como estratégias para os profissionais adentrarem nesses territórios legalmente protegidos e geridos? Caso não tenham sido, por que isso, geralmente, não se repete em outros contextos comunitários?

²²⁰ “Em pesquisas colaborativas, normalmente, são definidos protocolos de ação que implicam no reconhecimento das diferenças entre os sistemas de conhecimentos nativos e ocidentais, no respeito aos sistemas políticos e sociais das comunidades, na flexibilidade metodológica da pesquisa, na permissão pela divulgação dos resultados de pesquisa e no propósito de se compartilhar os benefícios com relação à pesquisa” (SILVA, 2012, p. 28).

Além do mais, em muitos casos, as “arqueologias alternativas” apenas são usadas como forma de eufemismo sobre a arqueologia de contrato. A violação de direitos indígenas na arqueologia, de acordo com Eremites de Oliveira (2015b), comumente está ligada a profissionais e empresas relacionadas à arqueologia de contrato, graças ao incremento de projetos desenvolvimentistas pelo país. É justamente por isso, seguindo as concepções do autor, que o patrimônio arqueológico, especialmente referente ao período indígena pré-colonial, é tido como algo unicamente estatal, protegidos pela legislação e não pertencente aos povos indígenas atualmente. Ainda de acordo com esse autor, a arqueologia de contrato, a partir dos anos 2000, passou a representar cerca de 95% das pesquisas realizadas no Brasil com autorização do IPHAN.

Um sistema estruturante assim é caracterizado por relações sociais e de poder, leis, práticas, burocracias e saberes que caracterizam formas de exploração, dominação e manutenção de assimetrias por parte das elites nacionais contra coletivos étnica e culturalmente distintos em relação a si ou à maioria da população (EREMITES DE OLIVEIRA, 2015b, p. 361).

De acordo com Silva, no caso indígena, o “esforço de transformar a prática arqueológica, porém, não surgiu de uma iniciativa unilateral dos arqueólogos, mas principalmente, pelo protagonismo dos povos indígenas” (2012, p. 27). Mas qual o problema no fato das iniciativas terem surgido no próprio contexto indígena? Pelo contrário, defendemos esse tipo de protagonismo comunitário na apropriação da gestão arqueológica. O que queremos enfatizar é a hipótese das indagações feitas há dois parágrafos atrás. Outras comunidades também reivindicam essa “arqueologia alternativa”, mas, como dito, na maioria das vezes, recebem como resposta a negativa. Embasada em questões de normas e legislações, a arqueologia rebate esses tipos de reclamações. Então, o que muda entre territórios indígenas ou quilombolas de comunidades pesqueiras, por exemplo? No âmbito social, absolutamente nada. No entanto, politicamente, há diferenças gritantes: a pesquisa arqueológica será, possivelmente, realizada, quer queira ou não uma comunidade de pescadores, já que estes não têm órgãos institucionais exclusivos de defesa de seus direitos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para os povos indígenas, por exemplo. Já em áreas delimitadas como pertencentes a povos tradicionais, especialmente as citadas, necessitam de “licença” das autoridades locais, caso contrário, os profissionais terão que enfrentar outras esferas da burocracia legal para a execução do empreendimento. A hipótese levantada não parece, agora, tão ilusória como se pensava.

Nestas últimas décadas, esses povos [os indígenas] estiveram cada vez mais envolvidos em situações de conflito e/ou de parceria com os arqueólogos, no sentido

de questionar as suas práticas e/ou propor novas prerrogativas investigativas e contribuir tanto na pesquisa de campo quanto na interpretação e divulgação dos dados arqueológicos e preservação do patrimônio em seus territórios (SILVA, 2012, p. 27).

As arqueologias alternativas, caso queiram realmente ter seu papel social concretizado, devem aplicar benefícios reais de protagonismo às comunidades. Seguindo as concepções de Verde, “Há, portanto, uma ação dirigida da ciência para o benefício do povo, que é, por sua vez, receptor desse benefício” (2015, p. 47). Nessa perspectiva, deve haver o envolvimento das comunidades locais tanto nos processos de interpretação arqueológica como nas políticas de gestão do patrimônio arqueológico, tudo isso através de uma arqueologia mais próxima à população. Essa arqueologia deve funcionar como uma conquista de todos, não somente encastelada pelas teorias acadêmicas. À vista disso, as comunidades passam de simples beneficiárias (“passivas”) à agentes ativos nos processos de interpretação e gestão desse patrimônio, de acordo com Verde (2015). Somente nessa perspectiva que, de fato, se realiza a construção de uma arqueologia inclusiva. A autora nos dá um exemplo real da aplicação da arqueologia gestada na Fundação Casa Grande²²¹, discutida em sua tese de doutorado (2015). Segundo ela, a arqueologia inclusiva desse espaço prevê três pontos:

- A utilização dos conhecimentos sistematizados pelo patrimônio arqueológico unidos ao intangível da memória do Mito, no delineamento de soluções práticas e caminhos frente aos problemas concretos da comunidade de Nova Olinda.
- O protagonismo das crianças e jovens da Casa Grande legitimando a herança do patrimônio arqueológico, sendo elas próprias as guardiãs da memória local, construindo a cidadania e dignificando suas próprias vidas.
- Na Casa Grande, essas heranças foram e são revividas, recriadas e retransmitidas pelas próprias crianças para outras crianças, a comunidade e o público, como um processo de aprendizado contínuo de gestão do patrimônio cultural (VERDE, 2015, p. 48).

O objetivo da natureza social e inclusiva desse trabalho, segundo a autora, é procurar demonstrar que, ao se fazer esses tipos de atividades, sobre a herança das comunidades – no caso dos povos da Chapada do Araripe -, a relação com a memória e o patrimônio empoderam as crianças e jovens (mas também a população, em geral), “com um novo olhar sobre si mesmas e o mundo, [para que] gerem suas próprias oportunidades de inclusão social e, com isso, dignifiquem a vida do povo do lugar” (VERDE, 2015, p. 48). Esse tipo de arqueologia

²²¹ “A Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri é uma organização não- governamental, cultural e filantrópica criada em 1992, com sede em Nova Olinda, Ceará, Brasil. Sua criação se deu a partir da restauração da primeira Casa da Fazenda Tapera, hoje cidade de Nova Olinda, ponto de passagem da estrada das boiadas que ligava o Cariri ao sertão dos Inhamuns, no período da civilização do couro, final do século XVII” (Definição encontrada no site da Fundação). Disponível em: <http://www.fundacaocasagrande.org.br/principal.php>

deve ser entendido como mais do que uma experiência formadora, ela também é transformadora nos espaços comunitários. “Nesse caso, a arqueologia (o conhecimento científico) passa a ser um meio, um processo de inclusão e transformação social, não um fim em si mesma” (VERDE, 2015, p. 48).

Nessa formulação democrática (participativa), a arqueologia partiria do princípio da simetria²²² (STENGERS, 2002). “O princípio da simetria exige que não nos fiemos na hipótese desta racionalidade, que conduz o historiador a tomar emprestado o vocabulário do vencedor para contar a história de uma controvérsia” (STENGERS, 2002, p. 17). Para Stengers, é preciso agir contrariamente. Assim, deve-se tornar visível a condição de profunda indecisão, “ou seja, também o conjunto dos fatores eventualmente ‘não-científicos’ que participaram da criação da relação de força final que herdamos quando imaginamos que a crise fez, efetivamente, a diferença entre vencedores e vencidos” (STENGERS, 2002, p. 17). O princípio da simetria requer que o pesquisador fique atento “as relações de força e os jogos de poder francamente sociais, as diferenças de recursos e de prestígio entre laboratórios concorrentes, as possibilidades de aliança com interesses ‘impuros’, ideológicos, industriais, estatais etc” (STENGERS, 2002, p. 17). Caso esses cientistas ainda se sentam escandalizados por essas investidas, de acordo com Stengers (2002), apenas confessam absorver uma autoridade imprópria, logo legitimando, pelas próprias atitudes, a investigação.

A nova imagem associada à sociologia das ciências põe em evidência a nossa incapacidade de julgar desse modo a história de que somos os herdeiros: na medida em que somos herdeiros dos vencedores e que recriamos, no que diz respeito ao passado, um discurso em que os argumentos internos de uma comunidade científica seriam suficientes para apontar esses vencedores; visto que esses argumentos nos convencem como herdeiros e que nos lhes atribuímos retrospectivamente o poder de ter feito a diferença (STENGERS, 2002, p. 18).

Aderimos à afirmativa de Funari e Robrahn-González (2008) de que o Estado deve agir da forma mais democrática possível no que toca a gestão do patrimônio arqueológico, levando em conta a diversidade de olhares sobre o bem cultural, pois “a cultura material é carente de significados por ela mesma, e só adquire uma dimensão ativa dentro de um sistema cultural determinado” (ZARANKIN, 2002, p. 15 apud MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 581). Para realizar o que tanto nós almejamos, o patrimônio arqueológico deve ser assumido por diversas frações da humanidade, e “assim ter sua gestão não como meramente

²²² Numa outra visão, Latour dispõe que: “Para que a antropologia se torne simétrica, não basta que acoplemos a ela o primeiro princípio de simetria – que só dá cabo das injustiças mais óbvias da epistemologia. É preciso que a antropologia absorva aquilo que Michel Callon chama de princípio de simetria generalizada: o antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas” (1994, p. 95).

conservacionista, mas como articuladora do desenvolvimento, numa ótica de ‘sustentabilidade’” (MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 581). Antes disso, os profissionais da arqueologia, sobretudo, para transladar os muros das universidades e justificar a existência social da ciência, devem “romper com pré-conceitos estabelecidos e cultivados pela arrogância intelectual [...] [para] ter presente a pluralidade de fontes e promover o diálogo entre ambas, sem hierarquizá-las” (MACHADO; LOPES; GHENO, 2009, p. 585).

Silva (2012) também trás alguns exemplos de outros países (África do Sul e Austrália), que estão desenvolvendo à chamadas “arqueologias alternativas” em comunidades ditas como tradicionais. Segundo ela, o projeto de longa duração, na África do Sul, chamado de *Kruger National Park*, tem como finalidade analisar a produção arqueológica no país, além das paisagens ancestrais, e atender as comunidades vizinhas ao parque para que possam também ter acesso aos sítios que elas reivindicam como pertencendo aos seus antepassados. Esse novo cenário sociopolítico na África do Sul está possibilitando o desencadeamento e transformação da gestão do patrimônio arqueológico da região. “A história da pesquisa arqueológica tem sido recontada, os dados arqueológicos têm sido revistos e existe um forte investimento na pesquisa etnoarqueológica” (SILVA, 2012, p. 28). Já na Austrália, de acordo com Silva (2012), existe o projeto denominado *Ethnoarchaeology in Aboriginal Australia*, que desenvolve “sítios-escola” sob a orientação das comunidades nativas, tendo como principal finalidade proporcionar experiências práticas em arqueologia colaborativa para alunos de diferentes instituições. “Nos últimos anos, as populações nativas australianas adquiriram mais determinação sobre suas heranças e saberes culturais e tem exercido controle sobre as pesquisas arqueológicas realizadas em suas terras” (SILVA, 2012, p. 28). Esses dois casos se aproximam da arqueologia defendida por Verde (2015), citada anteriormente.

Dessa maneira, a Arqueologia Social Inclusiva que eu proponho entende que essa ciência como um sistema de conhecimentos vai para muito além de uma disciplina de escavações de campo e seus resultados sistematizados, abrangendo também ideias, símbolos, imagens, mitos e, por que não dizer, sentimentos. Embora tenha como fonte de investigação objetos concretos, a arqueologia desenvolverá imagens dependentes do intangível da sociedade em que está inserida, não importando a época em que foram elaboradas, e, através delas, despertará o sentimento de identidade e pertença das comunidades numa construção solidária e capaz de incluir e transformar vidas, gerando oportunidades de desenvolvimento social (VERDE, 2015, p. 113).

As experiências elucidadas por Verde (2015) e Silva (2012) nos mostram, assim como as autoras acreditam, que a arqueologia pode, sim, harmonizar e desenvolver interesses

científicos e sociais na produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, “de modo a compreender a dinâmica de construção e dela extrair os elementos que permitam compreendê-la nas temporalidades da sua construção e, também, na perspectiva de uma entrega à sociedade contemporânea” (VERDE, 2015, p. 381). No relato de Verde (2015), a arqueologia se mostra detentora de um potencial essencial de desenvolvimento de uma disciplina social inclusiva: “Uma arqueologia que parte do imaginário e gera afetividade. Uma arqueologia viva por que mantém viva a herança do passado e viva para os herdeiros da herança que a reinventam a cada dia” (VERDE, 2015, p. 318). Ou seja, além de contribuir para o processo de fortalecimento da identidade e cidadania, colabora para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade e para a democratização das políticas públicas do patrimônio arqueológico. Portanto, dessa forma, a arqueologia inclusiva tem como missão desenvolver

[...] a educação como troca, a educação inclusiva, a educação dialógica e a valorização da memória coletiva, pois, para esse educador: ‘ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo’ (FREIRE, 2005, p. 46 apud VERDE, 2015, p. 382).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível a maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (SANTOS, 2010, p. 17).

Figura 49 - Sr. Josué Crispim no antigo espaço de guarda do acervo. Detalhe para os artefatos líticos e cerâmicos distribuídos em pequenos nichos.



Fonte: Gilvanildo Ferreira, 2014.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a relação de poder entre os conhecimentos normativos (acadêmicos) e o conhecimento autodidata (pela figura do Sr. Josué Crispim), com o intuito de arquitetar uma reflexão sobre a influência dessa disputa de saberes na legitimação/reconhecimento dos processos de coleta de artefatos arqueológicos e autogestão (musealização) do material que compõe o acervo em Ponta Grossa. Coube a mim, enquanto pesquisador (museólogo e antropólogo), testemunhar, reconhecer, descrever e analisar essa disputa; claro, com o auxílio dos diversos colaboradores, levando sempre em conta a minha autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2002).

Para realizar esse fim, construímos, na primeira parte do texto, uma análise etnográfica e também histórica, pois, consideramos que os vestígios arqueológicos da praia de Ponta Grossa compõem um conjunto de partes fundamentais para aqueles que pretendem entender a

conquista europeia em terras brasileiras. Ou seja, nessa visão, Ponta Grossa é um elo imprescindível para os estudos da conquista do “Novo Mundo” pelo “Velho Mundo” – iniciada, não oficialmente, no final do século XV, pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón –, e as análises históricas devem passar necessariamente por essa região. Como foram analisados, esses vestígios podem ser considerados evidências materiais capazes de reinterpretar a história escrita pelos vencedores. Por isso investigamos também as questões de identificação local e patrimonialização para a humanidade (especificamente para a sociedade brasileira) a partir do acervo musealizado pelo Sr. Josué e os sítios arqueológicos existentes em toda a extensão da praia e comunidade. São por esses e outros motivos que até mesmo os arqueólogos, e tantos outros profissionais da academia, reconhecem o potencial científico e cultural do acervo e dos vestígios.

Refletimos também sobre os possíveis acontecimentos que puderam considerar o Sr. Josué, do ponto de vista de um organizador e classificador (musealizador) do acervo, como filtro social/cultural em relação à comunidade de Ponta Grossa. Nesse sentido, de um lado, por mais que o Sr. Josué arranjasse o acervo seguindo anseios e concepções próprias, individuais, estaria fazendo isso em relação ao Outro, pois, assim como foi discutido durante o trabalho, por mais centralizada no sujeito individual, a coleção se faz sempre em relação ao Outro (MENESES, 1998); e por outro, por mais tempo que os moradores de Ponta Grossa tenham passado sem reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Josué e, além disso, ainda que não se viessem representados a partir do acervo, existia e existe, subjetivamente, o sentimento de pertencimento coletivo. Independentemente dos motivos que levavam a essa problemática, o Sr. Josué tinha como objetivo facilitar, com a constituição do acervo, maneiras de compreender a trajetória dos nossos antepassados. Assim sendo, podemos afirmar que o interesse dele, durante esse processo, não estava incumbido somente nas análises arqueológicas, mas se findava, também, num esforço que visava à interpretação e classificação do mundo a partir dos artefatos coletados e musealizados, reunindo aspectos sociais e simbólicos, em divergência à apreciações entre técnica e forma (RIBEIRO; VAN VELTHEM, 1992), por exemplo. Ou seja, ele tinha como objetivo analisar as origens e raízes não somente das matérias-primas e técnicas de confecção dos artefatos, mas entender o passado como importante forma de compreensão das identidades que se formaram.

O Sr. Josué, como compreendemos durante as reflexões sobre a relação de poder entre os conhecimentos, foi e é pouco ouvido entre os moradores de Ponta Grossa. Apesar dele hoje

ser reconhecido, a maioria dos moradores fica mais atenta quando outras pessoas – sendo a maioria pesquisadores ou “autoridades” – falam sobre a importância dele. Isso se dá, de acordo com o próprio Sr. Josué, pela sua formação não convencional e pelo vocabulário oral ser limitado à “língua nativa de pescador”. Ou seja, há um reconhecimento sobre a figura do Sr. Josué - construída, a princípio, por quem é externo à comunidade, e posteriormente apropriada pela comunidade -, mas não sobre ele mesmo, enquanto pessoa. Para ser reconhecido, ele precisou do capital científico (BOURDIEU, 1997) de instituições e pesquisadores acadêmicos, mas a ação não foi simétrica, como Stengers (2002) propõe. Ele alcançou o reconhecimento por mediação de órgãos e pessoas de fora da comunidade, e só consegue operar e usufruir desse reconhecimento apenas também por essa mediação. Portanto, o reconhecimento sobre o Sr. Josué, ao mesmo tempo em que é importante e necessário como conquista de espaço, é insuficiente e, às vezes, paradoxal.

Ponderamos os termos “a maioria dos moradores” porque há outra parte da comunidade que considera o seu conhecimento autodidata fundamental, por se constituir a partir de metodologias “mais livres”. Em outras palavras, o conhecimento do Sr. Josué foi fundamental por agir de forma diferente da normatividade, sem ele, grande parcela dos sítios e vestígios arqueológicos não existiriam, não seriam nada mais do que destroços. Contudo, esses moradores tem a noção também que o conhecimento acadêmico poderia potencializar ainda mais sua eficácia na atuação em campo, colocando a questão do limite do autodidatismo, assim como colocaram o limite do conhecimento acadêmico em contraste com a “liberdade” do conhecimento autodidata. Pelo fato de os órgãos responsáveis terem praticado poucas resoluções alegando motivos burocráticos e trâmites legais, essas pessoas consideram o autodidatismo como o conhecimento que pôde ser utilizado a favor do patrimônio arqueológico de Ponta Grossa.

Apesar de geralmente considerarem os conhecimentos não-acadêmicos como assistemáticos, ou seja, sem metodologia, nas análises propostas, principalmente por Geertz (2001) sobre o senso-comum e Lévi-Strauss (1989) ao definir o trabalho do *bricoleur*, a compreensão sobre métodos e técnicas puderam ser observadas nessas metodologias. Essas formas de produzir conhecimentos, pela simples forma de produção, já podem ser tidas como metódicas, são constituídas por conjuntos organizados de pensamentos determinados. Nas falas do Sr. Josué sobre as metodologias de análise dos artefatos e das suas coletas, notam-se técnicas, planejamentos, ordenações, sistemas, enfim, o que ele executava não era realizado

desorganizadamente, definitivamente. E, a meu ver, o Sr. Josué pode ser considerado tão pesquisador quanto eu, um acadêmico, por exemplo. Apesar de trilharmos meios e usarmos metodologias diferentes, nosso objetivo é o mesmo: produzir conhecimento. Os nossos saberes, embora que não sejam iguais, são equivalentes. Eles são formados por um conjunto de elementos construídos de forma regular por uma prática discursiva e indispensável à composição de uma metodologia (FOUCAULT, 2008).

Evidentemente, a falta ou o insuficiente reconhecimento acarreta notórios prejuízos para esses casos de autodidatismo. Segundo Fraser, há um dano causado pela falta de reconhecimento em empreitadas como as executadas pelo Sr. Josué, e a reparação desse dano implica na participação de uma política de reconhecimento “que vise retificar a desestruturação interna da contestação da imagem pejorativa” dos indivíduos “pela cultura dominante” (2002, p.14). No caso do Sr. Josué, assim como em outros, a participação é regulada por um tipo de padrão institucionalizado – no qual estou chamando de “dispositivo burocrático” -, com valor cultural, que forma algumas categorias sociais como hegemônicas e outras como deficientes ou inferiores, segundo Fraser (2002). “Consequentemente, é negado a alguns membros da sociedade o estatuto de parceiros plenos, capazes de participar na interação ao mesmo nível que os outros” (FRASER, 2002, p. 16). Esses conhecedores potencializam os saberes tanto quanto os especialistas acadêmicos.

Acreditamos, assim como Funari (2003), que a arqueologia não deve ser entendida apenas como uma simples técnica empirista – como problematizamos no texto e concluiremos ainda aqui -, apesar disso, as escavações (as coletas arqueológicas, especificamente) ganharam *status* nas discussões propostas neste trabalho, pela importância da tensão entre as coletas “sistemáticas” e as espontâneas (“assistemáticas”). Como Funari (2003), este estudo considera as coletas como tendo atributos específicos, mas que não são universalmente válidos, possuindo características socioculturais diferentes, o que possibilita discutir as questões sobre essa relação de poder proposta sobre a arqueologia hoje. De acordo com Funari, a mediação dos artefatos arqueológicos detém importância fundamental para a distribuição mais igualitária entre as “discussões relativas ao que conservar, em qual instituição, com quais condições de acessibilidade” (2003, p. 64) de um patrimônio público, mas que é subjugado por uma pequena parcela de especialistas. Por isso, “não se pode simplesmente avaliar qual das técnicas de escavação é mais adequada, evoluída ou

aperfeiçoada sem considerar a diversidade de objetivos implícitos em cada técnica específica” (FUNARI, 2003, p. 64).

Devemos salientar que, durante todo o texto, não procuramos incentivar a coleta indiscriminada de artefatos arqueológicos, executada por toda e qualquer pessoa, nem buscando, inconscientemente, que o IPHAN/CE considere o Sr. Josué Crispim como um arqueólogo autorizado a realizar coletas. A ênfase é dada nesse caso particular, por toda problemática específica já discutida anteriormente, como uma tentativa de reflexão sobre as políticas legais, suas aplicações e a realidade de destruição dos sítios arqueológicos que não há somente em Ponta Grossa e Icapuí, mas em todo o país. A pesquisa não se objetiva na desconstrução das leis federais sobre o patrimônio arqueológico e suas normas técnicas, mas leva em consideração a particularidade de casos como o do Sr. Josué e a pouca atuação das instituições autorizadas na salvaguarda dos sítios arqueológicos. Tendo em conta a consciência de todos os dispositivos burocráticos que essas instituições têm obrigatoriedade de cumprir, o que reivindicamos aqui é um apontamento de caminhos, uma sugestão de releitura desde as políticas sobre os bens arqueológicos, passando pela diminuição da visão normativa da arqueologia e de seus profissionais na relação entre a gestão desses bens e os desejos das comunidades – verdadeiras proprietárias desse material –, até, sobretudo, a restrição da visão hegemônica e egoísta que prega a existência de um conhecimento absoluto, sem espaço para o diálogo plural entre outras formas de saber e de produção de conhecimento. Com efeito, “O arqueólogo não é o detentor do monopólio das decisões sobre o destino do seu objeto de pesquisa, muito embora tenha a missão de contribuir na preservação dos bens arqueológicos” (SILVA, 2009, p. 214).

Portanto, o estudo se propõe, antes de tudo, à análise contextual desse problema, mas também, para além desse caso específico, evidenciar - da mesma forma como ocorre com a invisibilidade sobre os conhecimentos autodidatas - que a historicidade cultural no Brasil, a partir dessas políticas de exclusão popular e participativa na gestão do patrimônio, acaba por resguardar um conjunto de espaço com pouca visibilidade para os vestígios arqueológicos, constituindo

uma verdadeira estratigrafia do abandono [...], são atalhos que se confundem com a fragilidade da capacidade das instituições brasileiras que têm responsabilidades com o patrimônio cultural de assumirem ações sistemáticas e sistêmicas no que tange à realização e avaliação de projetos que articulam os objetos interpretados com os olhares interpretantes, matizados pelos estudos arqueológicos, [...] (BRUNO, 2014, p. 5).

Entretanto, as questões tratadas pelos campos científicos - e a arqueologia, museologia e antropologia não são exceções -, como suas apreensões teóricas, contribuições para o conhecimento, dilemas, as competências “epistemológicas da disciplina, como inseridos em dinâmicas sociais, culturais e políticas que se desdobram em contextos historicamente estruturados, de diferentes maneiras, por relações de poder variáveis” (RIBEIRO, 2006, p. 146), devem ser sempre levadas em conta. Quer dizer, a produção do conhecimento não está descolada do que acontece ao redor da política, como vimos no último capítulo. Ideologia não exclui a cientificidade; a cientificidade não exclui a ideologia.

É sem dúvida aí, nesse espaço de ação, que se estabelecem e se especificam as relações da ideologia com as ciências. A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências não se articulam no nível de sua estrutura ideal (mesmo que nele possam traduzir-se de uma forma mais ou menos visível), nem no nível de sua utilização técnica em uma sociedade (se bem que esta possa aí entrar em vigor), nem no nível da consciência dos sujeitos que a constroem; articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber (FOUCAULT, 2008, p. 207).

Além de tentar mostrar que a produção do conhecimento é influenciada pelo contexto político-social na qual está inserida, utilizamos análises comparativas entre a museologia social (DUARTE CÂNDIDO, 2013; MOUTINHO, 1993; BRULON SOARES, 2012) e a antropologia simétrica (LATOURE, 2010; STENGERS, 2002; VIVEIROS DE CASTRO, 2002) como forma de exemplificar que as dificuldades (os limites do conhecimento acadêmico) que o campo da arqueologia percorre, refletido por este trabalho, foram também atravessadas de forma semelhante pelos dois citados campos disciplinares, e são modelos que este estudo sugere a serem seguidos. Para realizar esse feito, assim como recomenda Ribeiro (2006), nós também acreditamos e ambicionamos a necessidade que outras práticas acadêmicas e campos de conhecimentos possam incluir trocas mais horizontais e que reconheçam - assim como a antropologia simétrica, colaborativa e a museologia social hoje - a arqueologia como um discurso muito mais diverso do que as interpretações hegemônicas e normativas supõem. “Está na hora de lutar por multicentrismos em substituição a um ou poucos tipos de centrismos” (RIBEIRO, 2006, p. 159). Também é importante salientar que não devemos achar que, para isso, é preciso excluir os conhecimentos normativos. Pelo contrário, eles são importantes. Entretanto, aceitar as contribuições das ciências hegemônicas não é fraquejar, o que não podemos jamais aceitar é a opressão e submissão dessas ciências sobre outras não-hegemônicas:

Que essa relação não seja neutra, que ela se reduza ao calculável e ao controlável, vá lá. Mas que possa ser considerada arbitrária, que seja o simples resultado de um

‘acordo’ entre cientistas e não prove nada mais que uma convenção humana qualquer, isto sim é insustentável. Que as ciências estejam plenas de impurezas, de situações em que efeitos de moda, interesses sociais ou econômicos desempenharam um papel, vá lá. O que suscita os protestos mais veementes e que seja negada toda distinção entre a ‘verdadeira ciência’, idealmente autônoma em relação a interesses não científicos, e os desvios em relação a este ideal, previsíveis e lamentáveis (STENGERS, 2002, p. 22-23).

A preocupação social não diminui o “progresso”, “desenvolvimento” e refinamento da ciência, assim como acoplar outras formas de conhecimento não vai instituir uma “baixa” ciência, uma ciência “menor” ou até mesmo uma “não-ciência”, como vimos em Feyerabend (2011), Morin (2005), Latour (2015), Viveiros de Castro (2002) e em Bourdieu (1997). Para o último autor, quanto mais heterônimo é o campo, “mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas” (BOURDIEU, 1997, p. 32). Ao avesso, quanto mais o campo tem autonomia e mais perto de uma concorrência “pura” e “perfeita”, maior é a censura puramente científica, o que acaba por excluir as forças “puramente” sociais (argumento de autoridade, por exemplo). A maior quantidade de teorias é um aspecto benéfico para a ciência – a chamada “contra-regra”. Ou seja, não há procedimento certo à ciência, existe, na verdade, um oceano de alternativas - a monotonia dificulta o desenvolvimento livre do indivíduo. Portanto, o questionamento é importante para o avanço do conhecimento. Diante disso, levando em conta a relação com o Outro, o arqueólogo

precisa estar preparado para lidar com a diversidade de interpretações e interesses para com o registro arqueológico. Cada vez mais estamos sendo chamados a adotar uma postura mais reflexiva e interativa e a questionar a ‘objetividade científica’. [...] Mas não significa, necessariamente, abrir mão de seus métodos e interpretações, mas de entender que os métodos precisam ser definidos a partir de uma perspectiva relacional e que as interpretações sobre os vestígios arqueológicos são multivocais e sujeitas a mudanças e re-interpretações (SILVA, 2009, p. 214).

Para o envolvimento popular ocorrer, é preciso colaborar para mudanças da representação social do patrimônio arqueológico, afirma Silva (2010). Os artefatos e sítios arqueológicos necessitam ser vistos como símbolos de resistência: “não se pode esperar que tenham valor para a sociedade, os esforços somente atingem seus objetivos quando a diversidade de valores de cada comunidade é levada em consideração” (SILVA, 2010, p. 55). Consolidar o envolvimento da comunidade local nas várias fases e ações executadas através dos processos arqueológicos é, sem dúvida, o objetivo principal a ser alcançado pela arqueologia requisitada por esta pesquisa. As concepções locais têm uma contribuição essencial para proporcionar, “no sentido de buscar elementos constitutivos que vão formar o novo paradigma emergente, que Santos (2007) chamou de ‘o conhecimento emancipatório’

que é o conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo” (SILVA, 2010, p. 69, grifo da autora).

Um dos desafios deste trabalho foi, além de construir uma crítica sobre a produção repressora do conhecimento arqueológico dentro da academia, arquitetar possíveis trajetórias que essa “nova” arqueologia possa trilhar. Por isso nós mostramos que as arqueologias alternativas lançaram diversas formas de se pensar a arqueologia, e entre elas, segundo Silva (2010), está o modelo “democrático” (HOLTORF, 2007 apud SILVA, 2010), o qual apontamos como a principal perspectiva para “promover a valorização igualitária do conhecimento” (SILVA, 2010, p. 56), pois é mais do que colaborativa²²³, é inclusiva de forma popular, não apenas pública. O modelo democrático considera que todas as pessoas possuem conhecimentos válidos e importantes, podendo ser estimuladas ao se relacionarem com a arqueologia, aumentando o poder de leitura crítica dos patrimônios que os cercam, além de potencializar a visão crítica da arqueologia sobre os patrimônios em processo de pesquisa.

O conhecimento arqueológico é tido, dentro do modelo Democrático, como múltiplo e inextato. Esses saberes devem ser construídos de forma cooperativa e no sentido de fornecer instrumentos para que todos os envolvidos num determinado projeto possam elaborar questionamentos e conclusões a respeito dos temas debatidos. Neste sentido, os diálogos e os não arqueólogos, são as maiores responsabilidades da Arqueologia Pública (SILVA, 2010, p. 56-57).

Ou seja, a gestão dos vestígios arqueológicos (musealização no caso realizado pelo Sr. Josué) deve partir do princípio do reconhecimento e utilização dos saberes locais, legitimando “os sujeitos envolvidos no processo de negociação da relação de produção rentável e à mobilização dos recursos da ciência para a conservação e continuidade” (SILVA, 2010, p. 63). Assim, a gestão do patrimônio arqueológico se fortalece na compreensão do processo de construção do conhecimento que envolve as comunidades como gestoras públicas do patrimônio (OLIVEIRA, 2000 apud SILVA, 2010). É nessa perspectiva que a arqueologia inclusiva, pública, colaboradora, ou seja lá qual for sua denominação, deve ser concebida como um importante instrumento de luta pela inclusão social: “Despertando o sentimento de identidade, desencadeando o processo de identificação do indivíduo com a sua história e cultura e promovendo a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico” (SILVA, 2020, p. 57). A arqueologia, seguindo o modelo democrático, portanto,

²²³ A “arqueologia colaborativa” - pelo menos é o que sua prática assume – é bem diferente da “antropologia colaborativa”. No modelo antropológico, o colaborativo é o maior grau de horizontalização entre os saberes, ou seja, vai bem além do que só a inclusão, a qual não é tão transparente sobre o papel dos pesquisadores e dos nativos na relação e produção de conhecimento.

abrangeria os interesses científicos da arqueologia acadêmica e os interesses locais sobre o patrimônio arqueológico.

A arqueologia passa a ser um conhecimento de relevância social à medida que inclui entre suas metas, fornecer às populações, através de seus conhecimentos e reflexões, narrativas para redimensionar suas memórias e identidades, ao levar em consideração outras visões do passado, possibilitadas pela interpretação dos registros remanescentes da cultura material das sociedades passadas. Esta relevância pode ser conquistada tanto pelo enfoque dado ao conhecimento arqueológico, comprometido com concepções heterógenas e plurais do passado, quanto pelas formas de engajamento da Arqueologia na sociedade arqueológica (SILVA, 2010, p. 61).

Por um lado, de uma forma descritiva, este trabalho tem a ambição de se tornar uma referência etnográfica sobre a praia de Ponta Grossa, do Sr. Josué Crispim e do acervo montado por ele. Por outro, a discussão não se encerra aqui, ela pretende inaugurar novos caminhos que indiquem passíveis releituras para o campo da arqueologia, de fato, se repensar enquanto ciência que quer contribuir socialmente, e que compreenda que as diversas formas de produção de conhecimento não são iguais, mas são tão importantes quanto. O intuito é que esta pesquisa auxilie numa melhor compreensão no que tange à aceitação e uso de outras formas de produção de conhecimento, especialmente no campo da arqueologia, tomando como moldes outros campos científicos, conforme a museologia e antropologia, por exemplo. Esperamos que esta dissertação ampare os possíveis trabalhos relativos a essa temática, tendo em vista as escassas referências bibliográficas sobre esse tema e a inexistência da análise local do caso de Ponta Grossa e do Sr. Josué. Este estudo também visa a difundir os anseios do Sr. Josué e reconhecê-lo pelo trabalho ininterrupto de guardião e propagador da história da praia de Ponta Grossa:

Você tirar isso do passado [os vestígios arqueológicos], botar no presente e levar pro futuro, é uma grande coisa. Porque, isso aí, esse aprendizado é da Ponta Grossa, eu nasci e me criei aqui, tenho minha raiz toda aqui, isso sempre vai levar meu nome lá fora e tá levando, já. *Então, isso é um bem muito grande e um orgulho pr'uma comunidade.* Quando ela [a comunidade de Ponta Grossa] vai entender uma coisa dessa? Porque, você sair, fazer história e levar pra outros canto daqui do lugar, através de outra história, como começou o princípio. Isso é bonito, sabe? Muito interessante²²⁴.

²²⁴ Entrevista do Sr. Josué Crispim, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 2017.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. Descobrimento do Brasil – seu desenvolvimento no século XVI. In: _____. **O Descobrimento do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2014.
- ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: FERREIRA, Manuel; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.) **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia, Nova letra, 2007.
- ABREU, Regina; FIHLO, Manuel Ferreira Lima. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- ANICO, Marta. A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: 2005, ano 11, n. 23.
- ATLAS DE ICAPUÍ. MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SANTOS, Ana Maria Ferreira dos (org.). Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.
- BATISTA, Juliana Basilio; FILHA, Vera Rozane Araújo Aguiar. **Projeto memória, narrativas e saberes tradicional** – Comunidade de Ponta Grossa-Icapuí (CE). Ceará: Universidade Federal do Ceará, [entre 2010 e 2013].
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010.
- BASTOS, Rossano Lopes. **Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: Uma proposta para o país através da análise da situação do Litoral Sul de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George, eds. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petropolis: Vozes, 4 ed., 2005.
- BECKER, Howard S. Mundos Artísticos e Tipos Sociais. In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade: Ensaio de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp. 9-27.
- BEHNCKE, Rolf C. Prefácio. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 1995.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. In: **Habitus**. Goiânia: v. 1, n. 2, 2003.

BHABHA, Homi K. A outra questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 105-128.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. **Lex**: Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, 1961.

_____. Decreto-lei nº 262/98, de 1998. **Lex**: Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da praia de Ponta Grossa e adota outras providências. Icapuí, 1998.

_____. Decreto-lei nº 341, de 25 de setembro de 2003. **Lex**: Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira. Brasília, 2003.

_____. Decreto-lei nº 206, de 14 de novembro de 2008. **Lex**: Dispõe sobre a proibição da pesca das lagostas vermelha e verde, anualmente, no período que menciona, nas águas sob jurisdição brasileira e revoga a Portaria do IBAMA nº 137, de 12 de dezembro de 1994. Brasília, 2008.

BRASIL, Eduardo do Prado. **Guerra na terra e no mar: um conflito socioambiental entre pescadores de lagosta em Icapuí – CE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRULON SOARES, Bruno C. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Unirio, MAST, v. 5, n. 2, p. 55-71, 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. In: **Revista de Arqueologia**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, Universidade de São Paulo, v. 27, n. 1, São Paulo, 2014.

_____. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, n. 25, p. 3-15, 2006.

_____. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, n. 17, 1999.

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. **Memória e identidade local em Icapuí, Ceará**. Tese (doutorado em psicossociologia de comunidades e ecologia social). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição-Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. Manuela Carneiro. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CURY, Marília Xavier. Museologia: novas tendências. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Org.). **Museu e museologias: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, v. 11, p. 25-41, 2009.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Gestão de Museus, Diagnóstico Museológico e Planejamento: Um desafio Contemporâneo**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

_____. Arqueologia e público: Pesquisas e processos de musealização da arqueologia na imprensa brasileira. In: **Revista Arqueologia Pública**. São Paulo: n. 3, p. 33-48, 2008.

ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.) **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia, Nova letra, p. 57-80, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Descolonizando a arqueologia no Brasil: Contribuições aa etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. In: **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales**. [S.I.]: n. 2, v. 3, p. 217-230, 2015a.

_____. Arqueologia de Contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. In: **Amazônica – Revista de Antropologia**. Belém: v.7, n. 2, pp. 354-374, 2015b.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, Gilvanildo Klebson Mendes. **A produção da documentação museológica e as análises das representações sociais sobre o Acervo Josué Pereira Crispim (Icapuí-**

Ceará). 2015. Monografia (Bacharelado em Museologia). Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FERREIRA, Maria Raquel Alves. **A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: O caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG.** 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 3 ed., 2009.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002.

FREITAS FILHO, Manuel de. **Aldeia do Areal: História e Memória de Ibicuitaba – Icapuí – CE.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed., 2008.

_____. **Microfísica do Poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, ed., 17, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. In: **História.** São Paulo: v.27, n.2, p.13-30, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. **O Saber Local.** Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio – Objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará.** 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. **A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico.** Rio de Janeiro: Revista Museologia e Patrimônio, p. 42-55, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HAMMER; MARTYN; MAYER, Paul. **Etnografía.** Métodos de Investigación. Barcelona: Praidós, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Conquista da Costa Leste-Oeste. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. [S.I.]: Editora Bertrand Brasil, v. 1. Tomo I, 1997, p. 213-226.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento** – A gramática dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

INGOLD, Tim. Antropologia is not Ethnography. In: INGOLD, Tim. **Being Alive**. Routledge. London and New York, p. 229-243, 2011.

_____. **Da transmissão de representações à educação da atenção**. Porto Alegre: Revista Educação, v. 33, n. 1, 2010.

_____. **Pare, olhe e escute!** Visão, audição e movimento humano. [S.I.]: Ponto Urbe, 2008.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

KUPER, Adam. **Cultura**: A Visão dos Antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ambiguidades e paradoxos; Observações finais. In: _____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAVE, Jean. **Aprendizagem como/na prática**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 21, n. 44, p. 37-47, 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. Não é a questão. In: **Dossiê Sertão**. São Carlos: Revista de Antropologia da UFSCar, v. 7, n. 2, p. 73-77, 2015.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: A produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LERSCH, Teresa Moralese; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. El concepto del museo comunitario: Historia viviente o memoria para transformar la historia?. In: **Museos: Nuestra historia viviente**. Kansas City, Missouri: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. José de Azevêdo Dantas: lembrando os 70 anos do início das pesquisas do primeiro arqueólogo do Seridó Potiguar em Carnaúba dos Dantas. In: **Revista de Humanidades**. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 06. n. 13, 2004.

MACHADO, Neli T. Galarce; LOPES, Sérgio Nunes; GHENO, Diego Antônio. Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e

educação patrimonial no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul. In: **História**. São Paulo: v. 28, n. 1, p. 575- 587, 2009.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. **O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Pretextos Museológicos, 1. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A problemática da Identidade Cultural nos Museus: De Objeto (de ação) a Objeto (de conhecimento)**. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo, 1993.

_____. (Org). **Como explorar um museu histórico?** São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

_____. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.11, n.21, p. 89-103, 1998.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORIN, Edgar. **O Método IV – As ideias: habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. In: **Cadernos de Museologia**. Lisboa: UHLT, n.1, 1993.

MURA, Fabio. Beyond nature and the supernatural: Some reflections on religion, ethnicity and traditions of knowledge. In: **Vibrant**. Florianópolis, v. 11, p. 207-241, 2014.

NETO TEIXEIRA, Isabella de Souza et al. **Uma ferramenta para Compreender a Apropriação do Patrimônio Geológico pela Sociedade Geológico pela Sociedade: Um Estudo Sobre o Morro do Corcovado/ Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ, vol. 35, 2012.

OLIVEIRA, Almir Leal de; ALBUQUERQUE, Marcos; SILVA, Roberto Airon; GERONAZZO, Soraya. **Praia de Ponta Grossa: Vestígios arqueológicos da ocupação humana**. BARBOSA, Augusto Cesar Bastos (org.). Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

OLIVEIRA Luiz, Antonio. Fronteiras e diálogos disciplinares: Possíveis comunicações e trocas entre os campos de conhecimento da antropologia e do turismo. In: **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo: vol. 4, n. 2, p. 54-66, 2014.

PEDROZA, Igor. **O registro arqueológicos de grupos caçadores-coletores em ambientes semiáridos: Uma abordagem geoarqueológica dos Sítios Várzea do Boi, Tauá-CE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PIRES, Álvaro P. A amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In Jean Poupart et al. **A Pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 154-211, 2008a.
- PESSOA, Fernando. Primeiro Fausto. In: **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1972.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 1, p. 51-87, 1987.
- POMPEU SOBRINHO, Thomas. **Proto-história cearense**. Fortaleza: Editora UFC, 1980.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e Colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Editora da Edusp, 2002.
- QUEROL, Lorena Sancho. **Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo**. Lisboa: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 25, p. 165-188, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**, São Paulo: Editora 34, 2005.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Introdução à restauração**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (07 slides, color), 2012.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Novos Estudos**, p. 109-125, 2008.
- _____. Antropologias mundiais para um novo cenário global na antropologia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006.
- RIBEIRO; VAN VELTHEM. Berta G.; Lucia H. Coleções Etnográficas: Documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Faérgs/SMC, 1992.
- ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. Patrimônio e cultura: processo de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre as ciências e as artes. In: **Os pensadores**. V. XXIV, São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SAHLINS, Marsahll. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I). In: **Mana**, p. 41-73, 1997a.
- _____. (Parte II). In: **Mana**, p.103-50, 1997b.

SAMAIN, Etienne. As “Mnemosyne(s)” de Aby Warburg: Entre Antropologia, Imagens e Arte. In: **Revista Poiésis**. n 17, p. 29-51, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, ed. 5, 2008.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCHIFFER, Michael Brian. Archaeological context and systemic context. In: **American Antiquity**. v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.

SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: n. 19, p. 205-219, 2009.

_____. O plural e o singular das arqueologias indígenas. In: **Revista de Arqueologia**. v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

SILVA, Selma Lima da. **Contexto comunitário e educação patrimonial**: Um estudo de caso em União dos Palmares – AL. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. As ciências e seus intérpretes. In: **A invenção das ciências modernas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

_____. Ironia ou humor? In: **A invenção das ciências modernas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

STRATHERN, Marilyn. 2014. O efeito etnográfico. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

VAN VELTHEN, Lucia Hussak. **O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI, 2012.

VERDE, Rosiane Lima. **Arqueologia Social Inclusiva**: A Fundação Casa Grande e a Gestão Do Patrimônio Cultural da Chapada Do Araripe, Nova Olinda, Ce, Brasil. 2015. Tese (Doutorado em arqueologia). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015.

VERRIER, Christian. **Éléments pour une approche de l'autodidaxie**. Paris: BBF, 2002.

_____. "L'autodidacte": Entre pratiques et représentations. In: **Revue française de pédagogie**. v. 147, p. 131-133, 2014.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana**. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZANETTINI, P. E. **Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos**. Curitiba: Arqueologia, n. 5, p. 117-139, 1986.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS

Entrevista de **Adaias Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 14 de julho de 2017.

Entrevista de **Agabo Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 26 de abril de 2017.

Entrevista de **Almir Leal de Oliveira**, concedida ao autor, em Fortaleza, em 18 de novembro de 2017.

Entrevista de **Azarias Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 26 de abril de 2017.

Entrevista de **Cláudia Alves de Oliveira**, concedida ao autor, em Recife, em 26 de setembro de 2017.

Entrevista de **Dam Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

Entrevista de **Jair Crispim e Carol Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Entrevista do **Sr. João Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

Entrevista do **Sr. Josué Crispim**, concedida ao autor e a Igor Pedroza, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de março de 2014.

Entrevista do **Sr. Josué Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 30 de novembro de 2014.

Entrevista do **Sr. Josué Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 12 de abril de 2017.

Entrevista do **Sr. Josué Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 22 de abril de 2017.

Entrevista de **Marcos Junqueira**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de julho de 2017.

Entrevista de **Nayane Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 25 de abril de 2017.

Entrevista de **Neci Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 21 de abril de 2017.

Entrevista de **Ricardo Arruda**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 16 de abril de 2017.

Entrevista do **Sr. Oliveira Crispim**, concedida ao autor, em Ponta Grossa/Icapuí, em 23 de abril de 2017.

Entrevista de **Vanessa Rodrigues**, concedida ao autor, em Recife, em 15 de dezembro de 2017.

APÊNDICE B - CONVENÇÕES UTILIZADAS NA TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

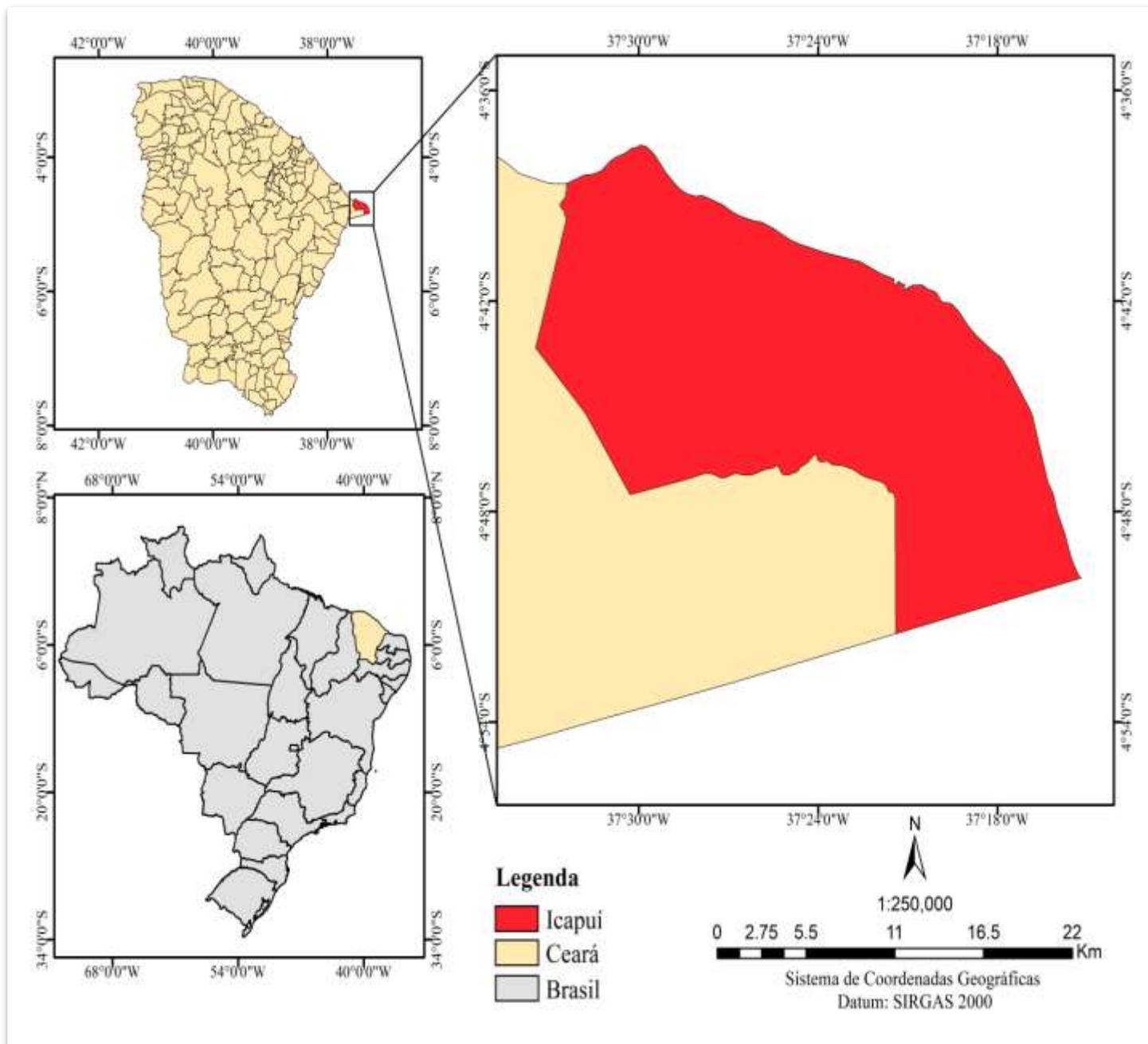
() – Partes inaudíveis

/Hipótese/

_ Pausa curta

_____ Pausa longa

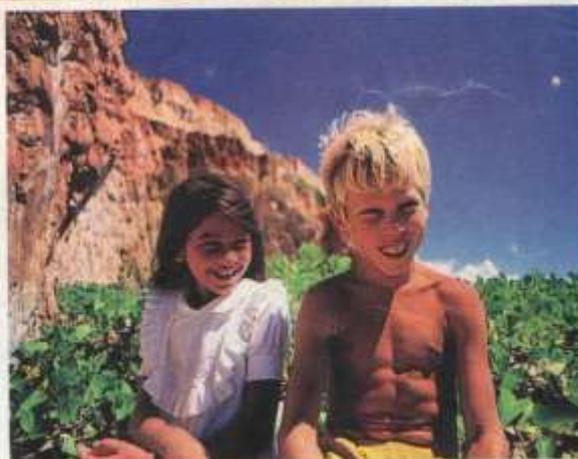
ANEXO A - MAPA EM ESCALAS MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ



Elaboração - Viviane Gomes, 2018.

ANEXO B - MATÉRIA SOBRE A “HERANÇA” LOIRA DE PONTA GROSSA**HERANÇA LOIRA**

No vilarejo de Ponta Grossa, o traço mais evidente entre as crianças e os antigos moradores é a pele clara e os cabelos loiros. Tão amarelos quanto as formações de areia da selvagem e próxima praia de Lagoa do Mato.



ANEXO C - MATÉRIA SOBRE A SUPOSTA DESCENDÊNCIA HOLANDESA E SUA HERANÇA NO FENÓTIPO LOCAL

Com pouca movimentação turística, Redonda é um recanto de tranqüilidade que além de linda, tem um cuidado com a preservação ambiental pouco visto nas praias cearenses. Na vizinhança, estão Ponta Grossa e Peroba. Juntas, compõem o principal trio de praias do município. Nelas, os encantos vão além da paisagem e chegam às histórias da comunidade local. Os moradores não se incomodam em abrir as portas para os visitantes, fazendo

de seus quintais um possível acampamento e da sala uma pousada improvisada.

Um dos moradores cuja história se mistura à de Icapuí é Josué Crispim. Nascido no município, mais precisamente na praia de Ponta Grossa, o ex-pescador divide o sobrenome com a maioria dos habitantes do povoado. O motivo é a descendência holandesa que deu àqueles nativos olhos azuis e cabelos para lá de alourados. Josué é dali um dos que mais se in-

FOTOS EDIMAR SOARES



**ANEXO D - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO
LICITATÓRIO DA CONTRATAÇÃO DO SR. JOSUÉ CRISPIM PELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.05.08.04**

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

Aos 29(vinte e nove) dias do mês de maio de 2012(dois mil e doze), às 10:30h(dez horas e trinta minutos), no Auditório da Secretaria de Educação e Cultura, sito à Av. 22 de janeiro, s/n, Centro, Icapuí, CE –, reuniram-se o pregoeiro Cicero Romão da Costa e equipe de apoio, designados pela Portaria nº. 074-A/2012, de 29 de fevereiro de 2012, para proceder à abertura e julgamento da licitação em epígrafe, que tem por objeto a contratação de pessoa física para prestar serviços de vigilância e observação permanente dos sítios arqueológicos existentes no município de Icapuí, através da Secretaria de Educação e Cultura. A Equipe de Apoio iniciou os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar deste pregão. Na hora previamente designada, o Pregoeiro declarou aberta a sessão, e, ato contínuo, prestou os esclarecimentos acerca da forma de condução do pregão e iniciou a fase de credenciamento. O pregoeiro informou ter sido credenciado apenas um participante: I-JOSUÉ PEREIRA CRISPIM, CPF: 359.024.503-49. Dessa forma, logo após verificar que o participante credenciado possui poderes para oferecer lances e interpor recursos, o Pregoeiro solicitou os envelopes nº 01 “Proposta de Preços” e nº 02 “Documentos de Habilitação” previstos no Edital. Em seguida, o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes de nº 01 “Proposta de Preços”, elaborou o Mapa de Preços Iniciais e lances, em anexo. A Equipe de Apoio e o Pregoeiro examinaram a conformidade da proposta de preço em face dos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, a luz dos itens 04.00 e seguintes do Edital, onde foi classificada a única proposta para fase de lance conforme mapa de preço em anexo. Encerrada a fase de negociação, procedeu-se à abertura do envelope nº 02 – “Documentos de Habilitação” do único licitante participante. A Equipe de Apoio iniciou a verificação da conformidade dos documentos de habilitação apresentados em face das exigências expressas no instrumento convocatório concluindo com a habilitação do licitante participante da fase de negociação. Em seguida o pregoeiro declarou vencedor do certame, conforme consta do mapa de lances, o Sr. JOSUÉ PEREIRA CRISPIM, com o valor final **RS 1.500,00(hum mil e quinhentos reais)** para o lote I. O pregoeiro indagou do participante sobre a intenção de interposição de recurso, tendo o mesmo silenciado. Nesse giro, o Pregoeiro adjudica o objeto desta licitação ao licitante vencedor. Por fim, o Pregoeiro deu por encerrado os trabalhos da reunião, lavrando-se a aludida Ata, a qual vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante credenciado presente.


Cicero Romão da Costa
Pregoeiro

Equipe de Apoio


JOSUÉ PEREIRA CRISPIM
CPF: 359.024.503-49

**ANEXO E - OFICIALIZAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO SR. JOSUÉ CRISPIM PELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ICAPUÍ**

Aos 18 dias do mês de junho de 2015, as 09hs30min, esteve presente nesta sala de Promotoria de Justiça de Icapuí, JOSUÉ PEREIRA CRISPIN, RG 2007266958-0, SSP/CE, telefone (85) 99265-8330, casado, arqueólogo, residente e domiciliada em Ponta Grossa, vizinho a Pousada Jabarana.

A Promotora de Justiça titular desta comarca, passou a palavra a declarante que disse: que possui contrato de trabalho com a Prefeitura Municipal de Icapuí para prestar serviço de vigilância e observação permanente dos sítios arqueológicos existentes neste Município; que assinou o contrato em 24 de fevereiro de 2015; que desde de então só recebeu um único mês; que está com três meses atrasado de seu contrato; que em 2014, falta pagar dois meses e em 2013, três meses; que precisa de mais apoio para desenvolver seu trabalho; que seu trabalho possui nível nacional devido às peças que encontra em suas escavações.

Sem mais para o momento, a Promotora encerrou a reunião, com as formalidades de sempre.

JOSUÉ PEREIRA CRISPIN

PROMOTORA DE JUSTIÇA

**ANEXO F - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO AO MPF PARA ORIENTAR A
ASSOCIAÇÃO DE BUGUEIROS DE CANOA QUEBRADA SOBRE AS LEIS DE
PROTEÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**

Ricardo Arruda – Coordenador

Para: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no
Ceará/Limoeiro do Norte.
Dr. Samuel Arruda – Procurador
(88) 3423 4842

O Projeto Resgate Icapuí, cujo objetivo principal é resgatar e preservar nossa história através da conservação do Patrimônio Histórico Nacional, vem solicitar o apoio do Ministério Público no sentido de inicialmente orientar a Associação de Bugueiros de Canoa Quebrada (situada na Praia de Canoa Quebra – Aracati), quanto às leis direcionadas a preservação e proteção das áreas onde ocorrem incidências de achados arqueológicos e sobre a importância do trabalho efetuado pelo nosso projeto, no tocante a preservação destes sítios.

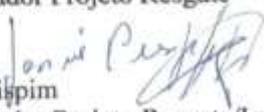
Sem critérios ou obediências a acordos firmados, a Associação vem constantemente invadindo as áreas que fazem parte do Patrimônio da União (dunas e falésias) em Icapuí com veículos utilizados para passeios turísticos.

Caso seja necessário, com o apoio do Ministério Público, do IPHAN e de nosso corpo técnico, poderemos viabilizar cursos e capacitação na área de preservação do patrimônio para os filiados e membros da associação.

Solicitamos também que seja viabilizada uma barreira que possa barrar a passagem de outros veículos pelo local onde estão situados os sítios localizados na área denominada Pilões. A construção da mesma poderá ser recomendada à Prefeitura Municipal de Icapuí, que é nossa principal parceira.

Atenciosamente,


Ricardo Meira Arruda
Coordenador Projeto Resgate


Josué Crispim
Coordenador Projeto Resgate/Icapuí

Aracati - AP


**ANEXO G - OFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ EM RESPOSTA A
COBRANÇA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO QUE SE REFERE A
PROTEÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**

ENVIADO POR SEDEX
EM 19/02/2010

Icapuí, 12 de fevereiro de 2010.

OFÍCIO Nº. 011/2010
Ilmo. Sr. Samuel Miranda Arruda
Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Limoeiro do Norte

Senhor Procurador da República,

O **Município de Icapuí**, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.393.593/0001-57, vem, por meio de seu Prefeito Municipal, Senhor **José Edilson da Silva**, em resposta a notificação nº 314/2008/PRM/LN-CE, referente ao P.A. Nº **1.15.001.000011/2005-14** informar o que segue:

Sobre a solicitação do Nobre Procurador da República em requisitar que fossem tomadas providências necessárias para a conservação de sítios arqueológicos existentes no Município de Icapuí, pois foram afirmadas através de notícias que existia na área de proteção ambiental, passagem de veículos e que desta forma estaria degradando os sítios arqueológicos.

Ocorre que o Município de Icapuí possui uma Lei específica que trata das Áreas de Proteção Ambiental, a Lei nº 262/98, lei essa que assegura medidas de proteção ambiental a área da Praia de Ponta Grossa e aplica as sanções aos agentes degradadores de tal área, conforme anexo.

No art.3º da referida Lei temos de forma clara as condutas que são proibidas na Área Proteção Ambiental:

Artigo 3º - Na APA da Praia de Ponta Grossa, ficam proibidas ou restringidas:

- I - A implantação ou ampliação de atividades potencialmente poluidoras, capazes de efetuar os mananciais de água formas de relevo, o solo e o ar;
- II - A realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas, quando essas iniciativas importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas regionais.
- III - Derrubada de floresta e a captura ou extermínio de animais silvestres de qualquer espécie;
- IV - Projetos urbanísticos, inclusive loteamentos, sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, de acordo com os artigos 11 e 14 da Lei nº 11.411, de 28

Prefeitura Municipal de Icapuí – Praça Adauto Rôseo, 1229 – Centro – Fone/Fax: (88) 3432 1200
CNPJ: 10.393.593/0001-57 CGF 06.920.296-6 www.icapui.ce.gov.br / icapui@icapui.ce.gov.br

f



de dezembro de 1987 e do Conselho de Gestão dos Moradores da Ponta Grossa;

V - O uso de agrotóxicos, em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

VI - E, qualquer tipo de atividade, construção ou empreendimento em dunas móveis, dunas com vegetação fixadora, falésias e manguezais ficam terminantemente proibidas.

E no art.7º da referida Lei temos as sanções que serão imputadas ao possível degradador:

Artigo 7º - A inobservância das disposições contidas nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa (simples ou diária), de 50 (cinquenta) a 15.000 (quinze mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal de referência- UFMI, divulgado pelo Governo Federal na data da infração;

III - Embargo;

IV - Interdição definitiva ou temporária;

V - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público Estadual;

VI - Perda ou suspensão em linhas de financiamento em estabelecimentos municipais, estaduais e federais de crédito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades previstas nos III e IV deste artigo poderão ser aplicadas sem prejuízo das indicadas nos incisos I e II do mesmo artigo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o degradador obrigado, independente da existência de culpa a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na aplicação das multas de que trata o inciso II deste artigo, serão observados os seguintes limites:

I - de 50 (cinquenta) a 3.000 (três mil) vezes o valor nominal da UFMI nas infrações leves;

II - de 3.001 (três mil e um) a 10.000 (dez mil) vezes o valor nominal da UFMI nas infrações graves;

III - de 10.001 (dez mil e um) a 15.000 (quinze mil) vezes o valor nominal da UFMI nas infrações gravíssimas.



Decorrido o prazo de defesa, ou após o parecer oficializado ao autuado, não ocorrendo o pagamento do valor da multa imposta dentro do prazo de 05 (cinco) dias serão procedidas as medidas jurídicas de cobrança do débito, com inscrição na dívida ativa da Fazenda Pública e execução fiscal.

Os débitos de que trata este parágrafo, mesmo em execução fiscal poderão ser parcelados em prestações mensais sucessivas, em até 03 (três) vezes.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nos casos previstos nos incisos V e VI deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administração ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, conforme dispõe a Lei Federal nº 6.938 de 31.08.81.

Com base na Lei supracitada, observamos de forma notória que o Município de Icapuí já assegura a devida proteção às Áreas de Proteção Ambiental, inclusive não permitindo a realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas, quando essas iniciativas importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas regionais, protegendo assim os sítios arqueológicos lá existentes.

Desta forma, o Município de Icapuí já assegurava medidas de conservação, adotando providências necessárias de proteção à Área de Proteção Ambiental evitando inclusive a abertura de estradas, impedindo então a passagem de veículos na área, preservando os sítios arqueológicos lá existentes

Assim sendo pede-se que seja oficiada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, inscrita no CNPJ 10.393.593/0001-57 situada na Av. Newton Ferreira, SN- Centro- Cep: 62810-000, Icapuí-CE, representada pelo Secretário Francinildo Nunes Rebouças, para dúvidas posteriores.

Atenciosamente,


JOSE EDILSON DA SILVA
 Prefeito Municipal de Icapuí

Ilmo. Sr.
Samuel Miranda Arruda
Procurador da República
Ministério Público Federal – Procuradoria da República
Rua Cel. Serafim Chaves, nº545- Bairro:Centro
Limoeiro do Norte-CE CEP: 62.930-000

Prefeitura Municipal de Icapuí – Praça Adauto Róseo, 1229 – Centro – Fone/Fax: (88) 3432 1200
 CNPJ: 10.393.593/0001-57 CGF 06.920.296-6 www.icapui.ce.gov.br / icapui@icapui.ce.gov.br

**ANEXO H - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICAPUI À SECRETÁRIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO PARA VISTORIA DO SÍTIO
ARQUEOLÓGICO MORRO DOS VENTOS, NA PRAIA DE PONTA GROSSA,
ACATANDO O OFÍCIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA**



CORRESPONDENCIA INTERNA Nº 013/2010 - GAPRE

Do: Gabinete do Prefeito/ASSEJUR
Ao: Secretário de Obras

Icapuí, 10 de fevereiro de 2010.

Prezado Senhor,

Vimos, pelo presente, SOLICITAR que seja efetuada uma **vistoria** no Sítio Arqueológico Morro dos Ventos, em Área de Proteção Ambiental, localizado na localidade de Ponta Grossa, neste Município, no sentido de se averiguar a possibilidade de construção de algum muro de contenção que impeça o trânsito de veículos no local, bem como alguma outra medida que tenha o objetivo de impedir a depredação do Sítio.

Tal solicitação atende ao disposto no ofício nº. 314/2008 (reiterado pelo ofício nº. 088/2010), enviado à Prefeitura Municipal de Icapuí pela Procuradoria da República em Limoeiro do Norte, o qual requisita adoção de providências necessárias para a conservação de tal patrimônio, tendo em vista as reiteradas notícias de depredação do supracitado Sítio.

Segue em anexo cópias dos ofícios 314/2008 e 088/2010, ambos da Procuradoria da República em Limoeiro do Norte.

Na oportunidade, expressamos votos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Aldernei Martins da Costa
Chefe de Gabinete

Paula Maria
10/02/2010

Ao Sr.
Secretário de Obras, serviços Públicos e Urbanismo
Francisco Cirilo da Silva

Prefeitura Municipal de Icapuí - Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Fone/Fax: (88) 3432 1200
CNPJ: 10.393.593/0001-57 CGF 06.920.296-6 www.icapui.ce.gov.br / icapui@icapui.ce.gov.br

ANEXO I - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO

As descobertas do pescador-arqueólogo



O pescador Josué Crispim, que fez os achados arqueológicos na praia, e o detalhe de um cachimbo holandês do século 17

Outra curiosidade local em Ponta Grossa é a existência de diversos sítios arqueológicos que atestam uma história de ocupação humana que começa no tempo dos homens das cavernas e segue com a presença de navegadores holandeses no século 17. O autor da descoberta, atualmente reconhecida por pesquisadores do IPHAN, é o morador Josué Crispim, que certo dia, caminhando pelas dunas, encontrou uma pedra de formato estranho, que não parecia esculpida pela natureza.

Josué passou, então, a procurar por outros objetos parecidos e não parou mais de encontrar: pedras lascadas e polidas por homens pré-históricos, cerâmicas indígenas e utensílios domésticos deitados por navegadores holandeses, como talheres de prata, cachimbos e garratas grafadas com o nome "Amsterdan".

"Você vai ficar doído. Vai ficar velho carregando pedras, dizem pra mim", conta Josué. Contudo, o pescador insistiu até

juntar num cômodo da casa simples uma grande quantidade de objetos que encontrou à flor do chão. O sonho hoje é fazer um museu para expor as peças aos visitantes.

Com a ajuda do amigo Ricardo Amada, cineasta-produtor de documentários científicos, elaborou um projeto para construir uma casa de cultura, ainda encastrado pela burocracia e falta de apoio financeiro do IPHAN. Enquanto isso, Josué segue pescando o passado nas areias da praia. Corre as dunas aos finais de tarde e de longe bate o olho em qualquer artefato que possa ser um vestígio dos tempos remotos daquele pedaço do litoral cearense.

Os achados de Josué Crispim devem render a publicação do livro, em fase final de produção, *Praia da Ponta Grossa - Vestígios Arqueológicos da Ocupação Humana*, que traz descritivos de todos os sítios arqueológicos da área e fotos dos mais importantes artefatos encontrados em cada um deles. Os textos têm supervisão do

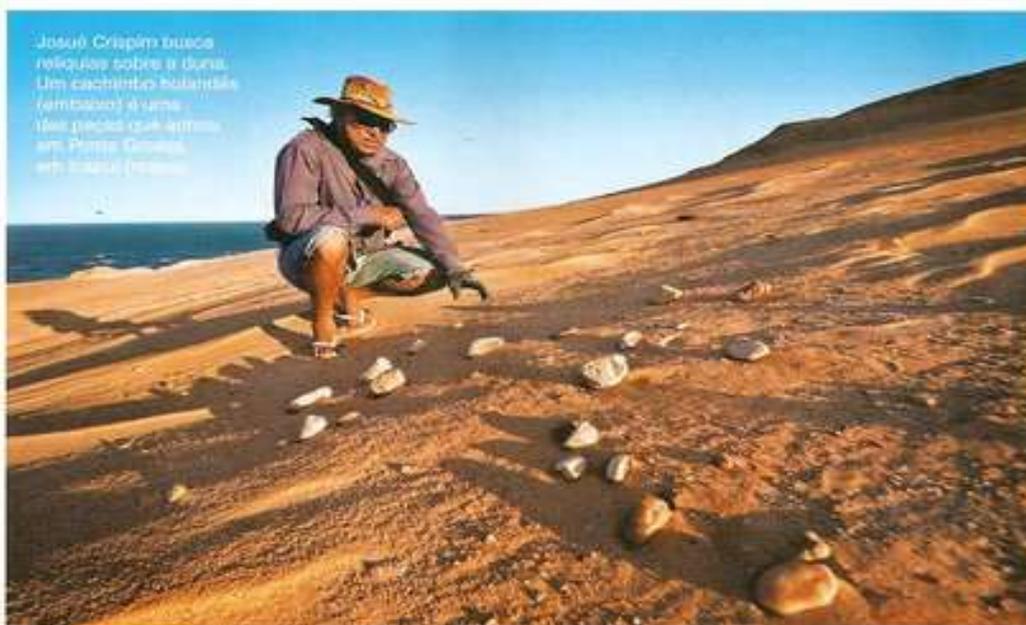
arqueólogo Roberto Ayrón, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e fotos do cearense Gentil Barreira.

O livro faz um alerta para o risco que a ocupação e a exploração econômica provocaria nos documentos materiais das antigas nações indígenas que o movimento das areias tem colocado em exposição. Um dos capítulos é dedicado à história da região e conta sobre a surpreendente teoria de Tomaz Pompeu Sobrinho, antropólogo e historiador cearense, de que o espanhol Vicente Pinzón teria sido o primeiro europeu a pisar em chão brasileiro, mais precisamente nas areias da Praia da Ponta Grossa, no dia 2 de fevereiro de 1500, quase três meses antes de Cabral atracar no litoral da Bahia. Teoria que é defendida no livro com trechos do diário de bordo da expedição de Pinzón.

Para saber mais: busque no youtube.com "Os mistérios da Ponta Grossa".

ANEXO J - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO

ARQUEOLOGIA



Josué Crispim busca relíquias sobre a duna. Um cachimbo holandês (ambuco) e uma das pedras que foram em Ponta Grossa, em Icapuí (Pernambuco).

História na areia Nos últimos 30 anos, um pescador vem rastreando, à flor do chão, no alto de dunas, uma diversidade de objetos que podem reescrever a história da ocupação humana no litoral do Ceará. Vasculhando as areias nos arredores da vila de Ponta Grossa, em Icapuí, Josué Crispim já encontrou inúmeras pedras lascadas e polidas por homens pré-históricos, além de cerâmicas indígenas e objetos supostamente deixados por navegadores holandeses que passaram por ali no século 17, como moedas, talheres, garrafas e pedaços de porcelana. Os achados são tantos que já enchem um cômodo inteiro da casa simples onde o pescador mora com a família. Ele e o produtor de documentários Ricardo Arruda elaboraram um projeto para criar uma Casa de Cultura no local, mas falta apoio financeiro para concretizar a ideia.

O caso ilustra bem como a arqueologia de zonas costeiras do Brasil carece de pesquisas mais consistentes. Para o arqueólogo Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, ainda não é possível traçar a linha da ocupação humana naquele litoral, pois "não foram feitas escavações, fundamentais para reconstruir o contexto em que os objetos seriam usados ou descartados de acordo com a posição tridimensional deles no sítio, nem datações para definir a origem aproximada de cada artefato", diz. "É o perigo é o avanço imobiliário impedir um estudo mais aprofundado", alerta Albuquerque. — Por Tales Azzi



ANEXO K - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO

A maioria dos artesanatos das populares garrafas de areia colorida já não mantêm apenas os tons naturais que a terra lhes propicia. Preferem hoje tingir a areia com anilina azul, verde ou tons berrantes, que no fundo só descaracterizam as raízes de seu trabalho. É uma pena. Só as areias de Ponta Grossa bastariam para eles. Nas falésias e em algumas formações de rochas que brotam da areia, por exemplo, a divisão cromática da terra é tão precisa que parece ter sido desenhada um dia pelos mesmos hábeis artesãos cearenses. As camadas se sobrepõem em listras precisas que nunca se misturam, num mosaico de tons que oscilam do amarelo ao roxo-profundo. Algumas paredes de terra vermelha possuem estrias brancas que formam desenhos curiosos, fossilizados pela ação do tempo.

Mas o que mais impressiona, e até assusta, em Ponta Grossa é a incrível capacidade do cenário em transformar-se conforme as luzes e as marés. Nenhuma outra praia consegue, sendo tão pequena — não tem mais que 700 metros —, apresentar tantas paisagens diferentes dentro de um mesmo lugar. Para começar, a praia não é reta nem uniforme: ela contorna toda a extensão da ponta, recortada por rochedos, como que dividindo-se em três partes. De um de seus extremos não se vê o outro. Ora o chão é apenas areia, ora é todo pedra. O primeiro acidente da geografia local é o imponente penhasco que nomina a chamada "ponta grossa". Conforme o reflexo dos raios do sol, suas paredes parecem ganhar novas tonalidades de cor que se espelham com nitidez sobre a areia molhada quando a maré está baixa. Na maré alta, as águas sobem quase um metro no sopé do paredão e lhe impõem uma vibrante agressividade. Do alto do penhasco, forma-se uma duna enorme que vai romper no chão em outro trecho da praia. No sol do meio-dia, suas areias douradas literalmente assam os pés de quem tenta vencê-las. Além da duna, perfila-se um sinistro exército de estúpias naturais de pedra escura amparado por uma extensão de falésias avermelhadas. A paisagem bem poderia estar na Lua. Diante de tantas variações, às vezes, numa caminhada por toda a Ponta Grossa tem-se a sensação de, na volta, nunca se ter passado pelo mesmo lugar — o que, no fundo, sempre serviu para instigar as fantasias daqueles que convivem com o lugar.



Luzes azuladas sobre a praia, um castelo no penhasco, o medo da noite: o lugar tem muitos mistérios



Que o pescador brasileiro é um personagem notório por sua infinita imaginação, todo mundo sabe. No vilarejo caçara vizinho a Ponta Grossa, no entanto, onde moram 180 pessoas, o volume de lendas e causos bizarros é tão grande que extrapola eventuais delírios e desafia a realidade. Quanto mais irreal as histórias soam, mais somos induzidos a acreditar nelas, tamanha a fé e a naturalidade dos nativos. Dizem eles, entre tantos exemplos, que o grande penhasco resulta nas noites escuras num sombrio castelo, capaz de aprisionar os raros passantes que ousam andar por ali na madrugada. A má sorte se anuncia para quem pisar no "pé da princesa", ou "pé da moça", o contorno de um pé minúsculo marcado sobre uma pedra visível apenas na maré baixa. Um velho pescador da vizinha praia da

Peroba costumava ver um padre caminhando pela ponta, sempre perto da Pedra da Hora — que tem esse nome porque, quando o mar começa a subir no fim do dia e chega até ela, indica que é hora de ir embora, sob o risco de se ter de passar a noite ali. Mas o causo mais fantástico não foi — nem é, já que ainda é freqüente — testemunhado apenas por uma pessoa: são luzes ovais e azuladas que surgem baixas na madrugada, flutuando sobre a areia e atraindo quem passa, feito discos voadores. Muita gente já viu as luzes, chamadas de "chupa", por causa de sua intensa força hipnótica. "Chegou uma hora que ficou muito perigoso passar a noite na ponta. Desisti", alerta Joaquim Crispim de Freitas, o "mestre Dadá", 76 anos, mais velho morador da região e testemunha de dez entre dez casos de aparições sobrenaturais.

ANEXO L - MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO



10
a-
u-

O homem que pesca debaixo da terra

Josué Pereira Crispim é pescador de lagosta no litoral cearense. Mas sua paixão é a arqueologia. Há duas décadas, ele faz por conta própria escavações na região. Guarda em sua casa um pequeno tesouro arqueológico:

centenas de fragmentos de cerâmica, cachimbos indígenas, pedras lascadas, moedas e até talheres. Uma análise das peças reforça a teoria de que os holandeses aportaram no Ceará antes de 1500, ano do Descobrimento.

ISTOÉ – *Por que o acervo?*

Crispim – Quero mostrar que há história a ser resgatada. Meu sonho é montar um museu.

**ANEXO M - CAPA DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM
E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS
COLETAS**



ANEXO N - CONTEÚDO DA MATÉRIA JORNALÍSTICA SOBRE O SR. JOSUÉ CRISPIM E O ACERVO QUE LEVOU O IPHAN/CE A IMPEDI-LO DE REALIZAR AS COLETAS

Ponta Grossa fascina por seus mistérios e a multiplicação

Kico Silva

Para melhor definir uma opinião sobre as belezas naturais de Icapuí, é imprescindível visitar o pequeno lugarejo chamado Ponta Grossa. Nos últimos dois meses ficou bem mais fácil chegar na região famosa pela multiplicidade das cores de sua areia e pela versão não ortodoxa da chegada dos europeus ao Brasil. Há menos de três meses, foi construída uma rampa que facilita a descida de carro do morro que a protege até a praia, antes só possível a pé. O cuidado, no entanto, deve ser com os batimentos cardíacos tão logo o visitante se depara com a beleza do lugar, emoldurado por vasto coqueiral. A bucólica vila esconde mistérios sobre sua colonização.

O mar de Ponta Grossa que pode ser de um azul turquesa profundo, muda de acordo com a intensidade da luz. À tarde costuma ficar verde, mas mantém, a qualquer hora, a característica de um mar de águas límpidas e calmas. Na extensão da praia não faltam os visitantes de bugre. Em toda a costa é possível andar de carro sem medo de imprevisto. A areia é firme devido ao avanço noturno e recuo diurno do mar.

O vermelho das falésias também muda. Dependendo da localização, pode se encontrar areias em diversos tons de marrom, vermelho e amarelo. Durante muito tempo os artesãos da região não usavam corantes na fabricação das peças garrafinhas de areia. Somente com a multiplicidade das falésias era possível desenhar paisagens bellissimas.

Placas espalhadas pela praia alertam para a preocupação em preservar o paraíso que é Ponta Grossa. Os moradores querem preservar uma vista que de tão inexplorada parece nunca ter sido habitada.

que em 02 de fevereiro de 1500, os espanhóis aportaram em um ponto do continente americano que chamaram de Cabo de Santa Maria de la Consolación. Depois foram para o Norte, até a foz do rio Amazonas. A descrição feita por esses estudiosos é de um grande cabo - Ponta Grossa - vizinho de um extensa e uniforme praia chamada por eles de "montes arenosos", a costa de Manibu e Timbau, na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte.

De fato, em Ponta Grossa existe um nativo-pesquisador que se dedica à escavação de dunas e falésias, onde já encontrou objetos que remetem a uma ocupação europeia e indígena naquela região. Josué Crispim pesquisa há 16 anos e teme que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recolha as centenas de peças encontradas por ele. São cachimbo, porcelana, garrafas, machados e talheres, peças dos séculos 16 e 17. Conhecer esse objetos é como viajar no tempo.

Tudo está encaixotado, pois Josué não tem um lugar específico para expor as peças. Basta pedir e ele mostra tudo aos visitantes, além de contar o que já descobriu nas "caçadas". O certo é que os estudos de Josué comprovam a presença de holandeses na região, o que pode justificar a enorme supremacia de loiros entre a população da vila.

O silêncio parece sagrado em Ponta Grossa. É bom não quebrar a tranquilidade do lugar com sons de carro em volume elevado. A comunidade agradece (JDD).



As falésias e areias de Ponta Grossa guardam objetos históricos.

Algumas pesquisas, ainda não comprovadas cientificamente dão conta da chegada de embarcações espanholas ao lugar por volta do século 16. Seria uma expedição comandada por Vicente Pinzon. Lenda ou não, historiadores acreditam

**ANEXO O - OFÍCIO DO IPHAN/CE SOLICITANDO AO SR. JOSUÉ CRISPIM A
SUSPENSÃO IMEDIATA DE SUAS COLETAS ARQUEOLÓGICAS E
PROMETENDO A CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA GROSSA**

	IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	4ª COORDENADORIA REGIONAL Rua Liberto de Azevedo, 525 - 60030-160 Fortaleza - CE Telefone: (085) 221.6500 e Fax: (085) 252.2798 Homepage: www.iphan.gov.br
---	--------------	--	---

Fortaleza, 13 de novembro de 1998

OFICIO IPHAN/4ª SR/GAB/Nº 186/98

De: Arq. Romeu Duarte Junior
Superintendente da 4ª SR/IPHAN
Para: Sr. Josué Crispim
Assunto: Achados arqueológicos em Ponta Grossa

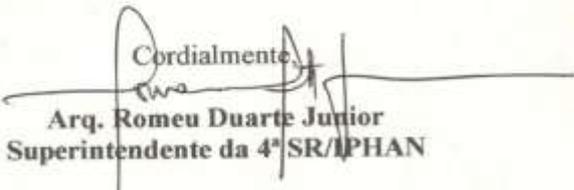
Prezado Senhor,

Cumprimentamos Vossa Senhoria, oportunidade em que expomos algumas considerações nossas quanto aos bens arqueológicos encontrados e coletados por Vossa Senhoria, conforme atesta reportagem do Jornal "Diário do Nordeste" de 13.11.98 (Caderno Turismo).

Reconhecendo e louvando o esforço e o zelo de Vossa Senhoria na organização do acervo em questão, temos a informar que as peças arqueológicas, por força de disposição constitucional, pertencem à União Federal e, nos termos da Lei. nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (ver anexo), compete ao IPHAN a guarda e proteção desse patrimônio. A Prefeitura Municipal de Icapuí já foi comunicada oficialmente acerca desta disposição constitucional.

Neste passo, solicitamos a compreensão e a colaboração de Vossa Senhoria no sentido da suspensão imediata dos trabalhos de coleta e da apresentação das peças à 4ª SR/IPHAN para que as mesmas possam ser periciadas por arqueólogo deste Instituto. As referidas peças deverão compor o acervo de um futuro museu municipal.

Certos da atenção de Vossa Senhoria ao que apresentamos, como parceiro do IPHAN na preservação do patrimônio cultural brasileiro, firmamos.

Cordialmente,

Arq. Romeu Duarte Junior
Superintendente da 4ª SR/IPHAN

PS: FAVOR ENTREGAR AO SR. JOSUÉ CRISPIM EM PONTA GROSSA

**ANEXO P - ESQUEMA CLASSIFICATÓRIO DO ACERVO JOSUÉ PEREIRA
CRISPIM**

	COLEÇÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TERMOS (OBJETOS FRAGMENTADOS OU INTEIROS)
1	Coleção: Lítico - Produzidos, modificados e/ou utilizados pelo homem.	Lítico Lascado - Artefatos com evidências de lascamento antrópico.		Núcleo, lasca, instrumentos, Casson, estilha.
		Lítico Polido – Artefatos com evidências de polimento e artefatos não modificados (natural) com marcas de uso.		Percutor, lâmina de machado, pilão, mão de pilão, mó de pilão, zoólito, disco, afiador, batedor, almofariz.
2	Coleção: Vítreo - Objetos confeccionados em vidro.	Sopro Livre - Confecção por sopro livre, sem uso de molde (suporte).		Garrafa, garrafão, frasco, vasilha, etc.
		Sopro em Molde – Confecção por sopro em molde (suporte).		Garrafa, frasco, vasilha, etc.
3	Coleção: Cerâmica - Objetos produzidos em argila e outros minerais e assados em forno para obter solidez da forma.	Pasta porosa - Objetos cerâmicos absorventes, produzidos com técnica acordelada, moldada, modelada e torneada. Incluem-se objetos pouco porosos.	Faiança Fina (Inglesa/Pó de pedra) – Louça branca, compacta, impermeável, opaca, de textura e quebra irregular, coberta com	Prato, xícara, pires, malga (copo), tigela, etc.

			esmalte.	
			Faiança (Portuguesa) – Louça de pasta opaca e compacta.	Prato, xícara, pires, tigela, etc.
			Cerâmica Histórica e Neobrasileira – Objetos produzidos com técnica de manufatura torneada, modelados, moldados.	Panela, assador, jarra, tampa de panela, etc.
			Cerâmica Indígena – Objetos produzidos com argila e técnica de manufatura acordelada.	Panela, vasilha, tigela, tampa de vasilha, etc.
			Olaria – Produzido com argila, auxílio de molde para modelar o artefato e queima.	Telhas.
			Cachimbo português – Produzido com argila vermelha.	Corpo do forninho, forninho, porta boquilha.

			Cachimbo holandês – Produzido com argila branca, denominada caulim.	Fornilho, piteira.
		Pasta não porosa – Objetos cerâmicos não absorventes e produzidos através de torno ou por técnica modelada.	Grés – Louça resistente, impermeável, cozida à alta temperatura, entrando em semifusão ou vitrificação total.	Garrafa, bojo, base, borda de garrafa.
			Porcelana – Louça branca vitrificada e translúcida.	Prato, xícara, copo.
5	Coleção: Minerais e Rochas - Minerais e rochas sem evidências de uso, e <i>souvenirs</i> – modificados para produção de artesanato. Excluem-se os objetos que apresentam fósseis.	Naturais – Não modificados artesanalmente.		Seixos, nódulos e plaquetas.
		Modificado pelo Homem – Objetos modificados ou utilizados artesanalmente.		Corte em rocha e cristal de quartzo.
4		Náutico - Objetos construtivos e ferramentas relacionadas à pesca e a navegação.		Âncora, anzol, peso de anzol, cavilhas e cravos.

<p>Coleção: Metal Objetos diversos em metais. Exceto Numismático - moedas.</p>	<p>Doméstico e Construtivo - Objetos do servir à mesa – alimentação -, decorativo, prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção.</p>	<p>Servir - Objetos do servir à mesa, relacionados a alimentação.</p>	<p>Talheres (inclui-se faca-de-mesa) panelas, vasilha, copos, tampas, jarra, caneco e pratos.</p>
		<p>Decoração - Objetos com função decorativa para o lar.</p>	<p>Galo sino, copo e prato decorativo.</p>
		<p>Ferramentas e Utensílios - Prendas domésticas e ferramentas/utensílios para o lar e construção</p>	<p>Dedal, puxador de gaveta, alfinete, faca, peso de balança, chave de boca, parafuso, lampião, pregos, dobradiça, cantoneira, argola, tachinha, arruelas e etc.</p>
	<p>Bélico Objetos relacionados a armas de fogo.</p>		<p>Espoletas, cápsula de projétil, projétil e munição.</p>
	<p>Uso Pessoal e Vestuário - Objetos para uso como adorno corporal e como componentes do vestuário.</p>		<p>Fivelas de cinto, pingentes, botões, anel e ganchos.</p>
	<p>Equestre</p>		<p>Estribos.</p>
	<p>Metal não Identificado – Tralha de metal não identificada.</p>		<p>Fragmentos, metal retorcido e oxidado, etc.</p>

6	Coleção: Fóssil - Animais e/ou vegetais fossilizados.	Formação Estratigráfica Santana – Fósseis em nódulos Calcários da Formação Santana (Formação geológica característica da Chapada do Araripe).	Peixes, insetos e vegetais em Calcário.	
		Formação Missão Velha – Fósseis em Arenito da Formação Missão Velha, Formação geológica identificada nos municípios de Missão Velha e Brejo Santo – CE.	Vegetais fossilizados em Arenito.	
		Depósito Marinho – Fósseis em Calcário de depósito marinho.	Conchas, ostras, gastrópodes incrustados ou não em nódulos/seixos calcários.	
		Depósito Quaternário – Fósseis do atual período da Terra.	Dentes e presas de megafauna (grandes animais).	
7	Coleção: Vegetal - Vestígios vegetais modificados ou não.		Cabaça, semente e raízes.	
8	Coleção: Zoológico - Remanescentes de animais. Excluem-se os fossilizados.	Fauna Fluvial e Marinha – Objetos da fauna fluvial e marinha, oriundos do mar ou rio e suas	Cascos de tartaruga, costela de baleia, esporões de arraías,	

		transições.		bivalves, gastrópodes, vértebra de peixe, cartilagem de tubarão, etc.
		Fauna Terrestre - Objetos da fauna terrestre. Incluem-se avifauna.		Chifres, crânio de veado, crânio de pássaro.
9	Coleção: Numismática - Constituído exclusivamente por moedas.	Moedas Nacionais - Moedas do âmbito nacional (Brasileira).		Real, Cruzeiro, Cruzado, Réis, etc.
		Moedas Estrangeiras - Moedas oriundas do âmbito estrangeiro (Internacional).		Escudos, Peso, Dólar, Franco, Libras, etc.
10	Coleção: Documental – Materiais em papel que apresente escrita.	Bibliográfica - Relativo aos livros e publicações em geral. Não agrupa material com caráter documental.		Livros, publicações, revistas, catálogos, guias, panfletos e congêneres.
		Arquivística - Caráter documental.	Documentos Manuscritos	Cartas, bilhetes, livros de atas e de visitações, etc.
			Documentos impressos	Ofícios, pesquisas, recibos de pagamento, etc.
			Documentos Hemerográficos – Catálogo de jornais	Jornais.

11	Coleção: Fotográfica - Fotografia impressa em papel – suporte.			Fotografias.
12	Coleção: Artesanato Objetos confeccionados em madeira, resinas naturais e rochas modificadas ou utilizadas para fins decorativos ou de vendas - <i>souvenires</i> . Excluem-se objetos em metal, cerâmica, vidro, lítico, vegetal, fóssil, zoológico.			Madeira, palmatória, etc.
13	Coleção: Outros - Objetos que não se encaixam nas outras coleções citadas.			Botão de plástico, missanga e etc.

**ANEXO Q - TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL
DE ICAPUÍ E IPHAN/CE PARA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA
GROSSA**



Icapuí, 10 de agosto de 2006

Ofício N° 108/2006

De: Prefeitura Municipal de Icapuí
Gabinete do Prefeito
Projeto Resgate Icapuí

Para: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

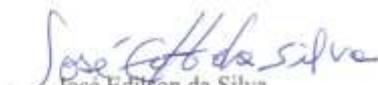
Att. Arq. Romeu Duarte
Superintendente 4º Região

Prezado Senhor,

Informamos ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que fora detectada por nossos técnicos em nosso município, uma área que acreditamos ser adequada para a construção e instalação do museu “Memorial de Ponta Grossa” onde abrigaremos o material arqueológico coletado assistematicamente e também o material proveniente das escavações e coleta efetuadas durante o Projeto Resgate Icapuí. Referida área encontra-se dentro da Fazenda Retiro Grande pertencente ao Grupo Empresarial Edson Queiroz.

Ao verificarmos junto ao Grupo Edson Queiroz a possibilidade da doação para a construção do museu, nos foi solicitada uma cópia do Projeto Resgate e a solicitação da área, mas para tal necessário se faz um aval deste órgão parceiro nesta empreitada, onde se mostre a dimensão e a importância desta ação cultural. Após a demarcação dessa área iniciaremos o trabalho de levantamento topográfico para iniciarmos o processo do projeto arquitetônico e museológico seguindo as diretrizes estabelecidas em nossa parceria.

Atenciosamente,


José Edilson da Silva
Prefeito Municipal


Josue Pereira Crispim
Projeto Resgate Icapuí

**ANEXO R - OFÍCIO DO IPHAN/CE AO GRUPO EDSON QUEIROZ SOLICITANDO
A DOAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MUSEU EM PONTA
GROSSA**

	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	<small>4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL Rua Liberato Barroso, 525 – 60030-160 Fortaleza – CE Telefone: (085) 221.6360 e Fax: (085) 252.2796 Homepage: www.iphan.gov.br Email: dar@iphan.gov.br</small>
---	---	--

OFÍCIO IPHAN /4ª SR / GAB / N° 367/06 Fortaleza, 16 de agosto de 2006.

À
Superintendência do Grupo Edson Queiroz

Assunto: Museu Etnográfico e Arqueológico de Icapuí /Projeto Resgate

Prezado Senhor,

O Município de Icapuí/CE é reconhecido nacional e internacionalmente pela beleza do seu litoral e pela riqueza do seu patrimônio cultural. Datando de eras pré-históricas e do período de contato entre os colonizadores e os primitivos habitantes do lugar, seu acervo arqueológico, de valor inestimável por expressar o processo histórico de formação e evolução da ocupação do território do Estado e do País, vem sendo zelosamente coletado em Ponta Grossa pelo Sr. Josué Pereira Crispim com a ciência e o apoio desta Regional e da Prefeitura Municipal de Icapuí- PMI. Também merece destaque a arquitetura vernacular local, famosa pelo conjunto das “casas alpendradas”, abrigo da mais expressiva comunidade da pesca artesanal do Estado.

A 4ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 4ªSR/IPHAN e a PMI, conveniadas à Universidade Federal do Ceará - UFC, iniciam agora um amplo trabalho de pesquisa do patrimônio cultural icapuiense com vistas à conformação do acervo do Museu Etnográfico e Antropológico, equipamento este de fundamental importância para o Município, pois, como espaço voltado à exposição dessa coleção, servirá como instrumento para a realização de atividades culturais, científicas, educacionais, turísticas e de lazer, contribuindo assim, como relevante atrativo, para o desenvolvimento sócioeconômico e a elevação do padrão de qualidade de vida da comunidade.

O IPHAN, autarquia ligada ao Ministério da Cultura, através de sua 4ª SR, é parceiro de primeira hora do Projeto Resgate Icapuí por reconhecermos a sua condição de significativo agente de valorização cultural e promoção social. Esta razão nos faz sugerir a V. Sa. a doação de gleba integrante das terras da Fazenda Retiro Grande para a implantação do equipamento na área, fazendo coro à



ANEXO S - REUNIÃO EM PONTA GROSSA DOS INTEGRANTES DO PROJETO RESGATE

Arqueólogos e Historiadores visitam comunidade de Ponta Grossa



De 11 à 13 do corrente mês Ponta Grossa recebeu a visita de diversas autoridades no campo da arqueologia e da História. Estiveram integrando a comitiva Dr. Marcos Albuquerque, arqueólogo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Dr. Almir Leal, historiador da Universidade Estadual do Ceará (UFC), Dr. Romeu Duarte, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Olga Paiva historiadora também representante do IPHAN e o Prefeito Ir. Edilson. O objetivo primordial da visita da comitiva a Ponta Grossa, fará parte

da elaboração de um plano de ações para criação de um museu etnográfico e arqueológico voltado para a preservação e pesquisa dos achados arqueológicos, que encontram-se sobre a guarda do historiador amador Josué Crispim na praia da Ponta Grossa, ainda tem como finalidade de viabilizar uma expedição arqueológica de grande porte que irá servir para pesquisas a partir da ocupação pré-histórica do município de Icapuí.

Por ocasião da visita da comitiva e como resultado encontro foi enviado ao superintendente do IPHAN-Ce, ofício requisitando a retomada do inventário das construções do conjunto

arquitetônico do município, solicitação outrossim de estudantes de arquitetura e história para devido estudo e ainda requisitando apoio financeiro para o levantamento histórico-documental do município.

Estiveram presentes Antoniete Amorim (Assessora do Departamento de Cultura do município) Eliabe Crispim (ASTUMAC), Ricardo Arruda (Assessor de Comunicação da Prefeitura de Icapuí) e produtor do Projeto Resgate, Verence Holanda, Assessora de Mobilização Social, Aderbal Nogueira, produtor cinematográfico e demais autoridades presentes.

ANEXO T - LEI N.º 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL “MEMORIAL DE PONTA GROSSA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ**

Faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica criado o Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, com finalidades, atribuições e organização previstas nesta Lei, vinculado à Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Icapuí.

Parágrafo Único – O Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa” funcionará na localidade de Ponta Grossa neste Município.

Art. 2º. São os seguintes os objetivos do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”.

- I – analisar, catalogar e preservar em acervo material antropológico, arqueológico, histórico e artístico;
- II – pesquisar e registrar aspectos da cultura material e imaterial;
- III – promover palestras e exposições voltadas para a comunidade;
- IV – firmar convênios com instituições nacionais e internacionais;
- V – promover ações educativas junto às escolas, universidades e afins.

Art. 3º. Os cargos de provimento efetivo, e os de provimento em comissão, do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, serão criados por lei específica.

Art. 4º. Com a finalidade de se administrar o Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, dentro de normas específicas, será instituído o Regulamento do Museu Municipal “Memorial de Ponta Grossa”, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotação própria prevista no Vigente Orçamento.

Parágrafo Único – Fica o Prefeito Municipal de Icapuí autorizado a abrir os créditos necessários e a fazer operações de crédito indicadas para a execução desta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 23 de novembro 2005.

JOSÉ EDILSON DA SILVA
Prefeito Municipal de Icapuí

ANEXO ÚNICO DE QUE TRATA A LEI Nº 457/2005, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.

D E C L A R A Ç Ã O

O Senhor José Edílson da Silva, Prefeito Municipal de Icapuí e ordenador de despesa do referido Órgão Público, vem pela presente, nos termos do art. 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, DECLARAR, que o aumento de despesa oriunda da Lei nº 457/2005, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 23 de novembro de 2005.

JOSÉ EDÍLSON DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO U - PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Reescrevendo a história com as próprias mãos

O trabalho de um pesquisador-arqueólogo ajuda a recontar o descobrimento e vai virar museu em Ponta Grossa

Ahislêta de José Crispim começou há 17 anos, mas bem pode ter início há 2.500 anos. Pescador e nativo de Ponta Grossa ele começou a coletar peças que afloravam no solo de sua comunidade. Cerâmicas de cerâmica e vidalharias de porcelana, vidros e pedaços de época e nacionalidades diferentes (tem até um relógio russo de 1945) compõem o acervo azerro que José re-colheu ao longo dos anos. De cada lado da ampla mesa onde ele expõe suas descobertas, há machados, curtiças e pedaços de pedra, vestígios do povo ameríndio indígena na costa leste de Ceará, provavelmente dos Tremembé. Segundo ele a 'pedra' tem data estimada em 2.500 anos.

A coleção de José

incorporando José e seu acervo. A ele propôs a lentidão dos órgãos públicos. "O Brasil tem o problema das coisas andarem lentas", diz um mais que esclarecido pesquisador do interior do Ceará com a mesma firmeza com que explica o origem de um coqueiro espanhol, uma colher alemã ou uma pedra de corte indígena. Seu tema tem certo fundamento. No dia 20 de janeiro Ponta Grossa esperava a visita do superintendente do IPHAN no Ceará, o arquiteto Romeu Duarte, e o arqueólogo Marcos Albuquerque, que não se concretizou devido a falta de um veículo para o viagem. O secretário de Educação e Cultura de Itapuí, Luiz Oswaldo Sar' Lago, informou que a captação de recursos só terá inf-

onde são encontrados coqueiros, armas, moedas, uma deira petrificada. Duarte adverte que os sítios arqueológicos são patrimônios não importantes, por isso não precisam seguir serem tombados. Ele defende um acompanhamento técnico específico e lembra o que aconteceu no final do ano passado em Manaus, quando o início da construção de um conjunto habitacional trouxe à tona um sítio com urnas funerárias indígenas com mais de 3.000 anos.

A cultura do dia 14 de novembro

Reportagem: Elio Brand
Fotos: Wilton Meira
Tela: Brand / Corbis / Ima



José e a Maria-Maura

Crispim respira a vida da presença de portugueses, holandeses, espanhóis e franceses na encosta da Ponta Grossa. Daí ser conhecida como o "Mini Museu", expressão que pode tornar mais sério o patir destre ano.

Em 98 José recebeu do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) uma correspondência com orientação para criar suas atividades de arqueólogo amador. Ele foi 'descoberto' por ter sido uma foto sua no caderno de Turismo de um grande jornal da capital. Na carta cordial o IPHAN faz referência à lei que protege os sítios arqueológicos e diz que enviara técnicos para o local. Quase dois anos depois José ainda esperava visita, que só agora deve acontecer.

O IPHAN e a prefeitura municipal de Itapuí se mostram dispostos a fundar no local um Museu arqueológico,

co após tomarmos que se convêm com o IPHAN. Luiz Oswaldo confirmou que a Prefeitura vai integrar José nas atividades do museu.

Vários sítios

Romeu Duarte esteve em Aracati no dia 22 de janeiro, tratando de assuntos sobre o tombamento do centro histórico da cidade. Apesar das dificuldades sobre Ponta Grossa ele disse que tanto José quanto a Prefeitura "demonstram boas vontades" em concretizar o mini-museu. A perspectiva é trabalhar para o ano 2001, já que o IPHAN comaria com apoio financeiro da Petrobrás para trabalhos arqueológicos. "Itapuí tem de ir além porque os sítios estão aflorando", disse ele. Para Duarte, Ponta Grossa seria literalmente "a porta" de um trabalho mais amplo.

Existem sítios em praticamente todo o litoral de Itapuí

do IPHAN, Oleg Paiva, compartilha das posições de Romeu Duarte. Para ele José transformou seu mini-museu "em objeto de curiosidade, desprovido de valor científico". Ela completa: "Se quer explorar, tem que seguir a lei. Tudo tem que ser comunicado ao IPHAN que ao momento devido envia um arqueólogo. Se você mexer na posição de uma funerária, por exemplo, aquilo pode não significar mais nada, nunca serão recuperadas as inscrições e fontes dos primeiros habitantes do continente". Ela não vê obstáculos em a prefeitura de Itapuí construir o Museu e José ser incorporado como guia.

Mes enquanto isto José reclama que essas informações não chegam até ele, que só fica sabendo das novidades quando recebe alguém da imprensa que teve contato com o IPHAN. Ele afirma que não

tem resistência em trabalhar com os órgãos públicos, mas adverte: "Se fomos parceiros eu acerto, mas se quiserem me lutar para escurecer eu chamo a imprensa". Vê como argumento principal o tratamento que ele próprio dispensou ao seu acervo ao longo dos anos.

José nunca vendeu qualquer peça (houve um visitante espanhol que ofereceu mil dólares em cada ano) nem nunca cobrou de nenhum turista que quisesse ver o museu. "Esta comercialização seria uma falta de respeito", diz o arqueólogo amador - que começou a coletar garrafas de cerâmica holandesa para o avô quando sementes de cereais que sobravam de um ano para outro. Agora José Crispim quer ver crescer o trabalho ao qual se dedica por tantos anos como se fosse um filho seu, mantendo-o em um dos quartos de sua casa.

ANEXO V - LEI Nº 453/2005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005

**INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE
INCENTIVO À CULTURA DO
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, CRIA O
COMITÊ GESTOR DO FUNDO
MUNICIPAL DE INCENTIVO À
CULTURA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º. – Fica criado o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FMIC, que será constituído pelos recursos oriundos das seguintes receitas:

I – Receitas provenientes de dotações orçamentárias municipais;

II – Receitas provenientes das transferências de Recursos da União Federal e do Estado do Ceará, bem como das suas respectivas Fundações, Autarquias e Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista;

III – Outras fontes de recursos nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, inseridas as doações;

IV – Multas criadas e vinculadas à Cultura Municipal;

V – Saldos financeiros de exercícios anteriores.

VI – Receitas de eventos, atividades ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;

VII – Percentual das Receitas provenientes de ações realizadas com patrocínio do Fundo.

§ 1º. – No caso das receitas provenientes de ações do Poder Público Municipal, deverão estas ser definidas como receitas destinadas ao Fundo Municipal de Incentivo a Cultura por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. – A realização de eventos, atividades ou promoções por entidades externas ao Poder Público Municipal, com a finalidade de angariar recursos para o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, dependem de autorização do Secretário Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º. – O percentual das receitas provenientes de ações realizadas com o patrocínio do Fundo, será definido para cada projeto individualmente, por ato conjunto do Secretário Municipal de Educação e Cultura e do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, a ser previsto em Lei específica, destinado a promover a constituição do Fundo de que trata esta Lei.

Art. 3º. – Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura serão empregados a fundo perdido, em percentual a ser definido pela Comissão Deliberativa do Sistema de Incentivo à Cultura – SIC, a ser criado por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – As pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal poderão ter projetos incentivados até o limite de 50% (cinquenta por cento) do montante disponível no Fundo Municipal de Incentivo à Cultura – FMIC.

Art. 4º. – Os recursos existentes no Fundo podem apoiar financeiramente:

- a) Programas de Formação Cultural, através do apoio financeiro à realização de cursos e oficinas, ou pela concessão de bolsas de estudo;
- b) A manutenção de grupos artísticos;
- c) A manutenção, reforma e/ou ampliação de espaços culturais;
- d) Projetos de difusão cultural, podendo tratar-se de turnês artísticas icapuienses, de realização de festivais, mostras ou circuitos culturais ou apresentação de artistas nacionais e internacionais no Município de Icapuí;
- e) Pesquisas acerca da produção, difusão, comercialização ou recepção das atividades culturais;
- f) Apoiar ações de preservação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Icapuí, inclusive os sítios arqueológicos existentes ou porventura descobertos a partir da criação desta Lei;
- g) Incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento, em especial sobre a organização da cultura e a renovação das linguagens artísticas;
- h) Incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;
- i) Promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros municípios, Estados e Países, destacando a produção cultural icapuiense;

§ 1º. – Os projetos a serem financiados pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura deverão incentivar a produção cultural no Município de Icapuí, enquadrando-se em uma ou mais áreas artístico-culturais, a saber:

I – Artes Cênicas: linguagens artísticas relacionadas aos segmentos de teatro, dança, circo, ópera e congêneres;

II – Artes Plásticas e Gráficas: linguagens artísticas compreendendo desenho, escultura, colagem, pintura, instalação, gravura em que são usadas diferentes técnicas de arte em série, como litogravura, serigrafia, xilogravura, gravura em metal e congêneres, bem como a criação ou reprodução mediante o uso de meios eletrônicos, mecânicos, cibernéticos ou artesanais de realização;

III – Fotografia: linguagem baseada em processo de captação e fixação de imagens por meio de câmeras (máquinas de fotografar, manuais ou digitais) e películas (filmes) previamente sensibilizadas, além de outros acessórios de produção;

IV – Cinema e Vídeo: linguagens artísticas relacionadas, respectivamente, com a produção de filmes cinematográficos ou videográficos, ou seja, do registro de sons e imagens, obedecendo a um roteiro determinado;

V – Artesanato: arte de confeccionar peças e objetos manufaturados, não seriados e em pequena escala, sem o auxílio de máquinas sofisticadas de produção;

VI – Folclore: conjunto de manifestações típicas, materiais e simbólicas, transmitidas de geração a geração, traduzindo conhecimento, usos, costumes, crenças, ritos, mitos, lendas, adivinhações, provérbios, fantasias, alegorias, cantorias, folguedos populares e congêneres;

VII – Biblioteca: instituição de acesso público destinado à promoção da leitura e difusão do conhecimento, congregando acervos de livros, periódicos e congêneres organizados para o estudo, pesquisa e consulta, nas modalidades de bibliotecas pública, escolar, universitária e especializada;

VIII – Arquivo: instituição de acesso público destinado à preservação da memória documental para o estudo, a pesquisa e a consulta;

IX – Literatura: linguagem que utiliza a arte de escrever em prosa ou verso nos gêneros conto, romance, ensaio, poesia e congêneres;

X – Música: linguagem artística que expressa harmonia, ritmo e melodia em diferentes modalidades e gêneros;

XI – Museu: instituição de mecanismos de memória, preservação e divulgação de bens representativos da história, das artes e da cultura, de valores arqueológicos, cuidando também do seu estudo, conservação e valorização;

XII – Patrimônio Cultural: preservação de bens de relevância histórica, artística, arquitetônica, paisagística, arqueológica, etnográfica e etnológica, incluindo pesquisa e levantamento, visando à sua preservação e divulgação;

XIII – Estudo e Pesquisa: bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para autores, artistas e técnicos residentes no Município e que tenham projeto de relevante interesse para a cultura icapuiense;

XIV – Formação: eventos de caráter cultural ou artístico destinados à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura (cursos e seminários).

§ 2º. – O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura pode beneficiar apenas projetos apresentados por Pessoas Físicas ou Jurídicas, de direito público ou privado, domiciliadas no Município de Icapuí.

Art. 5º. - A gestão do Fundo caberá ao Secretário de Educação e Cultura do Município de Icapuí, que poderá delegá-lo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, a um Secretário Executivo do Fundo, cargo em comissão, a ser criado por lei específica.

Art. 6º. – Fica criado o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, com a atribuição de orientar e controlar o funcionamento do Fundo.

§ 1º. – O Comitê Gestor será composto por 03 (três) membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, 02 (dois) membros indicados pelo Conselho Municipal de Cultura do Município de Icapuí, 01 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo Municipal e pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, que o presidirá.

§ 2º. – Nenhum dos integrantes do Comitê referido no *caput* deste artigo receberão, a qualquer título, remuneração, gratificação, adicional, comissão, verba, honorário, salário, subsídio ou outra espécie de retribuição pelos serviços prestados no exercício das funções estipuladas nesta Lei.

Art. 7º. – Compete ao Comitê Gestor:

- a) Elaborar Plano Anual de Aplicação do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, nos quais estarão fixadas as diretrizes e prioridades que nortearão as aplicações dos recursos do Fundo;
- b) Fixar os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- c) Fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos ao Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- d) Aprovar a concessão de benefícios a projetos apresentados pelo Poder Público Municipal, ou por Servidor Público, ou ainda, por Pessoa Jurídica que tenha como sócio Servidor Público Municipal;
- e) Aprovar os editais de concessão de benefícios com recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;

Art. 8º. – A aprovação da concessão de benefícios a projetos apresentados espontaneamente, após exame do Gestor do Fundo, é de atribuição do Secretário Municipal de Educação e

Cultura, que o examinará levando em consideração o Plano Anual de Aplicação do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, o interesse do Município e a disponibilidade de recursos.

Art. 9º. – Os recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura serão aplicados exclusivamente na execução de projetos relacionados com o desenvolvimento cultural, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante no Projeto aprovado, e mediante a prestação de contas.

Art. 10. – Os recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura serão depositados em conta especial aberta em instituição financeira oficial designada pelo Município de Icapuí e administrados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 11 – No caso de recebimento de doação para o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, através de guia de arrecadação, o valor doado será automaticamente abatido do imposto a recolher.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 14 de novembro de 2005.

JOSÉ EDILSON DA SILVA

Prefeito Municipal de Icapuí

ANEXO I DE QUE TRATA A LEI Nº 453/2005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005

D E C L A R A Ç Ã O

O Sr. José Edilson da Silva, Prefeito Municipal de Icapuí e ordenador de despesa do referido Órgão Público, vem pela presente, nos termos do art. 16, inciso I e II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, DECLARAR, que o aumento de despesa oriunda da Lei nº 453/2005, de 14 de novembro de 2005, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 14 de novembro de 2005.

José Edílson da Silva

Prefeito Municipal

ANEXO II DE QUE TRATA A LEI Nº 453/2005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005

O Prefeito Municipal de Icapuí, **José Edílson da Silva**, declara, para fins de adequação da Lei Nº. 453/2005, de 14 de novembro de 2005, que as isenções a serem concedidas foram consideradas na estimativa de receita da Lei Orçamentária Municipal, nos termos do art. 14, inciso I, da Lei Complementar Nº. 101/2000, e na forma do art. 12 da mesma Lei, e que a mesma não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Icapuí, estando compatível com a mesma.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 14 de novembro de 2005.

JOSÉ EDILSON DA SILVA

Prefeito Municipal de Icapuí

ANEXO III DE QUE TRATA A LEI Nº 453/2005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005

O Prefeito Municipal de Icapuí, **José Edílson da Silva**, declara, para fins de adequação da Lei Nº. 453/2005, de 14 de novembro de 2005, que as isenções a serem concedidas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no anexo de Metas Fiscais referido no § 1º do art. 4º, da Lei Complementar Nº. 101/2000.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, aos 14 de novembro de 2005.

JOSÉ EDILSON DA SILVA

Prefeito Municipal de Icapuí

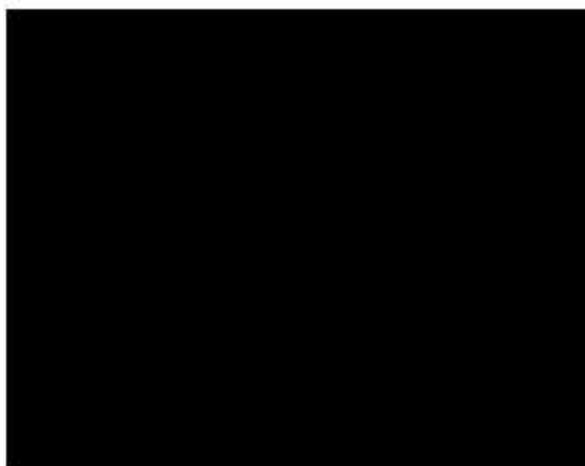
ANEXO W - MATÉRIA JORNALÍSTICA QUE DENOMINA O SR. JOSUÉ CRISPIM COMO PESCADOR E HISTORIADOR

13/03/2014 14h28 - Atualizado em 13/03/2014 14h28

Pescador cuida de relíquias da Praia de Ponta Grossa, no Ceará

No seu acervo é possível encontrar botões de roupa, dentre outros objetos. Holandeses chegaram em Icapuí no início do século 19.

Do G1 CE com informações da TV Verdes Mares



O pescador Josué Crispim cuida de verdadeiras relíquias da história do Ceará. Além de ser pescador, ele é historiador e sua paixão levou ao encontro da origem da sua família e dos tesouros da Praia de Ponta Grossa, em **Icapuí**, a 202 Km de **Fortaleza**.

Crispim encontrou várias peças pertencentes a holandeses que chegaram na costa de Icapuí no início do século 19. "Do meu trabalho eu espero de onde surgiu a gente e para onde nós vamos",

diz.

saiba mais

Casa onde Chico Anysio viveu é transformada em escola de humor

(veja vídeo acima)

No seu acervo, é possível encontrar botões de roupa, colheres, dobradiças de ferro, uma estrutura de ferrolho, cravos de ferro e pregos quadrados, entre outros objetos fascinantes. A história do "pescador historiador" é o tema desta quinta-feira (13) do quadro Nosso **Ceará**.